



Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Contextos de Colocação para Crianças em Perigo dos 0 aos 3
Anos de Idade: Elementos para uma análise.**

Luísa Rosa Pereira Marques Barbeiro Cardoso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:
Professora Doutora, Paula Cristina Martins, Professora Auxiliar,
Universidade do Minho

Setembro 2010

QUERO SER FELIZ

Quero ser feliz
como uma perdiz
no ar
ao luar

Não quero ser triste
como um teste
molhado
no prado

O luar nasceu
no ar com
o olhar
da lua

Não quero perder
o olhar
de ser feliz
como uma perdiz

Zé Artur/2001
(8 anos)

AGRADECIMENTOS

O meu muito obrigado a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar à Professora Paula Cristina Martins, que aceitou acompanhar-me neste desafio, pelo seu trabalho de orientação, sugestões e críticas. A todos os professores do Mestrado, em particular à Professora Doutora Carla Moleiro, Professora Doutora Manuela Calheiros e à Professora Doutora Paula Castro.

Um agradecimento, muito especial, a todos os entrevistados pela sua disponibilidade, simpatia e qualidade do seu contributo.

A todos os amigos e colegas que ajudaram na revisão final do trabalho, com sugestões e críticas que muito contribuíram para o seu enriquecimento.

À minha família, em especial ao apoio do meu filho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objectivo analisar a adequação dos contextos e colocação de menores em perigo - acolhimento familiar e acolhimento institucional (temporário) – a crianças dos 0 aos 3 anos, considerando o seu perfil de necessidades e as dimensões críticas que caracterizam ambos os contextos.

Reviu-se literatura especializada, através da qual se procurou identificar o perfil de necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos de idade e as características gerais e específicas próprias dos contextos de acolhimento. Realizou-se um estudo empírico, utilizando o método de entrevista semi-estruturada, concretizado em 22 entrevistas. A selecção do grupo de entrevistados foi feita de acordo com dois critérios: áreas de conhecimento e experiência profissional relevantes para a compreensão do tema em análise. Elaborou-se um guião de entrevista composto por quatro questões principais, para abordagem qualitativa.

Os resultados do estudo empírico apontam no mesmo sentido dos estudos descritos na literatura. Teoricamente, o contexto de acolhimento familiar garante uma resposta entendida como mais adequada às necessidades globais inerentes ao desenvolvimento da criança dos 0 aos 3 anos. Contudo, os aspectos negativos identificados na concretização actual da medida de acolhimento familiar no nosso país não garantem essa adequação, o que permite compreender a ambivalência existente face às duas opções de colocação.

Palavras-chave: Necessidades das crianças; acolhimento familiar, acolhimento institucional temporário

Códigos PsicINFO:

2956 Childrearing and Childcare;

3373 Community & Social Services

ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the adequacy of the contexts in which minors in danger are placed – foster care and (temporary) institutional care – for children from 0 to 3 years old, considering their needs profile and the critical dimensions that characterise both contexts.

Specialized literature was reviewed, from which the attempt to identify the profile of children from 0 to 3 years old and the general and specific characteristics of both care contexts was made. An empirical study was carried out, using the semi-structured interview method, carried out in 22 interviews. The selection of the group of interviewees was made according to two criteria: knowledge areas and professional experience relevant to the comprehension of the topic under analysis. An interview script was elaborated, composed of four main questions for a qualitative approach.

The results of the empirical study point towards the same direction as the studies described in the literature. Theoretically, the context of foster care guarantees a more adequate response to the biological, physiological, cognitive and emotional needs inherent to the development of a child from 0 to 3 years old.

Nevertheless, the negative aspects identified in the actual realisation of foster care in our country does not guarantee that standard, allowing the comprehension of the existing ambivalence in relation to both placement options.

Keywords: Children's needs; foster care, institutional care

Códigos PsicINFO:

2956 Childrearing and Childcare;

3373 Community & Social Services

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE QUADROS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VII
INTRODUÇÃO	1
I PARTE – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO	2
Capítulo 1. Os Direitos das Crianças - Das Leis Internacionais à Lei Portuguesa	2
1. Contexto internacional – Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção dos Direitos da Criança, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	2
2. Contexto Português - O Sistema de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Risco	5
2.1. Dos princípios da intervenção às medidas de acolhimento, na Lei 147/99, de 1 de Setembro	7
3. Enquadramento legislativo das medidas de acolhimento	9
3.1. Acolhimento familiar	9
3.2. Acolhimento em Instituição	11
3.3. Panorama do acolhimento em Portugal	12
3.3.1. Panorama do acolhimento, em Portugal, para crianças dos 0 aos 3 anos	16
Capítulo 2. A Criança dos 0 aos 3 Anos e os Contextos de Acolhimento	19
1. Necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos	19
2. Caracterização das modalidades de acolhimento, familiar e institucional	24
2.1. Acolhimento familiar	24
2.2. O acolhimento em instituição	28
II PARTE – METODOLOGIA E RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO	32
Capítulo 3. Plano de Investigação	32
1. Objectivo	32
2. Fases do Processo de Investigação	33
2.1. Amostra	33
2.2. A recolha de dados – instrumento e procedimento	34
Capítulo 4. Apresentação e análise dos dados	37

1. Apresentação e discussão das respostas à 1ª pergunta - O perfil de necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos	37
2. Apresentação e discussão das respostas à 2ª pergunta - As (des)vantagens comparadas das modalidades de acolhimento familiar e institucional para crianças entre os 0-3 anos	47
2.1. A qualidade das vivências	48
2.2. Projecto de vida	51
2.3. Participação da família biológica da criança	51
2.4. O recrutamento, formação e acompanhamento dos prestadores de cuidados	52
3. Apresentação e discussão das respostas à 3ª pergunta – Importância, para a decisão técnica de colocação, de algumas das características das modalidades de acolhimento institucional e familiar mais abordadas na literatura da especialidade	60
4. Apresentação e discussão das respostas à 4ª pergunta - Comentário aos dados nacionais sobre o número de crianças acolhidas nas duas modalidades de colocação	72
4.1. A política de acolhimento	73
4.2. Qualidade dos contextos	75
4.3. Imagem e representações sociais dos contextos de acolhimento	77
5. Conclusão	80
6. Referências	83
7. Anexos	88

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação do nº de medidas de acolhimento nos anos 2006 a 2009	14
Quadro 2 – Comparação da duração dos períodos de permanência em acolhimento nos anos de 2006 a 2009	14
Quadro 3 - Comparação do nº de cessações de medidas de acolhimento nos anos 2006 a 2009	14
Quadro 4 - Nº de crianças dos 0 aos 3 anos de idade acolhidas em CAT e acolhimento familiar, nos anos de 2006 a 2009	17
Quadro 5 - Definição de projectos de vida, das crianças dos 0 aos 3 anos de idade acolhidas, nos anos de 2006 a 2009	18
Quadro 6 - Formação e profissão dos elementos da amostra	33
Quadro 7 Categorias de necessidades das crianças dos 0-3 anos identificadas pelos entrevistados	40
Quadro 8 – As características diferenciadas das modalidades de acolhimento	55
Quadro 9 - Opção dos entrevistados por um ou outro contexto	59
Quadro 10 - Importância atribuída, pelos sujeitos, a cada uma das dimensões para a tomada de decisão pelo acolhimento em família de acolhimento os CAT	62

ÍNDICE DE TABELAS

Figura 1- Nº crianças dos 0-3 anos em situação de acolhimento nos anos 2006 a 2009	17
Figura 2 - Duração dos períodos de permanência das crianças dos 0-3 anos em situação de acolhimento nos anos de 2006 a 2009	18
Figura 3 – Número de categorias identificadas por entrevistado	45

INTRODUÇÃO

Contextos de colocação para crianças em perigo dos 0-3 anos: elementos para uma análise é o título do tema que conduziu à realização deste trabalho, com o objectivo de recolher e sistematizar informação sobre a adequação dos contextos de acolhimento institucional (concretizados nos equipamentos de acolhimento temporário) e acolhimento familiar para crianças em perigo entre 0-3 anos. Assim, a questão inicial deste estudo foi a seguinte:

Será que existe um contexto à partida mais adequado que o outro para o acolhimento de crianças em perigo na faixa etária da 1ª infância? Ou depende das características próprias dos contextos concretos e/ou das características das crianças em questão?

Na procura de resposta a esta questão, desenvolveu-se o presente trabalho, organizado em duas partes e quatro capítulos.

A primeira parte é consagrada à contextualização teórica do tema.

No primeiro capítulo é realizada uma abordagem ao Sistema de Promoção e Protecção em Portugal, através de uma breve alusão ao quadro legislativo nacional e internacional, com uma atenção particular a referências ou a eventuais diferenciações das disposições legais em função dos grupos etários de pertença das crianças. Faz-se ainda a análise do estado da arte do acolhimento português no quadriénio 2006/2009 com detalhe da situação das crianças na faixa etária em estudo.

No segundo capítulo, apresentam-se os referenciais teóricos e conceptuais, sintetizados da revisão da literatura, que permitem caracterizar e identificar, de forma focalizada, analítica e não classificatória, o perfil de necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos, assim como as dimensões críticas que configuram os contextos de acolhimento institucional (temporário) e familiar para crianças dos 0 aos 3 anos de idade.

Na segunda parte apresentam-se a metodologia e os dados do estudo empírico.

O plano de investigação, a apresentação e discussão dos dados obtidos através do método de entrevista (22 entrevistas a especialistas e sujeitos com conhecimentos na matéria) são descritos nos terceiro e quarto capítulos.

Por último, procura-se fazer uma reflexão crítica e fundamentada acerca da adequação dos contextos de acolhimento na promoção e protecção dos direitos ao perfil de necessidades das crianças em perigo na faixa etária dos 0 aos 3 anos, com medida de acolhimento.

I PARTE – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

Capítulo 1. Os Direitos das Crianças - Das Leis Internacionais à Lei Portuguesa

Se este trabalho confere especial ênfase às questões psicológicas, educativas e sociais envolvidas no acolhimento (familiar e institucional) das crianças em perigo dos 0 aos 3 anos de idade, não menos importante é o enquadramento legal desta medida. Neste capítulo pretende-se dar uma visão, ainda que sucinta, do quadro jurídico-legal que legitima a intervenção nesta área, recorrendo para tal a alguns dos muitos diplomas legais (internacionais e nacionais) nesta matéria.

Optou-se, no início, por se fazer uma abordagem genérica à legislação, internacional e nacional, relevante para a infância, focalizando-a progressivamente nos temas críticos deste estudo – as medidas de acolhimento e a faixa etária dos 0 aos 3 anos. Nesta perspectiva, a evolução da análise do quadro legislativo tenderá a ser mais específica e reflexiva acerca das leis que enformam os direitos da criança na 1ª infância, atendendo à eventual especificidade da sua protecção.

1. Contexto internacional – Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção dos Direitos da Criança, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

A mudança do paradigma da “criança objecto” para a “criança sujeito de direitos” inicia-se com a construção de uma nova mentalidade, na primeira metade do século XX, através de organizações como a União Internacional de Socorros às Crianças, criada por Gebbs em 1920. Este organismo internacional elencou os cinco princípios, aprovados mais tarde, em 1924, pela 5ª Assembleia da Sociedade das Nações, naquela que viria a ser conhecida como a “Carta dos Direitos das Crianças” ou Declaração de Genebra (Convenção dos Direitos d criança, p. 4).

Contudo, é na segunda metade do século XX que o consenso se objectiva: a criança passa a ser reconhecida como indivíduo autónomo, com direitos próprios, promotores do seu crescimento, desenvolvimento e educação. A Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 10 de Dezembro de 1948, aprovou a Declaração dos Direitos Humanos, na qual estatui que a infância tem direito a ajuda e assistência

especiais¹, aprova, em 1959, a “Declaração dos Direitos das Crianças” e, em 20 de Novembro de 1989, a “Convenção dos Direitos da Criança”.

O cariz generalista da Convenção dos Direitos da Criança, como é entendida, estende-se à não discriminação de idades ou grupos etários. A única referência à idade está espelhada na definição de Criança, no Artigo 1 “(...) *todo o ser humano menor de 18 anos (...)*”; logo entendem-se os direitos das crianças na 1ª infância iguais aos de qualquer outra criança, independentemente da idade.

Assim, quando o Artigo 3º da Convenção identifica o direito da salvaguarda do “*interesse superior da criança*”, na abordagem a situações de crianças dos 0 aos 3 anos de idade, é essencial o reconhecimento do perfil e individualidade de cada criança, por forma a permitir uma intervenção adequada e reconhecendo aquela criança como sujeito de direitos próprios.

O fundamento para esta ideia encontra-se mencionado em diferentes artigos que chamam à atenção para o nível de desenvolvimento, capacidades e competências das crianças, entenda-se, de cada criança.

Para objectivar, podem destacar-se alguns artigos da Convenção, nomeadamente:

- ▶ o artigo 5º, o qual alude a que o próprio Estado deve respeitar as responsabilidades e direitos da família (pais e família alargada) na orientação da criança, *respeitando o desenvolvimento e capacidades da criança* (itálico da autora);
- ▶ o ponto 2 do artigo 6º refere que os “*Estados Partes asseguram na máxima medida possível a sobrevivência e o desenvolvimento da criança*” (ponto 2 do artigo 6º);
- ▶ o artigo 9º que identifica o direito da criança à família biológica, quando este interesse é compatível com o *interesse superior da própria criança* (itálico da autora).

Outros artigos que podem suscitar discussão são os artigos 12º e 13º, referentes à *opinião da criança*:

- ▶ A criança tem o direito a exprimir livremente a sua opinião, quando a mesma tenha “*capacidade de discernimento... sendo devidamente tomadas em*

¹ Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança

consideração as opiniões da criança de acordo com a sua idade e maturidade” (artigo 12º);

- ▶ *“ A criança tem direito à liberdade de expressão. ...sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança” (ponto 1, artigo 13º).*

Poder-se-á inferir, mais uma vez, que a lei é omissa em relação à faixa etária dos 0 aos 3 anos, assim como no que se refere a outras idades diferenciadas (ex. adolescência).

Por sua vez, o tema das medidas de acolhimento encontra-se expresso nos artigos 3º, 18º (nº 2), 19º e 20º da Convenção. Especificamente o artigo 20º, que identifica o acolhimento em estabelecimentos, refere que estes devem ser adequados e devem ter em conta a origem cultural da criança. Não se verifica aqui alusão ao *superior interesse da criança* quanto a grupos etários e o termo “adequados” pode considerar-se demasiado lato. Esta adequação *“não só passa pela diferença de valores culturais como também abrange os objectivos e estilos de comunicação e interacção dos pais e profissionais.”* (Martins, 2004, p. 46). A adequação à origem cultural da criança será, então, uma forma de minimizar constrangimentos na intervenção.

Mas como já se identificou anteriormente, a Convenção dos Direitos da Criança é um documento genérico e as ideias-base de promover, prevenir e proteger os direitos das crianças constituem, de acordo com o artigo 44º da Convenção, compromisso e desafio para os países signatários, cabendo a cada país elaborar relatórios regulares sobre a aplicação das medidas, bem como definir a sua ordem jurídica interna, no respeito pelas leis internacionais e, acima de tudo, o superior interesse da criança (Clemente, 2009, p. 25).

Neste sentido, a União Europeia, com o intuito de facilitar a implementação da Convenção dos Direitos da Criança pelos Estados-membros, criou a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, elaborada em Estrasburgo, em 1996 (assinada pelo Estado Português a 06/Março/1997). Tal como outros instrumentos legislativos de diferentes áreas, o texto deste documento foi incluso, em 1999, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, composta por 54 artigos repartidos por 7 capítulos, relativos à generalidade das pessoas. Diz o preâmbulo da Carta *“(...) é necessário, conferindo-lhes maior visibilidade por meio de uma Carta, reforçar a protecção dos direitos fundamentais, à luz da evolução da sociedade, do progresso*

social e da evolução científica e tecnológica”². Salientam-se os princípios da igualdade e da não discriminação enunciados na Carta, reconhecidos para qualquer pessoa, designadamente em razão da idade (artigos 20º e 21º). Por sua vez, o artigo 24º, do Capítulo III, faz referência especial aos direitos das crianças. O legislador comunitário identifica, sem discriminar faixas ou grupos etários, a dimensão *idade e maturidade* como critério do direito de expressão da opinião própria sobre os assuntos que dizem respeito ao sujeito. Todavia, este critério é omissivo nos pontos seguintes (ponto 2 e 3), referindo o interesse superior da criança como critério primordial no relacionamento e contactos com a família, bem como em todos os actos praticados por entidades públicas ou privadas. Não faz, portanto, alusão explícita a situações de acolhimento.

2. Contexto Português - O Sistema de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Risco

Antes da Convenção dos Direitos da Criança, Portugal já tinha uma primeira Lei de Protecção à Infância no ano 1911 (Epifânio & Farinha, 1987, cit. por Calheiros, 2006, p.76), cujo objectivo foi o de “ *prevenir os males sociais que conduzem os menores de 16 anos à perversão e ao crime*”, mediante a criação das “tutorias de infância”. Organizadas em comarcas, as “tutorias de infância” cumpriam o objectivo de “*guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados e delinquentes*”. A partir de 1928 passam a ser consideradas como Tribunais singulares e denominadas de Tribunais de Menores (Epifânio & Farinha, 1987, cit. por Calheiros, 2006).

Em Portugal, o final da década de 1980, início da de 90, marca uma sensibilidade crescente na construção de um consenso, do reconhecimento da criança como ser autónomo e detentor de direitos próprios, destacando-se especialmente a assinatura da Convenção dos Direitos da Criança³.

Em 1991, o Decreto-lei nº 189/91 cria as Comissões de Protecção de Menores (CPM). Ainda no âmbito da reforma legal de Menores, face à necessidade de aferir linguagem e conceitos, em 1998, a Comissão Interministerial dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social define crianças em risco como: “*aquelas*

² A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é investida de força legal através da introdução de uma menção que lhe reconhece valor jurídico no Tratado de Lisboa.

³ Ratificada em Portugal em 1990 – Resolução nº 20/90, da Assembleia da República, publicada no DR nº 211, I série de 12/09/90

crianças sujeitas a maus tratos, a quem os pais não prestam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e aquelas que, com o seu comportamento, ponham elas próprias em causa o seu crescimento”.

A consciência de que a reforma do quadro legal deveria ser mais ampla implicou a re-equação do significado do conceito de protecção, “*protecção sinónimo de promoção da universalidade dos Direitos...*” (Clemente, 2009, p. 21). Traduzida numa abordagem integrada aos Direitos da Criança, conduziu à regulamentação de uma intervenção centrada na própria criança/jovem, objectivada pela promulgação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Esta é reconhecida pelos actores do sistema de promoção e protecção e pela comunidade científica como a Lei que gerou uma mudança fundamental na forma de encarar a intervenção com crianças/jovens no âmbito do sistema de promoção e protecção, identificando ainda, como deveres, a participação e responsabilização do Estado e da Sociedade, em geral, na promoção e defesa dos direitos de todas as crianças.

E embora esta objectivação passe pela “*intenção clara do legislador de introduzir no tratamento das questões relativas à criança uma linguagem actual, mais adequada ao sentido e à razão da intervenção, tendente a afastar em definitivo o conceito clássico manifestamente conotado com a desvalorização da criança e do seu estatuto social*” (Clemente, 2009, p.6), designadamente, abandonando o conceito «menor» da Lei anterior, recorrendo agora à expressão «criança e jovem», não se observa idêntico esforço de precisão quanto à diferenciação com base na idade destes dois grupos etários ou de outros. De acordo com a alínea a) do artigo 5º (Definições) da LPCJP, “*considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos*”.

Mais uma vez, o espírito da Lei parece traduzir uma perspectiva homogeneizante de uma população objectivamente tão distinta e com necessidades desenvolvimentalmente identificáveis como é o conjunto de crianças/jovens entre os 0-18 anos.

2.1. Dos princípios da intervenção às medidas de acolhimento, na Lei 147/99, de 1 de Setembro

Entende-se que o reconhecimento legal da criança como sujeito de direito e membro activo da sociedade não basta. A dimensão operativa exige conhecimento específico e trabalho efectivo, congruente com as necessidades específicas, articulado e prioritário, na defesa da qualidade de vida das crianças; afinal, *Um país que não cuida das suas crianças não tem futuro*” (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2006, p.1).

O Sistema Nacional de Promoção e Protecção pretende assumir, a nível nacional, regional e local, o carácter regulador de uma política integrada de apoio às crianças e jovens nas situações consideradas de risco, em que se põe em causa o bem-estar infantil: *“interessam, em especial, os riscos que as crianças correm sempre e quando o seu meio familiar não constitui um contexto favorável ao seu desenvolvimento, podendo mesmo comprometer a sua viabilidade e integridade física ou psicológica”* (Martins, 2004, p. 11).

Apesar de o espírito da Lei apelar, também, à prevalência da família, a intervenção assenta na centralidade da criança/jovem, no seu interesse superior e, quando a análise da situação justifica, a separação da criança/jovem da família, a mesma é consubstanciada pela Lei 147/99, de 1 de Setembro.

O artigo 4º da referida Lei define os princípios orientadores da intervenção técnica, alertando para um conjunto de dimensões a considerar na abordagem aos processos, evitando que colidam entre si, naqueles que são os direitos da criança e da família. Se estes princípios estão subjacentes ao conjunto das disposições constantes desta Lei, considera-se ser de particular relevância para a faixa etária que constitui objecto da presente análise – 0-3 anos – os seguintes:

- interesse superior da criança,
- responsabilidade parental,
- prevalência da família.

No que se refere à faixa etária em causa, entende-se que a operacionalização do *“interesse superior”* da criança envolve o conhecimento das suas necessidades e características desenvolvimentais, para além da consideração dos aspectos individuais

próprios de cada sujeito e da sua ecologia de vida, envolvendo as circunstâncias que determinaram a situação de perigo⁴

Assim, a capacidade de “*responsabilidade parental*”⁵ das famílias para responder de forma *suficientemente boa* aos requisitos desenvolvimentais e individuais das suas crianças terá que ser avaliada, bem como as variáveis que directa ou indirectamente influenciam esta dimensão.

Por último, o princípio da “*prevalência da família*” é, na Lei, a norma e o ambiente privilegiado para o desenvolvimento da criança. Este princípio será ponderado com muito rigor na medida do interesse superior da criança. É imprescindível conciliar com o saber do universo científico (da Psicologia e Medicina, entre outros), peremptório na importância que têm os processos relacionais normalmente desencadeados no contexto familiar para o desenvolvimento global precoce e posterior das crianças, embora seja de acautelar, como diz Clemente (2009) que “... *essa mesma prevalência na família não se constitua, paradoxalmente, numa outra forma de violação dos direitos da criança, por excessiva confiança na capacidade de recuperação das famílias biológicas*”.

Quando se esgotam, na intervenção, as possibilidades de manter a criança junto da família, mesmo na família alargada, pela ineficácia da medida em meio natural de vida, ou por uma variedade de circunstâncias, o artigo 35º da Lei 147/99 identifica como alternativa a aplicação das medidas de colocação, nomeadamente as alíneas, e) - família de acolhimento e alínea f) - acolhimento em instituição.

A Lei 147/99 explicita que a colocação pode decorrer em duas modalidades, curta duração ou prolongada, especificando um período de 6 meses para o acolhimento de curta duração, artigos 48º (“*modalidades de acolhimento familiar*”) e 50º (“*modalidades de acolhimento em instituição*”).

A adequação das medidas, identificadas na Lei, às necessidades das crianças, em função da idade, continua a ser omissa no articulado da Lei. Para o legislador, a idade não é um facto considerado, nem há qualquer distinção das medidas de colocação em função da idade.

Sabendo que a faixa etária dos 0 aos 3 anos é identificada na ciência como uma fase de grande plasticidade, durante a qual se formam as bases estruturais do

⁴ Conforme considerações feitas oportunamente.

⁵ Alínea f), do artigo 4º, Lei 147/99 - *responsabilidade parental*

desenvolvimento humano⁶, a inexistência de diferenciação etária nas disposições legais levanta questões sobre a consubstanciação dos princípios basilares da intervenção neste âmbito, dada a amplitude etária que compreende e, conseqüentemente, as diferenças evidentes no perfil de necessidades dos sujeitos em perigo, dando margem para a ambigüidade das práticas dos decisores e intervenientes nos processos de promoção e protecção.

3. Enquadramento legislativo das medidas de acolhimento

3.1. Acolhimento familiar

O quadro legal do acolhimento familiar pode, de forma sucinta, resumir-se a quatro diplomas legais: Decreto-Lei 288/79 de 13 de Agosto; Decreto-Lei nº 190/92 de 3 de Setembro; Lei 147/99 de 1 de Setembro; Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro.

O Decreto-Lei 288/79 formaliza o estatuto do acolhimento familiar como resposta para crianças privadas da sua família nuclear. Em 1992, o articulado do Decreto-Lei nº 190/92 de 3 de Setembro define os princípios e regras fundamentais do funcionamento do acolhimento familiar como “*genuína prestação de acção social*”⁷. Este Diploma descreve o acolhimento familiar como transitório e temporário, realizado por famílias consideradas idóneas para acolhimento de crianças e jovens, cuja família natural não esteja em condições de exercer a parentalidade. No entanto, segundo o Decreto-Lei 190/92, as famílias de acolhimento, não sendo parentes em 1º grau da linha recta ou do 2º grau da linha colateral⁸, podem ter laços de parentesco com as crianças, designadamente os avós. Esta Lei distingue dois tipos de família de acolhimento: famílias não familiares das crianças (sujeitas a selecção) e famílias com laços de parentesco.

Ainda de acordo com os pressupostos do Decreto-Lei 190/92, de 3 de Setembro, o acolhimento familiar destina-se preferencialmente a crianças e jovens com idade inferior a 14 anos e, apenas em casos especiais devidamente justificados, com idade superior a 14 anos.

⁶ Matéria a desenvolver, mais adiante, no capítulo de Necessidades das crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos.

⁷ Decreto Lei nº 190/92, de 3 de Setembro, p 4210

⁸ Ponto 2, do artigo 1º do Decreto-Lei 190/92

Em 1999, a Lei 147/99 de 1 de Setembro define o *regime de colocação* da medida temporária de colocação em acolhimento familiar⁹. O ponto 1 do artigo 46º refere que a colocação em família de acolhimento visa “*a integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral*”. Sendo omissa a questão da idade, a Lei refere “*cuidados adequados às necessidades*”, entenda-se necessidades individuais de cada criança.

A regulamentação do acolhimento familiar surge no Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro.

De forma global, o Decreto-Lei nº 11/2008 assume como pressuposto a prioridade do superior interesse da criança ou do jovem¹⁰. Tenta acautelar ou minimizar os danos para a criança da privação da sua família natural através da qualificação do acolhimento familiar, fixando pressupostos de aplicabilidade da medida e exigências da sua operacionalização, tais como: a previsibilidade do regresso da criança/jovem à sua família natural, a identificação de critérios e requisitos de selecção, formação e acompanhamento das famílias de acolhimento e de todo o processo de acolhimento. Confere, ainda, especial relevância à necessidade de interacção entre a família de acolhimento e a família biológica¹¹, bem como à promoção da relação da criança/jovem com a sua família natural (desde que não constitua perigo para a criança/jovem).

O Decreto-Lei 11/2008, actualmente em vigor, substitui o Decreto-Lei 190/92 e apresenta três diferenças significativas, relativamente à Lei anterior, nomeadamente:

1. O Decreto-Lei nº 11/2008 não admite, enquanto família de acolhimento, pessoas individuais ou casais que não tenham sido seleccionadas pelas equipas de enquadramento, ou com qualquer laço de parentesco com a criança/jovem.¹²
2. Identifica como um dos requisitos de candidatura dos casais ou de candidatura individual: “*Não ser candidato a adopção*”¹³.
3. O novo diploma legal apresenta duas tipologias de acolhimento “*acolhimento em lar familiar*” e “*acolhimento em lar profissional*”.

⁹ Alínea e) do artº 35º da Lei 147/99, de 1 de Setembro

¹⁰ De acordo com a Lei 147/99 de 1 de Setembro

¹¹ Capítulo V (Direitos e obrigações) da Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

¹² Artigo 7º, Capítulo II do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

¹³ alínea e), artigo 14º, Secção I, Capítulo IV do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

Não existe no Decreto-Lei nº 11/2008 qualquer critério de idade para as crianças/jovens a acolher. Esta alteração ajusta o critério idade ao articulado da Lei 147/99, nomeadamente aos artigos 47º e 48º, relativos à medida de acolhimento familiar, onde também não é especificada qualquer idade. Ou seja, a lei aplica-se indiscriminadamente dos 0 aos 18 anos de idade. Lembra-se que o Decreto-Lei 190/92 identificava esta tipologia de acolhimento, preferencialmente para crianças e jovens com idade inferior a 14.

3.2. Acolhimento em Instituição

Em Portugal, o estatuto legal dos Lares de Crianças (acolhimento institucional) é formalmente reconhecido através do Decreto-Lei nº 2/86. Refere o diploma legal que os Lares de Crianças são equipamentos vocacionados para o acolhimento de crianças e jovens em condições de vida tão próximas das familiares quanto possível. Concomitantemente, o Lar deverá dispor de condições promotoras do desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos, nomeadamente a inserção dos residentes na sociedade. (Artigo 2º, p. 5).

Verifica-se ao longo dos artigos do diploma legal a referência a “crianças e jovens”, sem que no entanto seja discriminado qualquer grupo ou faixa etária. Entende-se arbitrária a questão da idade.

Em 1996, a Direcção Geral de Acção Social elabora e divulga um Guião de orientações para a implementação e funcionamento do Lar para Crianças e Jovens (LCJ), baseado na legislação de 1982, mantendo omissa a idade das crianças e jovens a acolher.

Posteriormente, a publicação da Lei 147/99, de 1 de Setembro, na linha do novo paradigma da promoção e protecção das crianças e jovens, determina a medida de acolhimento em instituição, através da alínea f) do artigo 35º (p. 6121).

O acolhimento em instituição prevê duas modalidades e a Lei 147/99 identifica o acolhimento prolongado em Lar de Infância e Juventude (LIJ) e acolhimento de curta duração, remetendo o acolhimento de curta duração para os CAT - “*o acolhimento de curta duração tem lugar em casas de acolhimento temporário por prazo não superior a seis meses.*” (ponto 2, artigo 50º, p. 6123).

Comum às duas modalidades de acolhimento, o regime de funcionamento deverá ser centrado nos direitos da criança/jovem, sendo que dos artigos 52º a 54º se

preconiza um modelo de funcionamento aberto dos equipamentos, promotor da utilização dos serviços e integração na comunidade, bem como o relacionamento das crianças/jovens com a família biológica (artigo 53º, p. 6123). Institui, ainda, a Lei 147/99, a necessidade de afectação de uma equipa técnica pluridisciplinar (artigo 54º, p. 6123).

A resposta social, “Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco” (CAT) havia sido criada em 1996, pelo Ministério da Segurança Social, com a finalidade do “...acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens”, sendo que as orientações e condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos equipamentos são descritas no Guião da Direcção Geral de Acção Social¹⁴ “.

Passam então a coexistir, em 1996, duas modalidades de acolhimento institucional: Centro de Acolhimento Temporário (CAT) e Lar de Infância e Juventude (LIJ), das quais se aguarda, ainda hoje, a sua regulamentação legal. São por isso mesmo respostas de acolhimento onde vigora a pluralidade, nas quais as crianças são acolhidas, não pela especificidade das suas necessidades, mas pela oferta de vaga.

Todavia, embora nenhum dos documentos legais ou de orientações técnicas refira grupos ou faixas etárias específicas, como já se disse, e desconhecendo a existência de algum estudo relativamente aos motivos, a realidade é que as crianças mais pequenas, nomeadamente dos 0 aos 3 anos, são acolhidas preferencialmente em CAT¹⁵.

3.3. Panorama do acolhimento em Portugal

A temporalidade do acolhimento, contemplada teoricamente na legislação relativa aos processos de crianças e jovens em situação de risco, em Portugal, apresenta-se espelhada na estrutura do sistema de acolhimento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2000) a três níveis que de forma sucinta se caracterizam:

1 - Acolhimento de emergência - em unidades de emergência, para acolhimento urgente e transitório. A duração não deverá exceder as 48 h, sendo o objectivo retirar imediatamente a criança/jovem do perigo grave e urgente em que se encontra;

2 – Acolhimento temporário ou de curta duração – em centro de acolhimento temporário (CAT), ou em acolhimento familiar (em lar especializado ou lar familiar).

¹⁴ Direcção Geral da Acção Social (Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação), Guiões Técnicos nº2, Dezembro de 1996

¹⁵ Evidencias no ponto 3.3.1 - Panorama do acolhimento, em Portugal, para crianças dos 0 aos 3 anos

Em ambas as situações o acolhimento será provisório por um período de tempo não superior a 6 meses, cujo objectivo é a substituição transitória do meio familiar de origem, delineando-se o projecto de vida que se pretende definitivo.

3 – Acolhimento prolongado – em Lares de Infância e Juventude, ou em acolhimento familiar (lar especializado ou lar familiar). Ambas as situações prevêm o acolhimento até aos 18 ou 21 anos, com a saída dos jovens para autonomia de vida.

Todavia, além de Centros de Acolhimento de Emergência (CAE), Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Acolhimento Familiar e Lares de Infância e Juventude (LIJ), existem ainda enquanto equipamentos de acolhimento: Apartamentos de Autonomização, Centros de Apoio à Vida (CAV) para acolhimento temporário de grávidas, mães e bebés com poucos meses de vida; Lares Residenciais, acolhimento de pessoas deficientes que, em algumas situações, acolhem crianças/jovens portadores de deficiência e com medidas de acolhimento (de duração prolongada, na sua maioria), no âmbito dos processos de Promoção e Protecção.

Neste cenário, com o objectivo de caracterizar e monitorizar as situações de acolhimento de crianças e jovens existentes e, conseqüentemente, regularizar os processos de acolhimento, são realizados, anualmente, desde há 6 anos, por técnicos dos Serviços Centrais do Instituto da da Segurança Social (ISS, IP), os Planos de Intervenção Imediata (PII), com elaboração dos Relatórios de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento do ano transacto. Apresentam-se, assim, como documentos de diagnóstico da situação de acolhimento de todas as crianças e jovens com medida de acolhimento.

A este respeito, o Relatório do PII 2010 pelo 7º ano consecutivo, identifica um universo de 12 579 crianças e jovens acolhidas no nosso país.

No ano 2010, tal como em 2007¹⁶, 2008¹⁷ e 2009¹⁸, o PII identifica, relativamente às situações de acolhimento, três dimensões principais: o número de crianças e jovens acolhidos; os períodos de permanência em acolhimento; a mobilidade no sistema de acolhimento.

Os números apresentados evidenciam as seguintes tendências:

- *Número de crianças e jovens acolhidos.* Diminuição do número de crianças e jovens em acolhimento, no quadriénio 2006/2009 (Quadro 1).

¹⁶ Plano de Intervenção Imediata 2007 (PII, 2007)

¹⁷ Plano de Intervenção Imediata 2008 (PII, 2008)

¹⁸ Plano de Intervenção Imediata 2009 (PII, 2009)

Quadro 1- Comparação do nº de medidas de acolhimento nos anos 2006 a 2009

	anterior a 2006	com início em 2006	reintegração em acolhimento	total
2006	10134	2084	27	12245
	anterior a 2007	com início em 2007	reintegração em acolhimento	total
2007	9120	2184	58	11362
	anterior a 2008	com início em 2008	reintegração em acolhimento	total
2008	7801	2155	Nº não identificado	9956
	anterior a 2009	com início em 2009	reintegração em acolhimento	total
2009	7376	2187	Nº não identificado	9563

Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

- *Períodos de permanência em acolhimento.* A maioria, das crianças/jovens, caracterizada nos PII permanece acolhida por períodos superiores a 1 ano (Quadro 2).

Quadro 2 – Comparação da duração dos períodos de permanência em acolhimento nos anos de 2006 a 2009

	até 1 ano	de 1 a 3 anos	de 4 a 6 anos	mais de 6 anos
2006	1968	3323	2574	3458
2007	1808	2612	2003	2520
2008	2208	3608	1647	2020
2009	2415	3654	1531	1563

Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

- *Mobilidade no sistema de acolhimento.* Ainda que ténue, a tendência é de aumento da desistintucionalização.

Quadro 3 - Comparação do nº de cessações de medidas de acolhimento nos anos 2006 a 2009

	acolhimento anterior a 2006	início e fim em 2006	total
2006	2361	410	2771
	acolhimento anterior a 2007	início e fim em 2007	total
2007	2578	428	3006
	acolhimento anterior a 2008	início e fim em 2008	total
2008	3760	194	3954
	acolhimento anterior a 2009	início e fim em 2009	total
2009	2544	472	3016

Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

Da análise conjunta dos quadros 1 e 3, no quadriénio 2006/2009, considerando apenas os números totais, a tendência é de diminuição de crianças e jovens em acolhimento. Por sua vez, o quadro 2 revela que os números dos tempos de permanência tendem a diminuir. Os períodos de permanência até 1 ano e de 1 a 3 anos apresentam, embora pouco acentuada, uma tendência de subida e os números de crianças/jovens com tempos de permanência de 4 a 6 e mais de 6 anos, verificam tendência para a descida.

Contudo, serão necessários mais anos de caracterização para provar esta tendência. A situação de exceção do ano de 2008, não permite ler, com clareza, a tendência dos números.

Em 2008, consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro, verificam-se as diferenças mais acentuadas, quer na diminuição do número total de acolhimentos de crianças e jovens, quer no aumento de crianças e jovens que cessaram o acolhimento (mais 1183, relativamente ao ano de 2006; mais 948 face a 2007 e mais 938, relativamente a 2009). Note-se, no entanto, que taxa de desinstitucionalização no ano de 2008, na modalidade de acolhimento familiar, é de 77% (PII 2009), em consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 11/2008, que exclui das famílias de acolhimento as famílias com laços de parentesco.

Numa perspectiva pró activa, podemos dizer que a mudança começa a sentir-se, não só pela tendência dos números, mas também pela exposição de novas ideias e emersão de projectos e medidas que configuram a requalificação do acolhimento. O propósito é o de um trabalho de maior qualidade com as crianças e famílias e, consequentemente, a promoção da desinstitucionalização segura, como referem Amorós e Palácios (2004, p. 60) “...um dos indicadores de qualidade de um sistema de protecção será o esforço feito para evitar a todo o custo o prolongamento desnecessário de situações provisórias e indesejáveis. E, pelo contrário, um indicador seguramente de má qualidade é a não preocupação com o factor “tempo” e a ausência de controlo sobre os procedimentos para aligeirar ao máximo a tomada de decisões.”

Podem ler-se sinais desse esforço a diversos níveis: do trabalho em execução, na regulamentação do acolhimento residencial (que se aguarda para breve, abandonando-se a nomenclatura de acolhimento institucional); na implementação do Plano DOM¹⁹ (em curso); no acolhimento familiar, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Todavia, o investimento prioriza, actualmente, a qualificação das respostas de acolhimento, o reforço de competências técnicas e humanas dos colaboradores nas respostas existentes (em áreas como a formação e selecção de colaboradores, designadamente nas famílias de acolhimento).

¹⁹ Desafios Oportunidades e Mudanças – consubstancia duas medidas: a Medida 1, que consiste na dotação ou reforço das equipas técnicas pluridisciplinares dos Lares de Infância e Juventude e a Medida 2, que se traduz na qualificação da intervenção e dos interventores, através de formação às equipas, supervisão e criação de instrumentos técnicos de intervenção

3.3.1. Panorama do acolhimento, em Portugal, para crianças dos 0 aos 3 anos

Após uma abordagem sumária ao universo das situações do acolhimento em Portugal, no quadriénio 2006/2009, torna-se essencial para o *corpus* do trabalho focalizar a análise nas situações das crianças acolhidas, em CAT e acolhimento familiar, na idade da 1ª infância e no mesmo período de tempo. Para tal, esta faixa etária será caracterizada sob o ponto de vista:

- a) da sua expressão no conjunto das crianças acolhidas;
- b) das diferenças em função do sexo das crianças;
- c) da evolução verificada na frequência de crianças acolhidas nesta faixa etária nos últimos 4 anos;
- d) a frequência das crianças por tipologia de acolhimento (especifico em CAT e acolhimento familiar);
- e) a duração do(s) período(s) de acolhimento;
- f) diferenças e evolução verificadas nos projectos de vida das crianças.

Assim, do universo de crianças e jovens identificado no PII 2010, num total de 9.563 (100%), 861 (9,0%) crianças inscrevem-se na faixa etária dos 0 aos 3 anos: 418 meninas (4,3%) e 443 rapazes (4,6%).

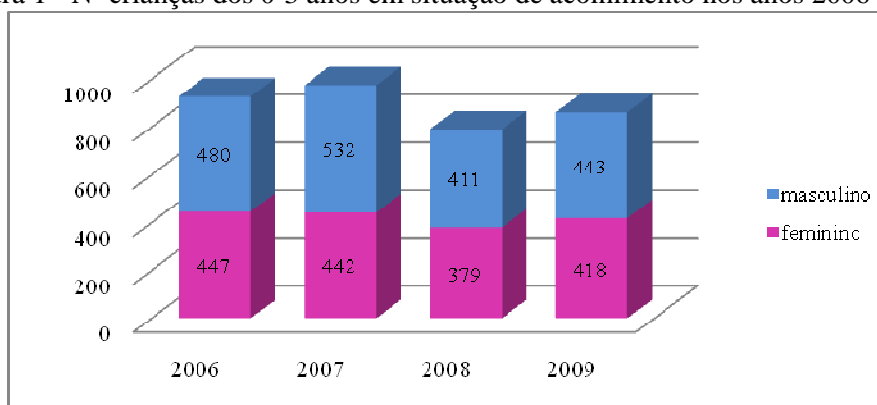
Se se comparar o número de crianças dos 0 aos 3 anos, em situação de acolhimento, caracterizadas nos PII de 2007, 2008, 2009 e 2010, (figura 1) verifica-se um aumento no número de acolhimentos, de 2006 para 2007, de cerca de mais 47 crianças. A inversão desta tendência tem alguma expressão de 2007 para 2008, registando-se um decréscimo de acolhimento de 184 crianças dos 0 aos 3 anos. Em 2009 observa-se novamente o aumento de acolhimentos de crianças da 1ª Infância (mais 71 crianças face a 2008).

Crê-se que a diminuição do número de acolhimentos em 2008 estará relacionada com a legislação publicada relativa aos requisitos de selecção das famílias de acolhimento, nomeadamente a proibição de terem laços familiares com a criança e, ainda, o critério de prioridade das medidas em meio natural de vida²⁰.

Uma constante no número de crianças em acolhimento é o género. É sempre ligeiramente superior, o acolhimento de crianças do género masculino.

²⁰ Decreto-Lei nº 11/2008 e Decreto-Lei nº 12/2008, respectivamente.

Figura 1- Nº crianças dos 0-3 anos em situação de acolhimento nos anos 2006 a 2009



Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

Se nos reportarmos ao número de crianças acolhidas nas respostas sociais de CAT e família de acolhimento, nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 (Quadro 4), de acordo com as percentagens, a opção por estas tipologias de acolhimento tem vindo a crescer. Identifica-se a predominância de acolhimento muito superior, em CAT. As razões para tal facto poderão estar associadas ao número de famílias de acolhimento disponíveis, a um maior conhecimento dos equipamentos CAT, ou à facilidade de acesso à integração das crianças em acolhimento institucional.

Por sua vez o acolhimento familiar regista de 2007 para 2008 uma diferença de cerca de menos 50%, crianças ²¹(86 crianças em 2007 e 48 em 2008), com acentuada diminuição nos acolhimentos em famílias de acolhimento com laços de parentesco, menos 45 crianças. Importa referir, mais uma vez, a entrada em vigor o Decreto-Lei nº 11/2008 que exclui, do âmbito das famílias de acolhimento, as famílias com grau de parentesco com as crianças²². Este facto terá motivado a alteração dos números.

Quadro 4 - Nº de crianças dos 0 aos 3 anos de idade acolhidas em CAT e acolhimento familiar, nos anos de 2006 a 2009

	Total de crianças acolhidas	CAT	Acolhimento familiar (AC)		% acolhimentos CAT e ACF/Total
			c/laços	s/laços	
2006	927	462	35	42	58%
2007	974	670	47	39	78%
2008	790	553	2	46	76%
2009	861	662	n/identifica	30	80%

Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

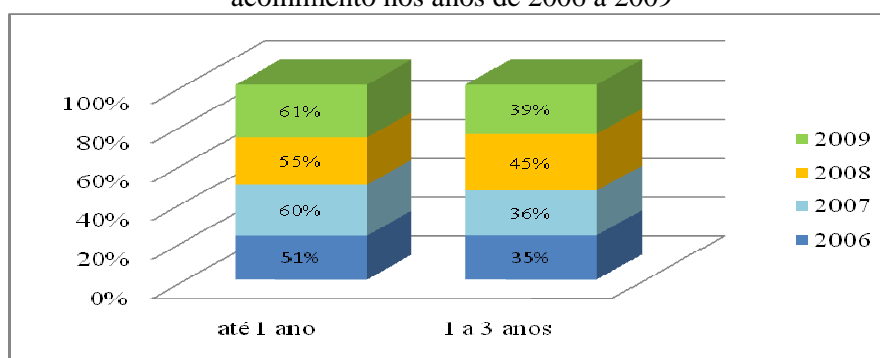
²¹ Os números referenciados não identificam se são novos ingressos ou se de situações de anos anteriores

²² Artigo 7º, Capítulo II do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

Outro aspecto a verificar é a duração do(s) período(s) de acolhimento, tratando-se de crianças dos 0 aos 3 anos de idade, os dados dos PII de 2007 a 2010 mostram que predomina o período de acolhimento até um ano. No entanto, a percentagem de crianças que observa um período de acolhimento de 1 a 3 anos é elevada (note-se que os dados se referem a crianças até aos 3 anos de idade). Prolonga-se, assim, a situação de acolhimento temporário muito além dos 6 meses referidos na legislação.

Poderá inferir-se da necessidade de uma maior dinamização e intervenção nos Planos Sócio-Educativos Individuais (PSEI's), conducentes à concretização dos projectos de vida, definitivos, para estas crianças (figura 2).

Figura 2 - Duração dos períodos de permanência das crianças dos 0-3 anos em situação de acolhimento nos anos de 2006 a 2009



Fonte: PII 2007, PII 2007, PII 2007e PII 2010

A tendência dos números do tempo de permanência evidencia alguma congruência com a definição dos projectos de vida, cuja tendência, ainda que pouco significativa, é de aumento do número de projectos de vida definidos de acordo com Quadro 5. Mas, face às percentagens de projectos de vida definidos/total de crianças acolhidas, sobressai a necessidade de uma abordagem e intervenção nos processos, mais célere e adequada aos perfis de desenvolvimento das crianças desta faixa etária, naquele que é o direito de cada criança a ter uma situação familiar definida (seja adopção, reintegração na família nuclear ou integração em família alargada).

Quadro 5 - Definição de projectos de vida, das crianças dos 0 aos 3 anos de idade acolhidas, nos anos de 2006 a 2009

	Adopção	Reintegração na família nuclear	Integração em família alargada	%PV definidos/total de crianças acolhidas
2006	370	119	39	57%
2007	355	131	49	55%
2008	315	191	52	71%
2009	323	197	55	67%

Fonte: PII 2007, PII 2008, PII 2009 e PII 2010

Capítulo 2. A Criança dos 0 aos 3 Anos e os Contextos de Acolhimento

Após a visão do enquadramento jurídico-legal, do sistema administrativo da protecção das crianças e jovens em risco e do panorama do acolhimento nacional, concluiu-se que, embora em alguns artigos a idade seja um facto mais ou menos explícito cuja consideração é recomendada acerca da capacidade da criança (ex: artigos 5º da Convenção dos Direitos da Criança) e das suas necessidades (ex: artigos 20º e 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia), a lei assume contornos generalistas, não havendo orientações legais ou mesmo administrativas que especifiquem faixas etárias. Podemos dizer que a criança é uma entidade considerada relativamente homogénea e indiferenciada dos 0 aos 18 anos.

O conhecimento comum e o conhecimento desenvolvido noutras áreas do saber permitem-nos fundamentar a diferenciação das necessidades das crianças nesta faixa etária, certamente com implicações ao nível das respostas de protecção. É exactamente o conhecimento das necessidades das crianças dos 0-3 anos e a sua eventual especificidade relativamente a outras faixas etárias de que este capítulo se ocupa, recorrendo para o facto às áreas de conhecimento da Pediatria, da Psicologia e Neurobiologia.

1. Necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos

Muitos têm sido os estudos científicos que evidenciam a importância da fase dos 0 aos 3 anos. Se nos reportarmos à actualidade, investigadores conceituados como Brazelton e Greenspan (2002) identificam que: *“A primeira infância é simultaneamente a fase mais crítica e mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança. A nossa investigação, bem como a de outros, demonstra que é nos primeiros anos de vida que se estabelecem as bases para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral. Se não for nesta fase, é certo que uma criança em desenvolvimento pode ainda vir a adquiri-las, mas a um preço muito mais elevado e com hipóteses de sucesso que vão diminuindo à medida que decorre cada ano. Não podemos negligenciar as crianças nesses seus primeiros anos de vida.”* (p. 12). A especificidade e importância desta faixa etária diferenciam-na de qualquer outra e criam a necessidade de uma resposta adequada ao superior interesse da criança na 1ª infância, como requisito essencial para o crescimento e aprendizagem (Brazelton e Greenspan, 2002).

Os estudos recentes da área da neurobiologia validam esta ideia, mostram que o genoma garante a activação, à data do nascimento, de dispositivos, com pouca ou nenhuma dependência da aprendizagem (Damásio, 2003, p. 51). Comportamentos como o choro ou expressão do olhar, entre outros, são accionados para a satisfação das necessidades mais básicas de alimentação, higiene ou sono, cabendo ao cuidador estar atento e saber interpretá-los. Ou seja, logo à nascença, o bebé vem apetrechado com um sistema comportamental que tem por função protegê-lo do perigo (Soares, 2002, p. 217).

Acresce também a informação científica que o bebé nasce com 100 biliões de neurónios e cada um desencadeia 15.000 sinapses durante os dois primeiros anos de vida (Balbernie, 2001). A quantidade e qualidade das experiências vividas precocemente são responsáveis pelo número dessas sinapses que, conseqüentemente, desenvolvem ou atrofiam determinadas áreas do cérebro e determinam a arquitectura neurológica da criança (Balbernie, 2001).

As características próprias do “*bebé real*” (Brazelton e Greenspan, 2002, p. 235) como peso, sexo, tamanho, fisionomia, temperamento, vão influenciar a forma como vai assimilar e captar o mundo à sua volta. O conhecimento e noção de si próprio e do outro (pessoa ou objecto) passam, essencialmente, no primeiro ano de vida, pela fronteira do corpo. O que o bebé sente quando mexe ou manipula um objecto (texturas, dimensões), as barreiras do espaço quando quer extravasar o seu espaço e algo o impede, o que sente quando o tocam, a interacção de gestos emocionais, todas estas experiências sensoriais, são sentidas através do corpo. Segundo Damásio “*as regiões somatossensitivas têm a amabilidade de permitir os nossos sentimentos*” (Damásio, 2003, p.133).

Também a forma como é cuidado, na resposta às necessidades de higiene, cuidados de alimentação, saúde, sono e conforto são factores que influenciam a organização do comportamento do bebé. A capacidade de interacção vai crescendo com o passar dos meses, os padrões de interacção vão-se definindo e a sucessão das rotinas do quotidiano, proporcionadas pelo cuidador, constituem-se como reguladores emocionais e comportamentais. Permitem à criança sentimentos de segurança, de previsibilidade, do que vai acontecer a seguir (Butterfield, 2002) e estimulam o desejo de descoberta dos objectos e do mundo, através do envolvimento em jogos e tarefas exploratórias.

A apropriação pela criança da realidade exterior, através das interacções resultantes do conhecimento do eu e das coisas, é a base para o desenvolvimento da

inteligência (Piaget, 1954). Esta construção do conhecimento é apelidada por Damásio (2000) como fundamento da consciência (p.161) e a capacidade de manipular o conhecimento para que novas respostas possam ser planeadas e executadas, chama-se inteligência.

Ao longo do segundo ano da criança, as novas experiências e o nível mais alargado de interações desencadeiam o desenvolvimento das capacidades físicas - a aquisição e aperfeiçoamento da marcha levam a que se movimente com facilidade e confiança, a motricidade fina revela-se essencial para usar os objectos que manuseia; capacidades cognitivas - a aquisição, compreensão e utilização da linguagem, pela criança, utilização dos materiais que manuseia, começa a ter capacidade de imaginação e brinca “*ao faz de conta*”; capacidades sociais - a linguagem é mais um instrumento para a interacção da criança com o outro, considera as suas prioridades mais importantes, integra as rotinas da sua vida na brincadeira.

Aos 24 meses as aquisições realizadas conferem à criança maior capacidade de autonomia (Brazelton e Greenspan, 2002). A criança assume um papel progressivamente mais activo no seu desenvolvimento, na construção de imagens e representações sobre os outros e sobre o seu próprio *self* (Bowlby, 1969).

Com 3 anos, a criança envolve-se activamente com as outras crianças e adultos, contudo as suas competências sociais desenvolvidas ainda não lhe dão disponibilidade para partilhar e cooperar. As aquisições realizadas no núcleo mais restrito da família são suporte para o sucesso do desenvolvimento social da criança. A criança aprende a controlar ou a modular o seu comportamento e sentimentos, fazendo um caminho de interiorização de novas realidades e relações que são uma fonte de estimulação e de aprendizagens (Amorós e Palacios, 2004) promotoras de todo o seu desenvolvimento.

As aprendizagens sociais, aliadas à sua crescente autonomia, tornam a criança cada vez mais curiosa e desperta para aspectos simbólicos. É capaz de gerar ideias separadas da experiência e verbalizá-las. A sua capacidade de imaginação leva a que a fronteira da fantasia e da realidade seja ténue (Brazelton e Greenspan, 2002). Estimular o desenvolvimento da criança passa, então, pela quantidade e qualidade das primeiras experiências que lhe são proporcionadas no contacto com pessoas, materiais e espaços físicos. A plasticidade do cérebro da criança, na 1ª infância, permite grande número de aprendizagens básicas da sua estrutura neuronal. A qualidade das experiências está inevitavelmente associada à adequabilidade das mesmas e ao perfil da criança, ou seja, a

criança tem *necessidades de experiências adequadas ao seu desenvolvimento* (Brazelton e Greenspan, 2002).

Cada criança tem características desenvolvimentais próprias que fazem com que percepcione o mundo e interaja de forma diferente, determinando a sua evolução e o nível de domínio das capacidades diferem e condicionam a resposta. É pois necessário conhecer o perfil desenvolvimental da criança. São estas informações que ajudam o cuidador a lidar com cada criança de forma adequada, proporcionando-lhe uma resposta às suas *necessidades de experiências adaptadas às diferenças individuais*” (Brazelton e Greenspan, 2002), estimulando e potenciando o desenvolvimento da criança.

Por outro lado, este é também um período de grande vulnerabilidade ao risco, para a criança que está a fazer aquisições iniciais e a desenvolver capacidades cognitivas, morais, físicas e emocionais, bases da sua estrutura interna definitiva: “*Os cuidados pós-natais são especialmente importantes devido ao rápido crescimento do bebé e às suas necessidades sempre em alteração*” (Brazelton e Greenspan, 2002, p. 94), daí devam ser, também, protectores. Proteger é também estabelecer regras e limites para estas crianças, ou seja, experiências adequadas e adaptadas às diferenças individuais de cada criança, em ambiente estável e seguro que confirmam protecção física, emocional, segurança, como dizem Brazelton e Greenspan, 2002, “*Necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina*”.

È mais uma aprendizagem inicial que a criança faz. A criança, naturalmente, quer agradar ao adulto e as reacções do adulto vão ajudar a modelar os seus comportamentos e criar as suas expectativas. Assim, quando o adulto reforça positivamente um comportamento da criança, está a encorajá-la e a fazê-la sentir-se segura de si. Quando o comportamento não é adequado, aí o cuidador terá que mostrar “cara feia” e não permitir a continuidade da acção. A criança aprende como agradar ao adulto e percebe que nem tudo é permitido, aprende que existem regras e aprende a lidar com a frustração. A conjugação destes dois factores desenvolve a consciência moral e a *capacidade de resiliência* (Brazelton) nas crianças e dá resposta “*necessidade de estabelecer limites, de organização e de expectativas*” (Brazelton e Greenspan, 2002).

Transversal e indissociável ao bem-estar e desenvolvimento da criança e a todas as necessidades identificadas é o comprometimento de cuidados na relação afectiva com a criança entre os 0 e os 3 anos, a resposta à “*necessidade de relações afectivas contínuas*” (Brazelton e Greenspan, 2002).

Foi Freud (1856-1939) quem primeiro chamou à atenção para a importância de experiências mais precoces de relacionamento através da satisfação das necessidades dos bebês²³, decisiva nas etapas seguintes. Da sua herança ressalta a importância do sentimento de apego com a mãe para o desenvolvimento psicológico (Miller, 1989). Mais tarde, também os estudos de Spitz (1945) concluem que crianças privadas de cuidados maternos desenvolvem problemas psicológicos e de saúde.

No entanto, foi a teoria da vinculação de Bowlby (1964) que se tornou um marco incontornável nesta matéria. Bowlby teorizou sobre o modo como as experiências precoces de relacionamento interferem nos comportamentos manifestados ao longo de toda a vida e a importância do papel da figura de vinculação.

Bowlby (1930), Spitz (1945) e Tizard (1970), no século XX, não só mostraram as consequências da privação de cuidados, como também evidenciaram que não é apenas a satisfação de necessidades de alimentação, conforto ou higiene que promove o crescimento saudável das crianças pequenas, já que nas experiências com bebês/crianças hospitalizados e em instituições onde eram prestados esses cuidados, as crianças continuavam a apresentar sinais de problemas psicológicos.

A mesma situação é identificada nos estudos de Rutter (1998), realizados com crianças institucionalizadas nos orfanatos da Roménia, no período do regime ditatorial, posteriormente adoptadas na Europa e Estados Unidos.

A importância da (in)existência de interacções relacionais precoces é, assim, desde há muito tempo, objecto de várias investigações que procuram aliar a investigação à teoria para compreenderem causas e consequências deste factor nos padrões da organização mental dos indivíduos (Soares, 2006, p. 215).

Nestes estudos há um denominador comum responsável pelo bem-estar do bebé/criança: o desenvolvimento emocional. Este é atribuído à qualidade e quantidade de interacções precoces, determinante na construção da estrutura interna de qualquer indivíduo (Soares, 2006). A este respeito, os estudos de Mary Ainsworth (1963-1978), com base nas suas observações e registos dos comportamentos de bebês e respectivas mães (no Uganda e Baltimore), identificam e caracterizam padrões de vinculação ao longo do primeiro e segundo ano de vida. Esta caracterização permitiu-lhe introduzir um novo conceito – qualidade de vinculação²⁴. O sentimento de segurança, resultante da

²³ - Etapa de desenvolvimento oral entre os 0 e os 12 meses

²⁴ Na versão original são identificados três tipos de vinculação: padrão inseguro-evitante, padrão seguro; padrão inseguro-resistente ou ambivalente (Soares 2006)

troca de fluxos emocionais, foi evidenciado em estados de *stress* do bebê, remetendo para a capacidade da mãe de ler os sinais de comunicação da criança e saber dar a resposta adequada.

Refere o estudo que as mães dos bebês seguros foram consideradas mais sensíveis, cooperantes, psicologicamente disponíveis, em comparação com as mães dos bebês inseguros.

As relações positivas geram sentimentos de segurança, conferem bem-estar aos bebês e, na ausência da figura de vinculação, embora o bebê entristeça, quando o reencontro acontece, o bem-estar é repostado. Esta rotina é interiorizada pelo bebê e faz com que suporte melhor as ausências.

Também para Brazelton e Greenspan (2002) é na 1ª infância que a criança aprende e adquire, gradualmente, a controlar ou a modular o seu comportamento e sentimentos, depois revelados em comportamentos regulados. A continuidade e qualidade das experiências afectivas e empáticas geradoras de apego, constituem um padrão importante que influencia, do mesmo modo, relações de apego, posteriores, a que Amorós e Palacios (2004, p.22) chamam *modelo interno de relações afectivas*.

2. Caracterização das modalidades de acolhimento, familiar e institucional

As circunstâncias que levam à decisão de privar uma criança do seu ambiente familiar causam danos à criança “*Dependendo do tipo, da frequência, da idade e do contexto familiar da criança, as consequências negativas dos maus tratos interferem no seu desenvolvimento, de modo mais ou menos gravoso, de forma temporária ou definitiva*” (Delgado, 2008, p. 19). O acolhimento é assim uma modalidade para proteger a criança que se encontra em situação de perigo.

2.1. Acolhimento familiar

O acolhimento familiar é uma medida de promoção dos direitos da criança junto de uma família, que não sendo a sua, se constitui como família alternativa, por determinado período de tempo. O acolhimento familiar será, assim, uma oportunidade para a criança e um desafio para a família de acolhimento.

Na Europa, nomeadamente em países como o Reino Unido e a Espanha, o número de crianças acolhidas, em acolhimento familiar, tem vindo a reflectir as políticas de investimento que privilegiaram o acolhimento familiar em detrimento do

acolhimento residencial. Esta política traduziu-se no aumento significativo de crianças acolhidas por famílias de acolhimento e na diminuição do acolhimento em instituição (Delgado, 2009). Esta tendência, em Espanha (Valle e al. 2008), aponta o acolhimento familiar como a resposta mais adequada para as crianças mais pequenas e a que melhor cumpre os objectivos traçados.

No entanto, em Portugal, o número de crianças abrangidas pela medida de acolhimento familiar não revela a mesma tendência²⁵. Esta resposta é desenvolvida maioritariamente pelos serviços da segurança social e permanece uma resposta bi-modal que se traduz em duas tipologias: *acolhimento em lar familiar*²⁶ e *acolhimento em lar profissional*²⁷. Os critérios do primeiro especificam o número de crianças em coabitação simultânea, o segundo destina-se a crianças/jovens com problemáticas e necessidades especiais que exijam capacidade técnica de um dos cuidadores da família. Refira-se que sobre a realidade do acolhimento em lar profissional não há informação, nem se o mesmo está concretizado.

Se considerarmos o núcleo restrito do acolhimento familiar, “do ponto de vista sistémico, o acolhimento familiar é um sistema constituído por três subsistemas – os pais biológicos, a criança e a família de acolhimento.” (Martins, 2004, p. 202). Este é um processo que pela sua dinâmica “contém inúmeras variáveis, actores e dimensões que obrigam a uma delimitação cuidada do objecto” (Delgado, 2008, p 20).

Estas variáveis e dimensões são identificadas na literatura e nos estudos que permitem concluir sobre as qualidades e constrangimentos do acolhimento familiar na resposta às necessidades das crianças.

Face às necessidades das crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos, podemos entender, como uma das qualidades apontadas a oferta de um espaço familiar (Kelly & Gilligan, 2000, p. 8). O acolhimento decorre na casa da família de acolhimento, em *clima familiar* (Martins, 2004, p. 262), com a presença de um cuidador durante o tempo de acolhimento que permite estabelecer uma relação significativa, essencial ao desenvolvimento da criança pequena (Bowlby).

O número de crianças acolhidas no espaço familiar (que depende do número de filhos, mas que no cômputo final não deverá ir além das quatro crianças²⁸, com a possibilidade de acolher fratrias) “proporciona a oportunidade de desenvolver relações

²⁵ Veja-se o Panorama do acolhimento em Portugal, (pp. 12-19)

²⁶ Artigo 9º, Capítulo II do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

²⁷ Artigo 10º, Capítulo II do Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro

²⁸ Na Lei Portuguesa em vigor, Lei 11/2008,

estreitas com a família de acolhimento” (Kelly & Gilligan, 2000, p. 8), disponibiliza o adulto para estar com a criança e para conhecer as características individuais. Este conhecimento permite adequar a intervenção ao desenvolvimento das competências da criança, nomeadamente ao nível da estimulação.

Segundo as conclusões do estudo de Delgado (2007), a criança encontra na família de acolhimento “*o sentimento de protecção, de segurança e de proximidade, alicerçados em relações de forte afectividade, promotoras da auto-estima e de auto-confiança.*” (p. 235). Estas interações que se estabelecem no contexto da família respondem à necessidade de relações afectivas próximas e contínuas (Brazelton e Greenspan, 2002), de acordo com o capítulo – “Necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos”

A qualidade e continuidade desta relação com a família de acolhimento são apontadas na literatura como factores de maior sucesso em crianças na 1ª infância. Ainda, segundo Berridge (1999), e de acordo com estudos realizados no Reino Unido, o acolhimento familiar para crianças mais pequenas tem menores probabilidades de ser interrompido do que para crianças mais velhas, promovendo assim melhores resultados (Delgado, 2006).

Contudo, o acolhimento familiar é uma medida de carácter temporário que pressupõe a integração da criança dos 0 aos 3 anos, na família: o regresso da criança à família de origem ou a adopção. Importa que desde o momento inicial se definam as especificidades de cada acolhimento e que se trabalhe para o seu *terminus*. (Capdevila, 2005). Isto significará, inevitavelmente, que se devem fomentar relações fortes entre a criança e a família de acolhimento e, por outro lado, a continuidade da relação entre a criança e a sua família de origem (Chapman et al., 2004), dentro daquilo que constituir a garantia dos direitos e do superior interesse da criança. A este respeito o estudo de (Kelly & Gilligan, 2000) identifica, enquanto aspectos positivos, que o acolhimento familiar “*permite à criança continuar vinculada e identificada com a família biológica e pode incluir a família biológica na protecção da criança*”. Entende-se então a qualidade do relacionamento entre as famílias (biológica e de acolhimento) como dimensão crítica que directa e/ou indirectamente se reflecte na vida da criança em acolhimento.

A este respeito há uma preocupação em perceber como acontecem as dinâmicas da vinculação em crianças nesta situação, tanto pelo facto de muitas vezes não estabelecerem vinculação ou estabelecerem vinculações inseguras com a sua família de

origem, como pelo facto de muitas vezes se vincularem à família de acolhimento para depois terem que sair do seu cuidado, uma vez que a resposta é temporária.

Para este aspecto concorre uma outra dimensão, a duração do acolhimento. Se nos reportarmos aos dados disponíveis nos PII, centrando-nos nas crianças dos 0 aos 3 anos, parece haver desentendimento entre o espírito da Lei e o que acontece na realidade. Os tempos médios de permanência referem, no PII 2010, mais de um ano de acolhimento para 39%, das crianças dos 0 aos 3 anos, que nos remetem para a incongruência da medida de curta duração (3 a 6 meses de acordo com a Lei 147/99 de 1 de Setembro), já que a criança tem direito à sua família (biológica ou de adopção).

Mais do que incongruência da Lei, a duração dos períodos de acolhimento é incongruente com a necessidade das crianças dos 0 aos 3 anos, a necessidade de crescer num ambiente estável e seguro, promotor do desenvolvimento das suas competências.

Esta variável, segundo Sousa et al (2005), pode ainda influenciar nos cuidados prestados pela família de acolhimento à criança. As autoras referem que é necessário não criar ambiguidades que comprometam a qualidade do desempenho das famílias de acolhimento. Segundo as mesmas autoras, a indefinição da duração do acolhimento pode gerar comportamentos de superprotecção por parte das famílias de acolhimento em detrimento de uma relação de suporte emocional, com reflexos posteriores na vida das crianças, nomeadamente a nível cognitivo e emocional.

Remete-nos então para aspectos negativos do acolhimento familiar, como os exemplos elencados no estudo de Triseliotis, Sellick & Short (1995): *“fraca preparação e selecção das famílias de acolhimento; a complexidade do relacionamento e a indefinição de papéis; a tendência de algumas famílias de acolhimento em excluírem a família biológica da vida das crianças, falta de instrumentos contratuais entre técnicos e as famílias de acolhimento estabelecendo os direitos e obrigações”*.

Esta é uma das razões que mostra não existir consenso na literatura quanto aos benefícios da medida de acolhimento familiar na protecção de crianças e jovens em perigo (independentemente da idade). Se por um lado há estudos que apontam claros benefícios (Chapman, Wall & Barth, 2004; Hines, Merdinger & Wyatt, 2005), outros salientam o perigo de respostas pouco qualificadas e adequadas (Gauthier et al., 2004; Kerker & Dore, 2006).

Esta consciência conduz, noutros países, à necessidade de investimento no acolhimento familiar e na promoção de medidas políticas que qualifiquem esta resposta,

como o Plano Estratégico 2007 - 2010²⁹ da província da Galiza. Na rubrica “Âmbito de protecção” traça como objectivo estratégico prioritário, para crianças até aos quatro anos, a redução do recurso ao acolhimento residencial e a potencialização simultânea de outras respostas, especialmente o acolhimento familiar. Concomitantemente, desenha objectivos específicos e estratégias a desenvolver: desde recursos humanos, materiais e tecnologia de informação na promoção de parcerias, criação de respostas de emprego para famílias biológicas, entre outros.

Outro exemplo, é o “Manual de Buena Prática em Acogimiento Familiar”, publicado em 2008 pela Cruz Vermelha Espanhola. Este documento foi elaborado com base nas boas práticas do acolhimento familiar. O guia, essencialmente prático, ajuda a desenvolver um trabalho qualificado no âmbito do acolhimento familiar.

2.2. O acolhimento em instituição

A decisão pelo acolhimento em instituição acontece quando a intervenção esgota todas as outras possibilidades. Este facto deve-se à necessidade da criança crescer na família e não à ideia de que a instituição é um contexto, forçosamente negativo, para o desenvolvimento da criança.

Em Portugal, tal como nos outros países da Europa, o surgimento deste tipo de resposta de acolhimento encontra-se associado a uma “vontade de fazer bem”, ao cariz assistencialista e caritativo. Verdade é que elas foram perpassando os tempos, embora já no espectro do estigma, a maior parte das vezes com fundamento, do reconhecimento dos seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento saudável das crianças.

No século XX emerge um movimento crítico sobre o funcionamento destas instituições (Damião da Silva 2004)., com a apresentação de trabalhos como os de Spitz, na década de 40, de Bowlby, nas décadas de 50 e 60 e, mais tarde, de Rutter (1999) que realçam as consequências negativas para as crianças acolhidas em grandes instituições. (Damião da Silva, 2004). Estas constatações constituíram-se como matéria de estudo e deram lugar, em muitos países da Europa, ao início de mudança de paradigma do acolhimento, através da transformação das instituições de grande dimensão³⁰, massificadas e despersonalizadas, em instituições de menor dimensão. Estes contextos procuram configurar um espaço mais individualizado, de crescimento e

²⁹ Plan Estratégico Galego da Infancia e da Adolescencia 2007 – 2010 – Xunta da Galicia

³⁰ “*There is indisputable evidence that institutional care has negative consequence for both individual children and society at large(...)*” Declaração de Estocolmo in Gudbrandsson, B. 2004

oportunidade de se efectivarem relações afectivas securizantes, tornando-se a normalização do dia-a-dia das crianças uma realidade tangível.

Porém, estudos posteriores demonstram que as características do “contexto de instituição” não são, por si só, responsáveis pelas consequências negativas no desenvolvimento das crianças (Damião da Silva, 2004).

Foram identificados outras dimensões como, idade da criança, número de crianças acolhidas, qualidade das relações, formalidade das dinâmicas, ratios adultos/crianças, ambiente familiar, duração do acolhimento, relação com a família biológica que se interligam e que é difícil abordar de forma independente.

A “idade da criança”, no momento do acolhimento, é identificada por Spitz, Bowlby e Rutter, como uma dimensão importante e com influência no desenvolvimento da criança. Como se viu, no texto de necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos, a 1ª infância é o período de particular vulnerabilidade durante o qual se registam alterações desenvolvimentais de forma rápida que alteram o perfil de necessidades da criança quase mensalmente, *“Os efeitos mais sérios e perduráveis são mais prováveis entre os bebés institucionalizados durante os primeiros seis meses de vida, antes que a criança seja capaz de desenvolver um forte apego emocional em relação a um dos pais ou a outro prestador de cuidados”* (Bronfenbrenner 1979/1987, p. 173)

Também na opinião fundamentada dos seus estudos, Tizard e Rees³¹ (1976), identificam como áreas de maior vulnerabilidade as áreas emocional e afectiva, corroboradas por Vorria et al. (2003), consideradas de maior vulnerabilidade que a área cognitiva. Subsiste a importância da qualidade das interacções relacionais privilegiadas e significativas na 1ª infância e de como estas se constituem factor de desenvolvimento essencial para a criança (Martins, 2004).

Por sua vez, a dimensão “número de crianças acolhidas” que coabitam no mesmo espaço não permite conciliar privacidade e afecto (Martins 2004), tudo é partilhado: o espaço e as pessoas. É partilhado o quarto, os brinquedos e objectos, os horários das refeições, as horas do banho e as horas de deitar. O funcionamento do equipamento obedece a regras de organização que não respeitam a individualidade da criança e promovem a construção de sentimentos imagens/representações que farão parte da memória de cada criança (Damásio. 2000. pp 364- 366) e da sua história de vida. Além do espaço, as crianças partilham também a atenção do adulto, é difícil terem

³¹ Estudo comparativo, realizado com vinte e cinco crianças acolhidas em instituição e crianças na sua família biológica ou adoptante.

a atenção individualizada do adulto sem interferências das solicitações das outras crianças.

Esta dimensão remete-nos para uma outra “ratio adultos/criança”: equipa técnica³², equipa educativa (educadores) e equipa de apoio; estes dependem do número de crianças³³, mas também da sustentabilidade económica da instituição. O trabalho da equipa técnica é apontado como uma mais-valia, pela capacidade de respostas e encaminhamentos adequados às situações das crianças, Fernández del Valle e Zurita (2000).

Mas, é uma “casa” onde os adultos não habitam e em que se verifica uma alternância de cuidadores durante as 24 horas. Apesar de se criarem relações de afecto, esta descontinuidade das relações e a presença de diferentes cuidadores provoca, segundo Ainsworth (1978), instabilidade e insegurança nas crianças mais pequenas, vinculações inseguras que podem traduzir-se em distúrbios de comportamento (Penny et al. 2000), considerado como um dos factores de risco e aspecto negativo deste contexto de acolhimento para crianças muito pequenas.

Este tipo de organização e a “formalidade das dinâmicas” condicionam a intencionalidade educativa, as regras, as actividades e as rotinas (necessárias); são elementos em interacção contínua no microssistema do acolhimento institucional, e as suas características levam, inequivocamente, a que as vivências das crianças não sejam vivências de vida em ambiente de família (Bronfenbrenner, 1979, p. 159). Em alguns casos, na tentativa de minimizar danos e tornar os ambientes mais acolhedores e confortáveis para as crianças pequenas, assiste-se à ideia errada e à confusão entre personalizar o espaço e tornar o ambiente infantilizado, só porque é a “casa” das crianças pequenas.

As questões anteriores remetem-nos para outra dimensão, a “duração do acolhimento”, e a necessidade da criança permanecer o menos tempo possível privada das vivências próprias do ambiente familiar, determinante nas consequências para o desenvolvimento futuro da criança, a todos os níveis, *“as consequências negativas da institucionalização parecem estar em grande medida associadas ao grau de privação em várias dimensões imposto às crianças pelas condições de acolhimento”*. (Martins, 2004, p 322-323).

³² Equipa multidisciplinar de acordo com artigo 54º da Lei 147/99

³³ Recomendações no Guião de LIJ e CAT da Direcção Geral de Acção Social

Na nossa realidade, o Plano de Intervenção Imediata (PII) de 2010 (p. 37) refere que o tempo médio de permanência³⁴ de 50% do total das crianças acolhidas em CAT é igual ou superior a dois anos. Note-se que 77% destas crianças têm até 3 anos de idade, ou seja, mais de metade da sua vida decorre em acolhimento institucional. Esta situação torna-se mais grave, face à constatação do PII 2008, de que o número de visitas diminui à medida que aumenta o tempo de acolhimento, *“a partir do primeiro ano de permanência em acolhimento, o peso das crianças que não recebe visitas da família no local de acolhimento aumenta de forma significativa”*, da mesma forma a *“partir de 1 ano de permanência a percentagem de crianças que não visita a família em casa aumenta consideravelmente”* (p. 51).

A afirmação é generalista e não especifica grupos etários, mas não deixa de colocar algumas questões, quando a reunificação familiar é o primeiro dos propósitos do acolhimento temporário para as crianças pequenas. Até porque a relação da instituição com a família biológica deve assumir um papel pedagógico e terapêutico, para que se promova a oportunidade desta fazer parte da vida dos seus filhos. A própria literatura refere o “relacionamento com a família biológica” como um aspecto positivo do acolhimento institucional. Segundo Fernández del Valle e Zurita (2000), o contexto de acolhimento institucional, mais profissional, facilita o envolvimento e proximidade dos pais.

Em síntese

Da análise sobre vantagens e desvantagens diferenciais destes contextos de acolhimento familiar e institucional, para as crianças na 1ª infância, a identificação das dimensões dos contextos são idênticas (idade da criança, número de crianças acolhidas, qualidade das relações, formalidade das dinâmicas, ratios adultos/crianças, ambiente familiar, duração do acolhimento, relação com a família biológica). Diferentes são os aspectos que as caracterizam. Ambos, os contextos, dão resposta a cuidados de alimentação, saúde, higiene; a diferença reside na forma da prestação de cuidados e das interações adulto/criança. Ou seja, na especificidade da adequação de cada um ao perfil de necessidades destas crianças que acolhe.

³⁴ Tempo de permanência que não deveria ultrapassar os 6 meses

II PARTE – METODOLOGIA E RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3. Plano de Investigação

O capítulo subdivide-se em duas partes:

- Na primeira parte identifica-se o objectivo do estudo;
- Na segunda parte apresenta-se o processo de investigação, nas suas várias fases.

Este privilegiou a recolha de opiniões informadas de especialistas e técnicos com experiência na área do acolhimento residencial para crianças e jovens. Neste ponto são identificados os critérios de constituição da amostra, justificada a opção pela entrevista, descrito o seu guião, assim como o procedimento seguido.

1. Objectivo

Este estudo visou sistematizar a informação pertinente, sintetizar as evidências disponíveis e gerar conhecimento susceptível de fundamentar a reflexão teórica e a tomada de decisão técnica, relativas à adequação e à qualidade dos contextos de vida alternativos à família para crianças pequenas (1ª infância), no âmbito dos processos de promoção e protecção.

Mais concretamente, pretendeu-se inquirir um conjunto de sujeitos, cujo conhecimento privilegiado sobre a infância, os seus processos de desenvolvimento e educação e as situações de risco e protecção, os configuram como informantes-chave, relativamente às (des)vantagens diferenciais das medidas de acolhimento familiar e de acolhimento institucional para crianças entre os 0-3 anos, sendo que, relativamente ao acolhimento institucional, o mesmo se concretiza em Centro de Acolhimento Temporário, porque a maioria das crianças dos 0 aos 3 anos se encontra acolhida naquela modalidade (de acordo com o capítulo 2).

Trata-se de um tema que está longe de reunir o consenso, quer dos especialistas, quer dos profissionais que desenvolvem a sua actividade neste domínio. Crê-se, contudo, que a perspectiva destes intervenientes, com conhecimento e experiência especializados, constitui um contributo essencial para se compreenderem as potencialidades e constrangimentos de cada um dos contextos, pelo que a exploração e aprofundamento destas perspectivas se nos afigurou como um momento fundamental da investigação.

Esta pesquisa pretendeu explorar os argumentos aduzidos pelos entrevistados, identificar as características atribuídas aos contextos alternativos de colocação e ponderar a sua relevância desenvolvimental aos olhos dos sujeitos. Com carácter tendencialmente indutivo e exploratório, inscreve-se numa metodologia qualitativa, de cariz ideográfico, constituindo-se como um ponto de partida de uma linha de estudo que se pretende mais abrangente, mas que, nesta fase, não contempla o estabelecimento de generalizações.

2. Fases do Processo de Investigação

2.1. Amostra

A amostra deste estudo é constituída por 22³⁵ sujeitos de ambos os sexos (15 do sexo feminino e 7 do sexo masculino). A selecção deste grupo foi feita de acordo com dois critérios fundamentais previamente definidos: áreas de conhecimento e experiência profissional relevantes para a compreensão do tema em análise.

O quadro 6 caracteriza sucintamente os elementos da amostra, de acordo com os critérios especificados.

Quadro 6 - Formação e profissão dos elementos da amostra

Sujeitos	Área de formação	Profissão
A	Direito	Professor Ensino Superior
B	Direito	Procurador Geral da Republica
C	Direito	Procurador Geral da Republica
D	Direito	Delegado Ministério Público
E	Direito	Juiz Conselheiro, jubilado
F	Educação de Infância	Professor de Ensino Superior
G	Educação de Infância	Professor Ensino Superior
H	Educação de Infância	Comissão restrita de CPCJ
I	Ensino Básico	Presidente de CPCJ
J	Medicina	Médico Pediatra
L	Medicina	Médico Pediatra
M	Psicologia	Psicólogo
N	Psicologia	Psicólogo
O	Psicologia	Professor Ensino Superior
P	Psicologia	Professor Ensino Superior
Q	Psicologia	Professor Ensino Superior
R	Psicologia	Professor Ensino Superior
S	Serviço Social	Dirigente de Instituto Público
T	Serviço Social	Assistente Social
U	Serviço Social	Assistente Social
V	Serviço Social	Assistente Social
X	Sociologia	Sociólogo

³⁵ A amostra inicial contemplava 23 sujeitos, um dos quais não respondeu ao pedido de participação no estudo

Como se pode verificar, cinco entrevistados são oriundos da área da Magistratura, com experiência e conhecimento especializados na área do Direito de Menores, um é investigador e tem-se dedicado ao estudo do acolhimento familiar em Portugal e no estrangeiro. Quatro sujeitos trabalham no domínio da Educação, dois da área do ensino superior, um dos quais dirige uma instituição do ensino superior, e dois integram a comissão restrita de duas CPCJ, um dos quais na presidência. Dois são pediatras e seis são psicólogos: um director técnico de um equipamento de acolhimento de emergência, um director de Associação Internacional, quatro professores universitários com trabalho de investigação na área da promoção e protecção. Quatro entrevistados têm formação na área de serviço social: um ocupa um cargo de dirigente no sector público, na área das políticas sociais, dois desenvolvem a sua actividade profissional nos serviços centrais do Instituto da Segurança Social (ISS) na área da Infância e Juventude, e um é coordenador da equipa de enquadramento de famílias de acolhimento, numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Foi ainda entrevistado um profissional com formação em sociologia, que trabalha nos serviços centrais ISS, na área da Infância e Juventude (anexo A).

A selecção de profissionais de diversas áreas de formação e exercício profissional revela a preocupação subjacente de auscultação e compreensão da diversidade de vozes, bem como da pluralidade de olhares sobre esta questão. Acresce ainda que se procurou ouvir um conjunto de especialistas ou peritos, personalidades de reconhecido mérito neste domínio, com capacidade de influência social e política. Da mesma forma, procurou-se incorporar a experiência e o conhecimento desenvolvido pelos *profissionais do terreno* que, nos seus quotidianos profissionais, estão em contacto directo com as crianças acolhidas, verificando *in loco* o impacto destas colocações.

2.2. A recolha de dados – instrumento e procedimento

A necessidade de adequar o método ao objecto de estudo, ao âmbito do trabalho e ao nível actual dos conhecimentos, levou à opção por uma abordagem qualitativa, através da utilização da técnica de entrevista semi-estruturada. Construiu-se, para o efeito, um guião (anexo B) facilitador de uma abordagem uniforme aos diferentes entrevistados, que permitisse uma recolha de informação sistematizada.

As questões seleccionadas visaram a recolha da opinião informada dos entrevistados com base na sua experiência, conhecimento e sensibilidade, sobre os seguintes aspectos:

- *As necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos de idade;*
- *As dimensões críticas das modalidades de acolhimento familiar e institucional;*
- *A adequação comparada das modalidades de acolhimento familiar e institucional à faixa etária dos 0-3 anos;*
- *Os dados nacionais sobre o número de crianças acolhidas em cada um dos tipos de acolhimento.*

A **1ª pergunta**, de âmbito geral, visou essencialmente “quebrar o gelo” e focalizar a atenção do entrevistado no tema da identificação do perfil de necessidades das crianças da 1ª infância:

“Os perfis de necessidades das crianças alteram-se ao longo do seu desenvolvimento. Se nos centrarmos em criança dos 0 aos 3 anos que necessidades fundamentais identifica?”

Na **2ª pergunta** pedia-se ao entrevistado que fizesse uma análise comparada das potencialidades e constrangimentos das duas modalidades de acolhimento (familiar e institucional), tendo em conta as necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos que acabara de enunciar e que expressasse a sua opinião sobre a adequação desenvolvimental diferencial destas colocações.

“Para crianças de idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, com medida de acolhimento, como compara o acolhimento em centro de acolhimento temporário e em família de acolhimento?”

A **3ª pergunta**, construída com base na literatura da especialidade, identificava 16 dimensões críticas dos contextos de acolhimento institucional e acolhimento familiar. O entrevistado devia classificar cada uma numa escala de 3 pontos (muito importante, importante e pouco importante) quanto à relevância de cada uma das dimensões na decisão dos técnicos sobre a colocação mais adequada para crianças entre os 0-3 anos:

“A literatura da especialidade sobre os contextos de acolhimento familiar e residencial identifica algumas dimensões sobre as quais gostaria que se pronunciasse. Que importância atribui a cada uma das mesmas para a tomada de decisão:

- *Os motivos do acolhimento*
- *A duração do acolhimento*

- *A idade de início do acolhimento*
- *O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos*
- *O número de adultos por criança*
- *O género dos adultos que cuidam das crianças*
- *O estabelecimento de relações com pares*
- *Número de crianças que partilham a casa*
- *A idade das crianças que vivem em conjunto*
- *Carácter formal ou informal do contexto de colocação*
- *Intencionalidade educativa e planificação da intervenção com a criança*
- *Normalização de rotinas*
- *Quantidade e qualidade da estimulação propiciada*
- *Frequência de creche*
- *Relação da criança com a sua família biológica*
- *Projecto de vida da criança*

Por último, a **4ª pergunta** apresentava os dados do Relatório Anual de Caracterização de Crianças e Jovens em Acolhimento (familiar e institucional), em Portugal, no ano de 2007, solicitando-se aos entrevistados o seu comentário:

“Para terminar, colocarei uma questão abrangente sobre a qual gostaria que desse a sua opinião: do Plano de Intervenção Imediata de 2008 identifica uma desigualdade entre o número de crianças dos 0 aos 3 anos acolhidas em CAT (670 crianças) e em famílias de acolhimento (86 crianças). Na sua opinião que factores explicam estes números?”

Uma vez constituída a amostra, os entrevistados foram contactados através de correio electrónico e mediante envio de carta de apresentação personalizada (anexo C) em que, definido o âmbito do estudo, se solicitava a colaboração da pessoa em causa na realização da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Junho e Setembro de 2009, em locais e horários sugeridos pelos entrevistados. A duração média das entrevistas rondou os 50 minutos.

A formulação das perguntas foi antecedida de uma explicação prévia do âmbito e objectivos do estudo e ainda da importância da participação do entrevistado. Solicitou-se autorização para gravar em áudio e para citar as produções dos entrevistados no texto

do trabalho³⁶. Foi, contudo, assegurado o anonimato dos entrevistados, cuja identificação e designação no âmbito deste trabalho é convencional e arbitrária.

As entrevistas gravadas foram transcritas e a informação tratada com base na análise de conteúdo, prática comum usada na área das Ciências Sociais que, segundo Berelson (1952, cit. Coutinho, 2007, p. 1), é “*uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação*”.

Capítulo 4. Apresentação e análise dos dados

Neste capítulo apresenta-se a informação analisada por questão, seguida da discussão dos dados obtidos, de acordo com o pensamento de Tesh (s/d, cit. por Hébert, Goyett, Boutin, 2008, p. 116), “ O tratamento de dados pode ser entendido como um *processo de des-contextualização e de re-contextualização*” . Assim, o objectivo é transformar (sem alterar os dados originais) a informação obtida junto dos entrevistados “*em contexto natural*” em algo que seja interpretável e com significado “*no contexto conceptual*” do trabalho.

Após a transcrição das entrevistas, as respostas foram analisadas, sendo definidas as “*unidades de registo*” (Bardin, 1997, p.130) ou “*unidades de base*” (Lessard-Hébert, Goyett, Boutin, 1990, p. 115) de natureza semântica, isto é, “*fracções de conteúdo que expressam as ideias, motivações, atitudes e/ou valores dos entrevistados*” (Bardin 1997, p. 131), fazendo-as depois corresponder a diferentes “*caixas de categorias*” (Bardin 1997, p. 145).

Se nas três primeiras perguntas se optou por privilegiar um “*procedimento fechado*”, baseando-se a análise num quadro teórico pré-definido, na 4ª pergunta utilizou-se um “*procedimento exploratório*” (Henry e Moscovici, cit. Bardin, 1997, p. 125), partindo do conteúdo das entrevistas para a construção de hipóteses, num processo indutivo através de ligações entre as variáveis apresentadas.

1. Apresentação e discussão das respostas à 1ª pergunta - O perfil de necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos

Para a primeira questão colocada sobre as necessidades das crianças dos 0-3 anos, optou-se por uma categorização que sistematiza as necessidades de realização

³⁶ Apenas um entrevistado não permitiu a sua identificação

física, social, emocional, intelectual, a partir da teorização de Brazelton e Greenspan (2002). Os autores, identificam 7 categorias, designadamente:

- Necessidade de relações afectivas contínuas
- Necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina
- Necessidade de experiências adaptadas às diferenças individuais
- Necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento
- Necessidade de definição de limites, de organização e expectativas
- Necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural
- Necessidade de políticas de protecção do futuro

Brazelton e Greenspan (2002) explicitam e fundamentam o conteúdo de cada uma das necessidades, na primeira infância:

Necessidades de relações afectivas contínuas

Entende-se a resposta à necessidade de relações afectivas contínuas como aspecto regulador e estrutural de todo o desenvolvimento. Os comportamentos, expectativas e desejos futuros da criança irão espelhar a qualidade das interações que a criança experienciou, ou seja: *“As relações emocionais afectivas são as bases primárias mais importantes para o desenvolvimento intelectual e social”* (p. 28).

Necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina

Os autores consideram estas necessidades ao mesmo nível das necessidades de relações afectivas, cuja resposta adequada evitará danos no desenvolvimento da criança. Referem-se à importância de um controle sistemático do desenvolvimento da criança, avaliação e vigilância constante e rigorosa (especialmente nas situações identificadas como de risco).

Necessidades de experiências adaptadas às diferenças individuais

“As experiências adequadas podem abrir o cofre e ajudar a criança a compreender o seu potencial” (p. 189). A compreensão das diferenças individuais é essencial para uma resposta adequada e diferenciada, sendo muito importante saber observar e ler os sinais da criança.

Necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento

Os níveis de desenvolvimento de competências motoras, cognitivas, emocionais e sociais acontecem nas crianças a ritmos diferentes. É importante que saibamos interpretar e respeitar os ritmos próprios de cada uma para não *queimar* etapas, como dizem os autores *“Apressá-las só terá como resultado atrasar a sua progressão. O custo é muito alto”*(p. 156).

Necessidade de estabelecer limites de organização e expectativas

As regras e limites ajudam a modelar comportamentos e atitudes, fazem parte da organização da estrutura interna da criança, que gosta de agradar e aprende através das relações de afecto, *“Quando a disciplina é estabelecida como uma aprendizagem e é reforçada com muita empatia e carinho, as crianças sentem-se bem por seguir as*

regras” (p. 189).

Necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural

Refere-se ao acesso a estruturas da comunidade de suporte e continuidade cultural que promovem a segurança e unem as pessoas. Sociedades onde o respeito nas relações e na comunicação entre as pessoas são mais importantes que as diferenças culturais; respeitam-se as diferenças para unir. Para os autores “*Os nossos esforços para promover comunidades estáveis e integradas, que possam respeitar a diversidade e promover estrutura de apoio às famílias e às crianças, só agora estão a começar.*” (p. 206).

Necessidade de políticas de protecção do futuro

Se a necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural nos remete para o exo-sistema (Brofenbrenner e Morris, 1999), a necessidade de políticas de protecção do futuro inscreve-se na esfera do macro-sistema (Brofenbrenner, 1987), ou seja, a necessidade de um trabalho a nível global no âmbito da promoção de políticas integradas em níveis como: desenvolvimento económico, preocupações ecológicas e de inter-ajuda. “*O mais importante legado que podemos deixar às nossas crianças é um planeta seguro que mantenha e possibilite o desenvolvimento humano*” (p. 224)

Como indicador de identificação e para contabilização das unidades susceptíveis de serem inseridas nas diferentes categorias, bastou a presença, no texto da resposta de cada entrevistado, de pelo menos uma “unidade de registo” relativa àquela categoria. Tal significa que, ainda que a mesma categoria de necessidade tenha sido referida várias vezes por um entrevistado, apenas foi objecto de um registo, pelo que o nº de registos em cada categoria corresponde à frequência de entrevistados que referem necessidades nelas enquadráveis.

Como método de trabalho fez-se corresponder uma cor diferente de texto para cada categoria. Nos textos concluídos das 22 entrevistas sublinharam-se, com as diferentes cores, as *unidades de registo* que correspondem às categorias referenciadas pelo entrevistado.

Posteriormente, numa tabela que identifica as categorias e os sujeitos, transcreveram-se as unidades de registo feitas por sujeito para cada categoria, contabilizando-se a partir daí as respostas por categoria. Estes números estão sistematizados no Quadro 7. Verifica-se que as respostas dos entrevistados se distribuem pelas diferentes categorias de necessidades enunciadas por Brazelton e Greenspan (2002).

Quadro 7 Categorias de necessidades das crianças dos 0-3 anos identificadas pelos entrevistados

Categoria de Necessidades	Nº	%
Necessidades de relações afectivas contínuas	21	95%
Necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina	17	77%
Necessidade de estabelecer limites, de organização e expectativas	14	64%
Necessidades de experiências adaptadas à diferenças individuais	9	41%
Necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento	8	36%
Necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural	3	14%
Necessidade de políticas de protecção do futuro	3	14%

Numa leitura generalista do Quadro 7, observa-se que a necessidade de *relações afectivas contínuas* gera o consenso maioritário, com uma percentagem de 95% (n = 21). É igualmente expressiva a importância atribuída às necessidades *de protecção física, segurança e de disciplina* (n = 17, 77%) e *de estrutura*, identificada por 14 sujeitos (64%).

As necessidades de individualização (n = 9) e de adequação desenvolvimental (n = 8), apesar de se situarem abaixo dos 50%, reúnem a opinião de, respectivamente, 41% e 36% dos entrevistados.

Em todas as categorias descritas identificam-se referências de sujeitos das diferentes áreas de formação.

As necessidades de ordem contextual e política, ao nível exo e macro sistémico são menos enunciadas, ambas por 3 entrevistados, 14%. Estas necessidades foram referidas, respectivamente, por dois sujeitos com funções de coordenação de serviços médicos e um sujeito com funções de dirigente de instituto público; a segunda é também enunciada por 3 sujeitos, dois dos anteriores e um dirigente de instituição de ensino público.

Numa abordagem mais específica, centrada em cada necessidade, as respostas dos entrevistados permitem a seguinte análise:

A necessidade de relações afectivas contínuas reúne elevado consenso, tendo sido identificada, explicitamente, pela grande maioria dos entrevistados (n = 21/22) (anexo D).

A título de exemplo:

“(...) relação, relação, qualidade do afecto, mas que é 24h por dia e isso vai definir quer a qualidade da vida da pessoa, quer do desenvolvimento. Porque um bebé que se sente bem, que está bem, que sente que a figura cuidadora é securizante, é curioso, um bebé que aprende e, portanto, depois, isto é bola de neve, como é bola de neve para o pior também é para o melhor (...)”(Anexo D, suj. P, linhas 22 a 26)

“(...) não há dúvida da necessidade da constituição de um vínculo seguro, de um vínculo de confiança através da organização em cada bebé, de promoção em cada bebé, da organização dos seus modelos interiores de organização, de construção que modelam. Digamos assim, a confiança que o bebé tem e constrói, face a uma figura significativa que lhe servirá de modelo como ponto de referência para a relação, para a sua ligação intersubjectiva com os outros significativos, a partir da experiência inicial com quem ele construiu um vínculo seguro.” (Anexo D, suj. J, linhas 43 a 49)

“A primeira necessidade é uma vinculação segura, ter adultos de referência, cuidadores e figuras estáveis (...)” (Anexo D, suj. M, linhas 5 a 6)

As relações afectivas de proximidade e contínuas são frequentemente traduzidas pelo conceito de vinculação, considerado como factor essencial e transversal ao desenvolvimento global da criança nesta idade (referência expressa em 11 das 21 respostas). De facto, as palavras *vinculação*, *vincular* e *vínculo* apresentam maior frequência na resposta à pergunta, nomeadamente no discurso das entrevistas dos sujeitos A, I, R e X. A utilização da palavra “*vinculação*” é dita pelo sujeito A 5 vezes; sujeito I diz 7 vezes; sujeito R diz 10 e o sujeito X 4 vezes.

A necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina foram identificadas por 77% dos entrevistados (n = 17) como “*necessidades básicas*”. Nesse universo, a incidência maior recaiu sobre as necessidades de alimentação e higiene (n = 11) (anexo E)

Foi referido nas entrevistas que a resposta e satisfação destas necessidades não se concretiza de forma abstracta ou desligada umas das outras, ou seja, a atitude e o modo de prestação destes cuidados básicos, aliados à relação afectiva de proximidade com a criança, são mencionados como factor primordial da qualidade na resposta e segurança para o bebé.

A título de exemplo:

““Necessidades elementares básicas da alimentação, de cuidados médicos, da higiene e segurança.”” (Anexo E, suj. A, linhas 7 a 8)

“Para além de todas aquelas que identificamos como básicas, e com certeza que a resposta tem sido unânime, de segurança, higiene, alimentação, todos os cuidados, etc.”” (Anexo E, suj. N, linhas 5 a 6)

A necessidade de limites, de organização e de formação de expectativas consistentes constituiu a terceira necessidade mais identificada pelos entrevistados (n = 14); 64% dos entrevistados referem que o bebé precisa de se sentir seguro para se organizar e criar expectativas (anexo F). Os modelos que lhe são próximos, as vivências

e a congruência de atitudes que têm para com ele são o suporte na construção da matriz da sua identidade, da sua consciência moral e da sua segurança. São estas experiências e estes os modelos que vai internalizar, constituindo-se como referenciais significativos da sua vida e, posteriormente, replicados nos seus próprios comportamentos.

As dimensões identificadas nesta necessidade (limites, organização e expectativas) surgem, no discurso dos entrevistados, sempre aliadas à vinculação e à qualidade das relações que mantêm.

“São necessidades iguais para todos, temos que ter presente que crianças em acolhimento são crianças como qualquer outra. Sabemos que há ali outras histórias, temos que ter isso presente e ir trabalhando esses aspectos, não no sentido da protecção, mas no sentido da educação. Porque pela protecção estamos protegidos na sociedade. Temos que os educar no sentido dos valores e da verdade. Realmente aconteceu qualquer coisa, mas o que é que podemos fazer de construtivo para formar pessoas? Nós temos que ser atenciosos, educados e para formar os valores da criança desde pequenina, numa educação positivista, das coisas que há de boas para fazer e temos obrigação de as fazer e não pelo mal. Porque, se desde pequenino entra em conflitos, se dá uma canelada ao outro, não adianta nada dizer que não se faz, todos nós o fizemos. É um processo de desenvolvimento que é natural nestas idades, vamos ver é se podemos resolver o problema de outra maneira, era precisa ou podemos resolver este problema, qual é o problema? É trabalhar a educação da criança, pô-la a pensar. Não se formatam cabeças, não se faz isto, é preciso pô-las a pensar. E esta é uma necessidade das crianças e falar-lhes sempre a verdade.” (Anexo F, suj. G, linhas 6 a 20)

“A relação emocional é básica também, não é a qualidade da relação pela qualidade da relação, é pela gestão que se deve ter, a gestão que o adulto deve ter desta qualidade com objectivos educativos. Por exemplo, podemos considerar que uma relação de qualidade é responder às necessidades imediatas da criança. E eu posso considerar que isso não é, ou pode não ser, uma boa relação para a regulação emocional. A criança tem que aprender a esperar, a saber discriminar, a saber regular, etc. Portanto, acho que há que formar os adultos, até sobre etapas de desenvolvimento para que isto seja feito de forma auto-regulada. Isso é fundamental.” (Anexo F, suj. Q, linhas 40 a 47)

Em 41% das entrevistas (n = 9) é referida a **necessidade de experiências adaptadas às diferenças individuais** (anexo G). Nesta questão é veiculada a importância da leitura, interpretação e compreensão da individualidade de cada criança, destacada nas entrevistas dos sujeitos J e L, ambos pediatras. Este realce é dado também, por psicólogos (sujeitos Q e R), entendido como factor que qualifica a resposta e promove uma estimulação adequada, baseada na atenção individualizada.

A título de exemplo:

“(...) esta leitura das características individuais é uma exigência que tem que fazer parte da formação dos profissionais. O paradigma desta leitura é o que nós fazemos, por exemplo, com o recém-nascido com a avaliação neuro-comportamental, a ANBAS ou NBO, dá-nos uma leitura fidedigna da personalidade, do temperamento, do neuro-comportamento do bebé e

implica um saber (know), que serve como centro de orientação para o apoio à família natural e para o apoio a uma eventual família de acolhimento, que também não pode receber um bebé desconhecido, tem que saber quem é.” (Anexo G, suj J, linhas 23 a 30)

“Porque estas são as necessidades globais, mas cada criança tem as suas necessidades específicas, tem um perfil comportamental diferente, tem necessidades afectivas diferentes, tem às vezes problemas.” (Anexo G, suj. L, linhas 13 a 15)

A necessidade de experiências desenvolvimentalmente adequadas foi referida por 36% dos sujeitos (n = 8), de todas as áreas de formação, à excepção de sociologia (anexo H). No discurso de cinco dos entrevistados, esta abordagem decorre da necessidade anteriormente identificada, acrescentando, no entanto, a necessidade de conhecer o estágio de desenvolvimento de cada característica da criança, *de per si* e na sua globalidade para, a partir daí, respeitando o ritmo individual, promover experiências significativas e promotoras de desenvolvimento adequado. A palavra “*estimulação*” aparece no discurso de dois psicólogos e de um técnico de serviço social, sendo referida uma vez por cada um deles.

Veja-se como exemplo:

“Diria eu, estar consciente da fase de crescimento em que ele se encontra: se é dos 6 – 12 ou dos 12- 18, etc.; e a importância que é exigências que ele tem para bom crescimento do ponto de vista biológico. Exigências diferentes: exigências de afecto, de saúde, de comunicação, de colo, tudo isso”. (Anexo H, suj. B, linhas 6 a 9)

“(…)cada vez se dá mais importância ao desenvolvimento como uma coisa integrada. Houve décadas em que as questões do desenvolvimento cognitivo e da formação mais académica, (QI, etc.), era saliente; hoje em dia, as áreas de desenvolvimento estão tão inter-relacionadas que não se pode pensar numa sem outra. Portanto, uma criança, à partida, poderá ter alguma dificuldade de desenvolvimento cognitivo se não tiver a área de desenvolvimento emocional garantida. Portanto, considero uma necessidade básica, fundamental. Não só a estimulação do desenvolvimento cognitivo, mas também esta, também valorizo as questões de desenvolvimento sócio emocional porque elas preparam os miúdos, e nesta faixa etária, não só porque são mais dependentes do adulto, mas porque é uma área que leva ao desenvolvimento de outras.” (Anexo H, suj. Q, linhas 15 a 25)

A necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural foi enunciada pelos dois médicos pediatras e por um entrevistado licenciado em serviço social (n = 3) e mostra uma visão mais alargada do que o núcleo restrito da criança, relativa à importância das estruturas externas, no apoio ao desenvolvimento do bebé, ainda que indirectamente, além do papel dos actores do sistema, em facilitar a acessibilidade a equipamentos e programas de apoio qualificados (anexo I)

“Não tem que ser necessariamente uma família tipo clássica, não tem que ser necessariamente uma família, enfim, nos moldes clássicos, mas que haja de facto uma consciência, muito profunda, daquilo que é educar uma criança e que não é. A família, digamos que é o fulcro, não é? Mas, para educar uma criança é preciso uma cidade, portanto não é só os pais, é com uma série de organizações sociais, que se deveriam entrecruzar, e à volta das necessidades específicas.” (Anexo I, suj. L, linhas 7 a 13)

A necessidade de políticas de protecção do futuro é identificada na mesma percentagem da necessidade anterior; são 3 os sujeitos que abordam esta questão (14%), (anexo J). A visão macro que se pretende como contributo ao nível das políticas do país, numa perspectiva de prevenção, foi veiculada por sujeitos com responsabilidades institucionais: dirigentes de instituto público e instituição de ensino; coordenadora de serviço de saúde:

“Como sabe, tenho-me centrado mais, não tanto nos casos das crianças sem família, mas mais nas crianças que frequentam instituições, se bem que algumas destas crianças frequentam creches. É uma das vantagens que temos tido, é que há de facto uma preocupação social, há preocupações em dar uma resposta em termos sociais e afectivos, mas também em termos educativos. Gostava de frisar isso, porque é um problema que para o Ministério de Educação parece que as crianças destas idades não existem e é um problema que está apenas centrado na segurança social. Claro que a parte social que acarreta é importante, mas as necessidades educativas começam logo nestas idades em qualquer tipo de crianças com famílias problemáticas ou sem família, como é o caso das crianças que está a estudar.” (Anexo J, suj. F, linhas 12 a 21)

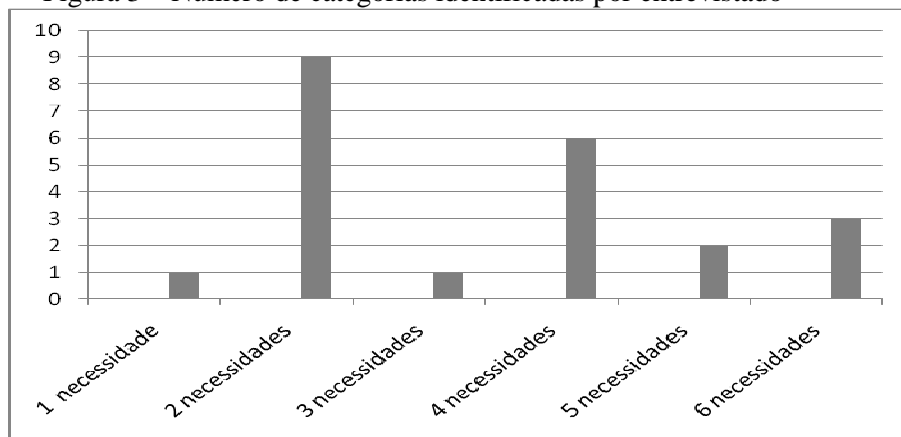
“Diria que há duas coisas essenciais que acabam por ter implicações do ponto de vista da acção política e das decisões políticas em matéria de infância: a primeira é a questão da pobreza, ou seja, nós temos obrigação (não é para todas), mas aplica-se também ao universo da prevenção das consequências à pobreza infantil. Portanto, do meu ponto de vista, devia haver um grande enfoque em medidas associadas a combater a pobreza infantil. Isso é muito preventivo em situações de risco, não apenas no seio da família, como no próprio envolvimento da criança. A segunda tem que ver com a entrada precoce num sistema de acompanhamento.” (Anexo J, suj. S, linhas 7 a 14)

Resumindo os principais traços das respostas à 1ª pergunta, verifica-se que as sete categorias de necessidades identificadas por Brazelton e Greenspan (2002) foram referidas no discurso dos entrevistados. Todavia, nenhum dos entrevistados distribuiu o conjunto das suas respostas por todas as categorias, o que leva a inferir que, eventualmente de acordo com a sua experiência e formação, tendem a privilegiar grupos de necessidades e a enfatizar umas em detrimento de outras.

Considerando o perfil de respostas dos sujeitos num contínuo, se há entrevistados que distribuem as suas respostas por 6 grupos de categorias identificadas (os dois pediatras e um técnico de serviço social), no extremo oposto, um dos sujeitos

(psicólogo) centrou toda a sua análise das necessidades das crianças dos 0-3 anos numa única categoria, “*necessidade de relações afectivas contínuas*”. No entanto, a maioria dos entrevistados (n = 9) identificou 2 categorias, com maior incidência nas duas primeiras: “*necessidades de relações afectivas contínuas*” e “*necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina*”, tendência verificada, também, nos entrevistados que identificaram 4 e 5 categorias de necessidades (Figura 3).

Figura 3 – Número de categorias identificadas por entrevistado



Considera-se, então, a existência de uma ideia transversal a todos os discursos: a indispensabilidade de uma resposta qualificada capaz de assegurar a satisfação das necessidades biológicas e emocionais da criança dos 0 aos 3 anos, colocadas num mesmo nível de importância. Mas foi sobretudo ao nível do desenvolvimento emocional que os entrevistados focalizaram o seu discurso, evidenciando as experiências e vivências, de relação afectiva da criança, como organizadores-chave da sua estruturação interna e do seu processo de individuação. Consideraram, ainda, a qualidade das interacções determinante para o desenvolvimento de disposições como a confiança e a segurança, ou seja, para o seu desenvolvimento pessoal. Estas baseiam a curiosidade e motivação para explorar o “mundo”, num ambiente onde nem todos os aspectos são previsíveis.

Neste seu desbravar de conhecimento, a criança será confrontada com limites e valores que, na perspectiva dos entrevistados, devem estruturar o seu desenvolvimento e as suas aprendizagens. Estas vivências ajudam-na a perceber e interiorizar regras, promovendo, também, competências de raciocínio, de resolução de problemas e capacidade de resiliência (Brazelton e Greenspan, 2002) que levam a criança a aprender e a pensar.

Todavia, o processo de desenvolvimento da criança não se restringe às interações no seu núcleo restrito, “*é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança*” (sujeito L). Assim, directa e indirectamente, as políticas organizacionais, económicas e legais que regem essa “aldeia” (considerando as duas últimas categorias), arrogam-se como factores que, individualmente e na sua interacção, condicionam esse desenvolvimento e são identificados por quatro entrevistados.

Poder-se-á considerar a co-existência de duas perspectivas:

- a) uma perspectiva focalizada na criança dos 0 aos 3 anos, centrada na qualidade da resposta às diferentes necessidades (biológicas, fisiológicas, cognitivas e emocionais) inerentes ao desenvolvimento da criança. Esta resposta, alicerçada no afecto e em interações significativas, constitui-se como base da construção de uma matriz interna, forte e saudável, condição do sucesso na sua vida - “*Todos os conceitos intelectuais e abstractos que as crianças irão ser capazes de dominar em anos posteriores são baseados em conceitos que se aprendem nas primeiras relações com os outros*” (Brazelton e Greenspan 2002, p. 158).
- b) uma perspectiva macro, com efeitos a médio prazo, mas também de prevenção, identificada pela necessidade de investimento em políticas nacionais e globais de promoção e protecção da criança. Para tal contribuirá a criação de condições de vivências saudáveis e, concomitantemente, facilitar o acesso a serviços e equipamentos qualificados de apoio à 1ª infância (para crianças e famílias).

Este será, sempre, um processo dinâmico, catalisador das sinergias dos intervenientes e contextos, assente no respeito pelos princípios do superior interesse da criança (Convenção dos Direitos da Criança) e da intervenção mínima (Lei nº 147/99 de 01 de Setembro), alusão feita, insistentemente, no discurso do sujeito J, à qual adita a necessidade da monitorização e avaliação sistemáticas da adequação dessas mesmas políticas.

Em síntese

Em síntese, esta pergunta remete-nos para a valorização das necessidades de afecto (1ª), de protecção (2ª), de estruturação (3ª), de individualização (4ª), de

adequação desenvolvimental (5^a), de redes sociais de suporte (6^a) e de políticas sociais efectivas (7^a).

Podemos, então, inferir que é evidente, nas respostas dos entrevistados, uma sobre-determinação dos factores do microsistema das crianças, em detrimento de contextos de influência mais amplos e menos directamente relacionados. A relação interpessoal constitui o vector por excelência que assegura a satisfação das necessidades fundamentais nesta faixa etária. Este factor é indissociável da atenção individualizada que, eventualmente de forma surpreendente, apenas surge na 4^a posição, talvez porque se suponha assegurado por uma relação afectiva de qualidade. A questão da adequação desenvolvimental torna-se de alguma forma redundante, dado o intervalo relativamente estreito de idades que foi definido para análise, o que pode justificar a sua ordenação em 5^o lugar, frequentemente não diferenciada da individualização.

2. Apresentação e discussão das respostas à 2^a pergunta - As (des)vantagens comparadas das modalidades de acolhimento familiar e institucional para crianças entre os 0-3 anos

Na segunda pergunta, pediu-se aos entrevistados para caracterizarem as modalidades de acolhimento familiar e de instituição de acolhimento (nomeadamente em CAT), apontando os aspectos positivos/potencialidades e negativos/ constrangimentos que atribuem a ambos os cenários, enquanto contextos de promoção e protecção de crianças na primeira infância (sínteses contidas nos anexos M e L). Por último, solicitava-se que indicassem a sua opção por um ou outro contexto (Anexo AC).

Da análise das respostas emergiram quatro temas recorrentes, considerados para o efeito como categorias, em torno dos quais os entrevistados desenvolveram as suas considerações, caracterizando e comparando as modalidades de acolhimento familiar e em CAT:

- Qualidade das vivências
- Projecto de vida
- Participação da família biológica da criança
- Recrutamento, formação e acompanhamento técnico dos cuidadores

A maioria dos entrevistados iniciou a sua resposta fazendo uma «declaração de princípio» para clarificar a discrepância que entendem existir, no sistema de protecção

português, entre o conceito teórico e a concretização prática das duas tipologias de acolhimento. A título de exemplo:

“Vamos supor que estamos a falar de uma boa instituição e de uma boa família de acolhimento...” (Anexo L, suj. O, linhas 52 a 53)

“Conceptualmente, acho claramente que a opção é as famílias de acolhimento. Não se pode é confundir famílias de acolhimento com aquilo que nós temos. Falo de famílias de acolhimento, num conceito completamente diferente (...)” (Anexo AC, suj. M, linhas 17 a 19)

Quanto às categorias:

2.1. A qualidade das vivências

Os entrevistados diferenciam as vivências que o ambiente de cada um dos contextos promove:

“ (...) mais próximo da vivência familiar (...)” (Anexo M, suj. K, linha 56)

“ (...) não é uma família e sabemos que, nestas idades, o espaço familiar faz muita falta.” (Anexo L, suj. F, linhas 62 a 63)

O discurso dos sujeitos alia, desde logo, a qualidade das vivências à qualidade da relação adulto-criança, qualquer que seja a modalidade de acolhimento, considerando-a como subcategoria.

“Sem entrar nessa lógica “psicologizante” e sem atribuir o papel completamente determinante às condicionantes do meio, a investigação tende a dizer-nos que, entre os 0 e os 3 anos de vida, estamos perante um momento crítico em termos de relacionamento que depois tem implicações em termos afectivos e em termos cognitivos. Também por isso, uma família de acolhimento, eu diria que é preferível.” (Anexo M, suj. O, linhas 82 a 87).

A literatura sustenta o fundamento dos entrevistados quanto à interacção adulto-criança na 1ª infância, o importante para a criança é vivenciar uma vinculação que promova a sua curiosidade e actividade. E, se nesta fase do seu desenvolvimento, de interacções sensoriais e motoras, as experiências forem *“adequadas e emocionalmente motivadoras e interessantes”* (Brazelton e Greenspan, 2002, p. 27) promovem a activação das redes neuronais e, conseqüentemente, o desenvolvimento do sistema nervoso central (Brazelton e Greenspan, 2002, p. 27).

No entendimento dos sujeitos a relação adulto-criança pressupõe duas componentes essenciais: individualização e afecto/vinculação. Referidas em simultâneo, porém, são distintas e podem existir individualmente.

“Onde, para mim, reside a grande diferença é na parte afectiva. Não é que as pessoas que estão no acolhimento institucional não possam dar esse afecto porque dão. E penso que se tem feito um bom trabalho a esse nível, mas

basta ver o ratio. Se olharmos para o ratio adultos/ menores institucionalizados, percebemos logo que a quantidade de tempo que um adulto consegue estar com uma criança desta idade, não é o tempo suficiente, está longe de ser o tempo suficiente para corresponder a essa necessidade.” (Anexo L, suj N, linhas 19 a 25).

“Há pouco tempo, tivemos cá um especialista espanhol da universidade de Barcelona, o Pere Amorós, que nos disse que há 20 anos que já não faz esta discussão em Espanha. E tudo indica que, dos 0 aos 3, a resposta mais adequada é o acolhimento familiar: porque propicia um ambiente familiar, normalizador; porque garante uma actuação personalizada e individualizada para cada criança; porque garante, ou pelo menos cria, as condições propícias à tal vinculação que é fundamental (...)”(Anexo M, suj. X, linhas 25 a 27).

1ª componente (individualização) - No que respeita à individualização e personalização da relação, os entrevistados apontam, nas duas modalidades de acolhimento, o número de crianças acolhidas como variável que influencia a forma de estar com cada criança. No acolhimento familiar o cuidador:

“ (...) tem uma relação familiar, individualizada com a criança (...)”(Anexo M, sujeito A, linha 20).

“ (...) a família de acolhimento poderá ter, ou poderia ter, mais condições para propiciar esse tipo de desenvolvimento individualizado e que tem que ver com toda a questão relacional que anteriormente referi, proximidade, individualização, não deve ter muitas crianças. E o facto de ter uma figura mais permanente, terá condições estruturais e de dinâmica. A família de acolhimento pode ter condições, à partida, mais adequadas a crianças dos 0 aos 3 anos.” (Anexo M, suj R linhas 87 a 92).

Em CAT:

“ (...) instituição que é mais abandonante, no sentido menos pessoal (seria uma desvantagem da instituição).” (Anexo L, suj B, linhas 63 a 64).

2ª componente (afecto/vinculação) - Quando se referem à variável afecto e vinculação, a maioria das opiniões refere o acolhimento familiar como o ambiente mais propiciador de vivências próprias da vinculação. Para alguns sujeitos constitui um aspecto positivo para o desenvolvimento da criança, enquanto outros o consideraram como constrangimento:

“ (...) a 1ª relação é mãe/bebé, portanto, numa instituição onde há várias pessoas, não há uma consciência do objecto, há uma difusão das referências e, portanto, isso pode criar vinculações inseguras e instáveis, pode condicionar aquilo que é a estrutura da criança. As crianças com poucos meses já comunicam com os pais, a linguagem não é oral, mas é corporal, do olhar, do cheiro, tudo isso.” (Anexo L, suj M, linhas 57 a 61)

“ (...) esta coisa da vinculação sempre nos marcou bastante. Daí que eu não seja muito a favor do acolhimento em famílias de acolhimento. (...) eu penso que é difícil e é negativo, quando ela sai dali. Tenho alguma dificuldade em perceber isso e que assim não seja.” (Anexo M, suj I, linhas 53 a 65 e 80 e 81)

A 1ª infância é, assim, tida como “um período propício para a realização de aprendizagens *fundadoras*, graças à *plasticidade dos processos biopsicológicos* que caracterizam o funcionamento da criança nos primeiros anos de vida, este seria um tempo crítico para a formação da personalidade.” (Martins, 1997. p. 151).

Nesta medida, os entrevistados entendem que os ambientes próprios do contexto de CAT e acolhimento familiar oferecem vivências e estímulos diferentes que influenciam de forma diferente as aprendizagens na criança.

“ (...) nós sabemos que há crianças que são mais resilientes e outras mais frágeis, há crianças que lhes acontece tudo e mais alguma coisa e elas lá se vão aguentando. Ainda que os estudos, começa a haver estudos longitudinais sobre este assunto, dizem-nos que as crianças que foram institucionalizadas, mesmo em boas instituições, quando crescem, ao longo da sua vida, quando comparadas com grupos de controlo que viveram numa família normal, acabam por ter mais problemas em termos de saúde, estabilidade no emprego, relacionamento com os outros.” (Anexo L, suj. O, linhas 72 a 78).

“(...) passagem por instituição significa o estímulo da criança e até a recuperação da criança de situações de alguma gravidade para o seu desenvolvimento.” (...)(Anexo L, suj. C, linhas 41 a 43).

A opinião dos entrevistados é coincidente com a literatura, Bronfenbrenner (1996) refere que as características específicas dos ambientes promovem diferentes padrões de actividades e vivências (Martins E. 2004, p. 67). O autor, além das relações entre as pessoas, identifica também os materiais e estruturas físicas como elementos importantes e responsáveis por esses padrões de vivências diferenciados, contudo os entrevistados nos seus discursos não os referiram de forma objectiva. Aliaram as necessidades de personalização das relações interpessoais, respeito pela individualidade e de exploração dos espaços e materiais pela criança, às *dinâmicas quotidianas* (Martins, 2004) de ambos os contextos.

Entendem que, mais ou menos normalizadas, devem proporcionar à criança, na 1ª infância, oportunidades de crescimento de vida normalizada, de brincadeira, obstáculos e desafios na interacção com o ambiente, como forma de aprendizagem, crescimento e desenvolvimento saudável,

“Ao fim ao cabo, acaba-se por criar rotinas com estas crianças nos CAT’s que têm muito mais a ver com o funcionamento do próprio CAT do que com as necessidades da criança. Portanto, acabam por não se estar a respeitar a necessidade daquela criança, em detrimento de turnos de pessoal. Não se adequa o dia-a-dia às necessidades da criança, mas sim ao funcionamento da instituição.” (Anexo L, suj. U, linhas 45 a 49).

2.2. Projecto de vida

O termo “projecto de vida” assume-se para os entrevistados como o *output* do processo de intervenção da criança acolhida. Para crianças na faixa etária da 1ª infância, em consonância com o descrito no capítulo 2, “Necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos”, os entrevistados expressaram a imprescindibilidade de, com a celeridade adequada, se pensar numa solução segura, definitiva e de futuro para a criança que, na situação específica desta faixa etária, será, tendencialmente, a reintegração na família biológica ou a adopção.

“ (...) o projecto de vida também urge ser definido rapidamente num CAT para que a criança fique lá o menos tempo possível (...)” (Anexo L, suj U. , linhas 65 a 67)

“A mim faz-me sentido que a família de acolhimento seja uma boa família, durante o mínimo tempo possível: porque a criança tem que ir para uma situação estável; porque, depois, acho que se cria uma situação algo penosa para a criança e para a própria família; porque eu digo à família, dê tudo a esta criança, mas eu amanhã posso vir cá buscá-la.” (Anexo M, suj U. , linhas 72 a 76)

2.3. Participação da família biológica da criança

Nesta categoria, mencionada por alguns dos entrevistados, foi enfatizada a importância da participação da família biológica no processo como forma de garantir o compromisso com a mudança. O posicionamento da família biológica face à necessidade de acolhimento e a consequente forma de envolvimento e participação efectivas no processo são condições essenciais para (in)sucesso da intervenção.

Mas, na pergunta, pedia-se a caracterização e comparação entre dois contextos de acolhimento e os entrevistados têm a percepção que os pais se posicionam em diferentes perspectivas, face ao acolhimento dos filhos.

No contexto específico de acolhimento familiar, a literatura comprova esta opinião de que a atitude e predisposição inicial de colaboração da família biológica são indissociáveis da evolução da situação (Amorós e Palacios, 2004; Gauthier, Fortin & Jéliu, 2004).

“ (...) se for uma família muito conflituosa e que não esteja minimamente preparada, do ponto de vista psicológico, com necessidades graves por desenvolver, que não esteja preparada para que a criança seja colocada num acolhimento familiar, possivelmente e, tendo em consideração a recuperação da família, não é óbvio que se coloque a criança em acolhimento familiar.” (Anexo M, suj Q., linhas 65 a 69)

Simultaneamente, a adesão e preparação da família de acolhimento são factores essenciais para o sucesso. E, quando estes factores não se conjugam, o acolhimento institucional pode dar uma resposta mais adequada.

“Se por razões familiares esta resposta não é a mais oportuna, acho que pode haver sistemas de acolhimento residencial tipo familiar que garantam grande parte destas necessidades, acho que também é possível construirmos um modelo de acolhimento residencial para a 1ª infância que tenha características positivas no sentido de assegurar algumas destas necessidades básicas (relacionais), não sou completamente contra. Desde que com condições.” (Anexo M, suj. Q., linhas 82 a 87)

A formalidade institucional do contexto CAT é, de alguma forma, contentora para reacções das famílias, sendo conseqüentemente um ambiente mais seguro para as crianças e que legitima a intervenção. A intervenção poderá ser potenciada através do trabalho articulado entre técnicos dos CAT e famílias biológicas. Pressupõe-se que o entendimento dos técnicos para olharem para as diferentes áreas do funcionamento parental (comportamentos, emoções e cognições) e a compreensão dos contextos particulares da parentalidade, que se podem constituir como factores geradores de *stress* para a família biológica da criança (Calheiros, 2006, p 503), permitem uma intervenção adequada, específica e promotora do envolvimento e participação dos pais.

“ (...) quero acreditar que, nos CAT, se pode fazer esse trabalho, com a mais valia do conhecimento técnico das necessidades das crianças, dos históricos, do trabalho com as famílias (...) ” (Anexo L, suj. H., linhas 73 a 75)

2.4. O recrutamento, formação e acompanhamento dos prestadores de cuidados

A categoria visa o processo de recrutamento, imediatamente associado à formação e acompanhamento dos prestadores de cuidados foi abordado com ênfase preferencial em três subcategorias – a formação dos cuidadores, o papel dos cuidadores e o acompanhamento técnico.

Recrutar colaboradores para trabalhar com crianças é um processo que implica a avaliação de vários parâmetros de competências que passam, desde logo, por perceber a motivação e expectativas dos candidatos para trabalhar nesta área.

“Acho que era possível ter qualidade das famílias de acolhimento, nem seria pela formação, mas qualquer coisa que ficasse entre a família a oferecer-se e ir-se pedir a algumas famílias se não se importam de o ser. O nosso sistema é a família oferece-se e quando a família se oferece, muito delas, sabemos, não têm qualquer interesse. Efectivamente, não são famílias que gostem de ser pais e mães, são outras questões.” (Anexo M, suj. P., linhas 75 a 80)

A subcategoria *formação* dos cuidadores é referida pelos entrevistados apenas para o contexto de acolhimento familiar e tida como constrangimento. Existem estudos

que mencionam que a formação por si só não é garante da qualidade dos serviços prestados (Martins, 2004, p. 299). Assim, durante o processo de formação, além da transmissão de informação e conhecimentos, há que perceber as qualidades e requisitos pessoais que caracterizam os candidatos. E, acima de tudo, na óptica dos entrevistados, importa a qualidade das relações e interações que o cuidador constrói com a criança por quem é responsável, na resposta às necessidades afectivas que, de acordo com Greenspan, “... também ensinam a comunicar e a pensar” (Brazelton e Greenspan, 2002, p. 29).

“Primeira coisa é definir a população-alvo. Se são famílias para crianças até aos 3 anos, temos que as formar, seleccionar, direccionadas para este público-alvo, ou seja, são famílias que têm que perceber que são famílias de acolhimento que não vão adoptar estas crianças. E o que é que temos que procurar nestas famílias para darem a estas crianças? A formação tem que ser obrigatória e as famílias têm que estar muito preparadas para receber crianças com este perfil. Porque estas crianças, a maior parte das vezes, foram abandonadas, fruto de uma gravidez não desejada. E, portanto, as crianças que vão para estas famílias têm um passado que, embora curto, esse passado existe e as famílias têm que saber lidar com ele. Têm que estar preparadas para saber lidar com as diferentes problemáticas que estas crianças apresentam (...).” (Anexo M, suj. U linhas 27 a 36)

Passando à subcategoria da definição do *papel dos cuidadores*, para o contexto de acolhimento familiar, é essencial a definição prévia e apresentação dos critérios precisos e rigorosos do papel dos cuidadores que permita aos candidatos confrontarem-se com o perfil de colaborador e com as tarefas que lhes são solicitadas, e o seu interesse e motivação para a continuidade do processo.

Por outro lado, no contexto de CAT, os entrevistados entendem que a definição do papel dos colaboradores está mais interiorizada:

“ (...) de alguma maneira, o CAT tem hoje uma leitura mais clarificada. Entre os técnicos, entre as instituições e entre a própria comunidade, do que tem a família de acolhimento.” (Anexo L, suj. S linhas 90 a 92)

O CAT é considerado um local com outro tipo de exigências, desde logo um local onde se vai trabalhar, de acordo com horários estipulados, onde estão outros cuidadores, técnicos, crianças e com dinâmicas de funcionamento profissionalizadas. Não é a casa do cuidador.

“ (...) eu acho que se exige uma dinâmica de todos os profissionais que trabalham em CAT's, que trabalham em planeamento de vida para bebés, que trabalham com as famílias, que se organizem em equipa e que de uma forma contínua, repetida, exaustiva e rigorosa, reequacionem, sucessivamente, todas estas particularidades, todas estas componentes. De maneira que, em cada momento que pode ser mutante, seja redefinido o planeamento de vida para cada bebé.” (Anexo L, suj. J linhas 134 a 139)

A subcategoria *acompanhamento técnico* é referenciada, não pela competência e responsabilidade dos técnicos, em ambos os contextos, mas pela maior ou menor proximidade que os técnicos têm com as crianças e com os prestadores de cuidados.

“Vantagens em CAT, para estas crianças dos 0 aos 3, aquilo que me ocorre é, se for um CAT, pequenino, que funcione, que tenha uma equipa técnica dimensionada, que tenha pessoas especializadas no acompanhamento destas crianças, as crianças não estarão mal acolhidas. Obviamente, têm uma vantagem de ter sempre a presença técnica.” (Anexo L, suj. X linhas 57 a 60)

“ (...) acompanhamento técnico, na família de acolhimento, é muito mais longínquo.” (Anexo M, suj. I linhas 42 a 43)

Em síntese

As dimensões e aspectos referidos e ilustrados foram usados, pelos entrevistados, ora para caracterizar um dos tipos de acolhimento, ora para os diferenciar, relacionando algumas, frequentemente, de forma mais positiva ou negativa, com uma ou outra das modalidades de acolhimento. Tendencialmente referem em primeiro lugar o acolhimento familiar, comparando depois com o acolhimento institucional em CAT. A excepção aconteceu relativamente à *formação dos cuidadores*, que foi identificada como aspecto negativo da modalidade de acolhimento familiar. A ideia subjacente é que a formação neste tipo de acolhimento não existe.

Os entrevistados sugerem como necessidade, urgente, de elaboração de referenciais de formação simples e objectivos para concretizar uma formação inicial eficaz, constituindo-se simultaneamente como momento de selecção.

“Não têm que ser profissionais, não têm que ser psicólogos, nem ter formação especial, mas têm que ser pessoas muito competentes a nível emocional e relacional e parental. E aí é assim: se as famílias de acolhimento fossem essas, eu acho que não há necessidade nenhuma dos CAT.” (Anexo L, suj. P., linhas 51 a 55)

A formação dos cuidadores não foi referida a propósito do acolhimento em CAT, o que parece estar associado, essencialmente, ao contexto profissional do CAT. Desde logo, na maioria dos modelos de funcionamento dos CAT, os cuidadores directos são técnicos e outros profissionais com formação. Por outro lado, o apoio e a presença diária dos técnicos constitui-se como mais-valia na formação dos outros cuidadores.

Consequentemente, e apesar da pergunta visar a identificação de duas posições valorativas, tanto quanto possível extremadas e mutuamente exclusivas (*positivas* e *negativas*) dos contextos, face aos discursos dos entrevistados, foi necessário considerar uma terceira para os aspectos considerados simultaneamente como vantagens e

limitações, designada como *ambivalentes*. Assim, o número de citações pode exceder o número de sujeitos, já que foram registadas opiniões ambivalentes de um mesmo sujeito, bem como referências a diferentes componentes dentro da mesma subcategoria.

O quadro 8 sintetiza as valorações dos sujeitos relativamente às diferentes qualidades dos contextos de acolhimento.

Quadro 8 – As características diferenciadas das modalidades de acolhimento

Categoria	Subcategoria	Acolhimento familiar		Acolhimento em CAT	
		Aspecto positivo	Aspecto negativo	Aspecto positivo	Aspecto negativo
Qualidade das vivências		n = 7	n = 3	n = 6	n = 8
	Qualidade da relação adulto/criança	n = 12	n = 6	n = 4	n = 15
Projecto de vida		n = 5	n = 0	n = 3	n = 7
Participação da família da criança		n = 0	n = 2	n = 1	n = 0
	Recrutamento dos cuidadores	n = 0	n = 7	n = 2	n = 0
Recrutamento, formação e acompanhamento dos cuidadores	Definição do papel de cuidador	n = 0	n = 8	n = 3	n = 0
	Acompanhamento técnico	n = 0	n = 5	n = 6	n = 2
	Formação dos cuidadores	n = 0	n = 6	n = 0	n = 0

Os dados, consonantes com a análise anteriormente feita, permitem evidenciar algumas questões como:

- A abordagem à “*qualidade das vivências*” foi o tema principal da resposta dos entrevistados. Apresenta-se como dimensão ambivalente nos dois contextos, Há o entendimento dos sujeitos que o contexto CAT responde adequadamente à generalidade das necessidades das crianças. A intervenção técnica desencadeia experiências e estímulos adequados ao desenvolvimento das crianças (n = 6). Por outro lado, a normalização das rotinas do quotidiano e o ambiente familiar não existem em CAT., justificado pela formalidade inerente ao ambiente institucional

Esta é uma vantagem que a família de acolhimento proporciona à criança que acolhe (n = 7). Os aspectos negativos prendem-se com as dificuldades educativas que as famílias de acolhimento apresentam e as “vivências pobres” que proporcionam às crianças.

Os números mais significativos referem a “*qualidade das vivências*”, como indissociável da “*relação adulto-criança*”. Em CAT os aspectos negativos são os mais apontados ($n = 23 = 8 + 15$). Quanto ao acolhimento familiar, apresenta um maior número de opiniões positivas ($n = 19 = 7 + 12$). A razão dos números deve-se, na opinião dos entrevistados, às componentes “*individualização/personalização*” da relação e à relação de “*afecto/vinculação*”, possível também em CAT ($n = 4$), mas mais facilitada na família de acolhimento.

Porém, a vinculação é o exemplo mais claro da ambivalência de ambos os contextos. No CAT a vinculação é interpretada como positiva, na perspectiva inversa, ou seja, como o acolhimento em CAT não permite a criação de relações afectivas fortes, a vinculação é mais ténue. Assim, aquando da desinstitucionalização, os danos para a criança serão menores.

No acolhimento familiar a promoção da vinculação é identificada maioritariamente como aspecto positivo (a mesma razão porque é considerada como desvantagem no contexto de CAT). A ambivalência nas opiniões dos entrevistados surge quando identificam no contexto de acolhimento familiar a “vinculação” como desvantagem. Entendem que o apego da família de acolhimento à criança e vice-versa pode constituir-se como factor desestruturante e danoso para a criança, quando termina o acolhimento.

- O “*projecto de vida*” é identificado sob a perspectiva da adopção e apontado unicamente como vantagem do acolhimento familiar ($n = 5$), sempre aliada à transitoriedade do acolhimento. Já em contexto de CAT, esta categoria é identificada como uma vantagem por ($n = 3$) dos entrevistados, essencialmente quando o projecto de vida é adopção. O aspecto negativo em CAT ($n = 7$) tem a ver com o tempo da concretização dos projectos de vida.
- A “*participação da família biológica*” foi identificada por três sujeitos. Para um enquanto aspecto positivo no acolhimento institucional, para dois enquanto aspecto negativo em acolhimento familiar. Os entrevistados entendem que os pais das crianças conferem maior legitimidade ao CAT para a intervenção. As razões prendem-se com uma menor exposição social

das suas fragilidades parentais, mas também com as incompatibilidades entre famílias (acolhimento e biológica).

- O quadro 8 evidencia, na dimensão “Recrutamento, formação e acompanhamento técnico dos cuidadores”, aspectos unicamente negativos no contexto de acolhimento familiar. Os argumentos dos sujeitos apontam como justificação as motivações e perfil da maioria das famílias de acolhimento existentes: querer adoptar crianças pequenas; questão monetária (apesar dos baixos valores de remuneração); humanitarismo, como lhe chama Delgado, (2007); a vontade de ajudar; de protecção em detrimento da menor capacidade de promoção dos direitos das crianças acolhidas. Além disso, o “*acompanhamento técnico*” e a “*formação dos cuidadores*” são considerados como diminutos ou mesmo inexistentes. No contexto CAT, no que se refere à mesma dimensão, os aspectos são considerados essencialmente positivos, principalmente devido ao cariz e definição clara do cuidador como um profissional. A excepção é o “*acompanhamento técnico*” (n =2), que no contexto CAT, é considerado como ambivalente (positivo e negativo), associado à mais-valia da afectação de técnicos e ao constrangimento da rotatividade dos técnicos.

“Nos CAT, o adulto cuidador é uma mais-valia, como os técnicos de diferentes áreas, mas relativamente aos CAT, o que mais me preocupa é a rotatividade dos técnicos. É um aspecto negativo (...)” (Anexo L, suj U., linhas 41 a 43)

Na segunda parte da pergunta era pedido aos entrevistados que indicassem a sua opção por um ou outro contexto de acolhimento para as crianças dos 0 aos 3 anos, tendo em conta a caracterização feita.

Segundo os sujeitos, os CAT, ao contrário das famílias de acolhimento, encontram-se identificados e caracterizados em documentos nacionais, pelo que oferecem maior segurança na decisão:

“Se calhar depende muito das situações, mas eu penso que o ideal é que eles pudessem ter sempre modelos mais próximos da vida real. Fossem, de facto, mais próximos de uma família. Mas será que isso existe sempre? Que existe em todas as situações? Os CAT existem porque nós, muitas vezes, temos situações de urgência e, imediatamente, temos que retirar as crianças e, imediatamente, temos que as colocar num sítio. Não está ainda uma família seleccionada, não está ainda uma família preparada para receber a criança.” (Anexo AC, suj. D, linhas 42 a 45)

“(...) não tínhamos referência dessa resposta, não sabíamos quem eram, não tínhamos uma base de dados, não sabíamos se existia se não existia e, quando tínhamos que decidir, era pelo CAT (Anexo AC, suj. I, linhas, 35 a 37).

Não obstante, a conjunção de aspectos como o número de crianças acolhidas e a relevância dada à qualidade na relação adulto-criança comparados nas duas modalidades, leva os entrevistados a identificarem o acolhimento familiar como ambiente promotor de uma maior proximidade e, conseqüentemente, facilitador de vinculação. Estes indicadores são entendidos como importantes, na opção dos entrevistados.

“Aliás, tenho dúvidas, porque sei que os especialistas se dividem sobre esta matéria: se é bom passar por uma família de acolhimento ou se é bom estar numa instituição. Para fazer a transição para uma família adoptiva, sei que, de facto, os especialistas se dividem nesta matéria. Eu, do que vou ouvindo e observando, penso que, de qualquer forma, nestes casos, tendo a dizer que a passagem por uma instituição pode ser perfeitamente a melhor solução, quando o objectivo é a adopção.”. (Anexo AC, suj. C linhas 33 a 39)

“Às vezes não é possível saber desde logo, mas se essa hipótese for uma hipótese muito provável, eu tenderia a optar por um CAT e não por uma família de acolhimento.” (Anexo AC, suj. E linhas 43 a 44)

“Já exactamente ao contrário, se se tratar de uma fase temporária de acolhimento para o regresso à família biológica, já não vejo que haja aí grande perturbação pela criança passar por uma família de acolhimento, visto que aí, embora haja naturalmente um outro começo de vinculação, apesar de tudo, ele não vai quebrar com a vinculação anterior. Portanto, é possível que, em princípio, a família biológica não vai deixar de estar presente, irá estar a acompanhar em paralelo, a relação mantém-se e aí, evidentemente, que a relação no meio familiar e num ambiente familiar é sempre preferível a uma relação em CAT, por melhor que ele seja. (Anexo AC, suj. E, linhas 60 a 67)

Todavia, o contexto de acolhimento familiar, propiciador de vinculação, pode simultaneamente criar expectativas e dependência que, aquando da separação, podem motivar danos na criança difíceis de reparar, ou mesmo irreparáveis, de acordo com alguns dos entrevistados.

No CAT as vinculações são avaliadas como menos intensas.

Esta questão constitui-se como fulcral entre os entrevistados e divide opiniões.

No discurso dos entrevistados, sobressaem duas perspectivas determinantes para a opção de colocação da criança dos 0 aos 3 anos em contexto de acolhimento: 1 - opção fundamentada nas características dos contextos e na forma como estes podem dar resposta ao perfil de necessidades das crianças desta faixa etária; 2 – opção fundamentada nas características individuais da criança; o “*quem é quem*”, como diz o sujeito J. Os sujeitos reconhecem diferença nos dois contextos (vantagens e

constrangimentos), mas fazendo depender do perfil de necessidades de criança individualmente, pelo que os dois contextos se constituem como opção.

Porém, de forma geral, e mais uma vez salvaguardada a qualidade das famílias de acolhimento, os sujeitos tendem a optar pelo contexto de acolhimento familiar (Anexo AC):

“(...) só num caso concreto e perante a criança é que podemos afirmar que, para aquela criança, a resposta tem aspectos negativos ou positivos, o que significa, portanto, que a melhor resposta tanto pode ser em CAT, LIJ ou acolhimento familiar, depende dos dados e das variáveis.” (Anexo AC, suj A, linhas 25 a 28)

“Se for possível escolher, se para uma criança for viável, a resposta em acolhimento institucional ou acolhimento familiar (portanto, se as duas respostas permitirem escolher) entre as duas respostas, claramente acolhimento familiar. Se não for esse o caso, então vamos ver qual a mais adequada e será essa a melhor. “.” (Anexo AC, suj A, linhas 31 a 35)

“Em cada momento que o bebé é orientado para o acolhimento, têm que ser aqui imediatamente equacionadas: quais são as prioridades, quais são as necessidades fundamentais alienáveis de cada criança, de acordo com as suas particularidades, com a sua individualidade (...)” (Anexo AC suj J, linhas 123 a 127)

Para visualizar melhor a tendência das respostas, o Quadro 9 pretende quantificar essas mesmas respostas dos entrevistados à pergunta de qual a sua opção. Foram registadas as respostas e fundamentos (Anexo AC) e contabilizadas para sistematização do quadro.

Da leitura do quadro verifica-se não existir unanimidade quanto à opção de acolhimento mais adequada para crianças dos 0 aos 3 anos. Confirmam-se as duas perspectivas acima identificadas que levam os sujeitos a indicarem as 2 opções de resposta, embora a tendência seja mais favorável ao acolhimento familiar: 10 sujeitos (45,4%) optam por aquele contexto; 6 sujeitos (27,2%) identificam como opção o CAT e o mesmo número de entrevistados (n = 6) referem que não existe à partida uma opção para eles, fazendo depender essa opção do perfil de necessidades individual da criança que se encontre em situação de acolhimento

Quadro 9 - Opção dos entrevistados por um ou outro contexto

Opção	Sujeitos																						
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	
CAT	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x								x	x				
Acolhimento familiar	x		x	x	x						x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x

Regista-se, porém, unanimidade dos entrevistados quanto à necessidade de investir na qualificação de ambos os contextos, com maior incidência nas famílias de acolhimento.

“Se os contextos fossem o ideal, a excelência para crianças dos 0 aos 3 anos, eu diria que a família de acolhimento tem condições para responder de uma forma mais eficaz às necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos, na prática não faço esse juízo.” (Anexo AC, suj R, linhas 98 a 100)

“Conceptualmente, acho claramente que a opção são as famílias de acolhimento. Não se pode é confundir famílias de acolhimento com aquilo que nós temos.” (Anexo AC, suj M, linhas 17 a 19)

Em Síntese

A caracterização e comparação realizada pelos entrevistados, apesar de pessoal, constitui-se como uma avaliação dos serviços prestados nos dois tipos de acolhimento. Independentemente da opinião dos sujeitos quanto à adequação das duas medidas de acolhimento a crianças pequenas, verifica-se que a *qualidade das vivências, a relação adulto-criança e o recrutamento, formação e acompanhamento técnico dos cuidadores* constituem o critério fundamental de equação da sua valia.

E se, em ambos os contextos, são identificadas vantagens e desvantagens, em ambos é interessante notar que os aspectos positivos estão sobretudo associados à ideia, em abstracto, de cada uma das medidas, enquanto os aspectos negativos são evocados a propósito da oferta actual do sistema de protecção português. Portanto, a bondade das medidas é entendida em termos mais conceptuais, enquanto a sua materialização apresenta constrangimentos problemáticos.

3. Apresentação e discussão das respostas à 3ª pergunta – Importância, para a decisão técnica de colocação, de algumas das características das modalidades de acolhimento institucional e familiar mais abordadas na literatura da especialidade

A terceira pergunta identifica 16 dimensões que a literatura da especialidade discute como relevantes para a caracterização das modalidades de acolhimento institucional e familiar, bem como para a identificação das suas potencialidades e constrangimentos, designadamente:

- Os motivos do acolhimento (Martins, 2004)
- A duração do acolhimento (Martins, 2004; Amorós & Palacios, 2004)
- A idade de início do acolhimento (Brazelton e Greenspan, 2002; Soares, 2006)
- O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos (Bowlby, 1969; Soares, 2006)

- O número de adultos por criança (Amorós & Palacios, 2004; Kelly, & Gilligan, (2000).)
- O género dos adultos que cuidam das crianças (Chapman, & Barth, 2004)
- O estabelecimento de relações com pares (Carvalho, 2005)
- O número de crianças que partilham a casa (Delgado, 2007)
- A idade das crianças que vivem em conjunto (Carvalho, 2005; Martins, 2004)
- O carácter formal ou informal do contexto de colocação (Delgado, 2007)
- A intencionalidade educativa e planificação da intervenção com a criança (Martins, 1997)
- A normalização de rotinas (Butterfield, 2002)
- A quantidade e qualidade da estimulação propiciada (Martins, 2004; Damásio, 2000).
- A frequência de creche (Brazelton e Greenspan, 2002)
- A relação da criança com a família biológica (Chapman, & Barth, 2004)
- O projecto de vida da criança (Martins, 2004)

Cada sujeito foi confrontado com estas dimensões, tendo-lhes sido solicitado que procedessem à classificação da sua importância, numa escala de três pontos (muito importante, importante ou pouco importante), para a decisão técnica sobre a modalidade de acolhimento mais adequada a uma criança entre os 0-3 anos, devendo fundamentar a sua opção.

A classificação feita pelos entrevistados era registada, no momento, pela autora do trabalho, com uma cruz no guião de entrevista de cada entrevistado e posteriormente foram contabilizadas, cujos resultados são apresentados no Quadro 10.

Veja-se o exemplo:

	Muito importante	Importante	Pouco importante
Os motivos do acolhimento		×	

Para a análise qualitativa procedeu-se à análise de conteúdo do discurso dos entrevistados, sublinharam-se as citações que fundamentam a classificação dada e transcreveram-se para os respectivos anexos (a cada dimensão corresponde um anexo).

A leitura do Quadro 10 mostra que as opiniões se dividem, no caso, quanto ao grau de importância a atribuir às dimensões pré-definidas, no momento da decisão de qual o contexto de acolhimento mais adequado para crianças dos 0 aos 3 anos.

Quadro 10 - Importância atribuída, pelos sujeitos, a cada uma das dimensões para a tomada de decisão pelo acolhimento em família de acolhimento os CAT

Dimensão	Muito importante		Importante		Pouco importante		Não respondeu		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Os motivos do acolhimento	13	59%	3	13,6%	3	13,6%	3	13,6%	100%
A duração do acolhimento	10	45,4%	7	31,8%	3	13,6%	2	9%	100%
Idade de início do acolhimento	7	31,8%	8	36,3%	6	27,2%	1	4,5%	100%
O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos	18	81,8%	3	13,6%	0	0%	1	4,5%	100%
O número de adultos por criança	8	36,3%	11	50%	0	0%	3	13,6%	100%
O género dos adultos que cuidam das crianças	3	13,6%	10	45,4%	7	31,8%	2	9%	100%
O estabelecimento de relações com pares	6	27,2%	7	31,8%	5	22,7%	4	18,1%	100%
Número de crianças que partilham a casa	7	31,8%	7	31,8%	3	13,6%	5	22,7%	100%
A idade das crianças que vivem em conjunto	1	4,5%	13	59%	4	18,1%	4	18,1%	100%
Carácter formal ou informal do contexto de colocação	2	9%	11	50%	6	27,2%	3	13,6%	100%
Intencionalidade educativa e planificação da intervenção com a criança	8	36,3%	6	27,2%	4	18,1%	4	18,1%	100%
Normalização de rotinas	8	36,3%	6	27,2%	3	13,6%	5	22,7%	100%
Quantidade e qualidade da estimulação propiciada	13	59%	3	13,6%	2	9%	4	18,1%	100%
Frequência de creche	5	22,7%	10	45,4%	4	18,1%	3	13,6%	100%
Relação da criança com a sua família biológica	11	50%	7	31,8%	2	9%	2	9%	100%
Projecto de vida da criança	11	50%	2	9%	8	36,3%	1	4,50%	100%

Para a interpretação do quadro, além da apresentação de valores, transcreve-se, para cada uma das dimensões, uma citação que sintetiza e ilustra o que de essencial foi dito na justificação da resposta.

São considerados “*muito importantes*” por 50% ou mais dos respondentes:

- “*O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos*” – 81,8% (n = 18)

A maioria dos sujeitos reitera a importância da individualização, personalização e disponibilidade do adulto na resposta à necessidade afectiva da criança, a presença de

uma figura significativa e securizante. Porém, sublinham a necessidade da análise das vivências e necessidades individuais de cada criança para uma decisão adequada.

“ (...) Mesmo que seja possível uma relação mais privilegiada, é sempre diferente, porque uma instituição não é uma família. Não partilha a mesma intimidade, o mesmo sentido de lar, de proximidade, das rotinas do dia-a-dia, da preguiça, dos cheiros da casa, dos pequenos pormenores. E, particularmente, numa família os adultos estão na família, podem estar mais ou menos ausentes, mas regressam à família e, num lar, os adultos que estão lá não vivem lá, têm a sua família noutra sítio. Depende da criança, porque se for uma criança que tenha tido relações privilegiadas com um adulto e tenham sido destrutivas, negativas, pode ser preferível para o bem-estar daquela criança que ela esteja num contexto institucional.” (Anexo N, suj A, linhas 102 a 111)

- *“Os motivos do acolhimento” – 59% (n =13)*

As estratégias de intervenção serão diferenciadas conforme o motivo de acolhimento, pelo que todas as variáveis responsáveis pela situação que levaram à separação da criança dos pais biológicos têm que ser equacionadas. Só assim se perceberá qual o contexto mais adequado para uma intervenção integrada de acordo com as necessidades de cada criança.

“Nós, quando recebemos, recebemos um somatório de peças processuais onde as partes não formam um todo. Não forma uma história, uma narrativa coerente e, portanto, se não houver um diagnóstico muito claro e muito preciso, isso dificulta o processo. Por exemplo, uma situação de abuso sexual é diferente de uma situação de negligência ou maus tratos físicos; a probabilidade de haver reunificação familiar, ou não, é uma questão determinante. Se, por exemplo, de todo não há hipótese de reunificação familiar é, claramente, uma situação para adopção. Outra questão que é essencial, é a questão da rivalização das famílias biológicas com as famílias de acolhimento. Todas essas coisas têm que ser equacionadas. O motivo é muito relevante.” (Anexo O, suj M, linhas 89 a 97)

- *“ A quantidade e qualidade da estimulação propiciada” - 59% (n =13)*

Na resposta a esta dimensão os entrevistados colocaram duas perspectivas: 1 - uma estimulação de índole técnica baseada num diagnóstico e avaliação do desenvolvimento da criança, com o intuito de uma intervenção posterior, relativamente às competências identificadas como a necessitar de estimulação; 2 – uma estimulação sem preocupações técnicas conseguida através de um ambiente familiar normalizado, onde os estímulos advêm essencialmente das relações interpessoais e das vivências experienciadas no contexto da família. Os entrevistados entendem, ainda, que o olhar técnico e o eventual despiste de situações que necessitem de atenção especial poderão ser conseguidos através da frequência de creche.

“Depende da estimulação. Provavelmente numa instituição haverá mais estimulação cognitiva, dirigida para o desenvolvimento da capacidade A, B ou C. A estimulação afectiva, se calhar, é menor. Por outro lado, a estimulação nas instituições é muito mais formalizada, racionalizada, muito mais pensada, enquanto na família, não. As pessoas podem ter alguma formação na área da psicologia, mas as pessoas, quando são família de acolhimento, mesmo, não estão a pensar aplicar o plano A, B ou C, para lidar com a criança, pelo menos conscientemente. Há uma intuição derivada já de uma aprendizagem. Uma das coisas que nós sabemos (isto também não é taxativo), mas as crianças que não foram filhos, que não tiveram pais que cuidaram deles, no sentido da paternidade, posteriormente, tendem também eles a não ser pais, naquele sentido que nós achamos que eles devem ser. Portanto, por mais intuitivas que sejam, derivam sempre de uma aprendizagem e de um modelo.” Anexo P, suj O, linhas 194 a 205)

- *“ O projecto de vida da criança - 50% (n = 11)*

Para crianças dos 0 aos 3 anos, os entrevistados equacionam dois projectos de vida: a adopção ou a reintegração na família biológica (não mencionam família nuclear e alargada). Face a estes dois projectos de vida e à intervenção diferenciada que cada um deles exige é necessário, segundo os sujeitos, uma atenção muito especial dos decisores.

“Tendencialmente, para mim, numa situação de projecto com vista a futura adopção seria a instituição. Caso não fosse esse, então a família de acolhimento, se disponíveis e em condições de garantirem bom acolhimento. O nosso sistema padece, muitas vezes, de uma medida sem a perspectiva do que vai acontecer. São tomadas não como provisórias, mas são tomadas com sentido alto de previsibilidade, são tomadas medidas, pronto. E, eu penso que elas têm que ser tomadas tendo em conta aquilo que vai ser o projecto de vida da criança, pode ser alterado a qualquer momento, mas o que se prevê na altura deve ser condicionante.” (Anexo Q, suj C, linhas 93 a 101)

- *“A relação da criança com a família biológica” - 50% (n = 11)*

A relação da família biológica com o contexto de acolhimento poderá ser motivo determinante na decisão, na opinião dos entrevistados, não pela família em si, mas pela forma como a sua relação com o contexto de acolhimento interferir na intervenção com a criança. Esta dimensão é associada ao projecto de vida da criança (tal como nas respostas da pergunta anterior).

“É muito importante, porque temos que ver que família temos. Ou seja, isto faz pensar que ao colocarmos uma criança, a criança em si própria e os recursos disponíveis da família de acolhimento ou CAT, não são os únicos factores a considerar na hora de decisão, mas a família natural, também. Relacionado com isto está o projecto de vida da criança, mas ainda assim é algo diferente.

É evidente que não estamos a condicionar os nossos critérios de decisão pelo que a família pensa, mas no que isso pode interferir com a criança. Estamos a olhar para a criança, mas aqui a família pesa muito. Pesa muito e voltamos ao projecto de vida, se há uma possibilidade de que a criança retorne aquela família, ainda temos que ter isso em mais consideração. Agora, se logo à partida se percebe que aquela família não tem condições,

que se vão cortar os laços, então isso aí já não é um factor relevante. Coloca-se numa família de acolhimento, longe ou que não haja possibilidade de contacto, ou no CAT, mas a mediação com família biológica requer que seja considerado isso no interesse da criança. Há circunstâncias que vão ditar isso.

Estou a pensar em famílias de acolhimento de ..., em que as famílias de acolhimento dizem que o que elas guardam de mais gratificante foi a gratidão das famílias biológicas. Tem havido uma boa relação. Elas estão gratas, porque aquelas famílias acolheram os filhos quando elas não podiam e trataram bem e, às vezes, até as ajudaram a elas. Foram suporte para as próprias famílias biológicas. Tem que se ver, se for uma família conflituosa, aí é aspecto a ponderar. (Anexo R, suj R, linhas 312 a 316 e 334 a 350)

São ainda considerados “**importantes**” por 50% ou mais dos respondentes:

- “A idade das crianças que vivem em conjunto” – 59% (n =13)

Para esta dimensão, considerada importante na decisão do contexto de acolhimento, os sujeitos referem que a convivência com crianças de diferentes idades é natural, potenciador do desenvolvimento e da integração. Permite ainda uma maior disponibilidade do adulto para as crianças mais pequenas. Dos 0 aos 3 anos, a qualidade da resposta à necessidade de uma figura significativa que cuida e dedica toda atenção à criança ficará comprometida, mesmo na família de acolhimento, na presença de mais crianças desta mesma idade.

“Um dos critérios que nós, enquanto equipa, temos sempre muito presente quando decidimos, é a idade dos filhos biológicos da família, porque eles vão ser precisamente o motor da integração. Claro que os pais têm um papel muito importante, mas têm sobretudo um papel mais educativo, chamemos-lhe assim, de uma forma simples. O ter crianças e neste caso, um pouco mais velhas, porque neste caso se tiverem idades muito próximas poderá ser mais complicado de gerir o dia-a-dia. Crianças com 6, 7 anos podem ser uma mais-valia, até porque, com a imitação, as crianças mais pequenas acabam por querer fazer, querer ser e em termos de desenvolvimento também as crianças mais velhas são modelos, até nas brincadeiras. No CAT é também importante, em questões de desenvolvimento e da criança, ter a presença de outros modelos e melhorar a estimulação.” (Anexo S, suj V, linhas 155 a 165)

- “o número de adultos por criança” – 50% (n =11)

Na justificação à resposta, os entrevistados remeteram para a importância da qualidade da relação.

“Esse é o problema das instituições, mesmo as bem dimensionadas. E, obviamente que eu sei que a minha posição tem um calcanhar de Aquiles que é dizer-se: bem, esta criança vai para adopção, não vai fazer uma vinculação para depois ser retirada e fazer uma segunda. Mas, a estimulação e a relação próxima com o cuidador é um factor importante para o seu desenvolvimento neste nível e pode perder esse período fundamental, com repercussões futuras. Esse é o meu calcanhar de Aquiles.

Penso que, mesmo na instituição, é possível haver vínculos, porque quando as crianças estão algum tempo na instituição nota-se que elas têm uma relação privilegiada com os prestadores de cuidados e há uma pessoa mais significativa. A relação acaba por ser possível.” Anexo T, suj C, linhas 122 a 132)

Reforçam, ainda, dizendo que no acolhimento familiar existem, além dos adultos da família nuclear, os avós, os tios, uma rede de amigos que permitem estabelecer relações interpessoais a diferentes níveis de proximidade e personalização. Nos CAT é diferente, não há suporte para além dos colaboradores.

Na óptica do planeamento e gestão, relativamente aos equipamentos de CAT existem também outras preocupações, como a estrutura organizacional e a gestão de recursos humanos e financeiros.

“ (...) tem que haver aqui referenciais. Para quem? Uma coisa é quem está a olhar para isto de uma perspectiva meramente cidadã, que acha que tudo o que se faça é pouco. De alguma maneira, é verdade isto. Mas para quem tem responsabilidades de reestruturação do sistema não se pode trabalhar sem alguns referenciais, que são referenciais, não são espartilhos. E, portanto, temos que ter relativamente a cada um tipo de resposta, e de acordo com as problemáticas com que nos confrontamos e características das crianças, temos que ter a capacidade, e suficiente elasticidade, para poder alargar ou contrair a equipa de acordo com aquilo que é a característica daquelas crianças.” (Anexo T, suj S, linhas 267 a 275)

- *“O carácter formal ou informal do contexto de colocação” – 50% (n = 11)*

Há uma perspectiva, consensual, nos discursos dos entrevistados, de uma maior formalidade no contexto CAT, justificado pela estrutura da organização, se bem que, quando comparam ao ambiente de certas famílias, surgem reticências. Chegam a dizer que existem famílias onde o ambiente familiar é mais formal que num CAT.

Os sujeitos, de forma interessante, colocam ainda a tónica da decisão na forma como a criança e a sua situação são entendidas pelos cuidadores do CAT e da família de acolhimento. Referem que o ambiente profissional do CAT leva a uma intervenção mais respeitadora e promotora do desenvolvimento e direitos das crianças, enquanto na família de acolhimento a criança é tida, em muitos casos, como “a vítima” que é preciso proteger, que já sofreu muito, “a coitadinha”.

“Eu diria que as famílias de acolhimento são muito de relações formais e socialmente correctas. Acho, que é importante pensar, eu estou a falar pela experiência dos casos que eu conheço, «o menino não devia fazer isto porque...», mas muito formalizado. Nos contextos institucionais é o próprio contexto que tem aquelas características, embora a relação seja mais aberta e natural, exactamente porque eu penso que há aqui um sentimento que é: um educador, uma auxiliar num contexto institucional não tem aqui laços emocionais com nenhuma criança em particular, têm com todos.

Não são formais na relação, estes profissionais, não os vêm como «coitadinhas das crianças», portanto tem que se lidar com mais naturalidade, rastejam com eles, brincam com eles, zangam-se com eles. Esta formalidade é espelho da naturalidade num contexto institucional, os educadores estão no seu ambiente de trabalho, é natural aquela realidade. Numa família de acolhimento não é natural, porque, exactamente, por todas estas influências de, não quer magoar porque é uma criança pequenina, não quer magoar porque já tem uma história, porque é coitadinho eu tenho que ter algum cuidado na forma como abordo determinadas coisas.” (Anexo U, suj G, linhas de 178 a 189)

Por outro lado, são considerados “*pouco importantes*” por um nº significativo de sujeitos:

- “*O projecto de vida da criança*” - 36,30% (n =8)

O essencial é que a criança se sinta importante para alguém, gostada e querida na interacção com o adulto; o importante é não crescer no vazio. A qualidade da relação e a formação de vínculos sobrepõem-se a qualquer projecto de vida.

“Estamos fartas de pensar sobre o assunto. Porque há a ideia de que a criança se poderá vincular mais, quando é uma família que uma instituição. Agora, da minha experiência, até com as instituições que são a longo prazo, até com os funcionários as crianças se vinculam. E vejo funcionários com adolescentes de 15 e 16 anos completamente vinculados. Acho impossível que mesmo entre os profissionais dos CAT e os bebés não haja uma relação forte. E até acho muito bem que haja. Não pode haver vazio. Pode é ser com melhor ou pior qualidade. E aí penso que a criança perde mais se não tiver um bom vínculo, do que se não tiver vínculo nenhum. E relativamente ao projecto de vida, seja voltar à família biológica, seja ir para uma família adoptiva, a qualidade do vínculo que ela foi estabelecendo no acolhimento vai ajudar a definir a continuidade. Acho difícil as pessoas, provavelmente, optarem e acharem que os CAT não permitem tanto a ligação, as pessoas não se ligam, o que eu acho mais mito que realidade. Não estou a ver alguém que vá trabalhar para um CAT, dos 0 aos 3 anos, que não goste de crianças e, gostando, não vejo que não se apeguem aos bebés (ponto final).” (Anexo Q, suj P, linhas de 185 a 195)

- “*O género dos adultos que cuidam das crianças*” – 31,80% (n =7)

Os entrevistados disseram que, não sendo uma dimensão de grande relevância para a decisão, os contactos da criança dos 0 aos 3 anos com o modelo masculino e feminino são necessários. Entendem que nas famílias de acolhimento está mais assegurado esse contacto. Mesmo nas famílias monoparentais, há sempre um elemento da família alargada ou amigo que é referência.

Acrescentaram que um critério a ter em conta na selecção de colaboradores no acolhimento residencial deverá ser a selecção de colaboradores do sexo masculino.

Surgiu ainda, na abordagem de alguns entrevistados a questão da homossexualidade que não foi aprofundada, mas não deixa de ser um dado a considerar.

“Pode ser importante, mas não decisivo, senão poria em causa uma série de situações à nossa volta, como a parentalidade homossexual, a viuvez, a monoparentalidade. Acho que isso tudo se reconstrói e se reequilibra com outros parceiros, quer dizer, outros personagens à nossa volta. O que eu acho é que tem que haver um acompanhamento mais individualizado, no sentido de encontrar pessoas, modelos, noutros contextos que suportem depois..” (Anexo V, suj Q, linhas de 185 a 190)

- *“A idade de início do acolhimento” – 27,20% (n =6)*

Na faixa etária dos 0 aos 3 anos, a dimensão “idade de início do acolhimento”, por si só, segundo os entrevistados, não é determinante na opção por um ou outro contexto de acolhimento. Embora reconhecendo que as necessidades das crianças com estas idades são diferentes, o importante será conjugar outras dimensões no momento da decisão. Entre os 0 e os 3 anos o que importa é encontrar uma solução que colmate a situação de perigo; importa é que a solução definitiva seja encontrada o mais rapidamente possível para minimizar os danos.

“Pode, do meu ponto de vista, pode ser diferenciado a opção família ou CAT. Estou eu a dizer pode, mas já acho que não, porque os mesmos dilemas, as crianças nos dois contextos, porque vão conhecer pessoas novas, ambientes novos, orientações novas, regras novas, pessoas diferentes. Os constrangimentos provocados pela situação são iguais, o desenrolar do crescimento é que pode ir variando. Nestas situações, as idades, o essencial é ir o mais depressa possível para um ou outro contexto, porque precisa de um vínculo, precisa de uma linha orientadora que ajude a construir a sua própria personalidade. Ela já a tem, mas alguém que ajude, seja instituição ou família.” (Anexo Y, suj G, linhas de 85 a 93)

- *“O carácter formal ou informal do contexto de colocação” - 27,20% (n =6)*

Os entrevistados entendem que a formalidade da estrutura organizacional do CAT não é sinónimo de ambiente formal, rígido e fechado. É sim um desafio à competência dos colaboradores para adequarem o funcionamento do quotidiano às necessidades das crianças. Acreditam que isso é possível e como tal entendem a dimensão como pouco importante na decisão.

“Há, em termos familiares, em princípio, parece-me bastante mais informal que o outro. A informalidade é importante para as crianças, consistência e previsibilidade que é importante para a criança, mas nos CAT, lá está, tudo depende do factor humano, dos técnicos, pode haver um ambiente familiar, normal.

Não é muito importante. A informalidade é importante, mas a capacidade de criar esta informalidade num CAT vai depender dos técnicos das instituições. É necessário um ambiente descontraído, haver uma normalidade dentro da informalidade, com regras necessárias. Mas, apesar de tudo é mais fácil na família, até porque a relação afectiva está mais próxima na família.” Anexo U, suj L, linhas de 339 a 347)

- *“O estabelecimento de relações com pares” – 22,70% (n =5)*

A dimensão foi enunciada como pouco importante para a decisão, não que a convivência com crianças da mesma idade não seja de promover, mas será sempre mais importante a relação com o adulto e até com crianças mais velhas. Aliás, dizem os sujeitos que a frequência da creche será uma forma normativa de promover essa relação.

“Nestas idades, não acho muito importante. A partir dos 2 e meio começa a ser, de alguma forma, importante os miúdos terem contacto com outros, mas até aí não.” Anexo AC, suj N, linhas de 180 a 181)

Nos dados do Quadro 10, 50% da amostra (n = 11) considera “o *projecto de vida da criança*” como uma dimensão “*muito importante*” para a decisão da colocação da criança, em contexto de acolhimento familiar ou acolhimento em CAT. Porém, um número também não negligenciável da amostra (n = 8, 36%) entende o *projecto de vida da criança* como “*pouco importante*” para a colocação. A variável responsável por esta ambivalência é a vinculação.

Os sujeitos consideram a dimensão:

“Muito importante. Se for um projecto de vida que, digamos, que se vê nitidamente que é uma criança, por exemplo, no caso dos 0 aos 3 anos, é uma criança para adopção, só se tiver NEE é mais complicado. Se for uma criança para adopção, aí parece-me que, para se evitar uma vinculação afectiva muito forte, para a criança talvez seja mais adequado o CAT. A adopção, eu acho que é muito importante não estar outra vez a quebrar laços. Anexo Q, suj D, linhas 127 a 130)

“O *projecto de vida*” é entendido como “pouco importante” por outros sujeitos:

“Mesmo no caso de adopção, sei que há o argumento de ser preferível...mas diria que mais vale sofrer de amor do que não ter tido amor nenhum. É fundamental a experiência, isso não pode ser argumento porque se a criança não constrói o modelo que ela precisa de relação, de mundo de ... Portanto, ela precisa de ter um bom modelo, vai sofrer um bocadinho, mas não morre por causa disso. Mas significa que fez todas as aprendizagens que devia fazer, em tempo oportuno. Se ficamos, se mantemos a criança pendente, cativa de um futuro, ela pode não ter presente por causa disso e estamos a tirar-lhe o presente. Um presente que ela não consegue nunca mais repor porque as questões neuronais constroem-se naquela altura, na altura certa.(Anexo Q, suj R, linhas 131 a 136)

“Os estudos também não suportam bem esta situação. Há alguns que dizem se o projecto de vida é adopção, então vai para uma instituição para que não estabeleça vinculações. No meu entender, para uma criança com esta idade, ele consegue estabelecer várias vinculações: eles gostam da mãe, da avó (crianças que passam dias com os avós, gostam dos avós), da educadora, às vezes estão na creche e também têm uma auxiliar de referência. Eles têm a capacidade de estabelecer várias vinculações e, no meu entender, é pouco importante, porque se vai para adopção poderá beneficiar na mesma daquela estabilidade e é uma nova adaptação e tanto fará se tiver estado no CAT ou família de acolhimento. (Anexo Q, suj V, linhas 145 a 149)

Esta dimensão levou, ainda, por parte de alguns entrevistados, a considerações paralelas, relativamente à adequação do conceito de “projecto de vida”; a título de exemplo:

“Embora eu prefira falar, normalmente, em projecto de solução, mas enfim isto é um jogo de palavras e não vale a pena estar a perder muito tempo com isto. Eu também não sou dos que mais sei disto. Eu gostei imenso, no início, mas acho que já teve o seu tempo e já fez o seu caminho e, hoje, há um “frisson” quando se fala de projecto de vida que é, mais uma vez, transformar a criança em objecto, num projecto de vida que outros constroem para ela.” (Anexo Q, suj E, linhas 131 a 136)

“Tenho sobre isso uma perspectiva, também é preciso que se defina o que entendemos por projecto de vida. É um conceito muito difuso, começa a usar-se este conceito a propósito de tudo e de nada, não é? Não se faz o projecto de vida de uma criança numa instituição, pode tentar-se perceber o que é que do ponto de vista do modo e do ambiente em que ela vive é mais adequado para que ela se desenvolva, isto não é um projecto de vida. Para facilitar utiliza-se essa expressão” (Anexo Q, suj S, linhas 163 a 167)

“Os motivos do acolhimento” e “a relação da criança com a família biológica” são classificadas, no discurso dos entrevistados, como “muito importantes” (59% e 50%, respectivamente). São, com alguma incidência, abordadas em simultâneo, no discurso dos entrevistados:

“A questão que eu acho, é que não é fácil, nem para as famílias biológicas, nem para as famílias de acolhimento, este trabalho conjunto. Até porque é preciso pensar o seguinte: nós, em Portugal, somos um país latino em que o conceito de família é uma coisa muito emocional. Até na instituição é uma grande questão fazermos uma aliança com a família, porque eles sentem que nós somos mais competentes que eles. «Ele se calhar aqui vai à escola e lá não ia; se calhar cá tem acesso a dinâmicas que lá não tinha; tem adultos estruturados que lá não tinham». E estas famílias sentem-se feridas narcisicamente, têm ciúmes ou inveja.” (Anexo R, suj M, linhas 306 a 313)

“O motivo tem a ver com as relações e as competências familiares. Pais altamente problemáticos, conflituosos, se calhar, era melhor acolhimento residencial.” (Anexo O, sujeito Q, linhas 94 a 95)

“O que levou àquele acolhimento? É um consentimento prévio? Pode ser um consentimento, porque se o motivo for que a mãe declaradamente entregou para adopção e a criança está à espera dos 60 dias, o espaço legal que a mãe tem para prestar o consentimento prévio, faz-me sentido que a criança fique na família de acolhimento. E esta família sabe que a criança vai ficar só aquele tempo e está preparada para durante aqueles 60 dias dar tudo o que puder à criança, mas sabe que no dia que a mãe der o consentimento prévio ou 8 dias depois, vai embora.

Mas, é muito importante qual o motivo, porque isso condiciona o próprio acolhimento da criança. Se for uma criança retirada, sem o consentimento prévio, tem que se trabalhar os pais, para esta criança poder ir para acolhimento familiar; porque se não..., se houver muito conflito com os pais na retirada, vejo melhor um acolhimento residencial, porque vejo algumas dificuldades, depois, da família gerir esta situação com os pais.” (Anexo O, suj U, linhas 122 a 134)

“A quantidade e qualidade da estimulação propiciada” é considerada, essencialmente, na perspectiva da qualidade da relação. É estritamente associada à dimensão “o estabelecimento de relações privilegiadas com adultos” e ambas são consideradas como “*muito importante*” para a tomada de decisão.

“É fundamental, é o que, supostamente, todos os pais devem fazer com os seus filhos. E, quando os pais ou família de origem da criança não têm capacidade de o fazer, cabe-nos a nós, serviços, dar essa resposta. E isso cabe tanto ao acolhimento institucional como familiar.” (Anexo P, suj N, linhas 92 a 96)

No entanto, os sujeitos alertam para a qualidade das modalidades de acolhimento,

“Tudo depende da qualidade da família e do contexto, não é?” (Anexo P, suj G, linhas 152)

“(…) se há famílias de acolhimento que de facto não cumprem (podem não cumprir), estou a lembrar-me, por exemplo, das crianças que estão, não só com famílias de acolhimento, mas com amas, ou com avós e são crianças infra-estimuladas e vemos claramente que não é o contexto adequado. Notam-se atrasos de linguagem. Nota-se, do ponto de vista de experiência social, que são crianças muito tímidas, com muitos défices e, portanto, isso pode acontecer. Lá está, só tem a ver é com a qualidade da relação, depende da família de acolhimento que nós temos e do contexto que nós temos. Também em instituições, as crianças podem ficar, mais ou menos perdidas, sozinhas. Depende da qualidade das instituições.” (Anexo P, suj R, linhas 227 a 235)

E aqui as opiniões dividem-se:

“ (...) teoricamente, o contexto CAT é mais propiciador da estimulação. Porque? Porque está dotado, teoricamente, de capacidade técnica, de gente que sabe como é que se faz isso, como é que se promove, como é que se estimula, como é que se ajuda a criança a ultrapassar os seus próprios bloqueios.

“Porque, teoricamente, deve ter capacidade técnica e gente habilitada a lidar com este género de situações. E uma família nem sempre está habilitada e nem sempre esta habilitação técnica é substituível só pelo carinho e pelo afecto. É claro que a habilitação técnica, sem carinho e sem afecto, também não serve para nada. Mas, portanto, é este equilíbrio que me leva a dizer que, teoricamente, o CAT tem melhores condições. Mas, como é óbvio, as famílias não estão desprovidas desta capacidade, até pelo contrário, se as famílias tiverem filhos e se os souberem educar...” (Anexo P, suj S, linhas 311 a 314 e 328 a 334)

“(…) a estimulação é garantida pela relação de qualidade que existe, é relacional. Com dias de vida há estimulação, basta o olhar e é uma estimulação que é possível ser feita por uma figura de vincular e não por uma figura profissional. Embora não quer dizer que os profissionais destes CAT também não se liguem às crianças e também não gostem deles. Mas por melhores que sejam e façam, e eu trabalho numa instituição, não se compara à relação numa família, de longe. É essa relação que favorece e propicia a estimulação.” (Anexo P, suj M, linhas 231 a 237)

Em síntese

O conjunto das respostas dos entrevistados traduz a pertinência das 16 dimensões apresentadas como variáveis significativas na análise dos processos de promoção e protecção, mais concretamente, quando o que está em causa é a decisão de acolhimento fora do contexto da família natural.

E apesar de na entrevista ter sido esclarecido que a consideração da relevância de cada medida por si só constituía uma opção meramente metodológica de análise dos vários aspectos, os entrevistados enfatizaram as interacções, complementaridades e a imprescindibilidade de uma análise de conjunto da maioria das dimensões, para a decisão adequada às necessidades da criança, individualmente.

A referência sistemática ao “estabelecimento de relações privilegiadas com adultos” (81,9%), é também exemplo da necessidade de conjugar todas as dimensões para análise dos processos e reitera o carácter essencial que os sujeitos conferem às interacções do bebé/criança com um adulto de referência, acabando por ser consagrada como a dimensão de maior importância no processo.

4. Apresentação e discussão das respostas à 4ª pergunta - Comentário aos dados nacionais sobre o número de crianças acolhidas nas duas modalidades de colocação

A última pergunta pretendia recolher a opinião dos entrevistados quanto às razões subjacentes aos resultados apresentados no PII 2008, relativas aos números de decisões de medidas de acolhimento para crianças da faixa etária dos 0 aos 3 anos, em ambos os contextos.

Não se pré-definiram quaisquer categorias e o tratamento de dados foi realizado utilizando-se o “procedimento exploratório” (Henry e Moscovici, cit. por Bardin, 1997, p. 125).

Após a identificação das categorias e subcategorias, as citações foram sistematizadas em três anexos (anexos AD, AE e AF)

Importa notar que os entrevistados não se cingiram à faixa etária dos 0 aos 3 anos, generalizaram a questão, focalizando o seu discurso, essencialmente, na esfera do acolhimento familiar.

Organizaram o discurso em três perspectivas:

- a primeira remete para o panorama actual (ancorado no histórico de ambos os contextos);

- a segunda para a qualidade dos contextos e a urgência e imprescindibilidade da necessidade da mudança na qualificação de ambos;

- na terceira referiram as consequências, na tomada de decisão, da imagem e da representação social que cada um dos contextos detém.

As produções dos sujeitos foram agrupadas nas seguintes categorias de conteúdo:

- a) – A política de acolhimento
 - Tradição histórica do acolhimento em Portugal;
 - Facilidade de acesso aos contextos de acolhimento familiar e de CAT;
 - Definição de políticas futuras.
- b) – Qualidade dos contextos
 - Estado da arte;
 - Qualidade no futuro
- c) – Imagem e representações sociais dos contextos de acolhimento.

4.1. A política de acolhimento

Entendem os sujeitos que existe, em Portugal, uma cultura institucional, promovida ao longo da história pelas diferentes políticas governativas, traduzidas num maior investimento no acolhimento institucional do que no acolhimento familiar, o que, consequentemente, deu maior visibilidade ao acolhimento institucional. Este aspecto influenciou naturalmente o conhecimento e o acesso aos dois contextos, realidade que, no entanto, na perspectiva dos entrevistados é necessário corrigir, ou mesmo inverter.

“ (...) não há a cultura do acolhimento familiar. A evolução histórica do sistema de protecção tem apostado, sempre, nas instituições. Falta de vontade política numa aposta, efectiva, na medida de acolhimento familiar. Se olharmos, nos últimos 20 anos, a aposta tem sido na adopção e nas instituições.” (Anexo AD, suj A, linhas 186 a 189)

Surgem, assim, três subcategorias na resposta: tradição histórica do acolhimento em Portugal; facilidade de acesso aos contextos de acolhimento familiar e de CAT; definição de políticas futuras.

A justificação mais expressiva dos números, referida por 82% dos entrevistados, remete para a *tradição histórica* e para o investimento do Estado nos contextos,

evocando razões que se prendem com o insuficiente investimento em ambos os contextos, mas sobretudo no acolhimento familiar:

“Eu acho que são razões sociopolíticas. E é assim, o acolhimento familiar nasceu em Portugal de uma forma pouco controlada e, portanto, a resposta não funcionou. Porque não foi bem montada, nem bem controlada e, portanto, depois criou-se a fobia ao acolhimento familiar. Há uma imagem má, a comunicação social, na altura, também não tinha mais nada por onde pegar, porque as instituições estavam fechadas.”

“(…)também um dos temas que me agrada, que eu acho que é uma questão ideológico-política. Há-de ter muito a ver com fascismo e com os regimes políticos que tivemos. Um regime paternalista, do antes 25 de Abril, em que o Estado, para todos os efeitos, era paternalista, portanto, há as grandes instituições que acolhem. São, no fundo, os regimes mais extremistas do ponto de vista ideológico.” (Anexo AD, suj Q, linhas 431 a 435 e 443 a 447)

50% dos entrevistados consideram que é desigual o acesso a ambos os tipos de acolhimento, sendo o acolhimento institucional mais acessível.

“(…) quem está a decidir nem se lembra que existem famílias de acolhimento. Não, porque foi algo que desapareceu na prática judiciária. Desapareceu como realidade, é algo que não é um recurso que venha à cabeça quando se está a decidir.” (Anexo AD, suj C, linhas 191 a 194)

“(…) é um sistema que assenta, não na procura, mas na oferta . E a oferta é de acolhimento institucional e é o que é. Quando os técnicos têm que colocar crianças, até agora, e agora ainda na maior parte das vezes, eles não podem pensar o que é que mais satisfaz esta criança, o que dizem é: o que é que nós temos para lhe oferecer, o que existe”. (Anexo AD, suj R, linhas 375 a 379)

Para 64% dos entrevistados, a exemplo de outros países da Europa, urge alterar a tendência dos dados e concretizar as políticas actuais:

“(…) olhamos à nossa volta e vemos vários países onde isso está a acontecer e nós não somos, com certeza, excepção. Só depende da vontade efectiva de mudança, de certeza que podemos caminhar no sentido da desinstitucionalização. Não faz sentido falar em desinstitucionalização sem um acolhimento familiar forte.” (Anexo AD, suj A, linhas 196 a 200)

Terá que haver lugar para um maior investimento em ambos os contextos, a vários níveis, aqui inscritos na “*definição de políticas futuras*”: investimento fundamentado no conhecimento científico que permita a regulamentação e clarificação objectiva de cada contexto; conhecimento que gere mudança de mentalidades; maior articulação entre todos os intervenientes; regulamentação legal das diferentes modalidades de acolhimento, nomeadamente de especialização de respostas.

“(…) tem a ver com esta falta de conhecimento mais aprofundado, é preciso haver estudos e referências mais concretos, contributos para reflexão, para sabermos o caminho certo, mais investigação para sabermos vantagens e desvantagens. Porque se o técnico estiver esclarecido, se souber que há alguma entidade que o possa esclarecer, ficará mais dotado de conhecimentos para poder tomar uma atitude mais acertada. Porque passa pela mentalidade, ideias feitas. Porque uma pessoa que está na liderança de determinada

entidade ou CPCJ, no seu tempo, quando estudou, a realidade era assim e agora continua. Não é só na medicina que as coisas mudam, nas ciências sociais também. Acho que realmente é preciso estudar, utilizar tempo com reflexões para podermos tomar decisões mais esclarecidas e certas para a criança.” (Anexo AD, suj V, linhas 267 a 277)

“O Estado tem uma facilidade maior do ponto de vista institucional, o Estado é que promove por natureza, portanto, funciona melhor do ponto de vista institucional. Isso compreende-se, como disse por razões históricas e políticas. Nestes últimos anos, temos vindo a assistir a uma tentativa, ainda que muito ligeira, de diversificar as respostas existentes. Começou, no caso do acolhimento familiar, é mais legislativa que outra coisa, mas a lei geralmente anda sempre à frente e, portanto, espera-se que venha a melhorar. E há casos, experiências já de algum investimento, ao nível do acolhimento familiar. E eu julgo que se mudar alguma vez, se se inflectir, vai levar décadas até nós termos famílias de acolhimento, com as contrapartidas que se dão.” (Anexo AD, suj R, linhas 399 a 408)

4.2. Qualidade dos contextos

A segunda categoria enunciada “A *qualidade dos contextos*” versa, essencialmente, o acolhimento familiar; menciona a ausência dessa mesma qualidade, quer por factores decorrentes de (des)estruturação da actividade das famílias de acolhimento, quer por factores a que as famílias são alheias. Mas, tal como em relação às políticas adoptadas neste sector, sugerem algumas medidas práticas, a curto prazo, que possam qualificar esta modalidade de acolhimento. De facto, se algumas considerações se centram na caracterização do “estado da arte”, também a “qualidade no futuro” constitui um conteúdo frequentemente aludido.

“(…) nem sempre são escolhidas as boas famílias. Também, os CAT são obrigados a receber todas as crianças. E quantos são de qualidade?” (Anexo AE, suj G, linhas 283 a 285)

No retrato do *estado da arte*, feito por 36% dos sujeitos, o acolhimento familiar surge aliado a factores como número diminuto de famílias, défices de qualidade e, mais uma vez, abordada a variável “vinculação”

“Portanto, os factores são: a aversão que se tem das famílias de acolhimento para as crianças mais pequenas; é a inexistência de famílias de acolhimento e é mais fácil para as CPCJ trabalharem com CAT do que com famílias (eu também não tenho essa experiência). Técnico com técnicos, a gente entende-se, com as famílias....

Os técnicos de enquadramento das famílias de acolhimento? Isso não existe na nossa referência, sabemos que existe que está na lei, mas isso não existe. As famílias de que temos conhecimento são as antigas. As actuais sei alguma coisinha de ler e ouvir falar algumas experiências no Porto. Pareceu-me interessante, mas nós não temos.” (Anexo AE, suj I, linhas 243 a 250)

Estas famílias de acolhimento são famílias de acolhimento em que eu não acredito. Famílias pobres que recebiam uma esmola para terem lá uma

criança, portanto, a motivação não era (com exceções claro, também as há, ótimas), mas das famílias de acolhimento não havia uma garantia. Quem está a decidir não tem essa garantia. Eu, neste momento, se tivesse que decidir, às escuras, decidia por um CAT.

Pelo conhecimento que tenho das famílias de acolhimento que existiram e existem, tenho muito receio.” (Anexo AE, suj M, linhas 371 a 378)

“A aversão às famílias numa fase de vinculação mais forte e pelos erros que se têm verificado. Daí, eu não queria concluir logo, como faz por exemplo ..., «Nunca até aos 3 anos.». Eu diria que me responda «nunca, quem sabe das fases de evolução das crianças, e eu não sei. Acredito que este «nunca», nunca é a partir dos erros, também não quero decidir assim. Agora, é um sintoma que até aos 3 anos que famílias de qualidade temos? Vamos ser sérios, cuidar de uma criança até aos 3 anos, como família de acolhimento, é preciso ter capacidade, mesmo, disponibilidade e capacidade. E eu não sei se a temos. Digo-lhe que eu não era capaz. Até aos 3 anos, o pai ou a mãe estar em casa em acompanhamento permanente, este acompanhamento é esgotante. Ora eu pergunto, uma família de acolhimento está preparada para fazer este esgotamento? Se calhar, não têm a cultura dessa importância, é capaz de não saber disso. Nem a família, nem os técnicos, nem eu. É, portanto, importante que, através deste trabalho e de outros, caminhássemos para regras objectivas, porque vai beneficiar quem decide, quem propõe. Vai beneficiar quem acolhe, quem já não quer acolher que acha que «afinal isto é mais difícil do que eu pensava, não é só dar de comer e descanso, é preciso dar muito mais e assim eu já não quero correr o risco». Só depois de sabermos é que podemos fazer opções. Também são necessários pré-requisitos das famílias, não apenas formação” (Anexo AE, suj B, linhas 309 a 326)

As *perspectivas de futuro*, para 32% dos entrevistados, concentram-se na qualificação do acolhimento e, mais uma vez, o acolhimento familiar é particularizado pelos sujeitos e é citado com mais frequência. É identificada a necessidade da criação de condições para qualificar este contexto através de: campanhas de sensibilização e captação de famílias; divulgação de boas práticas; formação para os acolhedores e adequação de benefícios para os acolhedores, como remuneração adequada ou benefícios fiscais.

“Na nova lei um aspecto que foi mal cuidado, na minha perspectiva, acho que a formação faz parte da selecção, está integrada na selecção. Um candidato manifesta o seu interesse, é chamado a participar num curso de formação e só no final é que se sabe se ele é considerado idóneo para acolher. O objectivo, no fundo, é que o candidato faça uma auto-avaliação da sua vontade, dos seus interesses, das suas competências e das suas capacidades, na conjuntura que vive na sua família, para naquele momento se tornar acolhedor. Ou seja, o objectivo é que um candidato, no fim do processo, ou durante o processo, se afaste, se entender que não estão reunidas condições para, naquele momento, ser acolhedor. A formação é um espaço importantíssimo, porque é um espaço de partilha de experiências, de dificuldades, de alguma sensibilização, que acolher não é a mesma coisa que educar os seus próprios filhos. E é na formação que isso se pode aprender e discutir, desde logo, nessa fase inicial do processo. O que a nova lei diz é que primeiro se selecciona e depois se faz a formação. Se olharmos à volta, nos outros países não é assim que acontece, em Espanha, Reino Unido, não é assim.

Tem que se começar de novo. Como é que se começa? Com uma boa campanha de divulgação: por uma estratégia de sensibilização para as

vantagens da medida, para os aspectos difíceis, mas também os aspectos muito positivos que os acolhedores podem ter no desempenho da sua actividade. Passa, também, por oferecer melhores condições para o desenvolvimento da actividade, passa por uma política efectiva de acolhimento, da oferta de formação, ou seja, há um conjunto de variáveis das quais depende a possibilidade de construirmos uma carteira, um leque de acolhedores dispostos a acolher.

O acompanhamento bem feito, efectivo e sistemático, pode ser realizado por técnicos de enquadramento da segurança social ou instituições de enquadramento.... O que importa é que exista.” (Anexo AE, suj A, linhas 240 a 265)

“ (...) também acho que não pode ser para todas as crianças, mas acho que dos 0 aos 3 ,por regra, é família de acolhimento, sendo boas e como famílias de acolhimento de urgência. Mas, a partir dessa idade, pode haver crianças para quem será preferível a instituição. Cada caso é um caso. Não podemos pensar que é igual para todos. Dos 0 aos 3 anos é uma violência, uma factura que se vai pagar no futuro. Há um argumento, do ... que eu não posso concordar, que é o problema, é a vinculação destas crianças nas famílias de acolhimento e depois sofrem com a separação, isso é verdade. Mas é um bom sintoma. Eu, se morrer o meu pai fico triste, mas tive essa experiência. O Dr. Coimbra de Matos costuma dizer assim «a diferença entre um deprimido e um esquizóide é que um deprimido foi uma pessoa que foi rica e perdeu, o esquizóide nunca teve, não sabe o que é que é». Uma criança que até aos 3 anos não estabeleceu relações de vinculação segura, dificilmente as vai criar ao longo da vida. É preferível ter. Mas se vai sofrer muito, e é verdade que vai, se calhar, no momento da saída, vai sofrer muito mais na família de acolhimento do que na instituição. Mas, internamente, tem um conjunto de recursos que uma criança que não vinculou não tem ... Mas é que nós, hoje em dia, temos uma sociedade que ficar triste é fora de moda. Ficar triste, chorar é fundamental, faz parte da organização emocional.” (Anexo AE, suj M, linhas 394 a 410)

4.3. Imagem e representações sociais dos contextos de acolhimento

A imagem e as representações sociais relativas aos contextos de acolhimento são para 77% dos entrevistados a justificação da discrepância dos números. Novamente, o acolhimento familiar é identificado em desvantagem, quando comparado com o acolhimento em CAT. Interessante é a perspectiva de dois entrevistados que referem não existir imagem do que é ser família de acolhimento.

Porém, para esta imagem negativa confluem, segundo os entrevistados, factores como: a mediatização das situações que a comunicação social promove e, similarmente, as representações dos próprios actores do sistema de promoção e protecção;

“Não há imagem na comunidade do que é ser família de acolhimento. Eu própria, que contacto com estas situações, me confundi e tive dificuldade em perceber o que era “uma família solidária” e tive que pedir que me explicassem, os acolhedores...” (Anexo AF, suj L, linhas 445 a 455 “

“Acho que há aqui várias coisas para se começar a trabalhar esta resposta. Primeiro tem que haver uma campanha de sensibilização da própria população, porque nós não estamos sensibilizados para as famílias de acolhimento. Da parte dos técnicos está a ser uma campanha ao contrário. Há

uma imagem negativa das pessoas, com os casos mediáticos, a comunicação social não tem trabalhado a favor. E é possível. A Mundos de Vida mostra a quantidade de contactos telefónicos que tiveram com a campanha que fizeram e quando não havia campanha.” (Anexo AF, suj N, linhas 290 a 297 “

“(…) se nós não clarificamos as respostas, não as entendemos, naquilo que é a sua verdadeira função. Estamos a subverter o modo como organizamos o sistema que, às tantas, há interpenetração de respostas que não é nada benéfica, quer para quem gere o sistema, nem para quem beneficia dele. Portanto, é indispensável, insisto muito neste aspecto, que tenhamos aqui uma clarificação perfeita de cada uma das respostas. Para que toda a gente saiba, quando eu falo de CAT, para que tenha o mesmo entendimento, para todos os agentes que se relacionam com o CAT e, nessa medida, de alguma maneira, o CAT tem hoje uma leitura mais clarificada, entre os técnicos, entre as instituições e entre a própria comunidade, do que tem a família de acolhimento.”

“A imagem das famílias de acolhimento está a impedir que seja mais utilizada? Claro que sim e ainda bem. Ainda bem neste sentido, isto é, nós temos que ter aqui uma grande... queríamos ver se ainda fazíamos isso, este ano. Vamos ver como tudo se desenvolve, uma campanha de captação de novas famílias de acolhimento. Para quê? Para vermos se alterávamos um bocadinho a face disto, se fazíamos uma selecção com critérios mais rigorosos.” (Anexo AF, suj S, linhas 83 a 92 e 476 a 481)

Em síntese

Os números apresentados na última questão não constituíram surpresa para os entrevistados. Foi a partir da sensibilidade de cada um e de alguns aspectos identificados em respostas anteriores que consolidaram as suas respostas.

O mote para as respostas partiu do conhecimento empírico dos entrevistados. Assim, a razão dos números deve-se basicamente a alguns factores: à herança histórica e cultura institucional do nosso país; a políticas de investimento deficitárias e, por vezes, inexistentes, embora sendo reconhecido um maior investimento no acolhimento em CAT; aos padrões de qualidade dos contextos, tidos como baixos, na maioria das famílias de acolhimento.

O acolhimento em CAT apresenta-se, apesar de tudo, como a resposta que gera uma maior segurança, estando mais exposta e sobre a qual recai um acompanhamento, de maior proximidade, das entidades de tutela. O acolhimento familiar é identificado como a resposta social de menor visibilidade, tanto para os actores do sistema como da comunidade em geral. É reconhecida como sendo desprotegida pelo próprio Estado.

O desconhecimento e a insegurança levam à falta de confiança na resposta de acolhimento familiar e a todas as consequências que daí advêm, designadamente a captação de famílias.

Revela-se, pois, importante, para os entrevistados, uma maior equidade dos números, conseguida através da mudança, traduzida no efectivo investimento na qualificação dos contextos, em particular das famílias de acolhimento, na definição clara de ambos, da sua finalidade, regras e na divulgação dessa informação.

É fundamental apostar-se na formação dos colaboradores (essencialmente nas famílias de acolhimento), no acompanhamento e supervisão das práticas.

Disseminar as boas práticas a partir do conhecimento da realidade e regulamentar o âmbito e funcionamento das duas modalidades podem ser estratégias de inversão destes números, na opinião dos entrevistados. Mas, acima de tudo, é imprescindível adequar as práticas dos dois contextos às necessidades e interesses das crianças que deles necessitam.

5. Conclusão

Este estudo pôs de relevo a unanimidade que a 1ª infância congrega, entendida como fase fundamental no desenvolvimento do ser humano. Esta conclusão é sustentada tanto na literatura como no discurso dos entrevistados.

Reportando às perguntas iniciais que deram origem ao trabalho, procurou-se recolher informação e reflectir sobre três questões fundamentais: as necessidades específicas da faixa etária dos 0 aos 3 anos; as características próprias dos contextos de colocação de crianças em perigo; a adequação destes dois tipos de contextos à especificidade das características das crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos.

No que se refere às **necessidades específicas das crianças**, as tendências de resposta mais expressivas salientam as necessidades de “relação afectiva” com as crianças dos 0 aos 3 anos, influenciando transversalmente todas as outras dimensões do desenvolvimento (vide pp. 44-47). A necessidade de afecto é considerada a dimensão de maior importância – a vinculação, como *dimensão organizativa do desenvolvimento da criança a vários níveis* (Soares, 2006). Ou seja, o afecto e as relações personalizadas, traduzidos em manifestações de carinho e proximidade, concorrem para um sistema relacional de vinculação que subjaz e organiza diversas áreas de desenvolvimento da criança.

Na abordagem às **características próprias dos contextos de CAT e acolhimento familiar**, os entrevistados marcam a diferença do ponto de vista da sua concepção e da concretização operativa. Parece haver uma clara diferenciação entre as possibilidades de colocação em termos teóricos e conceptuais e a prática da sua execução. Esta opinião, dos entrevistados, é consensual para as dimensões que os próprios identificaram, como: a qualidade das vivências, o projecto de vida, a participação da família biológica da criança e o recrutamento, formação e acompanhamento técnico dos cuidadores (vide pp. 47-48).

Os aspectos identificados marcam a opinião dos entrevistados quanto à **adequação da resposta dos contextos para o acolhimento de crianças dos 0 aos 3 anos**. Há uma opinião, relativamente favorável ao acolhimento familiar para as crianças desta faixa etária, preferencial face ao acolhimento institucional; considerando a sua estrutura conceptual, este tende a ser mais adequado, na medida em que responde às necessidades identificadas. Contudo, devido às falhas de concretização das modalidades

de acolhimento, em Portugal, coexiste uma dissociação entre o que é o entendimento dos sujeitos, consideradas as questões no plano teórico, e o que consideram poder ser as decisões concretas de colocação, quando consideradas as condições actualmente existentes.

Do que foi referido, cabe equacionar algumas implicações na intervenção técnica neste domínio, com implicações relativas aos instrumentos jurídico-legais, orientações formais dos serviços e para os próprios profissionais que trabalham nesta área.

A indiferenciação de uma categoria genérica a que se chama infância, ou a um conjunto de sujeitos que se designam crianças, nos quadros jurídico-legais vigentes, com a conseqüente indistinção das características desta faixa etária que se sabe desenvolvimentalmente tão diversa leva; paradoxalmente, a esbater e, por isso, negligenciar as suas necessidades específicas e com implicações ao nível da prestação diferenciada dos serviços e recursos.

Esta *homogeneização cognitiva* pôde ser constatada junto dos inquiridos, que revelaram, em alguns casos explicitamente, a inexistência de um conhecimento e uma reflexão específica suficientemente maduras sobre as características comuns e diferentes destes contextos e, conseqüentemente, também sobre a sua adequação diferenciada a grupos e sujeitos com necessidades específicas, o que se reflecte nas decisões de colocação. Utilizando a expressão de Martins (2004), o acolhimento familiar e o acolhimento institucional são considerados como “*equivalentes funcionais*”. O que os profissionais reconhecem como sendo as necessidades fundamentais dos sujeitos não são tidas em conta ou, pelo menos, não orientam os processos de tomada de decisão de colocação, fundados nas *tradicionais* preocupações de segurança e protecção.

Esta opção na decisão acontece ainda pelo desconhecimento do sistema e dos seus recursos e pela inexistência de um número suficiente de respostas de qualidade, sobretudo no que se refere ao acolhimento familiar e, portanto, a decisão é fortemente condicionada, se não determinada, pelas possibilidades do sistema, mais do que pelas necessidades da criança, algumas das quais, como se verificou, nem são reconhecidas a este nível.

Entende-se, pois, como essencial a realização de estudos que, a partir do estudo concreto das condições estruturais e funcionais inerentes aos dois tipos de contextos

verifiquem se existem diferenças na prática que consubstanciem estas ideias; dito de outro modo, que permitam averiguar que de forma estes tipos de contextos respondem às necessidades desenvolvimentais e individuais das crianças dos 0 aos 3 anos.

Um segundo aspecto a estudar e desenvolver relaciona-se com a já referida dissociação entre a definição teórica das medidas e as condições práticas da sua concretização. Na verdade, tanto o acolhimento institucional como o acolhimento familiar constituem realidades plurais, sendo redutor e até pouco rigoroso referirmo-nos a cada uma destas modalidades de acolhimento como se de tipos homogéneos se tratasse. Esta observação assume ainda maior acuidade no que se refere ao acolhimento familiar que, apesar de regulamentado, constitui uma resposta que sobrevive todavia nas *margens do informal*.

Parece, pois, relevante estudar estas realidades, na diversidade interna do nosso país, tendo em conta as singularidades do nosso país à escala da Europa e do mundo.

Em último lugar, refere-se o impacto e a importância deste trabalho para a autora, como pessoa e como profissional, motivando e aprofundando o seu interesse particular e crescente na área do acolhimento para crianças em perigo, na origem desta dissertação. Foi possível consolidar e adquirir novos conhecimentos em matéria de 1ª infância e das (im)possibilidades de resposta do sistema promoção e protecção, para as crianças. O trabalho desenvolvido constitui-se como um contributo para o conhecimento numa área específica pouco estudada no nosso país. Entende-se também de uma responsabilidade acrescida na prática diária, que tenderá a promover maior qualidade e uma visão diferenciada na abordagem aos processos.

Além da aprendizagem consubstanciada pela revisão de literatura, fica a marca significativa do interesse, disponibilidade, envolvimento e atitude de partilha de saber e de questionamento de todos os entrevistados. O seu contributo foi enriquecedor e fundamental para o presente estudo.

6. Referências

- Amorós, P. & Palacios, J. (2004). *Acogimiento Familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Balbernie, R. (2001). Circuits and circumstances: The neurobiological consequences of early relationship experiences and how they shape later behavior. *Journal of Child Psychotherapy* 27, pp 55- 237.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Berridge, D. (1999). Work with Fostered Children and their Families. In, M. Hill (Ed), *Effective Ways of Working with Children and their families* (pp. 240-255). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Bowlby, J. (1969). *Apego e Perda*: Volume 1. Lisboa: Martins Fontes.
- Brazelton, T. & Greenspan, S. (2002). *A criança e o Seu Mundo. Requisitos Essenciais para o Crescimento e a Aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human Development – experiments by and design*. Harvard University Press.
- Butterfield, P. (2002). Child care is rich in routines. *Bulletin of Zero to Three: National Center for Infants, Toddlers, and Families*, pp. 29-32. Washington
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Capdevila, C. (2005). Acogimiento familiar, un medio de protección infantil. In J. P. Ochotorena & M. I. A. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil* (2ª ed.) (pp. 375-408). Barcelona: Masson, S.A.
- Carvalho, M. (2005). *Efeitos de Estimulação Multi-Sensorial no Desempenho de Crianças de Creche*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança
- Chapman, M., Wall, A. & Barth, R. (2004). Children's voices: The perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74 (3), 293-304.
- Clemente, R. (2009). *Inovação e Modernidade do Direito de Menores. A Perspectiva da Lei de Protecção de de Crianças e Jovens em Perigo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (2006). *Relatório das audições efectuadas no âmbito da avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens*. Lisboa.

- Garcia, L.; Albornoz, P., Eirín, A., Tuto, J., Manent, A., Cadenas, B., Chacón, B., Cabezón, E., Peral, M.; Casero, M., Villar, C. (2008). *Manual de Buena Prática em Acogimiento Familiar*. Madrid: Cruz Roja Española
- Damásio, A. (2000). *O sentimento de Si. O corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Damásio, A. (2003). *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Damião da Silva, H. (2004). Crianças e Jovens a cargo de Instituições: riscos reversíveis/irreversíveis. In M. Damião da Silva, A. Fonseca; L. Alcoforado, M. Vilar & C. Vieira (Eds.), *Crianças e Jovens em Risco. Da Investigação à Intervenção* (pp. 83-113). Coimbra: Edições Almedina.
- Decreto-Lei nº 288/79, de 13 de Agosto, Diário da República nº 186, I Série (pp. 1908-1910)
- Decreto-Lei nº 189/91, de 17 de Maio, Diário da República nº 113, I Série -A (pp. 2635-2640).
- Decreto-Lei nº 2/86, de 2 de Janeiro, Diário da República nº 1, I Série (pp. 4-7)
- Decreto-Lei nº 190/92, de 3 de Setembro, Diário da República nº 203, I Série -A (pp. 4210-4214)
- Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, Diário da República nº 12. 1ª Série, (pp. 552-559).
- Delgado; P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade. O sistema de Protecção e Educação das Crianças e Jovens*. Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./Jornal a Página.
- Delgado; P. (2007). *Acolhimento Familiar – Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./Jornal a Página.
- Delgado; P. (2008). *Crianças e Acolhedores: Histórias de Vida em Famílias*. Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./Jornal a Página
- Fernandes, M.; Silva, M. (1996). *Centro de Acolhimento para Crianças em Risco*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social.
- Fernandes, M.; Silva, M. (1996). *Lar para Crianças e Jovens*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social.
- Gauthier, Y., Fortin, G. & Jéliu, G. (2004). Clinical application of attachment theory in permanency planning for children in foster care: The importance of continuity of care. *Infant Mental Health Journal*, 25 (4), 379-396.

- Hines, A., Merdinger, J. & Wyatt, P. (2005). Former foster youth attending college: Resilience and the transition to young adulthood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75 (3), 381-394.
- Instituto da Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude/Sector para a Qualificação do Acolhimento. *Plano de Intervenção Imediata (2009) – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Instituto da Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude/Sector para a Qualificação do Acolhimento. *Plano de Intervenção Imediata (2010) – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Kelly, G. & Gilligan, R. (2000). *Issues in foster care. Policy, practice and research*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Kerker, B. & Dore, M. (2006). Mental health needs and treatment of foster youth: Barriers and Opportunities. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76 (1), 138-147.
- Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República n.º 204 - I Série -A (pp. 6115-6132).
- Lessard-Hébert, M., Goyett, G., Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A Abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (ISSN 1808-4281 versão on-line), Jun., n.º1, Rio de Janeiro.
- Martins, P. (1997). Planificação da actividade e tomada de consciência na criança. In Pinto, M. e Sarmiento, M. J (1997). *As Crianças - Contextos e Identidades*. (pp. 147-216) Braga. Centro de Estudos da Criança – U.M.
- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de risco – representações sociais, modos e espaços*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança
- Miller, P. (1989). *Theories of Developmental Psychology*. New York: W. H. Freeman and Company
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de Crianças e Jovens/Crianças que Vivem em Lar*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Piaget, J. (1954). *Construction of Reality in the Child*. New York: Basic Books.

- Rutter, M., Becket, C., Maughan, B., Castel, J., Colvert, E., Groothues, C., Kreppner, J.; Stevens, S., O'Connor, T., Sonuga-Barke, E. (2006). Do the Effects of early Severe Deprivation on Cognition Persist Into Early Adolescence? Findings From the English and Romanian Adoptees Study. *Child Development*, 3, 696-711.
- Rutter, M., Penny, R., Pickles, A. (2000). Institutional Care: Risk from Family Background or Pattern of Rearing?. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*. Vol. 41, 2, pp 139-149
- Simões, H., Alves, S., Oliveira, V. (2007). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2006*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Simões, H., Alves, S., Oliveira, V. (2008). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Soares, I. (2006). Trajectórias dos nossos vínculos: Desenvolvimento, psicopatologia e aplicações clínicas. In M. C. Taborda Simões; M. T. Sousa Machado; M. L. Vale Dias; Luíza I. Nobre Lima (Eds.), *Psicologia do Desenvolvimento – temas de investigação* (pp. 213-241). Coimbra: Edições Almedina.
- Sousa, L., Pires, S. & Galante, H., 2005, Crescer em famílias de acolhimento: padrões de vinculação, psicopatologia e influência dos estilos educativos parentais, *Colecção Psycologica*, 40, pp. 279-303. Coimbra
- Spitz, R. (1945). Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 1, 153-173.
- Tizard, B. & Rees, J. (1976). A comparison of the effects of adoption, restoration to the natural mother, and continued institutionalization on the cognitive development of four-year-old children. *Child Development*, 45, 92-99.
- Triseliotis, J., Sellick, C. & Short, R. (1995). *Foster Care. Theory and practice*. London: Batsford
- Valle, J., Monserrat, C. Bravo; A., Lopéz, M. (2008). *El acogimiento familiar en España. Una evaluación de resultados*. Madrid: Ministério de Educación, Política Social y Deporte.
- Valle, J., Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ed. Piramide
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Dunn, J., Marinus, H., van Ijzendoorn, H., Kontopoulou, A., & Sarafidou, E. (2003). Early experiences and attachment relationships of Greek infants raised in residential group care. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*. Vol. 44, pp 1-13.

Xunta de Galicia, Vicepresidencia da Igualdade e do Benestar, Secretaria Xeral do Benestar (2007). *Plan Estratéxico Galego da Infancia e da Adolescencia 2007/2010*. Galicia: Xunta de Galicia, Vicepresidencia da Igualdade e do Benestar, Secretaria Xeral do Benestar

Internet

Coutinho, C. Análise de Conteúdo (2007), consultado em Agosto de 2009, em <http://claracoutinho.wikispaces.com>

Direcção-Geral da Política de Justiça, Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças (1996), consultado em 25 de Março de 2010, em <http://www.dgpj.mj.pt>

União Europeia, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (1999), consultado em 25 de Março de 2010, em http://europa.eu/index_pt.htm

UNICEF, Declaração dos Direitos da Criança (1989), consultado em 10 de Outubro de 2009, em <http://unicef.pt>

UNICEF, Declaração dos Direitos Humanos (1948), consultado em 10 de Outubro de 2009, em <http://unicef.pt>

7. Anexos

|

Anexo B

Guião de Entrevista

Objectivo da entrevista

Esta entrevista realiza-se no âmbito de um trabalho de investigação que pretende analisar a adequação desenvolvimental do acolhimento residencial e do acolhimento familiar ao perfil de necessidades das crianças em risco na faixa etária dos 0 aos 3 anos, considerando as características gerais e específicas de cada um destes contextos.

Para a consecução deste objectivo importa sistematizar informação capaz de gerar conhecimento susceptível de fundamentar a reflexão teórica sobre este assunto e a tomada de decisão técnica quanto à colocação de crianças pequenas — em acolhimento familiar ou institucional — no âmbito dos processos de promoção e protecção.

Entendemos que a perspectiva dos profissionais que trabalham nesta área é essencial para se entenderem as potencialidades e constrangimentos de cada um dos contextos, pelo que a informação ficaria incompleta se constituída unicamente por contributos do teóricos.

Entende-se assim, que o seu conhecimento e experiência neste domínio constituem um contributo essencial para a realização deste trabalho, pelo que agradeço a disponibilidade que demonstrou para colaborar neste estudo.

Luísa Barbeiro

Questões:

1 – Os perfis de necessidades das crianças alteram-se ao longo do seu desenvolvimento. Se nos centrarmos em crianças dos 0 aos 3 anos, que necessidades fundamentais identifica?

2 - Para crianças de idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos com medida de acolhimento, como compara o acolhimento em centro de acolhimento temporário e em família de acolhimento?

- quais são os aspectos positivos do CAT

- quais os aspectos positivos da família de acolhimento

- quais são os aspectos negativos do CAT

- quais são os aspectos negativos das famílias de acolhimento

- se há uma opção melhor que a outra

3 – A literatura da especialidade sobre os contextos de acolhimento familiar e residencial identifica algumas dimensões sobre as quais gostaria que se pronunciasse. Que importância atribui a:

Porquê?

	Muito importante	Importante	Pouco importante
Os motivos do acolhimento			
Porquê?			
A duração do acolhimento			
Porquê?			
A idade de início do acolhimento			
Porquê?			
O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos			
Porquê?			
O número de adultos por criança			
Porquê?			
O género dos adultos que cuidam das crianças			
Porquê?			

O estabelecimento de relações com pares			
Porquê?			
O número de crianças que partilham a casa			
Porquê?			
A idade das crianças que vivem em conjunto			
Porquê?			
O carácter formal ou informal do contexto de colocação			
Porquê?			
A intencionalidade educativa e planificação da intervenção com a criança			
Porquê?			
A normalização de rotinas			
Porquê?			
A quantidade e qualidade da estimulação propiciada			
Porquê?			
A frequência de creche			
Porquê?			
A relação da criança com a família biológica			
Porquê?			
- O projecto de vida da criança			
Porquê?			

4 - Para terminar colocarei uma questão abrangente sobre a qual gostaria que desse a sua opinião: o documento do Plano de Intervenção Imediata de 2008 identifica uma desigualdade entre o número de crianças dos 0 aos 3 anos acolhidas em CAT (670 crianças) e em famílias de acolhimento (86 crianças). Na sua opinião que factores explicam estes números?



Ex.mo Senhor

O Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) tem vindo a acolher um conjunto de estudos no âmbito da Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, alguns dos quais com a colaboração de outras Universidades.

É este o caso da investigação de que sou responsável, centrada nos contextos de acolhimento para menores de três anos, que conta com a participação do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Com este trabalho pretende-se sistematizar a informação pertinente, sintetizar as evidências disponíveis e gerar conhecimento susceptível de fundamentar a reflexão teórica sobre este assunto e a tomada de decisão técnica quanto à colocação de crianças pequenas – acolhimento familiar ou acolhimento institucional – no âmbito dos processos de promoção e protecção, um tema que actualmente está longe de reunir o consenso quer dos especialistas, quer dos profissionais que desenvolvem a sua actividade neste domínio.

O presente estudo tem, assim, por objectivo analisar a adequação desenvolvimental destas duas modalidades de colocação, tendo em conta o perfil de necessidades exibido pelas crianças em risco nesta faixa etária e as características gerais e específicas próprias destes contextos.

A observação de alguns destes contextos, a entrevista aos seus responsáveis e a especialistas na área permitir-nos-ão a recolha da informação necessária à constituição deste corpus de conhecimento.

A qualidade de especialista e experiência na área tornam o seu contributo especialmente relevante para este estudo, pelo que venho solicitar a sua colaboração para realização de uma entrevista (duração estimada da entrevista é de 45m).

Os dados deste estudo serão divulgados no trabalho final estando assegurados todos os cuidados deontológicos a que estamos obrigados.

Agradeço o seu contacto através do e-mail: luisa.barbeiro@sapo.pt, ou dos números de telemóvel: 965 255 336 ou 910 841 147

Desde já agradeço a Sua colaboração e disponibilidade.

Com os melhores cumprimentos

Luísa Rosa Pereira Marques Barbeiro Cardoso

Anexos - 1ª Pergunta

Anexo D

Anexo E

Anexo F

Anexo G

Anexo H

Anexo I

Anexo J

Anexo D

Categoria: Necessidades relações afectivas contínuas (n = 21) – 95%		Sujeitos
Citações	<i>“Obviamente também a parte afectiva. A parte da ligação emocional, que estará no mesmo patamar das outras.”</i>	A, linhas 8 a 9
	<i>“(…)exigências diferentes: exigências de afecto, de saúde, de comunicação, de colo, tudo isso.”</i>	B, linhas 8 a 9
	<i>“Bem, dos 0 aos 3 anos há aspectos fundamentais que são: o afecto e a subsistência. São os aspectos fundamentais que, por vezes, é preciso acorrer aos dois. Entendo-os num mesmo patamar, porque um sem o outro (regra geral, o afecto sem as condições mínimas de subsistência) gera, desde logo, um risco de sobrevida ou de não sobrevida; o contrário, já lá vai o tempo em que se pensava que eram apenas as condições materiais importantes para o desenvolvimento da criança. Um e outro são dois aspectos indissociáveis, têm que ser garantidos.”</i>	C, linhas 8 a 14
	<i>“A afectividade como uma necessidade básica, acho fundamental haver uma ligação afectiva da criança. Acho que, de facto, é um dado fundamental, a afectividade.”</i>	D, linhas 14 a 15
	<i>“(…)precisa sobretudo de uma forte e segura vinculação afectiva e nesse período a vinculação afectiva, forte e segura. Porque é essencial que além de ser forte e segura seja forte, mas sem dúvidas, sem reservas, sem contradições.”</i>	E, linhas 16 a 18
	<i>“Um ambiente equilibrado, estável, afectivo. É uma idade, que se o cuidar é importante em todas as idades, nesta idade em que as crianças são ainda muito pequenas existe particular preocupação.”</i>	F, linhas 8 a 10
	<i>“Portanto, é importante, mas com reforço positivo, com reforço positivo, sempre. Mas é importante estabelecer uma</i>	H, linhas

Citações	<i>relação que crie tudo, mas em equilíbrio.”</i>	24 a 26
	<i>“Tem que ter uma boa estrutura familiar onde ela possa crescer com afecto, em harmonia e onde se possa vincular. È evidente que nesta vinculação pode haver mais que um elemento de vinculação, além do pai ou da mãe. Não tem que ser a família biológica, mas tem que haver uma referência de vinculação. E isto é fundamental.”</i>	I, linhas 10 a 14
	<i>“(…) não há dúvida da necessidade da constituição de um vínculo seguro, de um vínculo de confiança através da organização em cada bebé, de promoção em cada bebé, da organização dos seus modelos interiores de organização, de construção que modelam. Digamos assim, a confiança que o bebé tem e constrói, face a uma figura significativa que lhe servirá de modelo como ponto de referência para a relação, para a sua ligação intersubjectiva com os outros significativos, a partir de experiencia inicial com quem ele construiu um vínculo seguro.”</i>	J, linhas 43 a 49
	<i>“Afecto, amor e consistência. Consistência de atitudes educativas. Portanto um meio familiar consistente e previsível em que os pais saibam exactamente exercer a sua parentalidade e equilíbrio afectivo na família.”</i>	L, linhas 5 a 7
	<i>“ A primeira necessidade é uma vinculação segura, ter adultos de referência, cuidadores e figuras estáveis (...)”</i>	M, linhas 5 a 6
	<i>“A necessidade de contacto físico, do colo, contacto privilegiado com um adulto de referência. Uma necessidade básica como as outras, qualquer teoria de desenvolvimento defende isso.”</i>	N, linhas 9 a 11
	<i>“Em termos científicos está provado: uma criança se não comer morre, também se não tiver alguém com quem estabeleça uma relação privilegiada pode morrer, mesmo em termos físicos, sendo que é muito pouco provável que ela mantenha alguma sanidade mental na sua vida.”</i>	O, linhas 39 a 42
	<i>“(…)relação, relação, qualidade do afecto, mas que é 24h por dia e isso vai definir quer a qualidade da vida da pessoa, quer do desenvolvimento. Porque um bebé que se sente bem, que está bem, que sente que a figura cuidadora</i>	P, linhas 22 a 26

Citações	<i>é securizante, é curioso, um bebé que aprende e, portanto, depois, isto é bola de neve, como é bola de neve para o pior também é para o melhor (...)</i> “	
	<i>“Valorizo as questões de desenvolvimento sócio emocional porque elas preparam os miúdos, e nesta faixa etária, não só porque são mais dependentes do adulto, mas porque é uma área que leva ao desenvolvimento de outras. Por exemplo, a questão da autonomia e independência, tem tudo a ver com o desenvolvimento sócio emocional, aliás a teoria da vinculação.”</i>	Q, linhas 22 a 26
	<i>“(…) que têm que ser relações contínuas, a investigação diz-nos isso, duradouras. Todos nós, quando falamos em relações importantes, não são relações pontuais. É importante que as relações perdurem. A criança percebe também o seu futuro a partir dessa capacidade que ela tem de estabelecer relações(…)”</i>	R, linhas 47 a 51
	<i>“ (...) centrar-me-ia nestes dois aspectos que são essencialíssimos como promotores de todas as necessidades básicas e relacionais e, ao mesmo tempo, instalando um conjunto de competências até no domínio do treino da aprendizagem, no gosto pela leitura, no gosto pelas actividades criativas, por aprender.”</i>	S, linhas 33 a 36
	<i>“Do ponto de vista desenvolvimento emocional e comportamental, o que se pede é que haja aqui um olhar específico sobre as questões da vinculação e o efeito que este aspecto tem ao nível das questões afectivas e das capacidades de autonomia. Portanto, vamos ver aqui os sentimentos, os relacionamentos com os pais, cuidadores e família alargada.”</i>	T, linhas 39 a 43
	<i>“Fora as necessidades básicas de comer e dormir, a questão da vinculação e de ter um adulto de referência, da segurança, da protecção, são as 3 que identifico.”</i>	U, linhas 6 a 7
	<i>“A componente afectiva é muito grande porque é desde que nascem, para já não falar no período que estão na barriga da mãe, é desde que nascem que as crianças precisam de estabelecer vinculações e ter um colo e um abraço</i>	V, linhas 9 a 12

	<i>certo. Portanto, aqui, a componente afectiva é muito importante para os anos futuros.”</i>	
	<i>“Nesta fixa faixa etária dos 0 aos 3 há uma questão central que é a necessidade de vinculação e de estabelecer vínculos afectivos com alguém, com o adulto.”</i>	X, linhas 6 a 7

Anexo E

Categoria: Necessidade de protecção física, de segurança e de disciplina (n = 17) – 77%		Sujeitos
Citações	<i>“Necessidades elementares básicas da alimentação, de cuidados médicos, da higiene e segurança.”</i>	A, linhas 7 a 8
	<i>“Diria eu, estar consciente da fase de crescimento em que ele se encontra se é dos 6 – 12 ou dos 12- 18, etc, e a importância que é, exigências que ele tem para bom crescimento do ponto de vista biológico, exigências diferentes, exigências de afecto, de saúde.”</i>	B, linhas 6 a 8
	<i>“ (...) regra geral o afecto sem as condições mínimas de subsistência, gera, desde logo, um risco de sobrevida ou de não sobrevida.”</i>	C, linhas 10 a 12
	<i>“ (...) satisfação das necessidades básicas (alimentação e higiene) essenciais da vida diária.”</i>	D, linha 7
	<i>“ (...) estou a pensar em termos de saúde, estou a pensar em educação no sentido próprio do termo e, portanto, de criar mecanismos para um desenvolvimento que começa, desde logo, muito precocemente por se afirmar(…)”</i>	E, linhas 13 a 15
	<i>“A necessidade de atenção e afecto está absolutamente no mesmo patamar de outras como alimentação, higiene... está absolutamente. A criança que se alimenta bem, mas não tem todo o resto como base para se orientar na vida... se a criança tem alimento não morre de fome, mas a criança que não tem afecto, não tem regras, diálogo, o carinho vai morrendo aos poucos.”</i>	H, linhas 15 a 20
	<i>“Para crescer, estes 3 primeiros anos são fundamentais. E para crescer bem precisa destas três coisas, ou seja, não consigo fazer uma distinção entre: precisa de mais alimento, não precisa mais de afecto, precisa de mais espaço para</i>	I, linhas 17 a 20

Citações	<i>vinculação.”</i>	
	<i>“Estou a partir de um dado adquirido que não podemos falar do vínculo quando há fome, não podemos falar em vínculo quando não há higiene, não há vínculo quando não há cuidados elementares básicos. Mas assegurados os cuidados biológicos adequados, é preciso olhar de uma maneira especial para o “quem é quem”.”</i>	J, linhas 50 a 53
	<i>“Para além de todas aquelas que identificamos como básicas, e com certeza que a resposta tem sido unânime, de segurança, higiene, alimentação, todos os cuidados, etc.”</i>	N, linhas 5 a 6
	<i>“ (...) se não comer morre, também se não tiver alguém com quem estabeleça uma relação privilegiada pode morrer, mesmo em termos físicos, sendo que é muito pouco provável que ela mantenha alguma sanidade mental na sua vida.”</i>	O, linhas 39 a 42
	<i>“Não é só lavar o bebé, dar-lhe comida. Isso, qualquer pessoa pode fazer melhor ou pior. O fundamental, de facto, é a forma como se faz. E nos bebés, porque ainda são os mais pequeninos, estes são os modelos que eles vão internalizar depois nas relações com os outros. E a vinculação é isto.”</i>	P, linhas 16 a 19
	<i>“Estas necessidades estão ao mesmo nível daquelas que vulgarmente se chamam necessidades básicas, como: alimentação, sono, higiene (...)”</i>	R, linhas 66 a 67
	<i>“ (...) a importância dos cuidados de saúde, mas isso já era estender a pergunta, eu centrar-me-ia nestes dois aspectos que são essencialíssimos como promotores de todas as necessidades básicas e relacionais.”</i>	S, linhas 32 a 34
	<i>“Do ponto de vista da saúde o que se pretende é que dê uma atenção especial às questões de ordem física e também de ordem mental, do ponto de vista do crescimento e desenvolvimento.”</i>	T, linhas 33 a 35
	<i>“As básicas como sono e alimentação têm que estar garantidas, mas as outras têm que estar da mesma forma garantidas, porque, se não, vão acabar por comprometer o desenvolvimento da criança.”</i>	U, linhas 10 a 12
	<i>“Em termos de necessidades numa criança dos 0 aos 3 anos, são sobretudo: cuidados básicos, passa pela alimentação</i>	V, linhas

	<i>pele sono (...)</i>	6 a 7
	<i>“Há, obviamente, a questão dos cuidados básicos de alimentação e higiene (...)</i>	X, linha 8

Anexo F

Categoria: Necessidade de estabelecer limites, de organização e expectativas (n = 14) – 64%		Sujeitos
Citações	<i>“Para uma colocação é preciso saber destas fases, por exemplo: os 18 meses, a idade da birra, quem trabalha sabe disso? Depois, a formação do eu que é essencialmente aos 3 anos.”</i>	B, linhas 13 a 15
	<i>“ (...) a vinculação afectiva, forte e segura, porque é essencial que além de ser forte e segura seja forte, mas sem dúvidas, sem reservas, sem contradições e isso é absolutamente essencial(...)”</i>	E, linhas 17 a 19
	<i>“São crianças, e as duas componentes são essenciais: um ambiente estável, mas também educativo porque estamos a falar no geral.”</i>	F, linhas 23 a 24
	<i>“São necessidades iguais para todos, temos que ter presente que crianças em acolhimento são crianças como qualquer outra. Sabemos que há ali outras histórias, temos que ter isso presente e ir trabalhando esses aspectos, não no sentido da protecção, mas no sentido da educação. Porque pela protecção estamos protegidos na sociedade. Temos que os educar no sentido dos valores e da verdade. Realmente aconteceu qualquer coisa, mas o que é que podemos fazer de construtivo para formar pessoas? Nós temos que ser atenciosos, educados e para formar os valores da criança desde pequenina, numa educação positivista, das coisas que há de boas para fazer e temos obrigação de as fazer e não pelo mal. Porque, se desde pequenino entra em conflitos, se dá uma canelada ao outro, não adianta nada dizer que não se faz, todos nós o fizemos. É um processo de desenvolvimento que é natural nestas idades, vamos ver é se podemos resolver o problema de outra maneira, era precisa ou podemos resolver este problema, qual é o problema? É trabalhar a educação da criança, pô-la a pensar. Não se formatam cabeças, não se faz isto, é preciso pô-las a pensar. E esta é uma necessidade das crianças e falar-lhes sempre a verdade.”</i>	G, linhas 6 a 20

Citações	<p><i>“Falar de regras e limite? Acho que são fundamentais, porque é a idade em que eles nos começam a testar e a provocar. A partir dos 2 anos, aliás cada vez mais cedo, eles começam a testar os nossos limites e a tentar saber até onde é que podem ir. Portanto é importante, mas com reforço positivo, com reforço positivo, sempre, mas é importante estabelecer uma relação que crie tudo, mas em equilíbrio.”</i></p>	H, linhas 22 a 26
	<p><i>“ (...) assegurados os cuidados biológicos adequados é preciso olhar de uma maneira especial para o” quem é quem”, individualmente cada bebé, porque é esse quem é quem que vai organizar a seu modo, de uma forma também individualizada, toda uma construção de referenciação de vinculo, de referenciação de significado que vai influir e inspirar todos os outros significados relacionais ao longo da vida desse bebé.”</i></p>	J, linhas 52 a 57
	<p><i>“Portanto, as famílias pobres podem ser organizadas, confiantes, muito estáveis e são famílias de sucesso ao seu nível; famílias com grandes potenciais que à priori nos fariam pensar que iriam ter sucesso, ou não têm uma orgânica, nem uma consistência de parentalidade e coesão familiar suficientemente para transmitir à criança o suporte que ela tem que sentir à volta dela, ou por outro lado, uma conjugalidade que vai ficando sucessivamente destruída ou degradada e são crianças que não vão ter sucesso, ou se vão ter sucesso vão ter sempre problemas nas suas relações pessoais e familiares. Inseguros, frios, que não conseguem estabelecer relações estáveis. Quando forem adultos vão criar novas famílias pouco estáveis. Todos temos pessoas das nossas relações, não propriamente aqui porque também têm possibilidades de recorrer a instituições particulares, mas sabemo-lo da nossa vida diária. O Doutor Coimbra de Matos diz uma coisa que eu sempre retive. O Professor Coimbra de Matos foi o antigo Director da Pedopsiquiatria do Hospital de Dona Estefânia e ele disse uma vez uma coisa que me marcou profundamente que foi exactamente isso, “ a organização familiar e a coesão afectiva é o fundamental, independentemente do estatuto sócio-económico.”</i></p>	L, linhas 31 a 46

Citações	<p><i>“As crianças geralmente vão para a instituição e não lhes é possibilitado, pelo menos na maior parte dos casos, a hipótese de guardarem (como as crianças têm em casa) o fatinho do dia tal, as botinhas não sei de quê, os primeiros desenhos, o primeiro dentinho, o primeiro caracol ou o 2º ou 3º, um álbum de fotografias. Há muito pouca preocupação em permitir à criança que ela possa reconstituir a sua história de vida.”</i></p>	O, linhas 22 a 25
	<p><i>“O fundamental, de facto, é a forma como se faz e nos bebés, porque ainda são os mais pequeninos, estes são os modelos que eles vão internalizar depois nas relações com os outros. E a vinculação é isto. Como é que eu olho para ele, como é que falo com ele? Como agarro? Que afecto é que lhe dou? Qual a importância que aquele bebé tem para mim?”</i></p>	P, linhas 17 a 21
	<p><i>“A relação emocional é básica também, não é a qualidade da relação pela qualidade da relação, é pela gestão que se deve ter, a gestão que o adulto deve ter desta qualidade com objectivos educativos. Por exemplo, podemos considerar que uma relação de qualidade é responder às necessidades imediatas da criança. E eu posso considerar que isso não é, ou pode não ser, uma boa relação para a regulação emocional. A criança tem que aprender a esperar, a saber discriminar, a saber regular, etc. Portanto, acho que há que formar os adultos, até sobre etapas de desenvolvimento para que isto seja feito de forma auto-regulada. Isso é fundamental.”</i></p>	Q, linhas 40 a 47
	<p><i>“Eu costumo dizer isto aos meus alunos: estas relações fundamentais são relações que são um dicionário, são uma gramática para a criança porque ela aprende os significados sobre as coisas a partir da relação. Às vezes é falada, outras vezes não é falada é percebido, é intuitivo, é vivenciado e é a partir dessa relação que ela vai construir um mapa sobre si própria e dos outros. Sabemos do ponto de vista da vinculação que isto tem implicações na forma como explora o meio ambiente, com uma vinculação mais segura é uma criança que se sente mais à vontade para exercitar a sua curiosidade.”</i></p>	R, linhas 22 a 29

Citações	<i>“ (...)o processo educativo de uma criança, além daquilo do que é a educação do ponto de vista das regras e da convivência social, familiar e pessoal, há todo um conjunto de aprendizagens que é possível ir instalando que só se podem fazer num quadro em que a tutela está do lado da educação.”</i>	S, linhas 22 a 26
	<i>“Do ponto de vista desenvolvimento emocional e comportamental, o que se pede é que haja aqui um olhar específico sobre as questões da vinculação e o efeito que este aspecto tem ao nível das questões afectivas e das capacidades de autonomia. Portanto, vamos ver aqui os sentimentos, os relacionamentos com os pais, cuidadores e família alargada. Estão, portanto, ao nível do relacionamento da criança no seu contexto familiar e de comunidade. Do ponto de vista da identidade são os aspectos relacionados com auto estima da criança, a forma como é valorizada pelos outros, o sentimento de pertença, a aceitação ou questões de rejeição.”</i>	T, linhas 39 a 46
	<i>“Há, obviamente, a questão dos cuidados básicos de alimentação, higiene e de estimulação das competências, sobretudo tendo em vista a autonomia da criança que deve começar desde os primeiros anos de vida.”</i>	X, linhas 8 a 10

Anexo G

Categoria: Necessidades de experiencias adaptadas à diferenças individuais (n = 9) - 41%		Sujeitos
Citações	<i>“ (...) eu dir-lhe-ia, tendo em conta que a criança pelo simples facto de ser pessoa tem já uma autonomia própria e encontra, já nesta fase inicial da sua vida, um conjunto de parâmetros essenciais para aquilo que venha a ser a sua estruturação (...)”</i>	E, linhas 6 a 9
	<i>“São necessidades iguais para todos. Temos que ter presente que crianças em acolhimento são crianças como qualquer outra. Sabemos que há ali outras histórias, temos que ter isso presente e ir trabalhando esses aspectos, não no sentido da protecção, mas no sentido da educação.”</i>	G, linhas 6 a 9
	<i>“As necessidades são individuais. Não podemos formular receitas genéricas...”</i> <i>“(...) esta leitura das características individuais é uma exigência que tem que fazer parte da formação dos profissionais. O paradigma desta leitura é o que nós fazemos, por exemplo, com o recém-nascido com a avaliação neo-comportamental, a ANBAS ou NBO, dá-nos uma leitura fidedigna da personalidade, do temperamento, do neuro-comportamento do bebé e implica um saber (know), que serve como centro de orientação para o apoio à família natural e para o apoio a uma eventual família de acolhimento, que também não pode receber um bebé desconhecido, tem que saber quem é.”</i>	J, linha 42 e 23 a 30
	<i>“Porque estas são as necessidades globais, mas cada criança tem as suas necessidades específicas, tem um perfil comportamental diferente, tem necessidades afectivas diferentes, tem às vezes problemas.”</i>	L, linhas 13 a 15
	<i>“Eu vejo com muita dificuldade, não só pela falta de preparação dos profissionais, os profissionais até podem ter alguma preparação, mas é pela necessidade que os profissionais têm de dar resposta em tempo útil a necessidades</i>	O, linhas 34 a 37

Citações	<i>que provavelmente se consideram muito mais básicas.”</i>	
	<i>“Qualidade do afecto, mas que é 24h por dia e isso vai definir, quer a qualidade da vida da pessoa quer do desenvolvimento. Porque um bebé que se sente bem, que está bem, que sente que a figura cuidadora é securizante, é curioso, é um bebé que aprende e, portanto, depois isto é bola de neve. Como é bola de neve para o pior, também é para o melhor.”</i>	P, linhas 22 a 26
	<i>“A criança só explora o meio, só se torna autónoma e aprende se tiver a dimensão da segurança garantida, mas as duas importantes. Também é importante em termos práticos, porque depende da forma como esta área for estimulada que a criança vai desenvolver competências que, hoje em dia, são imprescindíveis para a sua sobrevivência, que é por exemplo a questão da reacção à frustração, a aprendizagem autónoma, a cumprir objectivos. E isso supõe uma regulação, uma auto regulação parental que tem a ver com o desenvolvimento sócio emocional. De facto nós não preparamos uma criança bem para o seu desenvolvimento global se ela não tiver, hoje em dia, estas competências que são altamente necessárias para sobreviver, não apenas em termos escolares, como mais tarde na sua vida e, portanto, são estes.”</i>	Q, linhas 28 a 38
	<i>"Sabemos do ponto de vista da vinculação que isto tem implicações na forma como explora o meio ambiente, com uma vinculação mais segura é uma criança que se sente mais à vontade para exercitar a sua curiosidade, com implicações ao nível da aprendizagem, tem implicações ao nível da estimulação.”</i>	R, linhas 27 a 30
	<i>“(…)quando fazem a avaliação diagnóstica de uma situação com vista à elaboração de uma proposta, quer na avaliação da caracterização diagnóstica quer depois no acompanhamento da execução das medidas, que se centrem naquelas que são as necessidades das crianças nesta faixa etária. Depois, também relativamente a cada uma delas, temos um olhar específico para vários aspectos.”</i>	T, linhas 27 a 32

Anexo H

Categoria: Necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento (n = 8) – 36%		Sujeitos
Citações	<i>“Diria eu, estar consciente da fase de crescimento em que ele se encontra: se é dos 6 – 12 ou dos 12- 18, etc.; e a importância que é exigências que ele tem para bom crescimento do ponto de vista biológico. Exigências diferentes: exigências de afecto, de saúde, de comunicação, de colo, tudo isso”.</i>	B, linhas 6 a 9
	<i>“Vencer as fases sucessivas do seu desenvolvimento, embora já não na perspectiva da velha teoria das crises e da superação das crises, mas num desenvolvimento contínuo e linear. É nesta base e nesta base de vinculação afectiva que a criança vai encontrar o suporte seguro para esse desenvolvimento. Portanto, eu diria, se tivesse que fazer uma escolha, que nesta fase dos 0 aos 3 anos, o que é absolutamente indispensável é essa segurança e essa força de uma vinculação afectiva clara.”</i>	E, linhas 19 a 25
	<i>“Crianças quando chegam até nós, cada vez mais carentes de não serem autónomas, chegam ao contexto de creche, normalmente sem hábitos de autonomia ao nível da higiene de sono, da alimentação, que adquirem facilmente, mas depois o colinho, a necessidade de conversar e de atenção e certos comportamentos para chamar à atenção do adulto, acho que há que repensar isto.”</i>	H, linhas 9 a 13
	<i>“ (...) não pode haver como que normas de funcionamento, porque elas falham a cada passo que nós descobrimos que é uma realidade emergente que resulta das competências da forma como cada bebe se organiza e se controla nos seus sistemas. Os seus estádios, o seu stress, a sua habilidade e necessidades interactivas, afectivas, tudo isto é variável e tudo isto não pode ser desconhecido quando se equaciona o acolhimento.”</i>	J, linhas 60 a 65
	<i>“ (...) áreas fracas, áreas que precisam de ser mais apoiadas, tem áreas fortes que podem perfeitamente ser</i>	L, linhas

Citações	<i>organizadas em função da ultrapassagem das áreas fracas, mas fundamental na minha opinião é um meio familiar consistente e previsível Isso é o fundamental.”</i>	15 a 18
	<i>“(...)cada vez se dá mais importância ao desenvolvimento como uma coisa integrada. Houve décadas em que as questões do desenvolvimento cognitivo e da formação mais acadêmica, (QI, etc.), era saliente; hoje em dia, as áreas de desenvolvimento estão tão inter-relacionadas que não se pode pensar numa sem outra. Portanto, uma criança, à partida, poderá ter alguma dificuldade de desenvolvimento cognitivo se não tiver a área de desenvolvimento emocional garantida. Portanto, considero uma necessidade básica, fundamental. Não só a estimulação do desenvolvimento cognitivo, mas também esta, também valorizo as questões de desenvolvimento sócio emocional porque elas preparam os miúdos, e nesta faixa etária, não só porque são mais dependentes do adulto, mas porque é uma área que leva ao desenvolvimento de outras.”</i>	Q, linhas 15 a 25
	<i>“ (...) a criança exercita também as suas funções e aprende no contexto de uma relação afetiva, exercita funções, desenvolve competências, aprende sobre si própria, aprende sobre o mundo. Enfim há todo um conjunto, digamos, é quase um aglomerado, o seu desenvolvimento. É como se estivesse numa fase embrionária e começa a diferenciar-se e tudo isso pode ser feito num contexto de relações importantes.”</i>	R, linhas 41 a 47
	<i>“Ou seja, tudo isto é um processo contínuo, naturalmente, adequado às idades, mas um processo contínuo em que há preocupações de pedagogia e preocupações de aprendizagens que vão para além da mera aprendizagem relacional (...)”</i>	S, linhas 26 a 28

Anexo I

Categoria: Necessidade de comunidades de apoio estáveis e de continuidade cultural (n = 3) – 14%		Sujeitos
Citações	<i>“Exige à partida que as decisões relativamente ao acolhimento, e nomeadamente aos apoios familiares, deve ter em conta o conhecimento profundo e individualizado de cada bebé e de cada família. Porque se nós pensamos em acolhimento, nomeadamente por outras famílias, não se pode esquecer que a família de origem, a família natural, tem que ter um programa de ajuda, de apoio para acompanhamento enquanto porventura durar o acolhimento, ou até uma decisão de que a família por razões mais que demonstradas não se revela capaz de organizar competências e modos de poder ser o acolhedor natural (porque é a família natural) daquele bebé que está em risco, ou em perigo nos seus direitos fundamentais e nos seus superiores interesses.”</i>	J, linhas 14 a 22
	<i>“Não tem que ser necessariamente uma família tipo clássica, não tem que ser necessariamente uma família, enfim, nos moldes clássicos, mas que haja de facto uma consciência, muito profunda, daquilo que é educar uma criança e que não é. A família, digamos que é o fulcro, não é? Mas, para educar uma criança é preciso uma cidade, portanto não é só os pais, é com uma série de organizações sociais, que se deveriam entrecruzar, e à volta das necessidades específicas.”</i>	L, linhas 7 a 13
	<i>“A segunda tem que ver com a entrada precoce num sistema de acompanhamento, ou seja creche (também sei que isto não é unânime, há quem defenda que é bom é ficar com a família), que em termos do conjunto do universo das crianças até aos 3 anos era indispensável haver a disponibilidade. Depois, obviamente, é uma opção feita pelos pais, mas devia haver a disponibilidade de lugares para que estas crianças pudessem todas estar.”</i>	S, linhas 13 a 18

Anexo J

Categoria: Necessidade de políticas de protecção do futuro (n = 3) – 14%		Sujeitos
Citações	<p><i>“Como sabe, tenho-me centrado mais, não tanto nos casos das crianças sem família, mas mais nas crianças que frequentam instituições, se bem que algumas destas crianças frequentam creches. É uma das vantagens que temos tido, é que há de facto uma preocupação social, há preocupações em dar uma resposta em termos sociais e afectivos, mas também em termos educativos. Gostava de frisar isso, porque é um problema que para o Ministério de Educação parece que as crianças destas idades não existem e é um problema que está apenas centrado na segurança social. Claro que a parte social que acarreta é importante, mas as necessidades educativas começam logo nestas idades em qualquer tipo de crianças com famílias problemáticas ou sem família, como é o caso das crianças que está a estudar.”</i></p>	F, linhas 12 a 21
	<p><i>“Consistência de atitudes educativas. Portanto, um meio familiar consistente e previsível, que os pais saibam exactamente exercer a sua parentalidade e equilíbrio afectivo na família. Não tem que ser necessariamente uma família tipo clássica, não tem que ser necessariamente uma família, enfim nos moldes clássicos, mas que haja de facto uma consciência, muito profunda, daquilo que é educar uma criança.”</i></p>	L, linhas 5 a 10
	<p><i>“Diria que há duas coisas essenciais que acabam por ter implicações do ponto de vista da acção política e das decisões políticas em matéria de infância: a primeira é a questão da pobreza, ou seja, nós temos obrigação (não é para todas), mas aplica-se também ao universo da prevenção das consequências à pobreza infantil. Portanto, do</i></p>	S, linhas 7 a 14

	<p><i>meu ponto de vista, devia haver um grande enfoque em medidas associadas a combater a pobreza infantil. Isso é muito preventivo em situações de risco, não apenas no seio da família, como no próprio envolvimento da criança. A segunda tem que ver com a entrada precoce num sistema de acompanhamento.”</i></p>	
--	---	--

Anexos - 2ª Pergunta

Anexo K

Anexo L

Anexo M

Anexo K

Existe um contexto mais adequado para colocação de crianças do 0 aos 3 anos: Opção do entrevistado (n = 22) – 100%		Sujeitos
Citações	<p><i>“ (...) só num caso concreto e perante a criança é que podemos afirmar que, para aquela criança, a resposta tem aspectos negativos ou positivos, o que significa, portanto, que a melhor resposta tanto pode ser em CAT, LIJ ou acolhimento familiar, depende dos dados e das variáveis.”</i></p> <p><i>“Se for possível escolher, se para uma criança for viável, a resposta em acolhimento institucional ou acolhimento familiar (portanto, se as duas respostas permitirem escolher) entre as duas respostas, claramente acolhimento familiar. Se não for esse o caso, então vamos ver qual a mais adequada e será essa a melhor.”</i></p>	A, linhas 25 a 28 e linhas 31 a 35
	<p><i>“No caso em que seguramente a mãe deu à luz e deixa-nos a criança, (ainda estamos a investigar eventualmente, ou não), mas a probabilidade é muito forte dele ir para adoção, a minha dúvida é nessa faixa etária e só tenho dúvida até aos 6 meses. Daí para frente, eu colocaria, em princípio, porque ele distingue o casal que o acolhe do casal que o vai adoptar. Aí parece-me (e penso que não diria asneira grande), que o colocaria em instituição, quando a perspectiva já é a adoptabilidade.”</i></p>	B, linhas 48 a 53
	<p><i>“Penso que o contexto da família de acolhimento é, à partida, o contexto mais adequado para o desenvolvimento de uma criança, ou seja, digamos que, em termos gerais, seria o contexto mais adequado.”</i></p>	C, linhas 22 a 25
	<p><i>“Aliás, tenho dúvidas, porque sei que os especialistas se dividem sobre esta matéria: se é bom passar por uma família de acolhimento ou se é bom estar numa instituição. Para fazer a transição para uma família adoptiva sei que, de</i></p>	e linhas 33 a 39

	<p><i>facto, os especialistas se dividem nesta matéria. Eu, do que vou ouvindo e observando, penso que, de qualquer forma, nestes casos, tendo a dizer que a passagem por uma instituição pode ser perfeitamente a melhor solução, quando o objectivo é a adopção.”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“Se calhar depende muito das situações, mas eu penso que o ideal é que eles pudessem ter sempre modelos mais próximos da vida real. Fossem, de facto, mais próximos de uma família. Mas será que isso existe sempre? Que existe em todas as situações? Os CATs existem porque nós, muitas vezes, temos situações de urgência e, imediatamente, temos que retirar as crianças e, imediatamente, temos que as colocar num sítio. Não está ainda uma família seleccionada, não está ainda uma família preparada para receber a criança... Se pudesse haver, desde o início, uma família de acolhimento que pudesse, desde o princípio entrar, pois para aquela criança, sendo certo que isso também tem um pouco a ver com a situação concreta: se é uma situação de risco temporário, (se é uma situação que é susceptível de ser ultrapassada ou não para não estar a criar novas vinculações e estar a baralhar a cabeça dela), ou não, se é uma situação que se prevê já uma certa estabilidade de médio ou longo prazo. Acho que isso é tudo a ponderar para se tomar decisão, num sentido ou noutro.”</i></p>	<p>D, linhas 42 de 55</p>
	<p><i>“Eu gosto muito, nesta matéria dos Direitos da criança, de partir sempre da criança, para as questões que a criança levanta e que a situação da criança levanta e depois passamos de uma visão mais metodológica para uma visão muito concreta. Partindo daquela criança concreta para a situação que a envolve. Por exemplo, uma das questões que eu colocaria, eventualmente, é esta: uma criança que precisa de alguma forma de vir a passar por uma situação destas de acolhimento, vinda da família, seja em família ou acolhimento em CAT, a primeira questão que se devia colocar é logo se essa criança vai ser encaminhada para adopção ou não. Às vezes não é possível saber desde logo, mas se essa hipótese for uma hipótese muito provável, eu tenderia a optar por um CAT e não por uma família de acolhimento.”</i></p>	<p>E, linhas 35 a 44</p>

Citações	<p><i>“Já exactamente ao contrário, se se tratar de uma fase temporária de acolhimento para o regresso à família biológica, já não vejo que haja aí grande perturbação pela criança passar por uma família de acolhimento, visto que aí, embora haja naturalmente um outro começo de vinculação, apesar de tudo, ele não vai quebrar com a vinculação anterior. Portanto, é possível que, em principio, a família biológica não vai deixar de estar presente, irá estar a acompanhar em paralelo, a relação mantém-se e aí, evidentemente, que a relação no meio familiar e num ambiente familiar é sempre preferível a uma relação em CAT, por melhor que ele seja. É a resposta que tenho.”</i></p>	e 60 a 67
	<p><i>“A família de acolhimento, depois tem também são as famílias afectivas. É o que está na moda. Não é bem o mesmo conceito, mas que depois gera também algumas situações muito problemáticas como a que estamos a viver neste momento e estamos a ver nas televisões. Eu, por um lado, sou tentada a dizer que o CAT, se funcionar muito bem, para estas crianças será mais adequado. Ou então as famílias de acolhimento podem sê-lo por um tempo mais indeterminado, ou deveria haver uma maior flexibilidade.”</i></p>	F, linhas 41 a 47
	<p><i>“Para mim, há uma opção clara, quer dizer, as famílias, talvez equilibrando bem uma família estruturada e com esta visão e depois uma creche talvez fosse o ideal. Mas aquilo que é a realidade, e do que eu conheço, a opção será a instituição, salvaguardando a qualidade. Se não, mais vale uma família restrita com menos dificuldades (até porque é acompanhada), que uma instituição desorganizada.”</i></p>	G, linhas 74 a 78
	<p><i>“Neste contexto, e embora conheça pouco, até a 1 ano de idade, podia ser o contexto mais apropriado pela sua dimensão, pela suposta disponibilidade que possa existir no contexto mais familiar que propriamente numa instituição.”</i></p> <p><i>“A minha opção, não sei porque o contexto que eu menos conheço é realmente o das famílias de acolhimento, é o que eu menos conheço, mas aquele que me parecia dos 0 ao 1 ano que seria o melhor. Aos 2, 3 já me parece que o</i></p>	H, linhas 41 a 44 e 94 a 98

	<p><i>contexto de CAT, já se estabeleceu um vínculo, já é mais fácil de vincularem depois com os outros e de saberem e de criarem a sua identidade.”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“Infelizmente, ou felizmente, não tenho muita experiência em famílias de acolhimento, porque não têm existido famílias de acolhimento. Nós nunca aplicamos a medida de acolhimento em família de acolhimento (há 10 anos). A única coisa que temos é alguma regularização de situações anteriores antes desta lei (da Lei 147), porque pessoalmente, eu não simpatizo com a medida de acolhimento familiar para crianças até aos 3 anos de idade, não simpatizava tendo por base também a anterior lei.”</i></p> <p><i>“ (...) não tínhamos referência dessa resposta, não sabíamos quem eram, não tínhamos uma base de dados, não sabíamos se existia se não existia e, quando tínhamos que decidir, era pelo CAT .</i></p>	<p>I, linhas 28 a 33 e 35 a 37</p>
	<p><i>“Acho que o objectivo central, nem que seja temporariamente, julgo que é muito difícil, por melhor que seja o CAT, ele estar organizado como uma família; daquilo que nós entendemos, hoje, como realidade sócio afectiva, organizativa, daquilo que pensamos dever ser uma família. Se é verdade isto, esta assumpção, eu direi que o CAT é uma necessidade emergente que deve durar o mínimo possível.”</i></p> <p><i>“E repito, constantemente assumidas e avaliadas, não é um problema fácil, mas com esta premissa destas reavaliações dinâmicas e sucessivas, eu julgo que não pode deixar de ser equacionado que a família, qualquer que ela seja, é o centro do acolhimento.”</i></p> <p><i>“Em cada momento que o bebé é orientado para o acolhimento, têm que ser aqui imediatamente equacionadas: quais</i></p>	<p>J, linhas 79 a 83 106 a 109</p>

Citações	<p><i>são as prioridades, quais são as necessidades fundamentais alienáveis de cada criança, de acordo com as suas particularidades, com a sua individualidade (...)</i></p>	123 a
	<p><i>“A opção será sempre, em primeiro lugar será a família. 1º paradigma – a família natural, assim que possível, ou às vezes, a família natural. O tratamento, a intervenção junto da família natural, pode até não necessitar de tanta complexidade, de tanta dificuldade, como às vezes parece. Exige é um apoio mais consistente, mais duradouro, mais continuado, mais permanente, mais supervisionado, etc. Mas 1º paradigma, a família natural; 2º paradigma – (quando possível, se verificam esgotadas as possibilidades de retorno) a família de adopção e aí há que não perder tempo; 3º paradigma – o acolhimento, e aqui é a dinâmica « CAT / família de acolhimento, têm que funcionar a par».”</i></p>	127 156 a 163
	<p><i>“Para mim, há uma opção clara, que é o acolhimento familiar. Porque é mais próximo da vivência familiar. Mas atenção, acolhimento familiar com famílias adequadas e preparadas para tal, não é aquilo que a segurança social tem oferecido na grande maioria dos casos. Provavelmente, as que os CDistritais conseguem, mas já que as não há, ao menos que houvesse uma preparação. No fundo, a maioria das famílias que nós vemos são famílias muito indiferenciadas. Não estou a dizer todas, mas a maioria dos casos. Apesar de tudo, a SCM tem feito experiências muito positivas a esse nível e parece-me com um futuro mais promissor.”</i></p>	L, linhas 55 a 62
<p><i>“Conceptualmente, acho claramente que a opção são as famílias de acolhimento. Não se pode é confundir famílias de acolhimento com aquilo que nós temos. Falo de famílias de acolhimento, num conceito completamente diferente que passa por uma triagem, uma formação em que possam perceber o que é que significa ser família de acolhimento, com</i></p>	M, linhas 17 a 23	

	<p><i>formação para saberem como é que podem ajudar estas crianças e com supervisão da sua acção enquanto família de acolhimento. Portanto, dessas famílias de acolhimento sou mais favorável que à instituição.”</i></p> <p><i>“Na minha opinião, pode haver algumas situações que se justifique, é caso a caso, mas por regra, o melhor CAT não é a boa solução.”</i></p>	e 77 a 79
	<p><i>“Para mim, há uma opção clara, eu tenho, como principio, que não é suposto as crianças viverem em instituições. Para mim, é um mal necessário. Mas em muitos casos, ou na maioria dos casos, poderia optar-se pelo acolhimento familiar. Não da forma como ele tem sido feito em Portugal. Agora o que é um facto (não sei se esteve no 1º congresso internacional de adopção do ano passado), houve muitos estrangeiros, não só de países europeus, mas também norte americanos a apresentar dados sobre diferenças no desenvolvimento de menores em adopção, em acolhimento familiar e institucional. E é uma diferença enorme. Acho que, olhando para a literatura, vemos logo que uma criança, no seio familiar, consegue desenvolver-se mais dentro dos parâmetros desejáveis do que no acolhimento institucional. Falando em crianças mais pequenas, ainda me faz mais sentido, mais tempo com o adulto têm que ter.”</i></p>	N, linhas 61 a 71
Citações	<p><i>“Vamos supor que estamos a falar de uma boa instituição e de uma boa família de acolhimento. Porque há famílias de acolhimento que não são boas famílias, como há famílias biológicas que não são boas famílias. Aliás, há muitas famílias naturais que não são boas famílias; E algumas crianças nem estão no sistema de protecção, porque são de estratos económicos altíssimos, e a família também não assegura as necessidades relacionais, pode assegurar todas as outras. Mas vamos supor que é uma boa instituição e uma boa família, eu, aí, não tinha grandes hesitações em dizer que é de longe preferível uma família. Porque nós hoje sabemos as investigações sobre o desenvolvimento cognitivo, indicam-nos que as crianças despertam muito mais cedo em termos cognitivos do que aquilo que nós pensamos.”</i></p> <p><i>“A minha opção seria, claramente, a família. Mas há crianças que por alguma razão não podem ir para as famílias,</i></p>	O, linhas 52 a 59

	<i>há razões até jurídicas que levam que a criança permaneça em instituição. Portanto, têm que existir, agora, a política tem que ser de deixar o menos tempo possível em instituição e a instituição ser o melhor possível. Lá está, a nível biofisiológico, a nível cognitivo, a nível relacional e também a nível pessoal e aí temos que assegurar esse leque de exigências.”</i>	e 101 a 107
	<i>“Se as nossas famílias de acolhimento (sei que não é uma área fácil), é assim, se as nossas famílias fossem famílias que fossem escolhidas precisamente pela qualidade da própria vida familiar, eu penso que nem deveria haver CATs.”</i>	P, linhas 34 a 36
	<i>“ (...) continuo a achar que se as coisas com as famílias de acolhimento tivessem muito bem estabelecidas e organizadas, se as famílias fossem efectivamente acolhedoras, não tinha dúvida nenhuma, porque aquela criança entra ali e tem uma família, não é a dela, vai lá estar um tempo, mas é família. O CAT até tem técnicos que sabem daquelas problemáticas, mas depois não é possível dar à criança aquilo que o contexto familiar dá.”</i>	e 116 a 121
Citações	<i>“O problema é complexo, e é complexo porque as coisas envolvidas são complexas, não é só uma questão de acolhimento institucional e acolhimento familiar, tem também as questões da família e a permanência em acolhimento qualquer que ele seja. Que objectivos é que se tem para aquela família e para aquela criança, e que cuidados se pretende dar à família. Porque, do meu ponto de vista, quando se opta por uma ou outra resposta, não é só a criança, não é só a criança imediata que deve estar em análise, é a criança imediata, é a criança no seu futuro, mais ou menos definido, que pode ser num espaço de 3, 4 anos. Porque também não acredito em projectos de vida, mas acredito em projectos de desenvolvimento global a curto, médio e longo prazo.”</i>	Q, linhas 54 a 62
	<i>“Qualquer das formas, internacionalmente, não há respostas para estas idades. Nos países mais avançados, não há</i>	e 69 a

	<p><i>respostas de acolhimento institucional para estas idades. À partida, parece que o acolhimento familiar será a melhor resposta para responder às necessidades das crianças (que descrevi) e percebe-se porquê, porque é uma atenção individualizada, porque há uma gestão das relações continuada. Numa instituição, há os turnos, a mudança de técnicos, não há tanto controle do estabelecimento da relação, quando a relação é fundamental nestas idades, não é? Portanto, à partida, sou defensora do acolhimento familiar. E quando estou a dizer que sou defensora do acolhimento familiar, é o acolhimento familiar ideal, com famílias ideais de qualidade. Famílias com boas condições de vida, bem remuneradas, com condições para, aí sou apologista do acolhimento familiar. É de facto, uma resposta mais adequada que o acolhimento institucional”.</i></p>	81
Citações	<p><i>“Eu diria teoricamente que, em tese, que para mim é irrelevante, se é um ou outro; o que me interessa é conhecer as características desses contextos e são essas características que fazem com que eles sejam mais adequados, ou não.”</i></p> <p><i>“Se os contextos fossem o ideal, a excelência para crianças dos 0 aos 3 anos, eu diria que a família de acolhimento tem condições para responder de uma forma mais eficaz às necessidades das crianças dos 0 aos 3 anos, na prática não faço esse juízo.”</i></p>	R, linhas 70 a 72 e 98 a 100
	<p><i>“Há uma opção: sempre que uma criança destas idades é retirada à família pelas mais variadas razões, independentemente de sabermos que cada caso é um caso, que é preciso atender às questões concretas, (eu pessoalmente, também sei que isto não é pacífico nem sequer consensual), eu, pessoalmente, acho que até aos 3 anos nunca deveriam ser colocadas em famílias de acolhimento, ou seja, que a resposta até aos 3 anos deveria ser um ambiente muito próximo daquilo que são os nossos CAT’s. Porquê? Porque estamos a falar de crianças de idades muito baixas, para quem é difícil compreender. No caso que se estabelece, bilateral, quase diria, de quem acolhe a criança. A criança precisa que se trate de uma situação transitória e a quem é difícil explicar que, daí a algum tempo,</i></p>	S, linhas 44 a 55

Citações	<i>que aquela situação vai sofrer uma quebra. E portanto, do meu ponto de vista, a família de acolhimento deveria ser para crianças que tenham um entendimento fácil, ou facilitado, de que estão naquela casa até se encontrar uma situação melhor.”</i>	
	<i>“ (...) na minha opinião, identifico alguns aspectos positivos e outros menos positivos nestas duas respostas, mas a minha tendência é muito mais para a colocação de uma criança dos 0 aos 3 numa família de acolhimento. Resulta de leitura e experiências que eu tenho observado e das opiniões que oiço. Não estão sustentadas em nenhum estudo científico da nossa realidade portuguesa, mas de especialistas e investigadores destas matérias.”</i>	T, linhas 64 a 69
	<i>“Se falarmos em patamares de qualidade, mesmo até instituições, (e eu tive o privilegio de trabalhar na SCM Lisboa com aquela unidade de 8 crianças) desde que haja acompanhamento, eu acho que é preferível que as crianças estejam em famílias de acolhimento. Mas, aqui, tinha que ser garantido acompanhamento 24h por dia, haver uma formação muito grande e sistemática às famílias, e claro, uma definição muito clara e rápida do projecto de vida para que aquelas crianças não fiquem 3 anos naquela família, até irem para uma família adoptiva ou voltarem à sua família natural.”</i>	U, linhas 58 a 64
	<i>“No meu entender, embora também esteja estudado que as idades mais complicadas para que as crianças sejam retiradas aos pais situa-se mais ao menos entre os 6 meses e os 4 anos, são realmente idades em que a questão da vinculação está mais premente. Na minha opinião, e embora o tenha referido em segundo lugar a parte afectiva quando falei nas necessidades, nestas idades essa é uma componente extremamente importante, e o acolhimento familiar é, no meu entender, a resposta que consegue oferecer às crianças a resposta a esta necessidade de forma mais normal.</i>	V, linhas 18 a 24
	<i>“Uma opinião muito própria e, permita-me o exemplo, se fosse a minha filha, eu preferia uma família de acolhimento,</i>	X, linhas

	<i>mil vezes, por todas as razões. Desde que a família tivesse sido bem seleccionada, estivesse a ser acompanhada, se fosse uma família com competências para isso, a minha filha estava bem melhor entregue numa família de acolhimento que num CAT. Baseada numa relação efectiva que ajudaria na satisfação de todas as outras necessidades, igualmente básicas.”</i>	74 a 79
--	--	---------

Anexo L

Contexto de acolhimento em CAT - aspectos positivos (vantagens)		
Categoria: “Qualidade das vivências” Aspectos positivos (vantagens) (n = 6)		Sujeitos
Citações	<i>“(...) passagem por instituição significa o estímulo da criança e até a recuperação da criança de situações de alguma gravidade para o seu desenvolvimento.”</i>	C, linhas 41 a 43
	<i>“(...) têm as necessidades básicas asseguradas: alimentação, a higiene, deitam-se a horas (...) ”</i>	D, linhas de 27 a 28
	<i>“Nesta nova política, deixando a visão mais assistencialista dos outros aspectos que também são importantes e não podemos descurar, mas olhando para a criança mais como um cidadão de direitos, independentemente da idade que tenha, e deveres. Uma criança no seu todo, eu penso que qualquer instituição poderá realizar um trabalho técnico nesse sentido.”</i>	H, linhas de 60 a 64
	<i>“(...) as auxiliares tinham a suas afinidades com as crianças, enfim, havia ali um ambiente familiar (...) ”</i>	L. linha 106
	<i>“De uma forma geral, o acolhimento institucional consegue responder a muitas das necessidades básicas: a nível de segurança, essencialmente, a questão da higiene, protecção, alimentação. Penso que, pelo menos daquilo que sabemos</i>	N, linha 16 a 19

Citações	<i>em Portugal, o acolhimento institucional tem respondido eficazmente a isto.”</i>	
	<i>“Acho que pode haver sistemas de acolhimento residencial, tipo familiar, que garantam grande parte destas necessidades”</i>	Q, linhas 82 a 84
	Categoria: “Qualidade das vivências” - Aspectos positivos (vantagens)	
	Subcategoria: “Qualidade da relação adulto-criança” n = 4	sujeitos
	<i>” Quando eu digo que tenho medo das famílias de acolhimento, é o medo da vinculação que depois obriga a um desmame com efeitos e, depois custa. Fico mais “consoladinho”, fico mais confortado a colocar numa instituição (...)”</i>	B, linhas 65 a 68
	<i>“ (...) a instituição terá um papel importante em criar as condições para que ela possa fazer a transição (...) ”</i>	C, linhas 57 a 58
	<i>“ (...) no CAT, se a criança se relaciona mal com uma pessoa, depois tem outras.”</i>	F, linhas 61
<i>“A questão prende-se, sempre, com a vinculação que, no CAT, será sempre uma vinculação mais diluída (...)”</i>	I, linhas 78 a 79	

Citações	Categoria: “ Projecto de vida” - Aspectos positivos (vantagens) (n = 3)	Sujeitos
	<i>“ (...) tendo a dizer que a passagem por uma instituição pode ser perfeitamente a melhor solução. Quando o objectivo é a adopção. O que, regra geral, é um curto período de tempo, estamos a falar de um período de tempo que não deve ir além de 1 ano, mesmo com todas as dificuldades processuais que possam existir (...) ”</i>	C, linhas 37 a 41
	<i>“ (...) significa que a criança, naquela fase ,não vai criar uma ligação que vai perder a seguir. Tendo em conta estes factores, eu tendo a que, quando o projecto de vida é adopção, a instituição poder ser menos traumática.”</i>	e 44 a 47
	<i>“ (...) a primeira questão que se devia colocar é, logo, se essa criança vai ser encaminhada para adopção ou não. Às vezes não é possível saber, desde logo, mas se essa hipótese for uma hipótese muito provável, eu tenderia a optar por um CAT e não por uma família de acolhimento. Muito na linha daquilo que eu disse há pouco, da mesma forma que a criança nesta idade deve ser sujeito de uma vinculação afectiva forte e segura, também por maioria de razão, ou se quiserem, por decorrência lógica, não deve, no mesmo período, na mesma fase do seu desenvolvimento, não deve passar por sucessivas vinculações porque, então isso, vai criar exactamente um efeito contrário àquele que se pretende.”</i>	E, linhas 41 a 49
	<i>“ (...) era aceitável, mas por períodos curtos. Claro as crianças acabavam muito... mas repare, esta evolução é muito favorável. Quando eu entrei neste Hospital, nós tínhamos crianças com anos de internamento. Nem sequer havia CAT e as crianças ficavam aí e eram criadas por médicos e enfermeiros (...) ”</i>	L, linhas 109 a 112
	Categoria: “ Participação da família da criança ” - Aspectos positivos (vantagens) (n = 1)	Sujeitos
<i>“ (...) quero acreditar que, nos CAT ,se pode fazer esse trabalho, com a mais valia do conhecimento técnico das</i>	H linhas	

Citações	<i>necessidades das crianças, dos históricos, do trabalho com as famílias (...)</i> ”	de 73 a 75
	Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos positivos (vantagens)	Sujeitos
	Subcategoria: Recrutamento dos cuidadores (n = 2)	
	“ (...) até há pessoas que são muito empenhadas e transmitem, em parte, a situação afectiva, mas claro que se transmite de uma maneira diferente.”	D, linhas 28 a 30 e linhas 75 a 76
	“ (...) há, sempre, pessoas que sobressaem e se identificam mais e que a criança sente como mais protectoras”	
	“ (...) de alguma maneira, o CAT tem hoje uma leitura mais clarificada. Entre os técnicos, entre as instituições e entre a própria comunidade, do que tem a família de acolhimento.”	S, linhas 90 a 92
	“ (...) pode ser muito mais seguro sugerir a institucionalização num CAT, de que se conhece o funcionamento, que se sabe que tem regras, que se sabe que tem um escrutínio de técnicos (....) ”	e linhas 121 a 123
	Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos positivos (vantagens)	Sujeitos
	Subcategoria: Definição do papel de cuidador (n = 3)	
“Têm que dar muito amor, têm que estar atentos, têm que desenvolver todo esse processo de acompanhamento, de relação próxima e afectiva com a criança. Exactamente para a perceber, como é que ela age e reage a determinada	G, linhas 63 a 67	

	<i>maneira, não se substituindo, nem tentar substituir-se a uma família que ela não tem, mas educar a criança.”</i>	
	<i>“ (...) qualidade extraordinária das pessoas, a vocação das pessoas”</i>	J, linhas 84 a 85
	<i>“ (...) eu acho que se exige uma dinâmica de todos os profissionais que trabalham em CAT, que trabalham em planeamento de vida para bebés, que trabalham com as famílias, que se organizem em equipa e que de uma forma contínua, repetida, exaustiva e rigorosa, reequacionem, sucessivamente, todas estas particularidades, todas estas componentes. De maneira que, em cada momento que pode ser mutante, seja redefinido o planeamento de vida para cada bebé.”</i>	e linhas 134 a 139
	<i>“ (...) à partida, na realidade portuguesa, os CAT são mais seguros, darão mais garantias que a família de acolhimento, face ao que temos.”</i>	P, linha 73 a 74
	Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos positivos (vantagens)	
	Subcategoria: Acompanhamento técnico (n = 6)	
	<i>“Também estamos a adquirir qualidade com os técnicos dos CAT (...)”</i>	B, linha 84
	<i>“ (...) pessoal qualificado (...) ”</i>	H, linha 54

Citações	<i>“ (...) a presença dos técnicos no CAT, obviamente que é um aspecto positivo, pelo conhecimento que têm, ao nível do desenvolvimento da criança. Acho que é fundamental, alguém que é técnico, nessa área, e conhece as etapas de desenvolvimento, que tenha alguma experiência de relação. Todos os técnicos conseguem perceber o que é que esta criança pode estar, ou não, a precisar.”</i>	e linhas 65 a 69
	<i>“ (...) há o psicólogo, há técnico de serviço social. Uma maior proximidade e somos capazes de dialogar com o CAT (...) ”</i>	I, linhas 45 e 46
	<i>“,O que de facto havia era uma qualidade de técnicos nas instituições que me pareceram bastante aceitáveis (...) ”</i>	L, linhas 104 a 105
	<i>“ (...) é mais fácil perceber o que é que se passa na instituição (...) ”</i>	N, linha 39
	<i>“No CAT, como aspecto positivo, a formação; se bem que, no nosso país, de uma forma geral, os acolhimentos institucionais estão muito pouco especializados e há muita falta de formação (...) ”</i>	e linhas 49 a 51
	<i>“Vantagens em CAT, para estas crianças dos 0 aos 3, aquilo que me ocorre é, se for um CAT, pequenino, que funcione, que tenha uma equipa técnica dimensionada, que tenha pessoas especializadas no acompanhamento destas crianças, as crianças não estarão mal acolhidas. Obviamente, têm uma vantagem de ter sempre a presença técnica.”</i>	X, linhas 57 a 60

Contexto de acolhimento em CAT - aspectos negativos (desvantagens)

Categoria: “Qualidade das vivências” - Aspectos negativos (desvantagens)
(n = 8)

Citações	<i>“Contexto institucional (...)”</i>	A, linha 19
	<i>“ (...) quebra no ritmo diário, na tal situação do ritmo diário da vida afectiva (...) ”</i>	D, linha 71
	<i>“ (...) não é uma família e sabemos que, nestas idades, o espaço familiar faz muita falta.”</i>	F, linhas 62 e 63
	<i>“ (...) está tudo muito virado para a satisfação das necessidades básicas, como alimentação, saúde (...) ”</i>	H, linha 50
	<i>“ (...) nós sabemos que há crianças que são mais resilientes e outras mais frágeis, há crianças que lhes acontece tudo e mais alguma coisa e elas lá se vão aguentando. Ainda que os estudos, começa a haver estudos longitudinais sobre este assunto, dizem-nos que as crianças que foram institucionalizadas, mesmo em boas instituições, quando crescem, ao longo da sua vida, quando comparadas com grupos de controlo que viveram numa família normal, acabam por ter mais problemas em termos de saúde, estabilidade no emprego, relacionamento com os outros.”</i>	O, linhas 72 a 78
Citações	<i>“O CAT até tem técnicos que sabem daquelas problemáticas, mas depois não é possível dar à criança aquilo que o contexto familiar dá.”</i>	P, linhas 119 a 121
	<i>“Ao nível dos CAT, respeitando todo o trabalho que é desenvolvido, dizem alguns estudos que o risco da falta de</i>	T, linhas

	<i>suporte emocional será maior. Agora, mesmo havendo todos estes cuidados a nível do desenvolvimento, da disponibilização de recursos, há maior margem de risco.”</i>	98 a 101
	<i>“Ao fim ao cabo, acaba-se por criar rotinas com estas crianças nos CAT que têm muito mais a ver com o funcionamento do próprio CAT do que com as necessidades da criança. Portanto, acabam por não se estar a respeitar a necessidade daquela criança, em detrimento de turnos de pessoal. Não se adequa o dia-a-dia às necessidades da criança, mas sim ao funcionamento da instituição.”</i>	U, linhas 45 a 49
Categoria: “Qualidade das vivências”		Sujeitos
Subcategoria: “Qualidade da relação adulto -criança” - Aspectos negativos (desvantagens) (n = 8)		
Citações	<i>“Pode abranger um grande número de crianças (...) ”</i>	A, linha 20
	<i>“ (...) o que eu acho que, às vezes, é complicado é a mistura, ou seja, tem crianças dos 0 aos 12 anos e aí acho que é negativo.”</i>	I, linhas 82 a 83
	<i>“ (...) da partilha por vezes “de multidão”, o que quero dizer é que nas instituições, muitas vezes, à movimento a mais, há entradas e saídas. Há turbulência, era o que queria dizer. E, a criança é sensível à turbulência, dos 0 aos 3 ainda mais.”</i>	J, linhas de 85 a 88
	<i>“ CAT para 10 ou 12 crianças que, às vezes, tinham 17 ou 18 crianças (...) ”</i>	L, linha 106
	<i>“ (...) um aspecto negativo dos CAT ,não há especialização. Há uma diferenciação dos acolhimentos ao abrigo da legislação dos menores, entre centro educativo, lares, CAT, etc. Mas depois, quando estamos na lei de promoção e</i>	N, linhas

	<i>protecção, há muito pouca especificação do tipo de respostas para o tipo de necessidades e problemáticas que são múltiplas. E também porque nos CAT's há uma maior rotação de crianças. Supostamente, elas não estão lá tanto tempo. É mais difícil ter pessoas especializadas a trabalhar lá e depois quem mais tempo passa com os miúdos não são necessariamente as pessoas que têm mais formação, não são os técnicos. Contudo, esse aspecto também pode ser trabalhado, não quer dizer que seja sempre, mas pode acontecer.”</i>	51 a 60
Citações	<i>“Nos CAT, por muito bons que os técnicos sejam, por muito boas que as pessoas que cuidam dos miúdos sejam, é diferente ter 1 ou ter 4 ou 5. Isto mesmo na parentalidade, quando nascem trigêmeos, o problema é que os pais acham que não conseguem responder e têm que vir os avós e os tios e os primos. Ora, se isto acontece em família, num CAT é isto que acontece, por muita paciência e boa vontade que a pessoa tenha, tem que ter para vários e para vários, vulneráveis.”</i>	O, linhas 58 a 63
	<i>Agora, obviamente, há sempre uma desvantagem, por muito qualificados que sejam os educadores, é que não é uma relação dual, não há um adulto para cada criança, são vários miúdos, com idades e características completamente distintas (...) ”</i>	P, linhas de 111 a 114
	<i>“ (...) mesmo que sejam unidades pequenas, o normal dos CAT que temos será de 15 meninos, o que acho excessivo para que se mantenha as necessidades das crianças de uma forma regular (...) ”</i>	U, linhas 43 a 45
Categoria: “Qualidade da relação adulto -criança” - Aspectos negativos (desvantagens)		Sujeitos
Subcategoria: “Qualidade da relação adulto -criança”, Componente: Personalização da relação afectiva (n = 5)		
	<i>“ (...) instituição que é mais abandonante, no sentido menos pessoal (seria uma desvantagem da instituição).”</i>	B, linhas 63 a 64

Citações	“ (...) transmitem, em parte, a situação afectiva, mas claro que se transmite de uma maneira diferente (...) ”	D, linhas 29 a 30
Citações	<p>“Onde, para mim, reside a grande diferença é na parte afectiva. Não é que as pessoas que estão no acolhimento institucional não possam dar esse afecto porque dão. E penso que se tem feito um bom trabalho a esse nível, mas basta ver o ratio. Se olharmos para o ratio adultos/ menores institucionalizados, percebemos logo que a quantidade de tempo que um adulto consegue estar com uma criança desta idade, não é o tempo suficiente, está longe de ser o tempo suficiente para corresponder a essa necessidade.”</p> <p>“ (...) mesmo que estejamos a olhar para uma instituição que tenha um ratio mais pequeno, de 1 para 8 por exemplo, há a questão dos turnos. Os miúdos estão constantemente a ter figuras diferentes que não permite com tanta facilidade uma ligação de continuação, para além de que, muitas vezes, as pessoas que trabalham nestes turnos, trabalham temporariamente e pode acontecer. Felizmente, em muitas instituições, no nosso país, isso não acontece. As pessoas tendem a ser as mesmas ao longo de muitos anos, mas não é sempre assim e é um factor agravante.”</p> <p>“ (...) fundamental que todas as crianças têm que ter, ao longo de toda a vida, pelo menos uma figura de referencia e isso perde-se um pouco nas instituições; é muito difícil conseguir-se isso na instituição”</p>	N, linhas 19 a 25 e 28 a 35 e 71 a 74
Citações	<p>“Numa instituição há os turnos, a mudança de técnicos, não há tanto controle do estabelecimento da relação. Quando a relação é fundamental nestas idades, não é?”</p> <p>“ (...) passam cerca de 3 ou 4 pessoas, por dia ,para pegar esta criança. Cada um pega e relaciona-se com ela de uma forma diferente. Acresce, ainda, todas as outras crianças que estão a ser alvo daquele cuidador. É porque o cuidador</p>	Q, linhas 74 a 76 U, linhas 50 a 57

	<i>não tem apenas uma criança, se tiver 3, é muito bom (estamos a falar de situações idílicas). Eu tenho entrado em lares que não têm 3. Se calhar, num grupo de 9 ou 10, está lá um adulto. Ora, as crianças, aí têm que ter quase necessidades por fases, não é? Porque se ele está a dar biberão a um, há outro bebé que está a chorar. Tem que se confrontar com o facto de não ter um adulto para cada um.”</i>	
Categoria: “Qualidade da relação adultos -criança” - Aspectos negativos (desvantagens)		sujeitos
Subcategoria: “Qualidade da relação adulto -criança”, Componente: Vinculação (n = 2) .		
Citações	<i>“ (...) a 1ª relação é mãe/bebé, portanto, numa instituição onde há várias pessoas, não há uma consciência do objecto, há uma difusão das referencias e, portanto, isso pode criar vinculações inseguras e instáveis, pode condicionar aquilo que é a estrutura da criança. As crianças com poucos meses já comunicam com os pais, a linguagem não é oral, mas é corporal, do olhar, do cheiro, tudo isso.”</i>	M , linhas 57 a 61
	<i>“Agora, numa instituição, um dia é o Zé a calçar, calça de uma maneira. Noutra dia, o António calça de outra, depois é a Maria, não sabe onde estão os sapatos e, portanto, isto dificulta uma previsibilidade. Esta previsibilidade é muito importante para criar relações seguras.”</i>	e linhas 68 a 72
	<i>“Porque as instituições até poderão estar muito bem apetrechadas, pode haver excelentes referenciais ao nível dos adultos</i>	T, linhas 80 a 81

	<i>para as crianças, mas penso que a questão dos afectos e vinculação fica mais garantida num acolhimento familiar.”</i>	e 123 a 124
	<i>“ (...) num CAT, por muito esforço que se faça, temos ali adultos diferentes a marcar crianças de forma diferente (...)</i> <i>“</i>	
Categoria: “ Projecto de vida” - Aspectos negativos (desvantagens) (n = 6)		Sujeitos
Citações	<i>“ (...) os CAT também são por vocação, ou deveriam ser, temporários.”</i>	D, linha 48
	<i>“O que mais me custa no CAT, e isso tem a ver com os tribunais, é que demora uma eternidade. O que eram 3 meses para a já lá vai quase três anos.”</i>	I, linhas 65 a 67
Citações	<i>“O CAT é uma necessidade emergente que deve durar o mínimo possível.”</i>	J, linhas 82 a 83
	<i>“ (...) há crianças que passam meses, anos em CAT. Isto é maus tratos, isto não pode ser. Por melhor que seja, não está aqui a mínima crítica às pessoas que eu conheço, algumas que trabalham com um sacrifício, com uma entrega de vida, com uma grande devoção. Eles cumprem o melhor que sabem, cumprem a sua missão, mas há alguém que tem que estar noutra patamar a dizer: você está a dar o seu melhor, o melhor que sabe, mas esse seu melhor, que sabe e que pode, tem que ser fornecido com outra perspectiva, porque a perspectiva do CAT é um local provisório, de apoio, no destino de cada bebé, de cada criança.”</i>	e linhas 146 a 153
	<i>“ (...) mas há crianças que, por alguma razão, não podem ir para as famílias. Há razões até jurídicas que levam que a criança permaneça em instituição, portanto, têm que existir. Agora, a política tem que ser de deixar o menos tempo</i>	O, linhas

	<i>possível em instituição e, a instituição ser o melhor possível, lá está, a nível biofisiológico, a nível cognitivo, a nível relacional e também a nível pessoal. E aí, temos que assegurar esse leque de exigências.”</i>	102 a 107
	<i>“ (...) quer os técnicos que trabalham nos CAT, quer muitas vezes a própria instituição de acolhimento temporário, tende a afastar-se e a “esquecer-se” daquilo que é a função do CAT. E “esquecem-se”, quase sempre, do temporário. Até somos capazes de perceber as razões que levam a que isso aconteça, mas o que é facto é que é indispensável que os CAT, na minha opinião, não percam esta condição de temporário (...) ”</i>	S, linhas 78 a 83
	<i>“ (...) o projecto de vida também urge ser definido rapidamente num CAT para que a criança fique lá o menos tempo possível (...)”</i>	U, linhas de 65 a 67
Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos negativos (desvantagens)		Sujeitos
Subcategoria: Acompanhamento técnico (n = 2)		
Citações	<i>“ (...) mas tem, evidentemente, os riscos todos da rotatividade dos técnicos (...) ”</i>	J, linha 85
	<i>“Nos CAT, o adulto cuidador é uma mais-valia, como os técnicos de diferentes áreas, mas relativamente aos CAT’s, o que mais me preocupa é a rotatividade dos técnicos. É um aspecto negativo (...) ”</i>	U, linhas de 41 a 43

Anexo M

Contexto de acolhimento familiar - aspectos positivos (vantagens)		
	Categoria: “Qualidade das vivências” - Aspectos positivos (vantagens) (n = 7)	Sujeitos
Citações	<i>“Contexto familiar (...)”</i>	A, linha 19
	<i>“ (...) pela suposta disponibilidade que possa existir no contexto, mais familiar.”</i>	H, linha 43
	<i>“ (...) mais próximo da vivência familiar (...)”</i>	L, linha 56
	<i>“ (...) muitos estrangeiros, não só de países europeus, mas também norte americanos, a apresentar dados sobre diferenças no desenvolvimento de menores em adoção, em acolhimento familiar e institucional. E é uma diferença enorme. Acho que, olhando para a literatura, vemos logo que uma criança, no seio familiar, consegue desenvolver-se mais dentro dos parâmetros desejáveis do que no acolhimento institucional. Falando em crianças mais pequenas, ainda me faz mais sentido, mais tempo com o adulto têm que ter.”</i>	N, linhas 65 a 71
	<i>“Sem entrar nessa lógica “psicologizante” e sem atribuir o papel completamente determinante às condicionantes do meio, a investigação tende a dizer-nos que, entre os 0 e os 3 anos de vida, estamos perante um momento crítico em termos de relacionamento que depois tem implicações em termos afectivos e em termos cognitivos. Também por isso, uma família de acolhimento, eu diria que é preferível.”</i>	O, linhas 82 a 87
	<i>“Também, do que tenho lido e do que tenho acompanhado, há alguns resultados que parecem evidenciar melhores</i>	

Citações	<i>resultados ao nível das crianças. Há estudos comparativos que dizem que, do ponto de vista de resultados de aproveitamento escolar, ao nível de socialização, da estabilidade emocional e comportamental, estarão mais garantidos em famílias de acolhimento. Segundo o que li, de experiências realizadas em Espanha ou Reino Unido, e que dizem, também, que as crianças que foram ouvidas e estiveram em famílias de acolhimento, referiram estar mais satisfeitas com a casa, com a família.”</i>	T, linhas 91 a 99
	<i>“Há pouco tempo, tivemos cá um especialista espanhol da universidade de Barcelona, o Pere Amorós, que nos disse que há 20 anos que já não faz esta discussão em Espanha. E tudo indica que, dos 0 aos 3, a resposta mais adequada é o acolhimento familiar: porque propicia um ambiente familiar, normalizador; porque garante uma actuação personalizada e individualizada para cada criança; porque garante, ou pelo menos cria, as condições propícias à tal vinculação que é fundamental (...)”</i>	X, linhas de 21 a 27
	Categoria: “Qualidade das vivências” Aspectos positivos (vantagens)	
	Subcategoria: “Qualidade da relação adultos-criança” (n = 12)	
		sujeitos
	<i>“ (...) tem uma relação familiar, individualizada com a criança. Abrange um pequeno número de crianças.” (...)</i>	A, linha 20
	<i>“ (...) mais contacto, proximidade, atenção, mais vinculação, no sentido afectivo de encher mais a criança (...)</i>	B, linhas 62 a 63
<i>“ (...) há uma proximidade, digamos, mais com a vida real em termos afectivos (...)</i>	D, linha 34	
<i>“(...) entregam todo o seu amor que se dão de tal forma a essas crianças, dão-se, mas não marcam limites (...)</i>	G, linhas 32 e 33	

Citações	<p>“ (...) até a 1 ano de idade podia ser o contexto mais apropriado, pela sua dimensão (...),”</p> <p>“Aspecto positivo da família de acolhimento, partindo do pressuposto da qualidade, será a capacidade de vinculação.”</p>	H, linhas 42 a 43 e 52 e 53
	<p>“ (...) para mim, o principal disto é, de facto, a ligação afectiva.”</p>	J, linhas 76
	<p>“ (...) dependendo, também, do número de crianças que estão numa família, mas acaba sempre por ser um ratio diferente daquele que vamos encontrar nas instituições”</p>	N, linha de 25 a 27
	<p>“ (...) à partida, parece que o acolhimento familiar será a melhor resposta para responder às necessidades das crianças que descrevi. E percebe-se porquê: porque é uma atenção individualizada, porque há uma gestão das relações, continuada.”</p>	Q, linhas 71 a 74
	<p>“ (...) a família de acolhimento poderá ter, ou poderia ter, mais condições para propiciar esse tipo de desenvolvimento individualizado e que tem que ver com toda a questão relacional que anteriormente referi. proximidade, individualização, não deve ter muitas crianças. E o facto de ter uma figura mais permanente, terá condições estruturais e de dinâmica. A família de acolhimento pode ter condições, à partida, mais adequadas a crianças dos 0 aos 3 anos.”</p>	R, linhas 87 a 92
	<p>“Porque o acolhimento familiar, quanto a mim, pode continuar a oferecer um sentimento de pertença e de identidade (...) ”</p>	S, linhas 102 a 103
	<p>“ (...) penso que a questão dos afectos e vinculação fica mais garantida num acolhimento familiar (...) ”</p>	T, linhas

Citações	<i>“ (...) famílias de acolhimento, devidamente seleccionadas e recrutadas e formadas, que estão a prestar aquele serviço, vinculam-se de facto, mas também a questão da desvinculação deverá ser trabalhada”</i>	81 a 82 e 84 a 86
	<i>“Há pouco tempo, tivemos cá um especialista espanhol da universidade de Barcelona, o Pere Amorós, que nos disse que há 20 anos que já não faz esta discussão em Espanha. E tudo indica que, dos 0 aos 3, a resposta mais adequada é o acolhimento familiar: porque propicia um ambiente familiar, normalizador; porque garante uma actuação personalizada e individualizada para cada criança; porque garante, ou pelo menos cria, as condições propícias à tal vinculação que é fundamental (...)”</i>	X, linhas de 21 a 27 e 78 a 79
	<i>“Baseada numa relação efectiva que ajudaria na satisfação de todas as outras necessidades, igualmente básicas (...)”</i>	
	Categoria: “ Projecto de vida” - Aspectos positivos (vantagens) (n = 5)	Sujeitos
	<i>“ (...) se se tratar de uma fase temporária de acolhimento, para o regresso à família biológica, já não vejo que haja aí grande perturbação pela criança passar por uma família de acolhimento, visto que, aí, embora haja, naturalmente, um outro começo de vinculação, apesar de tudo, ele não vai quebrar com a vinculação anterior. Portanto, é possível que, em princípio, a família biológica não vai deixar de estar presente, irá estar a acompanhar em paralelo. A relação mantém-se e, aí, evidentemente que a relação no meio familiar e num ambiente familiar é sempre preferível a uma relação em CAT, por melhor que ele seja.”</i>	E, linhas 60 a 67
<i>“ (...) as famílias de acolhimento podem sê-lo por um tempo mais indeterminado (...)”</i>	F, linhas 46 e 47	

Citações	<i>“ (...) acho que pode ser a boa resposta, a boa solução, mas tem que ser melhor esclarecida das situações e, sobretudo, dar-se a garantia que possam ser famílias de acolhimento a longo prazo, de uma forma mais tranquila”.</i>	e linhas 65 a 68
	<i>“ (...) sempre na perspectiva dos 3 meses, salvo casos excepcionais. Naturalmente, no meu ponto de vista, haverá famílias de acolhimento em que a criança esteja como residente.”</i>	I, linhas 61 a 63
	<i>“ (...) acho que a temporalidade pode ser menor e, se for menor, a questão da vinculação não se coloca desta forma e dilui-se mais. Se se começa a arrastar no tempo, acho que não pode haver pruridos no sentido de a família de acolhimento adotar. O interesse é o da criança (...)”</i>	M, linhas 46 a 49
	<i>“A mim faz-me sentido que a família de acolhimento seja uma boa família, durante o mínimo tempo possível: porque a criança tem que ir para uma situação estável; porque, depois, acho que se cria uma situação algo penosa para a criança e para a própria família; porque eu digo à família, dê tudo a esta criança, mas eu amanhã posso vir cá buscá-la.”</i>	U, linhas 72 a 76

Contexto de acolhimento familiar - aspectos negativos (desvantagens)		
Categoria: “Qualidade das vivências” - Aspectos negativos (desvantagens) (n = 3)		Sujeitos
<i>“Dos 0 aos 3 anos, elas também têm que ter regras, regras para dormir... Nessas idades, as famílias de acolhimento</i>		

Citações	<i>dão tudo e mais alguma coisa, quer dizer, se o menino quiser dormir no meio do casal, dorme no meio do casal; se quiser acordar 30 vezes por noite, a mãe põe-se a pé. E tudo é feito pelas pessoas que realmente querem dar o seu máximo. E portanto, o eu não achar bem isto (...)</i>	G, linhas 46 a 50
	<i>“A família de acolhimento, depois tem também são as famílias afectivas. É o que está na moda. Não é bem o mesmo conceito, mas que depois gera também algumas situações muito problemáticas, como a que estamos a viver neste momento e estamos a ver nas televisões.”</i>	F, linhas 41 a 45
	<i>“ (...) incapacidades de desempenho a nível educativo, a nível de saber exactamente o que deve fazer com as crianças em termos de definição de carácter, de definição de... com vivências muito pobres e, portanto, acaba, no fundo, por ser um providenciar de necessidades de alimentação, com pouca consistência. Não fazem aquela criança avançar e progredir, em termos de desenvolvimento intelectual e global, em termos de auto confiança,(etc.) que são essenciais. E, depois, o acompanhamento é quase zero”</i>	L, linhas 64 a 68 a 72
	<i>“(...) porque ,de facto, esses acolhimentos temporários acabam por ser muito mais prolongados e estabelece-se um laço afectivo que depois vai ser parado. Se calhar, isso provoca mais cicatrizes do que... Cicatrizes provoca sempre. Até que ponto é que ficam cicatrizes profundas e reversíveis, ou não? Isso depois vai depender da resiliência da criança, da susceptibilidade individual da criança.”</i>	e 76 a 81

Categoria: “Qualidade das vivências” - Aspectos negativos (desvantagens)	Sujeitos
Subcategoria: “Qualidade da relação adultos -criança” (n = 6)	
<p><i>“Depois o quebrar dela, sair daquela família e ir para outro sítio (...)”</i></p> <p><i>“ (...) uma família de acolhimento, também, em princípio, é uma família transitória ,igualmente. E, portanto, também há o risco dos laços que se criam para um lado e outro, perante essa transitoriedade.”</i></p>	<p>D, linhas 38 e 77 a 79</p>
<p><i>“A vinculação vai perdendo força, à medida que se vai multiplicando. A segurança da vinculação vai diminuindo à medida que as vinculações se vão sucedendo (...)”</i></p>	<p>E, linhas 49 a 50</p>
<p><i>“ (...) esta coisa da vinculação sempre nos marcou bastante. Daí que eu não seja muito a favor do acolhimento em famílias de acolhimento.”</i></p> <p><i>“ (...) eu penso que é difícil e é negativo, quando ela sai dali. Tenho alguma dificuldade em perceber isso e que assim não seja.”</i></p>	<p>I, linhas de 53 a 55 e 80 a 81</p>
<p><i>“ (...) organização de vínculos que depois são postos em causa, quando de uma adoção ou de um reencaminhamento para a a família natural. Se é que a família natural está a ser ajudada, de acordo com todas as exigências que me tenho referido, mas não há duvida que a família é uma situação que não é fácil. A situação da conflitualidade destas convergências de vínculos é difícil e tem que ser apoiada e ajustada em função das diferenças individuais,</i></p>	<p>J, linhas 101 a 106</p>

	<i>constantemente.”</i>	
	<i>“(…) porque ,de facto, esses acolhimentos temporários acabam por ser muito mais prolongados e estabelece-se um laço afectivo que depois vai ser parado. Se calhar, isso provoca mais cicatrizes do que... Cicatrizes provoca sempre. Até que ponto é que ficam cicatrizes profundas e reversíveis, ou não? Isso depois vai depender da resiliência da criança, da susceptibilidade individual da criança.”</i>	L, linhas 76 a 81
	<i>“Isto terá que ser visto caso a caso, sempre. Há aqui a questão das famílias de acolhimento que é a sua fragilidade: é a questão da família se vincular à criança e a criança se vincular à família e depois tornar inoportuna uma futura adopção. Por exemplo, porque a adopção já foi feita de facto pela criança àquela família. Eu, como me referencio não na lógica do casal adoptante, mas referencio-me no interesse da criança, para mim, isso é uma questão menor. Porque se a criança se vinculou a uma família de acolhimento, a mim, não me faz confusão nenhuma, antes pelo contrário, acho que é benéfico que essa família de acolhimento possa adoptar. A legislação é que está feita a pensar nos casais adoptantes que é para não prejudicar um casal em função do outro.”</i>	M, linhas 24 a 32
Citações	Categoria: “ Participação da família da criança ” - Aspectos negativos (desvantagens) (n = 2)	Sujeitos
	<i>“ (...) se for uma família muito conflituosa e que não esteja minimamente preparada, do ponto de vista psicológico, com necessidades graves por desenvolver, que não esteja preparada para que a criança seja colocada num acolhimento familiar, possivelmente e, tendo em consideração a recuperação da família, não é óbvio que se coloque a criança em acolhimento familiar.”</i>	Q, linhas 65 a 69
	<i>“Se por razões familiares esta resposta não é a mais oportuna, acho que pode haver sistemas de acolhimento</i>	e

Citações	<i>residencial tipo familiar que garantam grande parte destas necessidades, acho que também é possível construirmos um modelo de acolhimento residencial para a 1ª infância que tenha características positivas no sentido de assegurar algumas destas necessidades básicas (relacionais), não sou completamente contra. Desde que com condições.”</i>	82 a 87
	<i>“ (...) é preciso preparar as famílias para serem um aliado dos pais biológicos e não serem pessoas que estão, constantemente, a confrontar os pais com o seu insucesso de não terem conseguido ser pais efectivos daquela criança (...)”</i>	U, linhas 89 a 92
	Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos negativos (desvantagens)	Sujeitos
	Subcategoria: Recrutamento de cuidadores (n = 7)	
	<i>“Não está ainda uma família seleccionada, não está ainda uma família preparada para receber a criança (...)”</i>	D, linhas 47 a 48
	<i>“ (...) uma escolha muito cuidada, mas com estas idades e que estejam de imediato disponíveis, pode ser um problema (...)”</i>	F, linhas 39 a 40
	<i>“Acho que era possível ter qualidade das famílias de acolhimento, nem seria pela formação, mas qualquer coisa que ficasse entre a família a oferecer-se e ir-se pedir a algumas famílias se não se importam de o ser. O nosso sistema é a família, oferece-se e quando a família se oferece, muito delas, sabemos não têm qualquer interesse. Efectivamente, não são famílias que gostem de ser pais e mães, são outras questões.”</i>	P, linhas 75 a 80
	<i>“ (...) acolhimento familiar, com famílias adequadas e preparadas para tal, não é aquilo que a segurança social tem oferecido na grande maioria dos casos. Provavelmente, as que os CDistritais conseguem, mas já que as não há, ao</i>	L, linhas 56 a 60

	<i>menos que houvesse uma preparação. No fundo, a maioria das famílias que nós vemos são famílias muito indiferenciada; não estou a dizer todas, mas a maioria dos casos (...)</i>	
Citações	<i>“Famílias com boas condições de vida, bem remuneradas, com condições para. Aí, sou apologista do acolhimento familiar.”</i>	Q, linhas 79 a 81
	<i>“Considerar, por exemplo, familiares directos da criança como famílias de acolhimento, no meu ponto de vista, foi um erro fatal.”</i>	S, linhas 97 a 98
Citações	<i>“ (...) poderá ser uma desvantagem das famílias de acolhimento, mas a verdade é que, se tivermos um cuidado e rigor muito grande na selecção destas famílias, nós vamos ter famílias capazes. Na minha casa, também não tenho um técnico a orientar-me, a dizer se estou a fazer bem enquanto mãe. Portanto, vamos naturalizar os ambientes. Para estas crianças é mesmo aquilo que é preciso, que são as questões da vinculação. Nunca se vai conseguir chegar lá, temos que naturalizar e não “tecnicizar” um ambiente que tem que ser natural.”</i>	X, linhas 60 a 66
Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos negativos (desvantagens)		Sujeitos
	Subcategoria: Formação dos cuidadores (n = 6)	
Citações	<i>“Ou seja, a sensação que eu tinha é que as pessoas não tinham formação para serem famílias de acolhimento, mas também não havia muito essa figura, não tínhamos referência dessa resposta. Não sabíamos quem eram, não tínhamos uma base de dados, não sabíamos se existia.”</i>	I, linhas 33 a 37
	<i>“ (...) Quanto às famílias de acolhimento, tem que haver muita preparação e dar condições. Também, não podemos</i>	

	<p><i>pôr o ónus da questão económica nos pais, mas também não podemos sobrecarregar as famílias, dando outras condições. O subsídio tem que ser com peso, conta e medida. Os patamares de qualidade nas famílias, gostava que tivessem uma definição. Baixos, médios, altos, não interessa, têm que ser de qualidade. Começar sempre com uma preparação e uma monitorização muito grande dessas famílias. Portanto, a qualidade integra: cuidados muito grandes na selecção das famílias, na formação e acompanhamento e supervisão.”</i></p>	<p>L, linhas 147 a 155</p>
Citações	<p><i>“Falo de famílias de acolhimento num conceito completamente diferente que passa por uma triagem, uma formação, em que possam perceber o que é que significa ser família de acolhimento com formação, para saberem como é que podem ajudar estas crianças e com supervisão da sua acção, enquanto família de acolhimento.”</i></p>	<p>M, linhas 18 a 22</p>
	<p><i>“ (...) penso que parte da nossa dificuldade em trabalhar com as famílias tem até a ver com os métodos utilizados até aqui, que são muito pouco intrusivos em relação ao que se passa na família. Logo, nós não conseguimos acompanhar tão bem. Vejo esse como o único aspecto negativo, mas, na minha opinião, também pode ser contornado. É um problema que poderá não existir. Esse aspecto poderá, eventualmente, ter a ver com a falta de alguma formação das famílias. Evidente que eu aqui já estou a partir do principio que há uma pré-selecção. Se houver uma pré-selecção e se esse processo for feito como deve de ser, estamos a falar já de famílias que já foram avaliadas grande parte das condições.</i></p>	<p>N, linhas 40 a 48</p>
	<p><i>“Não têm que ser profissionais, não têm que ser psicólogos, nem ter formação especial, mas têm que ser pessoas muito competentes a nível emocional e relacional e parental. E aí é assim: se as famílias de acolhimento fossem essas, eu acho que não há necessidade nenhuma dos CAT.”</i></p>	<p>P, linhas 51 a 55</p>

Citações	<p><i>“Primeira coisa é definir a população alvo. Se são famílias para crianças até aos 3 anos, temos que as formar, seleccionar, direccionadas para este público-alvo, ou seja, são famílias que têm que perceber que são famílias de acolhimento que não vão adoptar estas crianças. E o que é que temos que procurar nestas famílias para darem a estas crianças? A formação tem que ser obrigatória e as famílias têm que estar muito preparadas para receber crianças com este perfil. Porque estas crianças, a maior parte das vezes, foram abandonadas, fruto de uma gravidez não desejada. E, portanto, as crianças que vão para estas famílias têm um passado que, embora curto, esse passado existe e as famílias têm que saber lidar com ele. Têm que estar preparadas para saber lidar com as diferentes problemáticas que estas crianças apresentam (...)”</i></p> <p><i>“ (...) aqui tinha que ser garantido acompanhamento 24h por dia, haver uma formação, muito grande e sistemática, às famílias e, claro, uma definição muito clara e rápida do projecto de vida, para que aquelas crianças não fiquem 3 anos naquela família, para depois irem para uma família adoptiva ou voltarem à sua família natural.”</i></p>	U, linhas 27 a 36 e linhas 61 a 64
Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos negativos (desvantagens)		
Subcategoria: Definição do papel de cuidador (n = 8)		
	<p><i>“As questões não estão suficientemente claras. Quando deve ser definido, fica a ser família de acolhimento até a criança ter a maturidade, ou então, é temporária. Porque há as duas modalidades. Há esse equívoco porque há famílias de acolhimento temporárias, outras a longo prazo.”</i></p>	F, linhas 71 a 74
Citações	<p><i>“Nas famílias de acolhimento há um certo proteccionismo «porque coitadinho; não pode porque já sofreu muito; coitadinho não pode passar por esta situação porque já sofreu». ”</i></p>	G, linhas 42 a 43

Citações	<i>“ (...) exige disponibilidade, exige silencio, exige tranquilidade. Exige uma organização de uma família, se porventura apoiada, se porventura esclarecida, se porventura ciente do “quem é quem” que vai receber.”</i>	J, linhas 93 a 96
	<i>“ (...) se as famílias fossem efectivamente acolhedoras, não tinha dúvida nenhuma, porque aquela criança entra ali e tem uma família; não é a dela, vai lá estar um tempo, mas é família.”</i>	P, linhas 117 a 119
	<i>“ Neste momento, e do ponto de vista meramente da regulamentação, estão todos bem definidos, CATs e acolhimento familiar estão bem definidos. É claro que, na sociedade portuguesa, há instalada uma ideia de família de acolhimento que não é a que gostaríamos que estivesse e, sobretudo, daquela que resulta da lei e da sua regulamentação, feita recentemente.</i>	S, linhas 72 a 75
	<i>“ (...) temos que ter famílias devidamente enquadradas, seleccionadas e que saibam qual é a sua missão, qual o seu papel no relacionamento com a criança, com a família e, portanto, entendido como necessário para aquela criança.”</i>	T, linhas 125 a 128
	<i>“ (...) para uma população dos 0 aos 3 anos, acho que há coisas que têm que ser garantidas e fundamentais, porque estas famílias vão ter que perceber que não vão adoptar as crianças. Mas vão ter que ser elementos de referência, vão ter que garantir vinculação. Portanto, estamos a pedir coisas a estas famílias que têm que ser muito bem acauteladas, apoiadas tecnicamente, sob pena de depois ir por outros caminhos como sabemos.”</i>	U, linhas 21 a 25
	<i>“ (...) o que tem corrido na comunicação social, esta confusão ou potencial confusão, entre acolhimento familiar e adopção (...)”</i>	X, linhas 45 a 47

	<i>“A opinião pública tem duas imagens: ou é adoção, ou é uma coisa muito vaga e muito confusa a quem chamam família de acolhimento, onde cabe tudo (famílias idóneas, tutelas, tudo). Quem não está dentro desta área não sabe e chamam a tudo famílias de acolhimento, quando nem tudo é verdade (...)”</i>	e linhas 52 a 56
Categoria: “Recrutamento, formação e acompanhamento de prestadores de cuidados” - Aspectos negativos (desvantagens)		
Subcategoria: Acompanhamento técnico (n = 5)		
Citações	<i>“ (...) estas famílias são avaliadas, mas deveriam ser melhor definidas e clarificadas as normas do jogo.”</i>	F, linhas 49 a 50
	<i>“ (...) acompanhamento técnico, na família de acolhimento, é muito mais longínquo.”</i>	I, linha 43
	<i>“O único aspecto que eu acho mais complicado na família de acolhimento, é ao nível da supervisão e do controlo do que acontece na família, porque quando colocamos uma criança numa família, o grau de exposição da família é consideravelmente inferior ao grau de exposição de uma criança numa instituição (...)”</i>	N, linhas 36 a 39
	<i>“ (...) estas respostas mais informais, se quiser ,são respostas que achamos pouco consistentes; falta a dimensão técnica, falta a dimensão de acompanhamento, da avaliação permanente.”</i>	S, linhas 106 a 108
	<i>“ (...) não é muito consensual para crianças dos 0 aos 3 anos. Para acolhimento familiar, tem muito a ver também</i>	X, linhas

<p>Citações</p>	<p><i>com o acompanhamento e o controle da situação.”</i></p> <p><i>“È muito mais apetecível adoptar uma criança dos 0 aos 3. E, no imaginário das pessoas e se o acompanhamento não for bem feito, o que pode acontecer é que as pessoas que têm a criança em acompanhamento familiar criem expectativas de a vir a adoptar.”</i></p>	<p>39 a 40 e linhas 47 a 50</p>
------------------------	--	---

Anexos - 3ª Pergunta

Anexo N

Anexo O

Anexo P

Anexo Q

Anexo R

Anexo S

Anexo T

Anexo U

Anexo V

Anexo X

Anexo Y

Anexo W

Anexo Z

Anexo AA

Anexo AB

Anexo AC

Anexo N

Dimensão: O estabelecimento de relações privilegiadas com adultos		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 18) – 81,8%		
Citações	<p><i>“Essencial para o desenvolvimento da criança, o que também é discutível. Claramente mais favorável no acolhimento familiar.</i></p> <p><i>È com certeza possível, no CAT, mas será sempre diferente. Mesmo que seja possível uma relação mais privilegiada, é sempre diferente, porque uma instituição não é uma família. Não partilha a mesma intimidade, o mesmo sentido de lar, de proximidade, das rotinas do dia a dia, da preguiça, dos cheiros da casa, dos pequenos pormenores. E, particularmente, numa família os adultos estão na família, podem estar mais ou menos ausentes, mas regressam à família e, num lar, os adultos que estão lá não vivem lá, têm a sua família noutra sitio.</i></p> <p><i>Depende da criança, porque se for uma criança que tenha tido relações privilegiadas com um adulto e tenham sido destrutivas, negativas, pode ser preferível para o bem estar daquela criança que ela esteja num contexto institucional.”</i></p>	A, linhas 100 a 111
	<p><i>“A decisão tem que ser a mais objectiva possível e menos subjectiva possível.</i></p> <p><i>Para lhe dizer, hoje temos uma quantidade de gente qualificada nesta área da vinculação, das fases de crescimento da criança, saber suficientemente disso, para criar e escrever qualquer «guidelines», orientações, aproveitar para escrever alguma coisa. Por exemplo, nas famílias de acolhimento que são boas em:..... Coisas objectivas que sejam quase indiscutíveis e que afastem a questão do tempo, que se afastem dos erros do tempo. Se não afastamos os erros do tempo, adulteramos a natureza jurídica.”</i></p>	B, linhas 22 a 229
	<p><i>“O que eu penso é que num caso de adopção se estabeleça a relação o mais depressa possível, permitir que ele estabeleça relações com o casal adoptante.</i></p>	C, linhas

Citações	<i>No decorrer dos 6 meses, do que tenho lido e observado, tendo para a posição da escolha da instituição. Sei que há gente que pensa assim e de forma contrária, com reflexões profundas de um lado e de outro, portanto.</i>	134 a 138
	<i>“Quanto mais alargado é o leque de contactos, quer dizer que, sem ter uma diferença substancial entre esse tipo de contactos, o que pode acontecer (e, em instituição, se calhar, acontece bastante isso), a criança tenderá a não identificar tão facilmente. Com alguma estranheza, se calhar, dentro dos 3 anos, em relação a meninos que, por exemplo, têm os seus pais, tios, avós, pessoas com papéis definidos. Ali, os adultos no CAT, os papeis são exigidos para prestarem os cuidados básicos, não são enriquecidos com outros aspectos, como é a mãe e o pai. «Esta pessoa é mais importante para mim», aquela também é importante, porque pertence ao nosso núcleo restrito. Perde-se no CAT esta referência. A família de acolhimento é mais favorável a que esta situação aconteça.</i>	D, linhas 210 a 219
	<i>“ (...) o relacionamento afectivo é essencial, mas utilizado como instrumento a favor da criança, não como forma de compensações dos próprios técnicos, para as próprias carências afectivas dos próprios técnicos. Nós, às vezes, somos traídos. É que é muito engraçado, é que as crianças precisam muito de colo. Mas quantos de nós precisa muito de o dar? Porque, quando nós damos colo, muitas das vezes, nós estamos é a receber a criança para pôr no nosso colo e não propriamente a dar à criança o colo que ela precisa. Tudo isto é muito complexo e tem que ser visto. O que é importante é interiorizar a complexidade, não é fingir que ela não existe, nem supormo-nos a todos, assim uns solidários angélicos. Também há uma dimensão fortemente egoísta nisto. É preciso termos consciência dela em vez de a negarmos, é ter consciência dela e reduzirmos os impactos negativos desta dimensão de egoísmo, multiplicando-os, até em aspectos positivos. Não faz mal nenhum que eu goste de alguém, porque também é bom para mim gostar. Agora não posso é transformar a pessoa de quem gosto num objecto do meu desejo de ser gostado.”</i>	E, linhas 225 a 238
	<i>“Mais nas famílias, mas no CAT também pode acontecer. E pode acontecer noutros sítios, na creche, no Jardim de</i>	F, linhas

Citações	<i>Infância, às vezes, há uma certo distanciamento. Há que se distinguir que não são mães.”</i>	147 a 149
	<i>“È o que mais dou prioridade é a relação, porque, aliás, em qualquer contexto, independentemente de CAT ou família, a família que não tem condições de se relacionar, algo de grave se passa. É a relação que é preciso criar com estas crianças, com estas e com todas, a relação é fundamental. Mas uma relação com regras, de respeito, mas ao mesmo tempo de proximidade com todas essas(...). Ainda há, muitas vezes, a atitude destas pessoas que trabalham nas instituições, a situação da criança “coitadinha”. E isso faz-me um bocadinho de confusão porque o “coitadinho” não existe, há situações de vida.”</i>	H, linhas 228 a 235
	<i>“As relações são fundamentais, prende-se com a vinculação. Serão mais conseguidas e privilegiadas na família de acolhimento. Daí que seja perigoso para a criança essa prevalência das relações, leva a uma vinculação mais acentuada, mais facilitada e daí o perigo. Nós não queremos que haja perigo. Se já tinha um, agora passa a ter outro? È perigoso na família de acolhimento e é preferível que não tenha. E no CAT consegue fazer isso.”</i>	I, linhas 173 a 178
	<i>“A criança precisa de um espaço onde calmamente, tranquilamente, se organize e construa a sua modelação, a sua postura em relação aos outros. De uma forma modelada em que ela vai escolhendo os mais significativos, em que ela própria vai escalonando esses mesmos significativos, que ela vai progressivamente organizando as suas prioridades, de acordo com as ligações a que preside numa intersubjectividade, difícil muitas vezes de avaliar.”</i>	J, linhas 88 a 93
	<i>“Acho que até aos 3 anos todas as crianças precisam de uma relação muito próxima.”</i>	M, linha 215
	<i>“Só com ratios muito baixos se consegue este relacionamento privilegiado. É sempre mais facilitado nas famílias de acolhimento.”</i>	N, linhas 177 a 178
	<i>“Com a capacidade e disponibilidade que uma criança pequenina requer. Se tenho uma criança pequenina, quero que ela tenha figuras, de preferência 2 ou 3, mas com disponibilidade 24h para ela, para estar. Não necessariamente para estar a olhar para ela, mas para estar, para estar com ela, para que</i>	R, linhas 205 a 213

Citações	<i>a criança sinta que aquelas figuras estão presentes. Se pensarmos, ouvimos dizer «não posso estar em casa, os filhos cansam-me», porque os filhos absorvem os pais. Há 20 anos atrás, a maior parte das mães estava em casa, não trabalhavam e nós estávamos com as nossas brincadeiras. A mãe estava ali, mas não necessariamente a brincar connosco, não estava necessariamente sempre em cima de nós nem nós dela, estava ali para estar.”</i>	
	<i>(não justificou)</i>	O
	<i>“Acho difícil, as pessoas provavelmente optarem e acharem que os CAT não permitem tanto a ligação, as pessoas não se ligam, o que eu acho mais mito que realidade. Não estou a ver alguém que vá trabalhar para um CAT dos 0 aos 3 anos que não goste de crianças e, gostando, não vejo que não se apeguem ao bebês (ponto final).</i>	P, linhas 249 a 253
	<i>“A qualidade do estabelecimento de relacionamento com adultos é essencial.</i>	T, linha 213
	<i>“A família é sempre a solução. A vinculação é fundamental para estas crianças e aquela questão de a criança vincular-se a uma família e depois não é capaz de se vincular a outra, aí, eu acho que depende muito de como as coisas são feitas e como é que são passadas. Tem é que haver uma grande sensibilização na família de acolhimento, é um factor fundamental. Porque os técnicos não se vão substituir à família, mesmo nos CAT, a vinculação também acontece.”</i>	U, linhas 205 a 211
	<i>“O acolhimento familiar ganha aos pontos, porque beneficia não apenas do núcleo familiar, mas também dos irmãos, mas também de outras figuras que são importantes nestas idades, como seja o avô a avó.””</i>	V, linhas 181 a 183
	<i>Há quem defenda que mesmo no CAT, se for de pequena dimensão, as crianças estabelecem relações privilegiadas com o adulto, mesmo que não seja muito perceptível, ou muito visível. Há sempre um que eles elegem e é mais significativo. É verdade que a criança elege um modelo alternativo. É isso ou ficar no vazio o que é insuportável para a criança, mas acho que isto não é suficiente para a criança.”</i>	X, linhas 205 a 208

Grau de importância: importante (n = 3) – 13,6%		
Citações	(não justificou)	L
	“No acolhimento familiar são mais privilegiadas, o adulto está mais próximo.”	Q, linha 192
	“Na família de acolhimento, há mais condições para estabelecer este tipo de relações. É por isso que não devem ir bebês para as famílias de acolhimento. O problema está na extensão desse relacionamento, porque como dizia há pouco, um bebê dificilmente compreende que lhe digam «agora vai para o colo daquela senhora»; e daqui a uns meses tira-se do colo desta senhora e entrego-o a outra.”	S, linhas 283 a 288
Grau de importância: pouco importante (n = 0)		
Não responderam (n = 1) – 4,5%		G

Anexo O

Dimensão – Os motivos do acolhimento		Sujeitos
Grau de importância: Muito importante (n = 13) - 59%		
Citações	<i>“É muito importante. Pode ser decisivo, não por si só, isolado, custa-me dizer, è uma abordagem muito sectorial. Tem que se olhar para o conjunto que rodeia a criança, o meio em que ela está inserida, numa perspectiva ecológica. Tudo isso importa, mas é muito importante, obviamente, uma criança que tem como motivo de acolhimento um mau trato grave ocorrido no seio familiar, pode ter dificuldade em integrar-se numa família de acolhimento. Ou, ao contrário, se o motivo é uma criança que sai do seio de uma instituição porque foi mal tratada no seio da instituição, digamos o contrário, se calhar é absolutamente indicado, e essencial, que ela vá para uma família.”</i>	A, linhas 43 a 50
	<i>“Muito importante. Muito cuidado quanto a isso. A minha experiência diz-me que aos juristas (e já estou a apanhar a crítica dos pedopsiquiatras e psicólogos), os juristas ficam incomodados facilmente com a medida de acolhimento em instituição, ficam é confortados, findo o perigo.”</i>	B, linhas 96 a 99
	<i>“É importante pensar o motivo do acolhimento, exactamente. Vamos lá a ver, o motivo do acolhimento tem uma função essencial que é decidir que tem que haver acolhimento. Agora, o motivo do acolhimento pode-me levar a tudo e pode levar-me, por exemplo, a inclinar-me para uma recuperação da relação familiar originária ou para uma clara e inequívoca opção para adopção. Nesta medida, em função desta opção, também vou optar ou por o acolhimento em família de acolhimento ou em centro de acolhimento. Para este efeito, o motivo do acolhimento é essencial.”</i>	E, linhas 105 a 111
	<i>“É fundamental. Muito importante. Começa tudo por aí e também começa pelo caso da gravidade da situação e tipo de crianças casos de maus tratos e de extrema gravidade. Uma família não dá um apoio, que acho que</i>	F, linhas 88

Citações	<i>um CAT dá, um apoio que a família dificilmente pode dar. Agora, também tem que se ver a idade da criança. Os motivos são muito importantes e define-se logo à partida o carácter mais ou menos temporário do acolhimento, conforme o que leva a que a criança seja retirada à família.”</i>	a 93
	<i>“O motivo é um factor determinante para a decisão de acolhimento. Tem que se ter um tipo de cuidados com a negligência, com o abuso sexual, todo o motivo é determinante para a decisão. Há factores que têm que ser ponderados, por exemplo, uma criança que é retirada da sua família porque é violada, se fosse rapidamente para uma família de acolhimento, não sei se seria o lugar certo para ela, porque esse receio iria persistir. Penso que aí, se sentisse no CAT, com outras crianças, com técnicos que tentassem a desmontar toda a situação, esses casos faziam mais sentido em CAT. “</i>	H, linhas 134 a 140
	<i>“Quando existe muita dificuldade do ponto de vista afectivo, deixar a criança e vincular-se, eu aí acho que tenho mais dificuldade em trabalhar com os pais e, provavelmente, venho mais para CAT. O CAT é capaz de trabalhar melhor as competências das famílias biológicas. Nas famílias de acolhimento, não. Elas não são capazes, tem que vir o técnico. E que técnico é que temos para fazer isso, são da CPCJ, da segurança social? Acho que, se calhar, todos juntos, CPCJ e CAT, facilita o trabalho.”</i>	I, linhas 129 a 134
	<i>“Nós, quando recebemos, recebemos um somatório de peças processuais onde as partes não formam um todo. Não forma uma história, uma narrativa coerente e, portanto, se não houver um diagnóstico muito claro e muito preciso, isso dificulta o processo. Por exemplo, uma situação de abuso sexual é diferente de uma situação de negligência ou maus tratos físicos; a probabilidade de haver reunificação familiar, ou não, é uma questão determinante. Se, por exemplo, de todo não há hipótese de reunificação familiar é, claramente, uma situação para adopção. Outra questão que é essencial, é a questão da rivalização das famílias biológicas com as famílias de acolhimento. Todas essas coisas têm que ser equacionadas. O motivo é muito relevante.”</i>	M, linhas 89 a 97
	<i>“Acho que é determinante. Por exemplo, os pais que pedem uma instituição (ainda há pouco ouvi uma</i>	

Citações	<p><i>história destas), era uma senhora que tinha 5 filhos, o marido deixou-a e ela ficou sem emprego e pediu «fiquem-me com os meus filhos para eu resolver a minha vida».</i></p> <p><i>Eu acho que há motivos que levam a criança à instituição que deveriam ser motivos suficientes para que a criança não voltasse àquela família de origem, nem para passar fins-de-semana. Uma criança que é violada e é colocada numa família de acolhimento ou num CAT e depois vai passar os fins-de-semana a casa, isto não é racional, não pode acontecer. Esta família não é uma família, não é, acabou. Portanto, a criança é vítima da família e da sociedade que não faz nada para a proteger. Outro exemplo, bater na criança, dependendo como se bate e dentro de certos limites, não vejo que seja assim, à partida, um motivo tão gravoso. Pode haver uma intervenção, pode ser uma questão cultural.”</i></p>	O, linhas 115 a 127
	<p><i>“O motivo tem a ver com as relações e as competências familiares. Pais altamente problemáticos, conflituosos, se calhar, era melhor acolhimento residencial.”</i></p>	Q, linhas 94 a 95
	<p><i>“É indispensável, até porque é aí que tudo começa, ou seja, porque algum acontecimento na vida daquela criança, particularmente crítico para a sua vida que ela chega ao sistema e, portanto, é daí que tudo tem que partir. Não é indiferente sabermos se se trata de uma negligência ou se é motivada por situações conjunturais da família, ou se, pelo contrário, é uma negligência que se relaciona com comportamentos desestruturais da família, isto implica situações distintas e respostas distintas. Não é indiferente perceber a gravidade das acções ou omissões a que a criança tenha estado sujeita, para se decidir uma coisa dessas.É, portanto, é absolutamente crítica essa questão, é aí que tudo começa.”</i></p>	S, linhas 139 a 147
	<p><i>“O motivo do acolhimento e o porquê tem a ver com outra questão fundamental que é o ambiente que vamos procurar para aquela criança. Como é que o acolhimento, o que é que o acolhimento representa para a vida daquela criança. Mas o que é que esta resposta, face àquele motivo, vai representar na vida daquela criança, já que os motivos são variados.”</i></p>	T, linhas 147 a 151

	<p><i>“O que levou àquele acolhimento? É um consentimento prévio? Pode ser um consentimento, porque se o motivo for que a mãe declaradamente entregou para adoção e a criança está à espera dos 60 dias, o espaço legal que a mãe tem para prestar o consentimento prévio, faz-me sentido que a criança fique na família de acolhimento. E esta família sabe que a criança vai ficar só aquele tempo e está preparada para durante aqueles 60 dias dar tudo o que puder à criança, mas sabe que no dia que a mãe der o consentimento prévio ou 8 dias depois, vai embora.</i></p> <p><i>Mas, é muito importante qual o motivo, porque isso condiciona o próprio acolhimento da criança. Se for uma criança retirada, sem o consentimento prévio, tem que se trabalhar os pais, para esta criança poder ir para acolhimento familiar; porque se não..., se houver muito conflito com os pais na retirada, vejo melhor um acolhimento residencial, porque vejo algumas dificuldades, depois, da família gerir esta situação com os pais.</i></p>	U, linhas 122 a 134
	<p><i>“Pode ser muito importante, depende muito da problemática que aquela família e aquela criança viveram e levou afastamento da família face à criança, ou ao contrário.</i></p> <p><i>Se forem situações que tenham a ver com alcoolismo, dependências, violências, podem ter marcado de forma, às vezes irreversível, aquela criança. Portanto, acho muito importante, na decisão de acolhimento que se toma, ter em conta esses motivos.</i></p> <p><i>Uma criança que, a problemática envolvida, tenha estas questões da relação, ou tenha que sido abandonada, nunca teve ninguém a quem se vincular, se vai para um CAT, vai prolongar este período que para ela é vital, de ausência da relação; aqui, beneficiaria, seguramente, do acolhimento familiar. “</i></p>	X, linhas 87 a 96
<p>Grau de importância: Importante (n = 3) - 13,6%</p>		
	<p><i>“É importante. A decisão parte, não só, daquilo que levou no imediato à decisão de acolhimento, também o contexto familiar e a própria história de vida das pessoas, dos progenitores, com esse conhecimento. Ou seja, o mesmo facto que motiva a intervenção pode ter significados totalmente diferentes, não só à luz daquilo que</i></p>	C, linhas 72 a 77

Citações	<i>se passou naquele momento, mas à luz daquilo que se passou ao longo do tempo com aquelas pessoas.”</i>	
	<i>“Mas, tudo tem a ver com o perfil da família de acolhimento, com as condições do centro de acolhimento, porque uma criança abusada sexualmente já precisa de uma intervenção psicológica mais atenta, mais frequente. Isso também tem a ver, de facto, com é mais fácil cuidar de um recém-nascido negligenciado do que de uma criança abusada sexualmente. Exige uma intervenção técnica mais cuidada.”</i>	D, linhas 107 a 111
	<i>“Pode haver alguma variável, estou a pensar mais na família biológica, que pode ser um factor que possa pesar na decisão.”</i>	V, linhas 89 a 90
Grau de importância: pouco importante (n = 3) - 13,6%		
Citações	<i>“Acho que não é importante., até porque, independentemente do motivo, aquilo que a literatura também mostra é que as consequências são muito transversais, os efeitos que uma coisa tem e outra. Se é por negligência, se é por abuso físico, abuso sexual, abandono, o que é facto é que aparece uma criança completamente desfeita. Então, aí, entre o CAT e a família, não sei, porque as questões que eles trazem e desafios que vão trazer, quer ao CAT quer à família de acolhimento, são os mesmos. Portanto, aí, não me parece que haja motivos que tornam mais adequado o CAAt ou família de acolhimento.”</i>	P, linhas 135 a 141
	<i>“Eu estava a pensar no motivo em função do tempo de acolhimento perspectivado. O motivo não é necessariamente importante para preterir uma em relação a outra, portanto, não acho necessariamente importante.”</i>	N, linhas de 83 a 85
	<i>“Para crianças destas idades, qualquer que seja o motivo, o que me parece é que não é relevante, não é muito relevante. Mesmo que a criança tenha (vamos pôr a questão nestes termos) comportamentos disruptivos, eles não têm a mesma dimensão. Aliás, eles têm uma expressão completamente diferente, são outras situações e, lá está, como a relação é tão importante e organizadora do seu desenvolvimento, então o que importa é colocá-la no sítio onde ela possa reestruturar as relações, se for o caso. Se for uma negligência, por exemplo, é</i>	R, linhas 121 a 129

	<i>relativamente mais simples, mas que ela possa reestruturar as relações, enfim, reorganizando-se.</i>	
Não responderam	(n = 3) - 13,6%	J, L e G

Anexo P

Dimensão: A quantidade e qualidade da estimulação propiciada		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 13) – 59%		
Citações	<i>“Depende, haverá, mais em termos de estimulação educativa. Os CAT têm outras condições, está mais vocacionado. È uma instituição, tem outro tipo de materiais. Agora, nas famílias, a relação de proximidade também conta, não é? Mais que a quantidade, é a qualidade da estimulação. Em termos educacionais, tudo depende do motivo do acolhimento e se acriança vai continuar lá por muito tempo. Mas se está na família ou no CAT, depois, também vai à creche e complementa. Falamos aqui mais de estimulação. Em termos afectivos é diferente, mais a qualidade que a quantidade. Ou ao contrário? Não sei, se calhar a quantidade é mais abrangente.”</i>	F, linhas 160 a 167
	<i>“Tudo depende da qualidade da família e do contexto, não é?”</i>	G, linha 152
	<i>“Acredito mais no sucesso do CAT, precisamente pelos técnicos que não sei se todas as famílias terão. Mas lá está, se forem famílias de acolhimento, previamente seleccionadas, com condições habitacionais... mas ainda não são assim(mas poderá haver uma ou outra família pontual, situações muito pontuais). Penso que aí os CAT conseguem prestar um melhor serviço, porque, pelo menos, é suposto saberem qual o que promove a qualidade da estimulação.”</i>	H, linhas 251 a 256
	<i>“Não conheço, neste momento, muito bem como é que ela é feita, na família de acolhimento, porque hoje sinto que existe mais estimulação, grosso modo, é maior em CAT. Há pelo menos uma maior preparação técnica para fazer essa estimulação. Mas como também existe a creche, essa estimulação também é feita na creche. Mas acho que o CAT estimula mais, por uma questão técnica, ou seja, sabem mais, estão mais por dentro das questões, sabem</i>	I, linhas 184 a 194

Citações	<i>melhor onde incidir mais sobre essa estimulação. Não quer dizer que a família de acolhimento não possa fazer isso, desde que tenha alguma preparação, ou seja, não concebo família de acolhimento sem preparação. Têm que ter formação muito mais acentuada do que a que é feita por exemplo às amas. Têm que perceber, têm que saber algumas questões que têm a ver com a parentalidade, embora não sejam directamente os pais, mas têm que ter alguns conhecimentos.”</i>	
	<i>(não justificou)</i>	J
	<i>“É fundamental, é o que, supostamente, todos os pais devem fazer com os seus filhos. E, quando os pais ou família de origem da criança não têm capacidade de o fazer, cabe-nos a nós, serviços, dar essa resposta. E isso cabe tanto ao acolhimento institucional como familiar. A parte do planeamento conseguir-se-á responder com maior qualidade no acolhimento familiar.”</i> <i>“Sou completamente defensora de haver um grau de especialização e haver mesmo este tipo de acolhimento especializado. Chamem-lhe terapêutico ou profissional, chamem-lhe o que quiserem.”</i>	N, linhas 192 a 198 e 215
Citações	<i>“ (...) a estimulação é garantida pela relação de qualidade que existe, é relacional. Com dias de vida há estimulação, basta o olhar e é uma estimulação que é possível ser feita por uma figura de vincular e não por uma figura profissional. Embora não quer dizer que os profissionais destes CAT também não se liguem às crianças e também não gostem deles. Mas por melhores que sejam e façam, e eu trabalho numa instituição, não se compara à relação numa família, de longe. É essa relação que favorece e propicia a estimulação.”</i>	M, linhas 231 a 237
	<i>“Depende da estimulação. Provavelmente numa instituição haverá mais estimulação cognitiva, dirigida para o desenvolvimento da capacidade A, B ou C. A estimulação afectiva, se calhar, é menor. Por outro lado, a estimulação nas instituições é muito mais formalizada, racionalizada, muito mais pensada, enquanto na família, não. As pessoas podem ter alguma formação na área da psicologia, mas as pessoas, quando são família de acolhimento, mesmo, não</i>	O, linhas 194 a 205

Citações	<i>estão a pensar aplicar o plano A, B ou C, para lidar com a criança, pelo menos conscientemente. Há uma intuição derivada já de uma aprendizagem. Uma das coisas que nós sabemos (isto também não é taxativo), mas as crianças que não foram filhos, que não tiveram pais que cuidaram deles, no sentido da paternidade, posteriormente, tendem também eles a não ser pais, naquele sentido que nós achamos que eles devem ser. Portanto, por mais intuitivas que sejam, derivam sempre de uma aprendizagem e de um modelo.”</i>	
	<i>“Tem a ver com o número de crianças, com a relação com tudo o que já foi referido.”</i>	P, linha 273
	<i>“Essa é variável chave.”</i> <i>“ (...) se há famílias de acolhimento que de facto não cumprem (podem não cumprir), estou a lembrar-me, por exemplo, das crianças que estão, não só com famílias de acolhimento, mas com amas, ou com avós e são crianças infra-estimuladas e vemos claramente que não é o contexto adequado. Notam-se atrasos de linguagem. Nota-se, do ponto de vista de experiência social, que são crianças muito tímidas, com muitos déficits e, portanto, isso pode acontecer. Lá está, só tem a ver é com a qualidade da relação, depende da família de acolhimento que nós temos e do contexto que nós temos. Também em instituições, as crianças podem ficar, mais ou menos perdidas, sozinhas. Depende da qualidade das instituições.”</i>	R, linha 219 e 227 a 235
	<i>“ (...) teoricamente, o contexto CAT é mais propiciador da estimulação. Porquê? Porque está dotado, teoricamente, de capacidade técnica, de gente que sabe como é que se faz isso, como é que se promove, como é que se estimula, como é que se ajuda a criança a ultrapassar os seus próprios bloqueios.</i> <i>“Porque, teoricamente, deve ter capacidade técnica e gente habilitada a lidar com este género de situações. E uma família nem sempre está habilitada e nem sempre esta habilitação técnica é substituível só pelo carinho e pelo</i>	S, linhas 311 a 314 e 328 a 334

	<i>afecto. É claro que a habilitação técnica, sem carinho e sem afecto, também não serve para nada. Mas, portanto, é este equilíbrio que me leva a dizer que, teoricamente, o CAT tem melhores condições. Mas, como é óbvio, as famílias não estão desprovidas desta capacidade, até pelo contrário, se as famílias tiverem filhos e se os souberem educar...”</i>	
	<i>“A qualidade da estimulação é muito importante, quer para o desenvolvimento social, quer para o desenvolvimento intelectual e sensorial. A quantidade sem qualidade, não vejo, quer dizer, aposto mais na qualidade. Aqui, tenho uma opinião que acho que não me vou contradizer, mas acho que com a nossa actual realidade, acho que a qualidade pode estar, e estará mais presente, na capacidade técnica do que nas nossas famílias de acolhimento. As nossas famílias podem desenvolver da melhor forma, mas não têm uma capacidade técnica, como tem um técnico educador. Ao nível do CAT, temos uma equipa presente no quotidiano. Nas famílias, temos um técnico que vai de vez em quando. Há um conhecimento teórico que faz a diferença. Mas falo nas famílias actuais. Até nós próprios, com os filhos, se soubermos, melhor actuamos, com mais qualidade.”</i>	T, linhas 216 a 26
	<i>“Esta é mesmo a questão central. Para crianças tão pequeninas, não quer dizer que não se tente fazer isto num CAT. E seguramente que se fará. Mas a tal rotatividade das pessoas, a qualidade da estimulação, não será a mesma, porque a questão da vinculação não será a mesma e a estimulação está associada à vinculação”</i>	X, linhas 220 a 223
Grau de importância: importante (n = 3) – 13,6%		
Citações	<i>“Claro que é importante, é a fase da definição da personalidade. Se é numa família é um elemento novo, o centro das atenções. Nessa idade toda a gente quer brincar e ensinar. E ele abeira-se de todos. Se tiver num CAT, isso já vai ser mais repartido, como se houver irmãos pequeninos da mesma idade. Mas tudo se reparte mais, tudo se dilui mais. Acho que é um factor importante a considerar. Portanto, a estimulação será mais incisiva e será mais sentida pela criança numa família do que num CAT. É a minha perspectiva.”</i>	D, linha 234 a 243

	<p>“Sem dúvida. Mas, continuo, se a família for uma família preparada e interessada e, digamos, que esteja muito motivada para esse tipo de coisas, prevalece a família. Mas as Instituições com os técnicos, que hoje em dia têm, estão mais preparados para essas situações. Serão, eventualmente, contextos mais estimulantes, mas depende dos técnicos que lá estiverem. É sempre o factor humano que está. Mesmo com as escolas, há professores extraordinários e professores pouco motivados. Aqui é a mesma coisa.”</p>	L, linhas 326 a 330
	<p>“Há prós e contras nos dois. Se a família de acolhimento der a parte toda da estimulação familiar e a criança obtiver o resto num contexto comunitário, numa instituição comunitária, acho que a família de acolhimento tem mais probabilidades de cumprir a sua parte mais familiar e relacional. E, se de facto as crianças estiverem inseridas em contextos normativos em que a estimulação se dê, as educadoras têm mais preparação para estar numa sala de aula/de creche. E, aí sim, irão fazer um trabalho e dar um bom contributo.”</p>	Q, linhas de 238 a 244
Grau de importância: pouco importante (n = 2) – 9%		
Citações	<p>“No contexto «família de acolhimento» deve ser, em tese, mais estimulador, se funcionar adequadamente. Agora, penso que as instituições, adequadamente equipadas, também são capazes de o fazer.”</p>	C, linhas 140 a 143
Citações	<p>“A estimulação e o trabalho que se faz nestas idades para adquirir as competências do desenvolvimento, depende do funcionamento de cada estrutura. Por exemplo, no CAT, se a criança não frequentar a creche, pode haver actividades mais orientadas. Mas as famílias também estimulam os seus próprios filhos e, quando frequentam a creche há todo o trabalho feito de envolvimento por parte dos equipamentos.”</p>	V, linhas 192 a 197
Não responderam (n = 4) – 18,1%		
		A, B, E, U

Anexo Q

Dimensão: O projecto de vida da criança		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 11) - 50%		
Citações	<p><i>“Tendencialmente, para mim, numa situação de projecto com vista a futura adopção seria a instituição. Caso não fosse esse, então a família de acolhimento, se disponíveis e em condições de garantirem bom acolhimento.</i></p> <p><i>O nosso sistema padece, muitas vezes, de uma medida sem a perspectiva do que vai acontecer. São tomadas não como provisórias, mas são tomadas com sentido alto de previsibilidade, são tomadas medidas, pronto. E, eu penso que elas têm que ser tomadas tendo em conta aquilo que vai ser o projecto de vida da criança, pode ser alterado a qualquer momento, mas o que se prevê na altura deve ser condicionante.”</i></p>	C, linhas 93 a 101
	<p><i>“Muito importante. Se for um projecto de vida que, digamos, que se vê nitidamente que é uma criança, por exemplo, no caso dos 0 aos 3 anos, é uma criança para adopção, só se tiver NEEs é mais complicado. Se for uma criança para adopção, aí parece-me que, para se evitar uma vinculação afectiva muito forte, para a criança talvez seja mais adequado o CAT. A adopção, eu acho que é muito importante não estar outra vez a quebrar laços.</i></p> <p><i>O projecto de vida é muito importante. Em geral, nós tendemos, todos, a tê-las institucionalizadas o menor número de tempo. Porém, e isso tem a ver com a idade e se eles podem concorrer para a adopção e, de facto, também não esquecer a relação familiar. Temos que tentar tudo sempre que existe um mínimo de viabilidade”.</i></p>	D, linhas 127 a 136
	<p><i>“Embora eu prefira falar, normalmente, em projecto de solução, mas enfim isto é um jogo de palavras e não vale a pena estar a perder muito tempo com isto. Eu também não sou dos que mais sei disto. Eu gostei imenso, no início, mas acho que já teve o seu tempo e já fez o seu caminho e, hoje, há um frisson quando se fala de projecto de vida</i></p>	E, linhas 131 a 148

<p>Citações</p>	<p><i>que é, mais uma vez, transformar a criança em objecto, num projecto de vida que outros constroem para ela.</i></p> <p><i>A partir do momento em que nós fixamos a ideia em que a criança tem direito a um projecto de vida, a partir daqui, nós devemos é criar cada vez mais condições para que ela possa ser o sujeito construtor do próprio projecto. Nós, evidentemente que quando falamos de adopção, ou não, numa fase muito precoce, evidentemente, não vamos perguntar à criança. Isso pode ser tido como projecto, mas como projecto de solução para a vida da criança, para o caminho. É um projecto de solução para um problema que existe agora. O próprio projecto de vida há-de ser feito com o acompanhamento da criança e a evolução da própria criança, evidentemente, com muita coisa que é inequívoca necessariamente, porque ela tem ainda uma idade muito precoce, mas sempre com a participação dela, com a intervenção crítica dela. Eu, como tenho a ideia que a autonomia nasce com o nascimento (embora uma autonomia muito reduzida, não é?), essa autonomia tem que ser usada desde logo. Tem que ser introduzida como «input» da decisão, embora valha 0,0000%...”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“Quando para crianças mais crescidas, que se prevê que vão continuar com aquela família, se calhar até aos 18 anos, é evidente que eu acho que a família deve ser bem escolhida e dar todas as condições. E é diferente. Quando estamos a falar de, durante pouco tempo (e aqui estamos a falar do projecto de vida da criança) uma família que a apoie, que a ajude, portanto, as crianças mais crescidas ,que não vão para acompanhamento ,é o que acontece, penso eu.”</i></p> <p>....</p> <p><i>As crianças dos 0 aos 3, o projecto de vida, tudo depende do que aconteceu, quais os motivos que vão determinar o acolhimento. Se há hipótese de voltar para a família, eu acho que preferia o CAT. Isso é discutível e não há boas soluções. Mas acho que estar numa família por pouco tempo que seja, mas tudo depende, pode ser mais danoso. Mas se for uma criança que já está muito magoada a família dará condições que o CAT nunca poderá dar. Uma</i></p>	<p>F, linhas 109 a 114</p> <p>e 117 a 124</p>

	<i>questão de abandono, não há maus tratos, não há uma família que se espere que vá para adopção, talvez um CAT para não haver uma família e depois outra.</i>	
Citações	<i>“Se existe? Já existe projecto de vida. Então, se o projecto foi feito com base nas necessidades da criança e no conhecimento da situação que levou a criança até aquele ponto, eu penso que se tem que ser respeitado. Mas a minha opinião pessoal, relativamente ao projecto de vida, é assim, ou são curtos ou perdem a validade. Porque, e nós sabemos, enquanto cidadãos comuns, que é bom e temos projectos de vida. E, se não os tivermos, algo de errado se passa. Mas os nossos projectos mudam. Nós crescemos, nós mudamos todos dias e, acho que um projecto de vida (embora tenha curto, médio e longo prazo) tem que ser reajustado enquanto a criança estiver em acolhimento, reajustado às necessidades, à evolução. Se tivermos uma criança com projecto de vida de adopção, na minha opinião, não faz sentido ir para família de acolhimento, porque vai para a família de acolhimento e depois para a família adoptiva. Passa por vários processos de vínculo que não fazem sentido (...)”</i>	H, linhas 164 a 176
	<i>Muito importante. No momento tem que ser definido o projecto de vida e o projecto de vida não é dizer assim: é o regresso à família ou... tem que se definir o que é que eu quero para aquela criança. E isto tem que ser definido. Se existem pais, trabalhar com os pais. Se não existirem pais, se existem outros familiares, tem que haver um trabalho conjunto da CPCJ, do CAT, ou da família de acolhimento, com vista a definir aquilo que se quer, o mais rapidamente possível.</i>	I, linhas 120 a 125
	<i>“Onde é mais consistente e rentável intervir é na altura em que se decide, melhor ou pior, o destino emocional e afectivo de cada bebé, de cada criança, ou de cada jovem. Já daquilo que eles nos mostram quando utilizamos uma avaliação, em que descobrimos o seu temperamento, o seu comportamento, a sua personalidade, eles já nos dizem tudo, aquilo que precisam, aquilo que preferem, aquilo que estão à espera, aquilo que idealizam enquanto</i>	J, linhas 239 a 236

	<i>expectativas. Essa é uma evidência que podemos dizer, uma evidência científica significativa.</i>	
	<i>“A minha questão é: com as famílias de acolhimento que nós temos, o projecto de vida é muito significativo. Se as famílias de acolhimento não tivessem essa limitação, se calhar não era relevante, porque para mim seria regra ir sempre para família de acolhimento.”</i>	M, linhas 136 a 139
	<i>“Neste caso, é muito importante saber o projecto de vida para sabermos qual o percurso. Porque um dos grandes objectivos também deve ser, sempre, a menor quantidade de colocações possíveis para um plano de permanência. Ter um plano de permanência. Qual é que é a solução para o plano de permanência que conseguimos arranjar para as crianças e, que na minha perspectiva, nunca pode ser o acolhimento institucional? Esse é que deve ser sempre uma medida temporária, quanto mais temporária melhor. Na minha opinião, em CAT, deveria ser um período sempre inferior a 6 meses e sabemos que isto não é verdade. Em média são 2 anos. Isto é grave e nunca deveria haver um projecto de vida que fosse o acolhimento institucional.”</i>	N, linhas 121 a 130
	<i>Acho que esta variável é muito importante.”</i>	U, linha 123
	<i>“È fundamental, obviamente. A partir do momento em que há uma decisão de acolhimento, o projecto de vida é fundamental. A alternativa àquele acolhimento, seja uma adopção, ou regresso à família biológica, uma alternativa ao acolhimento que é, suposto, ser substituído por uma alternativa definitiva.”</i>	X, linhas 143 a 146
Grau de importância: importante (n = 2) – 9%		
Citações	<i>“(…) nós estamos com um erro grave que é este: consideramos os 75 000 (somatório dos processos das CPCJ e Tribunais), todos urgentes. Há que priorizar. Criar um corredor, à margem de urgentes, dos acolhidos em instituições e famílias. Já tentei fazer um levantamento aqui no Porto, há já uns 15 anos, mas não tinha os dados todos. 1ª questão: qual é o projecto de vida de todos os que estão em instituição e famílias de acolhimento? Portanto, por favor, esses é que têm que ser urgentes e, os outros, não há tempo, deixem de ser urgentes.”</i>	B, linhas 209 a 214
	<i>“È importante, porque as próprias famílias, às vezes, passam determinadas crises que superam. Portanto, tem que</i>	

	<i>haver uma porta aberta para a família e criança se poderem reencontrar. De qualquer maneira, eu não sou da opinião de que a família biológica é a melhor família que uma criança pode ter, de modo nenhum. E que a família biológica, independentemente do que acontecer, deve ter preferência. Agora, há motivos e motivos das famílias e há motivos que parecem que não são assim muito aceitáveis numa 1ª abordagem e numa 2ª abordagem são. Mas também não vou para a linha de cada caso é um caso. Temos que ter (lá está, a investigação é importante), temos que ter algumas linhas condutoras para não entrarmos no subjectivismo, na arbitrariedade, por aí em diante. Mas depois, é evidente que essas linhas condutoras servirão para tomar decisões em cada caso. Às vezes, mais a nível jurídico, em que a pessoa que decide «acha», é a perspectiva dela é que a família biológica é que deve ter o direito...”</i>	O, linhas 157 a 168
Grau de importância: pouco importante (n = 8) – 36,3%		
Citações	<i>“O projecto de vida? Tenho dificuldade em responder, porque, hoje em dia, o único projecto de vida que as crianças têm é: o regresso à família, ou irem para adopção, ou autonomia, quando são mais velhas. Não há previsto na lei, por exemplo, e infelizmente, um projecto de vida que seja a permanência no acolhimento familiar ou mesmo num lar, apesar da realidade desmentir completamente esta ideia. Mas, hoje em dia, é assim face da lei. Mas, parece-me, claramente, só pode ser permanecer no acolhimento familiar.</i>	A, linhas 65 a 71
	<i>“O projecto de vida de uma criança tem que ser, sempre, uma família. Não é relevante para a decisão.”</i>	L, linhas 183 a 184
Citações	<i>“Estamos fartas de pensar sobre o assunto. Porque há a ideia de que a criança se poderá vincular mais, quando é uma família que uma instituição. Agora, da minha experiência, até com as instituições que são a longo prazo, até com os funcionários as crianças se vinculam. E vejo funcionários com adolescentes de 15 e 16 anos completamente vinculados. Acho impossível que mesmo entre os profissionais dos CAT e os bebés não haja uma relação forte. E até acho muito bem que haja. Não pode haver vazios. Pode é ser com melhor ou pior qualidade. E aí penso que a criança</i>	P, linhas 181 a 195

	<p><i>perde mais se não tiver um bom vínculo, do que se não tiver vínculo nenhum. E relativamente ao projecto de vida, seja voltar à família biológica, seja ir para uma família adoptiva, a qualidade do vínculo que ela foi estabelecendo no acolhimento vai ajudar a definir a continuidade. Acho difícil as pessoas, provavelmente, optarem e acharem que os CAT não permitem tanto a ligação, as pessoas não se ligam, o que eu acho mais mito que realidade. Não estou a ver alguém que vá trabalhar para um CAT, dos 0 aos 3 anos, que não goste de crianças e, gostando, não vejo que não se apeguem aos bebés (ponto final).”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“O facto da criança ter um pré diagnóstico, a probabilidade de uma adopção, ou de regresso à família, eu acho que essa história das quebras das relações e das recuperações de novas relações, etc... defendo, sempre, a ideia da teoria da vinculação, de quanto mais seguras forem as relações, mais estáveis são e mais recuperáveis e próximas. Quanto mais tiver ganho, mais internaliza e, nesse sentido, se a relação com a família de acolhimento for desse tipo, eu acho que ela vai ser mantida nas futuras relações. E mais, acho que as relações não têm que se quebrar. A família de acolhimento pode perfeitamente manter a relação com uma criança que foi adoptada. É possível, não é? Portanto, nesse sentido, não acho que a família de acolhimento seja um entrave para a recuperação das relações com a família biológica ou de adopção, não acho nada. O importante é que a criança tenha uma relação de qualidade.”</i></p>	<p>Q, linhas 138 a 149</p>
<p>Citações</p>	<p><i>“Mesmo no caso de adopção, sei que há o argumento de ser preferível...mas diria que mais vale sofrer de amor do que não ter tido amor nenhum. È fundamental a experiência, isso não pode ser argumento porque se a criança não constrói o modelo que ela precisa de relação, de mundo de ..etc. Portanto, ela precisa de ter um bom modelo, vai sofrer um bocadinho, mas não morre por causa disso. Mas significa que fez todas as aprendizagens que devia fazer, em tempo oportuno. Se ficamos, se mantemos a criança pendente, cativa de um futuro, ela pode não ter presente por causa disso e estamos a tirar-lhe o presente. Um presente que ela não consegue nunca mais repor porque as questões neuronais constroem-se naquela altura, na altura certa”.</i></p>	<p>R, linhas 161 a 170</p>

	<p><i>“Tenho sobre isso uma perspectiva, também é preciso que se defina o que entendemos por projecto de vida. É um conceito muito difuso, começa a usa-se este conceito a propósito de tudo e de nada, não é? Não se faz o projecto de vida de uma criança numa instituição, pode tentar-se perceber o que é que do ponto de vista do modo e do ambiente em que ela vive é mais adequado para que ela se desenvolva, isto não é um projecto de vida. Para facilitar utiliza-se essa expressão”</i></p> <p><i>“Mas qualquer criança, enfim, em que não seja previsível um regresso, a muito curto prazo, á família, porque pode ser que os pais são hospitalizados, estão presos preventivamente e se prevê que possam sair daí a 2, 3 meses, e é preciso encontrar uma solução que acautele os cuidados àquelas crianças, durante este período, mas em condições normais, quando uma criança é retirada à família e é preciso, com tempo, saber o que lhe vai acontecer, na minha opinião, todas estas crianças deviam entrar em CAT. A porta de entrada do sistema deveria ser em CAT. E é no CAT que, serenamente, com tempo, com equipas técnicas qualificadas, se vai tentar perceber qual o melhor caminho para aquela criança. E o caminho pode ser a adopção, pode ser o regresso à família de forma mais prolongada, pode ser a família de acolhimento, pode ser o apadrinhamento civil, pode ser a institucionalização num LIJ, pode ser uma medida em meio natural de vida, mas é preciso serenidade(...)”</i></p>	<p>S, linhas 163 a 167 e 170 a 181</p>
	<p><i>“Os projectos de vida das crianças não podem ser tão rígidos. Quantos de nós projectamos determinadas coisas e outros factores vêm intervir no contexto e temos que fazer modificações, desde que não seja prejudicial para a criança?</i></p> <p><i>Não tenho uma posição muito fundamentada, porque, para mim, se for uma resposta de muito boa qualidade, qualquer uma pode ser eficaz. Mas é uma questão sobre a qual tenho vindo a recolher opinião dos colegas, a ler artigos da literatura, mas não tenho uma opinião, ou por outro lado, se a resposta for de muito boa qualidade, à partida, não vejo uma melhor que outra, também não há muito para nos dizer que uma é melhor que a outra. Esta área precisa de investigação.”</i></p>	<p>T, linhas 175 a 185</p>

	<p><i>“Os estudos também não suportam bem esta situação. Há alguns que dizem se o projecto de vida é adopção, então vai para uma instituição para que não estabeleça vinculações. No meu entender, para uma criança com esta idade, ele consegue estabelecer várias vinculações: eles gostam da mãe, da avó (crianças que passam dias com os avós, gostam dos avós), da educadora, às vezes estão na creche e também têm uma auxiliar de referência. Eles têm a capacidade de estabelecer várias vinculações e, no meu entender, é pouco importante, porque se vai para adopção poderá beneficiar na mesma daquela estabilidade e é uma nova adaptação e tanto fará se tiver estado no CAT ou família de acolhimento.</i></p>	V, linhas 141 a 149
<p>Não responderam (n =1) - 4,5%</p>		G

Anexo R

Dimensão: A relação da criança com a família biológica		Sujeitos
Grau de importância: Muito importante (n = 11) – 50%		
Citações	<p><i>“Claro que tudo depende, numa instituição, à partida, estão criadas as condições para estabelecer visitas acompanhadas, supervisionadas... Com as famílias de acolhimento depende muito da preparação que se dá aos acolhedores. É um aspecto muito importante, o relacionamento com a família biológica, quando se visita. O contacto é aspecto essencial para se integrar num projecto de formação inicial que é para os acolhedores terem ideia, desde início, das dificuldades que os esperam e do tipo de instrumentos ou estratégias que se podem socorrer para gerir esse relacionamento que, muitas vezes, é difícil.”</i></p>	A, linhas 157 a 164
	<p><i>“ (...) é melhor entregar a uma instituição, tem mais capacidade defensiva, organizativa e institucional. Em situações de continuidade de relacionamento, continuidade...., tenho muitas dúvidas em defender as famílias de acolhimento, a verdade é essa. Acho que tem a ver com os erros que nos têm acontecido no sistema por prolongamento demasiado nas famílias de acolhimento. Elas partem, de boa fé, para o acolhimento e depois transforma-se em adoptantes, porque são traídas pelo tempo, são traídas.”</i></p>	B, linhas 241 a 249
	<p><i>“Não é que não seja importante a relação com a sua família biológica, isto tem que ser. Mas podemos pôr isso em causa. Há casos em que se privilegia sempre a família biológica e, às vezes, pode ser nocivo. Mas acho que é mais fácil nos CAT que na família de acolhimento. Também tenho dúvidas, quando é uma família de acolhimento com muita experiência até pode..., mas acho que é mais complicado, sempre. Porque pode ser uma colisão mesmo para a família biológica. E para a criança. É tudo a dobrar, duas mães. Tenho dúvidas, porque a nossa lei continua a privilegiar muito a relação com os pais e, nalguns casos, eu não sei se esta relação com a família biológica que não é cuidadora (às vezes muito problemática) e acho que devia haver cortes. Mas também percebo que é muito difícil</i></p>	F, linhas 199 a 209

	<i>avaliar estas situações. É mais fácil para avaliar a família biológica se existir relação.”</i>	
	<i>“(…) há factores que têm que ser ponderados, por exemplo, uma criança que é retirada da sua família porque é violada. Se fosse, rapidamente, para uma família de acolhimento, não sei se seria o lugar certo para ela, porque esse receio iria persistir. Penso que aí, se sentisse no CAT, com outras crianças, com técnicos que tentassem desmontar toda a situação, esses casos faziam mais sentido em CAT. “ (o sujeito reportou a justificação à dimensão - motivo de acolhimento -.</i>	H, linhas 136 a 140
	<i>(não justificou)</i>	I
Citações	<i>“A questão que eu acho, é que não é fácil, nem para as famílias biológicas, nem para as famílias de acolhimento, este trabalho conjunto. Até porque é preciso pensar o seguinte: nós, em Portugal, somos um país latino em que o conceito de família é uma coisa muito emocional. Até na instituição é uma grande questão fazermos uma aliança com a família, porque eles sentem que nós somos mais competentes que eles. «Ele se calhar aqui vai à escola e lá não ia; se calhar cá tem acesso a dinâmicas que lá não tinha; tem adultos estruturados que lá não tinha». E estas famílias sentem-se feridas narcisicamente, têm ciúmes ou inveja.”</i>	M, linhas 306 a 313
	<i>“Para mim tem a ver com o projecto de vida. Uma das coisas que eu acho dos CAT é que, muitas vezes, o objectivo é o retorno à família e a forma como estão estipuladas as visitas não permite nada esse trabalho como deve ser, porque as famílias vão visitar as crianças 1, 2 vezes por semana, no máximo. Só está estipulado 1 dia, só pode ser feito àquela hora e é muito difícil trabalhar a reunificação familiar, se a criança está lá muito tempo. E a criança está com a família 1 hora por semana. A situação piora, ainda, com a deslocalização. Compromete, ainda mais, o sucesso do projecto de vida.”</i>	N, linhas 235 a 242
	<i>“A família de acolhimento, na minha opinião, se o objectivo for o retorno à família de origem, o que se deve tentar trabalhar com a família deve ser a própria família de acolhimento a facilitar e manter os contactos. E, nesse caso, a</i>	

<p>Citações</p>	<p><i>família de acolhimento tem um papel muito importante, porque está a modelar os comportamentos, está a dar uma oportunidade à família de origem de aprender uma série de coisas em relação à forma de ser e interagir com os seus filhos. Os estudos, nos EUA, o que demonstram é isto. Também que os casos de reunificação familiar melhor sucedidos, após o acolhimento familiar, são aqueles onde há esta ligação, e quando essa ligação funciona. E, portanto, isso é uma coisa que tem que ser trabalhada à priori. A família de acolhimento tem que saber, à partida, que, em alguns casos, é esse o seu papel. É uma questão de mentalidades. Se nós pensarmos na dinâmica que existe entre pais, avós, etc, e que, em muitos casos, sabemos que os avós têm um papel fundamental, nós notamos na família biológica haver ciúmes, mas também há uma aprendizagem de uns com os outros e isso é que é importante ser trabalhado. É natural que exista ciúme. Acredito que a família de origem que quer os seus filhos de volta, quando vai interagir com a família de acolhimento, vê que os seus filhos têm preferências, eles são muito cruéis nestas coisas, não é? E, quando gostam de alguém, agarram-se a essa pessoa e, às vezes, verbalizam que só gostam daquela pessoa e não gostam de mais ninguém. E isto pode ser cruel para a família de origem. É da mesma maneira que nas nossas casas, os nossos filhos aprendem a lidar com diferentes figuras de referência e nutrem grande afecto por elas. Estes também conseguem lidar com isso. Felizmente que conseguimos gostar de muita gente. É preciso é que haja oportunidade para isso.”</i></p>	<p>e 258 a 279</p>
	<p><i>“É muito importante, porque temos que ver que família temos. Ou seja, isto faz pensar que ao colocarmos uma criança, a criança em si própria e os recursos disponíveis da família de acolhimento ou CAT, não são os únicos factores a considerar na hora de decisão, mas a família natural, também. Relacionado com isto está o projecto de vida da criança, mas ainda assim é algo diferente.</i></p> <p><i>É evidente que não estamos a condicionar os nossos critérios de decisão pelo que a família pensa, mas no que isso pode interferir com a criança. Estamos a olhar para a criança, mas aqui a família pesa muito. Pesa muito e voltamos ao projecto de vida, se há uma possibilidade de que a criança retorne aquela família, ainda temos que ter</i></p>	<p>R, linhas 312 a 316</p>

Citações	<p><i>isso em mais consideração. Agora, se logo à partida se percebe que aquela família não tem condições, que se vão cortar os laços, então isso aí já não é um factor relevante. Coloca-se numa família de acolhimento, longe ou que não haja possibilidade de contacto, ou no CAT, mas a mediação com família biológica requer que seja considerado isso no interesse da criança. Há circunstâncias que vão ditar isso.</i></p> <p><i>Estou a pensar em famílias de acolhimento de Famalicão, do Mundos de Vida, em que as famílias de acolhimento dizem que o que elas guardam de mais gratificante foi a gratidão das famílias biológicas. Tem havido uma boa relação. Elas estão gratas, porque aquelas famílias acolheram os filhos quando elas não podiam e trataram bem e, às vezes, até as ajudaram a elas. Foram suporte para as próprias famílias biológicas.</i></p> <p><i>Tem que se ver, se for uma família conflituosa, aí é aspecto a ponderar.</i></p>	e 334 a 350
	<p><i>“Dependendo das realidades que dependem de uma avaliação casuística. Quando se prevê o retorno à família, a continuidade com a família biológica pode ser facilitada nos dois contextos. É preciso é que, de facto, se entenda aquela criança que ali está, o seu espaço, o seu relacionamento com a família, o trabalho com as famílias e não deverá ser cortada esta possibilidade.”</i></p>	T, linhas 261 a 265
	<p><i>“Temos que perceber como é que esta questão foi trabalhada com a família de acolhimento.”</i></p>	U, linha 254
	<p><i>“Se o projecto de vida for o regresso, é fundamental, porque tem que ser estimulado e garantido a sua continuidade, diariamente, se for possível. Qual o melhor contexto para o promover? Depende muito de cada situação, depende da forma como as pessoas e as famílias se sentem. O conforto que as famílias sentem numa ou noutra situação e elas também devem ser parte activa neste processo.”</i></p>	X, linhas 273 a 277
Grau de importância: Importante (n = 7) – 31,8%		
	<p><i>“Se for o retorno à família, eu aí, a minha posição, porventura, já colocarei a posição da família de acolhimento de outra forma ,embora isso implique, sempre, uma coisa que na instituição não é possível, ou é pelo menos, sempre</i></p>	C, linhas

Citações	<p><i>muito limitada. Isso implicará, sempre, que se garanta á criança uma ligação à sua família de origem, para que não se caia naquela situação da criança criar os laços com aquela família de acolhimento, por forma a que o retorno à família de origem não seja novo arrancamento da família. E, portanto, aí tem que haver, acho que a relação próxima com a família poderá ser encontrada de forma mais flexível com a família de acolhimento do que em instituição.”</i></p>	151	a
	<p><i>“Sim, acho que sim, é importante. Também terá a ver com as características das pessoas, com o agregado familiar da criança. Mas, se se tratar de uma situação de negligência, eu acho que, aí, poderá tentar-se estimular os pais a retomarem, a tomarem o papel activo, com mudança de comportamentos. E, aí, as pessoas, talvez, em vez de funcionarem ... (pronto, às vezes tem que acontecer, situações de ruptura), talvez possam ajudar. Uma das funções delas também pode, se não houver perigo para a criança, qualquer desvantagem, enquanto vigorar esse interesse na medida desse benefício, acho que era importante haver, de facto, uma família que podia funcionar como espécie de tutora para acolhimento da criança e protegia-a. E era, ainda, uma espécie de tutora em termos de formação e de relançamento daquela família. Porque é verdade que, na maior parte dos casos, os jovens, hoje, que são problemáticos, têm muita dificuldade. Até nós temos. Em geral, é um problema a que nós assistimos, tomar conta deles próprios e dos outros é a família que tem essa função, que foi escolhida, que é uma família com determinadas características, conseguirá até orientar. Se calhar, até melhor do que a intervenção discreta dos técnicos, e falamos de CAT. Porque o CAT não se aproxima tanto da família, quer dizer, o CAT recebe as famílias, eles vão passar férias entram em contacto com os colegas do local da família para saberem se podem receber. É assim, não é? Pelo menos do que eu me apercebo, é. Mas não há trabalho conjunto com a família.”</i></p>	D, linhas 142	a 160
	<p><i>“A família é um projecto para a criança. Vamos lá ver, depende. Eu diria que, mais uma vez, (agora estamos a falar na qualidade da resposta e a qualidade da resposta tem que ser tida como semelhante), evidentemente que a instituição. Sabe? Porque atrás da instituição</i></p>		

<p>Citações</p>	<p><i>há uma tradição, mais longa, mesmo que não seja em CAT, mas em instituição, há uma longa tradição. Faz com que haja um natural desprendimento da instituição relativamente à criança e, portanto, uma capacidade da instituição assumir uma dimensão exclusivamente técnica. A família não é necessariamente assim. Primeiro, porque não há uma longa tradição e, depois, apesar de tudo, o jogo dos afectos está permanentemente presente. E evidentemente que não se excluirá nunca a possibilidade da construção de fantasias por parte da própria família de acolhimento. A família assumiria o acolhimento de uma forma mais natural se não tivesse ela própria de viver a relação com a família biológica e, por vezes, até suportar o conflito. E, portanto, eu diria, que nesse aspecto, relação com a família biológica, do ponto de vista da previsibilidade, ou diria mesmo, da arquitectura teórica da previsibilidade, haverá uma melhor, uma maior, disponibilidade da parte da instituição. Agora, desde que a família de acolhimento interiorize verdadeiramente o seu papel, saber que está ali numa fase de transição e que a grande preocupação da família é a criança e o superior interesse da criança, desde que haja uma decisão, nomeadamente do tribunal, para haver contactos com a família biológica, esta família, se tiver a qualidade que se pressupõe que tenha, e deve ter porque foi seleccionada para uma situação deste tipo, terá todas as condições para o fazer. Eu até diria mais, então aí, no limite do que podemos imaginar uma qualidade igual entre as duas, eu aí preferia outra vez que fosse a família de acolhimento, até pela importância que isso tem na própria família biológica, que ela própria perderia um pouco a dimensão negativa do contacto com a instituição, para ter uma relação, aparentemente paritária com a família que está preocupada com a mesma criança. Esta questão é muitíssimo complexa e é muito difícil encontrar uma linha de comparação que diga aqui é melhor, ali é pior. Tudo isto é muito complexo e a complexidade só pode ser interpretada através de uma lógica: nós temos que simplificar a complexidade para a entender ou não entendemos nada.</i></p> <p><i>É portanto importante pensar essa dimensão, colocando-nos nós no lado da criança.”</i></p> <p><i>“Eu penso que devia haver, dentro das seguranças todas, devia haver contacto com as famílias, por princípio. Em</i></p>	<p>E, linhas 328 a 357</p>
-----------------	--	------------------------------------

Citações	<p><i>alguns casos, não concordo, porque vai desequilibrar muito. Há casos que crianças que estão institucionalizadas por pobreza, mesmo, e não têm necessidade nenhuma de haver afastamento de família biológica.</i></p> <p><i>Este contacto é mais facilitado nos contextos de instituição, as famílias têm ciúmes umas das outras. Há dilemas e conflitos de ambas as famílias, que nunca na vida vão ser explícitas e, portanto, acaba por ser duas famílias que a criança tem, que não estão a construir um ser humano, porque estão com ideias, com identidades diferentes. Portanto, estão a construir imagens diferentes de uma mesma criança, é preferível haver uma linha condutora, uma família que realmente oriente a criança. Há circunstâncias e circunstâncias”</i></p>	G, linhas 259 a 269
	<p><i>“Aí, acho que é no CAT. È uma questão a pensar. Se bem que a questão está também na avaliação efectiva da própria família biológica, porque há famílias biológicas que, se calhar, não faz sentido nenhum manter a relação com a família para depois, afinal, ao fim de uns anos, descobrir que não vai a lado nenhum e andamos a tentar criar uma relação que não é positiva. Muitas vezes, o trabalho que se conseguiu estragou-se num fim de semana, mas os mais velhos também já não tem outra solução e é um mal menor. Nos pequeninos tem que haver um protocolo de avaliação que tem que ser eficaz no menos tempo possível, para não andarmos a manter uma relação que não vai dar em nada.</i></p> <p><i>A partir da conjugação de vários factores, há crianças em que vale a pena investir em que as possibilidades são maiores que os riscos e há outras em que não. Acho que aí é melhor não haver contacto com a família, mas pessoas que lhe vão trazer algo e não mais do mesmo. E há um problema nestas famílias, elas não fazem mal aos filhos porque decidiram fazê-lo, é porque não têm competências para fazer melhor. Mas são muito dependentes dos miúdos, quando vão visitar os miúdos não é porque se importam com os miúdos, mas é porque não podem estar sem os miúdos. Às vezes, há quem pense que é a mesma coisa, mas não é. Uma coisa é não ser capaz de viver sem eles, «sou eu que não posso»; e outra é, «tu estás comigo porque, se estiveres comigo, tens estas hipóteses, estás melhor». Mas, geralmente, estes pais têm uma grande dependência relacional, são emocionalmente imaturos e precisam dos</i></p>	P, linhas 340 a 358

	filhos.”	
Citações	<p><i>A variável «família» é decisiva para a decisão, mas quando me referi à relação era das competências da família biológica para se relacionarem de uma forma, mais ou menos, com a outra família. Não tinha a ver com a relação com a criança, porque acho que uma família de acolhimento funciona numa comunidade, de forma autónoma. Há um serviço por trás, mas é a família que recebe, que abre a porta, que coordena, que atende o telefone, etc. Não é um serviço, não é um técnico e, nesse sentido, eu valorizo muito a questão da família biológica, para aceitar e gerir a resposta como um factor determinante.</i></p> <p><i>Se são os pais que estão constantemente alcoolizados e que invadem a vizinhança, possivelmente isso vai criar uma perturbação para a própria família de acolhimento e para a própria criança, que vai prejudicar o bem estar da criança, enquanto numa instituição essa protecção é maior.</i></p> <p><i>A relação da criança com a família biológica não é um problema porquê? Porque, quer a instituição quer em acolhimento familiar, a criança tem acesso à família. A família pode sempre visitar a criança e ter acesso. Portanto, a questão da relação não se me coloca, não é uma variável muito importante para decidir, porque eu entendo um acolhimento institucional como um acolhimento também aberto. A família pode visitar e a criança pode ir à família de forma controlada. Por isso mesmo, acho que a criança deve ser colocada numa instituição na área da residência (estou sempre a falar em famílias de acolhimento ideais e instituições de qualidade). Mesmo o próprio acolhimento residencial é um acolhimento com um número muito restrito de meninos, um número muito restrito de técnicos, no sentido de que é um sistema aberto à comunidade. Portanto, pediatria fora, creche fora, um sistema familiar, com cozinheiro lá dentro com a comida comprada no supermercado e na praça, portanto um sistema o mais familiar possível e, mesmo nesse contexto, pode haver um sistema de visitas mais controlado, porque é por técnicos, mas não quebrar a relação se for para não quebrar (...)</i></p> <p><i>O acolhimento residencial é mais facilitador, porque é mais contentor, é mais controlado, é mais técnico, a relação</i></p>	<p>Q, linhas 387 a 421</p>

	<p><i>com a instituição e, além disso, tenho também a ideia que é uma questão de poder, estar uma instituição por trás. Obviamente, no acolhimento familiar também há uma instituição por trás, mas o contacto é mais diluído, os técnicos não estão lá sempre, não há uma directora. E para pessoas com disfunções graves possivelmente é mais contentor e poderá facilitar mais a relação da criança com a família. É importante considerar.”</i></p>	
	<p><i>Da nossa experiência, aliás, nesta idade, a família biológica interage muito bem, sendo preparada e trabalhada desde o início, até reage muito bem quando a criança está integrada numa família. Temos uma experiência que, inicialmente, nem havia contactos porque a mãe era uma pessoa com deficit cognitivo e tinha dificuldade em perceber e não havia contactos. Depois optou-se por haver contactos, correu muito bem e identificava a acolhedora como ama, a senhora que tomava conta do filho, e não numa interpretação de quem me vai retirar ou ficar com o filho. Às vezes, em famílias com um perfil um bocadinho mais conflituoso, isso pode ser importante gerir. O CAT, aí, pode ser facilitador, porque a família pode entender que estando num CAT, é um centro não há o sentimento de posse por parte da família de acolhimento. Da nossa experiência, até à data, tem corrido bem.</i></p> <p><i>A família biológica, quando conhece a família de acolhimento, nestas idades, tem que existir uma interacção maior, a criança não fala ainda, a família de acolhimento terá que dar a informação: já começou a gatinhar, já come a sopa. É condição esta boa articulação e o papel da família biológica é de facto aqui muito pedagógico.</i></p>	V, linhas 227 a 242
<p>Grau de importância: pouco importante (n = 2) – 9%</p>		
Citações	<p><i>“Sinceramente, não sei se haverá um contexto mais propiciador dos contactos com os pais biológicos, penso que, em ambos os contextos, existem condições para os pais biológicos manterem o contacto com os filhos. Depende da família de acolhimento, mas preparada, está à espera que apareçam os pais. A instituição, naturalmente, terá que ter as portas abertas para a família poder visitar a criança.</i></p> <p><i>O que importa mais aqui é ver qual o interesse supremo da criança e deve ser o que é tido em conta. E não é do interesse da criança, tenho a certeza, colocá-la num sitio e depois retirá-la, a não ser que a família onde está</i></p>	O, linhas 252 a 260

	<p><i>colocada seja maltratante. Mesmo que a família apareça e seja muito boa família não se pode tirar assim, não se pode arrancar.”</i></p>	
Citações	<p><i>Não me parece que exista esse problema, se tivermos resolvido o equívoco sobre o que é que cada uma das respostas.</i></p> <p><i>Se a família de acolhimento perceber qual o seu papel não levanta nenhuma questão. O CAT, até por razões que têm a ver com a sua dimensão e natureza institucional, menos ainda levanta. Porque, como sabe, as famílias de acolhimento são, ou devem ser, de acordo com a lei, reservadas para aquelas situações em que se prevê que a criança volte à sua família e, por maioria de razão, temos que criar as condições para que seja possível. Se uma criança está numa família de acolhimento porque achamos que a solução é para aquela criança o regresso à sua família, que pode demorar mais ou menos tempo, mas tem um regresso previsível a curto/médio prazo, por maioria de razão, sabemos que é preciso criar condições àquela família para que os pais, ou quem tenha responsabilidade parental pela criança, possa ter contactos e promover esses contactos. Contactos que sejam diferenciadores e, muitas vezes, até podem ser um auxílio para a recuperação dos pais.</i></p> <p><i>Portanto, não me parece que exista diferença.”</i></p>	S, linhas 444 a 448
Não responderam (n = 2) – 9%		J e L

Anexo S

Dimensão: A idade das criança que vivem em conjunto		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 1) – 4,5%		
Citações	<i>“Se a família tiver filhos, não acho que devam ter uma idade muito aproximada da idade da criança acolhida, ou seja, se tiver um filho com 1 mês não se deverá colocar lá uma criança com 1 mês. Acho que aí teríamos que ponderar. Não quer dizer que não possam ter idades próximas, mas não as mesmas. Se calhar, se for mais velho, não faz mal”</i>	U, linhas 178 a 183
Grau de importância: importante (n = 13) – 59%		
Citações	<i>“Acho que não. As crianças, no seu meio normal, vivem com crianças de várias idades. Poderá ser mais problemático numa família que tenha filhos próprios da mesma idade, mas a legislação deve prever essa situação. Tem que se avaliar caso a caso. As situações têm que ser muito bem ponderadas.</i>	F, linha 128 a 131
	<i>“Sim. Acho que é sempre importante pensar. Aliás, noutra dia, estava a reflectir numa situação que , penso, um Director de um CAT estava a dizer que era horrível crianças de 12 anos estarem juntas com bebés e fiquei-me a questionar sobre isso. Não me parece que seja uma situação horrível, porque ela existe no contexto familiar. Há filhos com menor idade, com maior idade. É uma questão de gerirmos. Se o CAT não tiver uma capacidade muito grande, se não tiver muitas crianças, se tiver nas tais 10 a 12 crianças, isto é perfeitamente viável e controlável e fá-los sentir mais ditos “normais”, não é? Porque nas famílias, assim se processa também. O facto de estarmos a juntar por idades poderá ser facilitador no trabalho, mas não está a ser integrador.”</i>	H, linhas 198 a 206
	<i>“A riqueza das diferentes contribuições, das diferentes idades numa família, dá sentido ao conjunto. O espectro de vivências fica mais alargado e, portanto, é benéfico.”</i>	J, linhas 237 a 239
	<i>“É importante. Não muito afastada, mas o convívio com uma criança de 5 anos, com uma de 7, parece-me</i>	L, linhas

Citações	<i>perfeitamente saudável .É tentar, no fundo, reconstituir uma família biológica normal, com crianças de idades diferentes uns dos outros. Acho que é bom por várias razões: por um lado, porque biologicamente é assim que se processa numa família, digamos clássica.”</i>	221 a 225
	<i>“Na família de acolhimento, penso que não, se bem que a família de acolhimento tenham selecção, formação e supervisão. Porque, se tiver um filho de 3 anos e for família de acolhimento de uma criança de 2 anos, o filho pode ter ciúmes, pode ter..., mas isto são coisas naturais. Como posso ter um filho biológico com a mesma idade, essas coisas podem ser trabalháveis. É importante é que as famílias de acolhimento tenham a dimensão disso e sejam ajudadas.”</i>	M, linhas 148 a 153
	<i>“Penso que quanto mais se aproximarem as idades em acolhimento, mais fácil é conseguir especializar-se a resposta. O único senão é quando há fraterias. Quando há irmãos, se nós tivermos, por exemplo, o acolhimento por idades, imagine, 1ª infância, 2ª infância... se tivermos miúdos com 3, 7 e 12 anos, eles têm que ser separados e vejo isso como um senão.”</i>	N, linhas 150 a 154
	<i>“Se fosse possível, porque uma criança a conviver com outra da mesma idade, havia aquisições que ela nunca fazia, porque não tem modelo de aprendizagem. Nós é que temos uma ideia muito restrita da família, porque em famílias mais antigas, eram mais alargadas: havia os primos, os tios e os irmãos, mais ou menos da mesma idade. Não vejo por aí.”</i>	O, linhas 179 a 183
	<i>“As idades? Acho que, em acolhimento institucional, até determinada idade, até aos 3 anos, devia ser mais restritivo. Quanto muito, até acho que em CAT, mais temporário, trabalho com os pais, não me faz sentido que sejam muito dispersas as idades, deve ser mais especializado. Até pelas respostas jurídicas que implicam, acho que em termos do acolhimento residencial, tenho muitas dúvidas. Na família, não tenho. Idades diferentes não acho mal. Nos acolhimentos residenciais tenho muitas dúvidas, tenho muitas dúvidas e não tenho uma resposta definitiva. Pode-se sobrecarregar dois ou três mais velhos, percebe? Invadirem a privacidade...”</i>	Q, linhas 168 a 175

Citações	<p><i>“Esse é um critério importante. Se eu sei que tenho uma criança, muito pequenina, e vai para um CAT, onde vai estar com 10 crianças da mesma idade, isso, para mim, seria um factor para preferir a família de acolhimento. Se a família de acolhimento tivesse um filho dessa idade ,eu não a colocaria na família de acolhimento. Para crianças de outra idade, provavelmente o raciocínio já fosse ao contrário. Se fossem mais velhinhos, ter meninos da mesma idade que eles, é muito bom, mas aqui não. Portanto, para mim é um factor relevante. Para mim é.”</i></p>	R, linhas 179 a 185
	<p><i>“A idade não deve ser, na minha perspectiva, um factor estruturante do sistema, mas é um factor que é indispensável levar em conta, no modo como ele se organiza, não sei se me faço entender. O sistema não se deve organizar a partir do eixo «idade das crianças», mas deve sempre levar em conta a idade das crianças, isto é, não faz nenhum sentido juntar crianças de 4 anos com crianças de 13 ou 14 anos. Portanto, a idade é indispensável, como é óbvio, e algum convívio com idades distintas é muito importante, desde que não se traduza em diferenças excessivas que acabam por tornar as relações numa grande dependência e não em relações de autonomização. Claro que é importante que se pense, mas não como elemento estruturante do sistema.”</i></p>	S, linhas 236 a 244
	<p><i>“Não vejo que seja condicionante. A organização é que deve dar resposta às necessidades específicas da criança. Por exemplo, ao nível das condições habitacionais, para podermos respeitar a individualidade de cada criança e dar resposta a cada uma das crianças, temos que ter aqui em conta o perfil e as características de cada uma das crianças. Acho que, nem só o número, nem só pela idade, tem que ser o conjunto global.”</i></p>	T, linhas 197 a 101
	<p><i>“Um dos critérios que nós, enquanto equipa, temos sempre muito presente quando decidimos, é a idade dos filhos biológicos da família, porque eles vão ser precisamente o motor da integração. Claro que os pais têm um papel muito importante, mas têm sobretudo um papel mais educativo, chamemos-lhe assim, de uma forma simples. O ter crianças e neste caso, um pouco mais velhos, porque neste caso se tiverem idades muito próximas poderá ser mais complicado de gerir o dia a dia. Crianças com 6, 7 anos podem ser uma mais valia, até porque, com a imitação, as crianças mais pequenas acabam por querer fazer, querer ser e em termos de desenvolvimento também as crianças</i></p>	V, linhas 155 a 165

	<p><i>mais velhas são modelos, até nas brincadeiras.</i></p> <p><i>No CAT é também importante, em questões de desenvolvimento e da criança, ter a presença de outros modelos e melhorar a estimulação.”</i></p>	
	<p><i>“È importante, mas não sei se é..., numa família pode haver crianças... vamos pensar, num ambiente normalizador que é aquilo que se pretende que estas crianças venham a ter num futuro próximo. Numa família, há crianças com idades mais avançadas que outras. Desde que haja um acompanhamento e seja um ambiente securizante, não me parece que seja questão muito importante.”</i></p>	X, linhas 181 a 185
Grau de importância: pouco importante (n = 4) – 18,1%		
Citações	<p><i>“È uma pergunta curiosa e há vários estudos que analisam a questão: uma parte deles chegara à conclusão que, se a criança tiver uma idade muito próxima das crianças da casa, isso é um factor de risco. Por outro lado, há outros estudos que dizem que não e que, às vezes, até é importante que a idade seja próxima, porque permite uma integração mais fácil. Mais uma vez respondo que é caso a caso.”</i></p>	A, linhas 83 a 87
	<p><i>“Nesta faixa etária não me parece muito relevante, até porque, se olharmos para a criança em termos gerais, (bom, alguns saem com meses de casa, vão logo para a creche; outros é com 3 anos; e outros com 1 ano vão para a creche; é tudo um bocado relativo e não me parece que seja decisivo), eu acho que, neste momento da vida da criança, é mais importante a definição da personalidade dela. Portanto, é ela sentir-se segura num meio que a proteja, pronto. Claro que o estímulo exterior e com outras crianças é muito importante, mas não sei se será o mais importante.”</i></p>	D, linhas 184 a 190
	<p><i>“(...) eu não posso deixar de dizer que não tomava em conta. Agora, tomava em conta, mas sempre, nunca partindo de um estereótipo no sentido de dizer: uma criança deve ficar num sítio onde haja mais ou menos crianças. Não. É a partir daquela criança, esta criança vai conseguir encontrar um espaço de segurança e de desenvolvimento tão harmonioso quanto possível na situação de transição, mais num espaço assim do que num espaço assado. Então se</i></p>	E, linhas 161 a 169

	<i>eu poder escolher, muito bem, escolho nesse sentido. Agora, se eu, por exemplo, perceber que é um espaço que tem essas características, mas que nega os requisitos anteriores, em nenhuma circunstância este elemento iria alterar a decisão tomada anteriormente.”</i>	
Citações	<p><i>“Em CAT terá importância, na perspectiva da especialização. Para acolhimento na família não me parece importante.</i></p> <p><i>Por outro lado, a idade das famílias de acolhimento, não queremos avós de acolhimento, mas sim pais.</i></p>	I, linhas 146 a 150
Não responderam (n = 4) 18,1%		B, P, C, G

Anexo T

Dimensão: O número de adultos por criança		sujeito
Grau de importância: muito importante (n = 8) – 36,3%		
Citações	<i>“O ratio de pessoal num CAT, acho que tem que ser de uma para dois, no máximo. Pode parecer revolucionário, mas é assim. Não pode ser de outra maneira, porque se não lemos, lemos, lemos (necessidades e sinais dos bebés) e não entendemos. Porque é preciso interpretar, planear e agir com coerência.”</i>	J, linhas 250 a 253
	<i>“É muito importante. Quer dizer, pode haver uma família com muitos adultos lá em casa, mas, sobretudo na 1ª infância, é muito importante que exista uma figura que seja claramente a figura de vinculação, uma figura que seja constante e estável. Não tem que necessariamente ser a mãe, não é? Há experiências, em Israel, com as amas, porque os pais e as mães iam para as guerras, estavam lá e, então, havia amas que ficavam com 5 crianças e as figuras significativas eram as amas. Isto está estudado. Já se sabe, há muito tempo que não é necessariamente a mãe, como diz o Amaral Dias: «não é a mãezinha, é a mãe simbólica». Portanto, é a vantagem em relação à instituição: é a garantia, a previsibilidade e o investimento (...)”</i>	M, linhas 202 a 210
	<i>“Nós, na Pressley, para miúdos adolescentes, trabalhamos com um ratio de 1 para 8. Portanto, nestas idades dos 0 aos 3, dir-lhe-ei que no máximo deveria ser de 1 para 4 e, se estivermos a falar nos primeiros meses de vida, reduziria o ratio.”</i>	N, linhas 173 a 175
Citações	<i>“Daí a minha opção nas famílias de acolhimento, boas, com qualidade.”</i>	O, linha 192
	<i>“Absolutamente, aliás, esse é um dos critérios que torna a família de acolhimento uma família de acolhimento, adequada, competente, como melhor resposta que o CAT.”</i>	P, linhas 245 a 247
	<i>“ É muito importante. Se for maiorzinha, estamos a falar de um aspecto diferente, embora seja sempre importante. Mas,</i>	R, linha

	<i>particularmente quando são pequeninas, a presença e a disponibilidade de figuras consistentes e constantes é muito importante. E, quanto menos adultos houver, pior é, porque está menos disponível para dar a atenção a muitas crianças. Mas também não estou a defender aquela ideia de haver uma multiplicidade de adultos em rotatividade, mas é um factor importante.”</i>	197 a 203
	<i>“Nas famílias, se for uma família, um casal para acolher a criança, com filhos, ou não, ou uma pessoa só, tem que haver adultos que estejam predispostos a satisfazer a necessidade das crianças. No CAT, esse número é sempre mais reduzido. Para mim, deveria ser 2 crianças para um adulto. Aliás, a “casa dos afectos”, quando foi criada para 8 crianças, tínhamos 12 educadores. Estavam sempre pessoas em permanência, mas o preço é inoportável. Mas, se me perguntar se era suficiente, não acho que era.</i>	U, linhas 197 a 203
	<i>“Obviamente que a família, deste ponto de vista, consegue garantir um atendimento muito mais individualizado e de maior qualidade que no CAT. Porque, no CAT, temos ratios. Se pensarmos em 12 crianças, nós temos 3 adultos para 12 crianças e à noite, às vezes, são 2 adultos, ou um, que ainda por cima não são sempre os mesmos. Há ainda esse factor e as vinculações aqui deixam muito a desejar. São seguramente inseguras, porque não podem ser de outra maneira, portanto, há mais vantagem no acolhimento familiar.”</i>	X, linhas 193 a 212
Grau de importância: importante (n = 11) – 50%		
Citações	<i>“Esse é um factor que claramente pode ser negativo quando falamos em instituições com muitas crianças.”</i>	A, linhas 97 a 98
	<i>“Esse é o problema das instituições, mesmo as bem dimensionadas. E, obviamente que eu sei que a minha posição tem um calcanhar de Aquiles que é dizer-se: bem, esta criança vai para adopção, não vai fazer uma vinculação para depois ser retirada e fazer uma segunda. Mas, a estimulação e a relação próxima com o cuidador é um factor importante para o seu desenvolvimento neste nível e pode perder esse período fundamental, com repercussões futuras. Esse é o meu calcanhar de Aquiles.</i>	C, linhas 122 a 132

	<i>Penso que, mesmo na instituição, é possível haver vínculos, porque quando as crianças estão algum tempo na instituição nota-se que elas têm uma relação privilegiada com os prestadores de cuidados e há uma pessoa mais significativa. A relação acaba por ser possível.”</i>	
Citações	<i>“ (...) tem que haver referências que são as fundamentais. Não haverá no CAT com um papel tão significativo como há numa família de acolhimento, inegavelmente. Agora, quanto maior for o número de adultos, também, nesta fase, também se calhar se dilui mais a definição daquilo que serão as referências típicas de crescimento na vida de uma criança.”</i>	D, linhas 204 a 208
	<i>“O ratio de adultos é importante, é fundamental. É diferente na família e no CAT. No Cat está legislado, deve ser cumprida a lei. Numa família, vejo um casal, mas pode ser uma pessoa sozinha, mas também não vejo que tenha condições, tem que ser bem avaliado.”</i>	F, linhas 122 a 145
	<i>“Boa questão, mas independentemente das áreas profissionais que envolve, por exemplo, nós sabemos que num contexto familiar o número de adultos por criança, provavelmente são 2 ou 1. No contexto institucional, consideramos que é uma família de 10 filhos, que também as há. Mas, o número de adultos por criança nunca pode ser inferior a 3. Para um contexto de 10, nunca poderá ser inferior a 3, em simultâneo. Sempre 3 adultos e depois depende de tudo o resto. Depende das problemáticas, depende do processo de adaptação, da qualidade da equipa, da distribuição de serviço. Há alturas em que 3 são poucos.”</i>	H, linhas 219 a 226
Citações	<i>“Mais de 4 adultos, não. Porque, mesmo de dia e de noite, se for num CAT, se fica 1 pessoa a tomar conta de 10, dos 0 aos 3 anos, não consegue lá chegar, não consegue tomar conta.”</i>	I, linhas 169 a 171
	<i>“Importante. Dois adultos para 12 crianças num CAT, é pouco.”</i>	L, linha 172
	<i>“No acolhimento familiar são mais privilegiadas, o adulto está mais próximo.”</i>	Q, linha 192
	<i>“ (...) tem que haver aqui referenciais. Para quem? Uma coisa é quem está a olhar para isto de uma perspectiva</i>	S, linhas

	<p><i>meramente cidadã, que acha que tudo o que se faça é pouco. De alguma maneira, é verdade isto. Mas para quem tem responsabilidades de reestruturação do sistema não se pode trabalhar sem alguns referenciais, que são referenciais, não são espartilhos. E, portanto, temos que ter relativamente a cada um tipo de resposta, e de acordo com as problemáticas com que nos confrontamos e características das crianças, temos que ter a capacidade, e suficiente elasticidade, para poder alargar ou contrair a equipa de acordo com aquilo que é a característica daquelas crianças.”</i></p>	267 a 275
	<p><i>“A questão da atenção, da relação na prestação dos cuidados. O número de adultos é importante, mas se tivermos adultos que não exerçam adequadamente o seu papel, a sua actividade, não é o número pelo número, devem ser, neste caso, seja quer ao nível do acolhimento familiar ou dos CAT, o dimensionamento associado à qualidade do serviço prestado deve ser considerada.”</i></p>	T, linhas 208 a 212
	<p><i>“A criança no contexto familiar pode beneficiar de todas estas figuras que são estruturantes para a personalidade, desenvolvimento, interacção, facilidade de comunicação com os vários pares e adultos. No CAT essas experiencias são mais restritas.”</i></p>	V, linhas 175 a 179
<p>Grau de importância: pouco importante (n = 0)</p>		
<p>Não responderam (n = 3) – 13,6%</p>		B, G, E

Anexo U

Dimensão: O carácter formal ou informal do contexto de colocação familiar		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 2) – 9%		
Citações	<i>“Para as crianças é mais importante o carácter mais informal, como é evidente. Claro que o CAT também o pode ter perfeitamente, mas é sempre uma instituição. Se a criança lá está, por pouco tempo, uma certa formalidade pode ajudar a que a separação não seja tão dolorosa para a criança.”</i>	F, linhas 169 a 172
	<i>“A informalidade é muito importante para as crianças pequeninas. As relações informais são muito mais ricas (...)”</i>	R, linhas 244 a 251
Grau de importância: importante (n = 11) – 50%		
Citações	<i>“Valorizo, muito o aspecto informal da colocação e iríamos para as CPCJ , porque me parece que sempre que possível ,tentar que reconheçam que a situação não está boa, que há um risco para a criança e, se expõem elas próprias a receberem uma ajuda exterior para elas próprias, alterarem essa situação de risco. Isto são a vidas de pessoas e é sempre, aquele princípio da mínima intervenção, sempre, em último caso, a reacção final, digamos que o tribunal claro que na CPCJ , também há alguma formalidade. Sim, sim, sim o CAT é mais formal, eu acho que é, nitidamente, menos formal a família de acolhimento, pronto a família é como tudo aproxima-se mais da vida, o CAT é uma entidade que existe, portanto, há crianças que precisam de lá estar e não houve uma solução diferente para elas, claro que a família se aproxima mais da vida real.”</i>	D, linhas 162 a 163
	<i>“Eu diria que as famílias de acolhimento são muito de relações formais e socialmente correctas. Acho, que é</i>	G, linhas

	<p><i>importante pensar, eu estou a falar pela experiencia dos casos que eu conheço, «o menino não devia fazer isto porque...», mas muito formalizado. Nos contextos institucionais é o próprio contexto que tem aquelas características, embora a relação seja mais aberta e natural, exactamente porque eu penso que há aqui um sentimento que é: um educador, uma auxiliar num contexto institucional não tem aqui laços emocionais com nenhuma criança em particular, têm com todos.</i></p> <p><i>Não são formais na relação, estes profissionais, não os vêem como «coitadinhas das crianças», portanto tem que se lidar com mais naturalidade, rastejam com eles, brincam com eles, zangam-se com eles.</i></p> <p><i>Esta formalidade é espelho da naturalidade num contexto institucional, os educadores estão no seu ambiente de trabalho, é natural aquela realidade. Numa família de acolhimento não é natural, porque, exactamente, por todas estas influências de, não quer magoar porque é uma criança pequenina, não quer magoar porque já tem uma história, porque é coitadinho eu tenho que ter algum cuidado na forma como abordo determinadas coisas.”</i></p>	178 a 189
Citações	<p><i>“A informalidade, também é possível num CAT. Não digo possível, digo necessária. Lá está, todos na vida temos que sentir... , se tivéssemos só momentos formais éramos apagados como pessoas e não podemos apagar as crianças do CAT. Tem que haver momentos informais também. Tem que se pensar criança a criança”</i></p>	H, linhas 258 a 261
	<p><i>“Os contextos são diferentes, um é mais formal e outro muito mais informal. A família é mais informal. CAT não é, nem pode ser família (ponto final”</i></p>	I, linhas 204 a 206
	<p><i>“A tendência terá que ser de um ambiente mais formal no CAT. Agora, se me diz, em termos de seguir um ideário que é possível transformar um CAT, depende do número de profissionais.”</i></p>	J, linhas 265 a 267
	<p><i>“Na família acaba sempre por haver mais informalidade, na família e, se calhar não punha a questão do formal ou informal, mas institucional e mais acolhedor em relação à família. Eu quando estou com a minha filha e no caso do acolhimento familiar há uma interacção com a criança que na instituição não vemos, não é? Mesmo em termos do contacto físico, como há muitas pessoas que mexem e contactam com as crianças, há uma série de outros cuidados</i></p>	N, linhas 190 a 196

Citações	<p><i>que acaba por não ser como se está em família e, de alguma forma, promovem, privilegiam a questão da ligação.”</i></p>	
	<p><i>“Penso que há um carácter mais formal nas instituições necessariamente. Penso que sim, até porque nas instituições há um plano de intervenção, ou devem ter.</i></p> <p><i>Por exemplo, se a criança estiver em casa, os adultos vão falando com a criança durante o dia, enquanto na instituição, por força da distribuição de tarefas, há momentos em que as crianças são deixadas sozinhas e, se calhar ainda bem. Mas, também não conheço estudos que nos digam qual é o tempo e a qualidade da comunicação nos dois contextos.”</i></p>	O, linhas 207 a 212
	<p><i>“Penso que o CAT é formal, em termos das pessoas que lá trabalham. As pessoas têm que ter horários de trabalho, têm o seu vencimento é aquele o seu trabalho, e acho, que essa dinâmica formal tem que estar. Agora, relativamente às crianças, acho que tem que estar o mais próximo possível de uma família. Acho que é possível, as famílias, também têm diferentes culturas familiares e há famílias que têm dinâmicas que podemos questionar e por contrário outras que são tão informais que os filhos lhes são retirados. Há famílias que são tão organizadas que nada sai daquele registo, nada se pode propor relativamente a isso. E, tal como nas famílias, as relações têm que ser de cuidadores para as crianças, depois com a organização que cada uma tem. As famílias encontram a sua organização, gestão de tempo, hierarquias, limites, a relação das relações dos adultos e das crianças, têm que se definir por um lado, afecto, por outro lado, pela educação e socialização. Penso, que era o que deveria acontecer também nos CAT. A relação das pessoas que lá estão a trabalhar com as crianças deveria ser de cuidador para crianças e não é um cuidador qualquer, é diferente, por exemplo, da educação de infância e as educadoras têm as suas actividades que são próprias, mas também dão o resto.”</i></p> <p><i>“Sabendo como é que funciona a formalidade, ou não, do contexto, é importante considerar essa variável aquando da decisão do acolhimento.”</i></p>	P, linhas 262 a 287 e 294 a 295

	<p><i>“O que é bom para umas coisas, mas, muito mau para outras. Tem muita influência, porque, o contexto formal é fechado, é funcional sobretudo. E eu acho que, desde muito cedo, nós precisamos de nos associarmos à informalidade, à surpresa, à diferença, ao remediar problemas. A criança percebe que há conflitos do quotidiano e isso, a informalidade dá. Ou que se perdeu a chave, ou porque se ia a pagar qualquer coisa e não havia dinheiro, e isto faz parte da vida real e a formalidade não promove isso, está tudo certo. É um mundo falso, é previsível e falso, nós não vivemos assim. E depois, também não estimula a criatividade, a capacidade de resolução de problemas, não estimula arranjar soluções para coisas.”</i></p> <p>...</p> <p><i>“É possível no CAT, na organização de espaços, no ambiente, acho que se tivermos as comprar a entrar todos os dias pela casa dentro, se tivermos uma casa inserida numa comunidade, com mobiliário apropriado, se cada um tiver a sua roupa, acho que conseguimos muito, já se consegue muito, mas não tenho dúvidas que há muita coisa a fazer para termos boas respostas.”</i></p>	<p>Q, linhas 269 a 277 e 280 a 284</p>
<p>Citações</p>	<p><i>“ (...) depende também de cada criança, pode ser importante para a criança habituar-se, numa idade ainda relativamente precoce, ao cumprimento de regras, à compreensão daquilo que é o respeito pelo outro, daquilo que é o respeito pela organização colectiva em que está integrada. Provavelmente, mais depressa recebe, numa instituição como um CAT do que recebe numa família. Até, porque com crianças, muito pequenas, estas famílias tendem a ser super protectoras, porque estão a prestar um serviço, porque estão a ser avaliadas e acompanhadas, há aqui uma tendência natural para alguma protecção e, eventualmente, alguma tolerância adicional. E, do ponto de vista das crianças e dependendo das crianças, obviamente pode ser importante que ela se confronte com um conjunto de regras que se habitua a respeitar. Regras que visam protege-la a ela em primeiro lugar e que visam assegurar que o sistema funciona no seu sistema de relacionamento.”</i></p>	<p>S, linhas 271 a 282</p>

	<p><i>“È, muito mais, propicia esta estruturação um CAT do que numa família de acolhimento, só pelo facto de existirem menos crianças e pelo facto de existir um único cuidador esta criação de rotinas, mais ou menos, formais é mais fácil de acontecer do que num CAT. Parece-me, que é mais vantajoso para as crianças estas rotinas que acontecem, mais naturalmente, do que aquelas que são mais rígidas, mais formais e mais planificadas, porque tem mesmo que ser assim para se conseguir dar atenção a todos os bebés que estão acolhidos.”</i></p>	X, linhas 235 a 241
<p>Grau de importância: pouco importante (n = 6) – 27,2%</p>		
Citações	<p><i>“As instituições, por razões de organização têm que, por ventura, ser mais rígidas. Mas penso, não ultrapassa o âmbito da rigidez que se mostra adequada para a educação de uma criança. Rigidez, significa haver um conjunto de rotinas estabelecidas que fazem parte da própria capacidade da criança, de uma forma adequada. Aliás, penso que cada vez mais as instituições pensam ter ambientes adaptados às rotinas das crianças. As famílias, depende do modo de vida.”</i></p>	C, linhas 144 a 150
	<p><i>“Há, em termos familiares, em princípio, parece-me bastante mais informal que o outro. A informalidade é importante para as crianças, consistência e previsibilidade que é importante para a criança, mas nos CAT, lá está, tudo depende do factor humano, dos técnicos, pode haver um ambiente familiar, normal.</i></p> <p><i>Não é muito importante. A informalidade é importante, mas a capacidade de criar esta informalidade num CAT vai depender dos técnicos das instituições. É necessário um ambiente descontraído, haver uma normalidade dentro da informalidade, com regras necessárias. Mas, apesar de tudo é mais fácil na família, até porque a relação afectiva está mais próxima na família.”</i></p>	L, linhas 337 a 345
	<p><i>“Na instituição há um carácter formal. È, muito importante, a criança, por exemplo, comer sempre ao meio dia, mas porque está na praia e se calhar come uma fruta e ... Mas a família é mais informal e essa informalidade é boa.</i></p> <p><i>O CAT ,apesar, do peso institucional da organização pode não ser muito formal, por exemplo, na Casa da Alameda, nós somos pouco formais: tratamo-nos todos pelo nome, certo é mais informal que certas famílias, não são? Acho</i></p>	M, linhas 339 a 347

	<i>que se pode combater a formalidade, ainda assim é sempre mais formal. Não é relevante para a decisão tem que ser é informal. Há famílias que são super formais.</i>	
Citações	<i>“Acho, que depende da organização e funcionamento das duas respostas. Conheço CAT em que à sempre uma normalização das actividades, mas também, há um ambiente muito familiar, muito próximo em que sente-se que há ali uma vivencia próxima. As crianças estão bem dispostas, havia um entrosamento entre adultos e crianças, viam-se que estavam à vontade e estavam garantidos ali vários requisitos que, faziam as crianças estar bem e satisfeitas.”</i>	T, linhas 228 a 233
	<i>“O contexto de CAT é mais formal. Por muito que se queira aparentar uma casa, e no projecto que falei entravasse numa casa, o que não acontece na maioria dos CAT (tem copa de leite, gabinete da directora. Aliás, há muitos miúdos que nem saem do quarto). Muitas vezes, estes miúdos não mudam de espaço, um bebé, em muitos CAT não mudam de espaço, ele é transferido do berço para a cadeira que é no mesmo espaço. Enquanto, na casa, na família não. Há imensas coisas que se notam num CAT que há formalidade e numa família não. Veja se virmos todos os CAT têm cadeiras de jardim de infância, em casa não existem, eventualmente, têm as cadeiras de agarrar à mesa como temos nas nossas casas. Há famílias formais, mas não como um CAT. Mais formal só se for no plano educativo e essas famílias não querem ser famílias de acolhimento e ainda bem.”</i>	U, linhas 225 a 235
	<i>“ O CAT, parece-me, muito mais formal. O peso que advém da instituição, são empregados que vêm prestar serviço e torna tudo mais formal, mais organizado, não tanto na interacção, na prestação de cuidados.”</i>	V, linhas 199 a 201
Não responderam (n = 3) – 13,6%		A, B, E

Anexo V

Dimensão: O género dos adultos que cuidam das crianças		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 3) – 13,5%		
Citações	<i>“O facto de a criança contactar com elementos do sexo oposto é positivo. Pode levar a outras questões, mas acho positivo. O facto de estar em CAT e estar com crianças de sexos diferentes, já lhe dá uma visão diferente. Nesse aspecto, o facto de ter elementos do sexo masculino com quem ela conviva mais proximamente, ou feminino, conforme o sexo da criança, sem serem colegas e as pessoas que as protegem e lhe dão miminhos é um facto importante. Forma para a diversidade. É um factor importante a criança estar formada para a diversidade.”</i>	D, linhas 192 a 198
	<i>“O ideal era haver um pai e uma mãe. Agora, também sabemos que estamos numa sociedade onde os valores se alteraram, embora seja um bocado conservador em relação a isso. Acho que se alteraram, mas, de base, há as duas figuras.”</i>	M, linhas 160 a 162
	<i>“É importante haver figuras masculinas e femininas a trabalhar nestas áreas, nos 2 tipos. No acolhimento familiar eu não sou defensora de ser o casal, uma mãe ou só um pai. E ainda há outra coisa que cá estamos um pouco longe disso que são famílias homossexuais. Não tenho nada contra isso também, apesar de achar que neste momento, em Portugal, seria um factor de exclusão para as crianças (...)”</i>	N, linhas 156 a 160
Grau de importância: importante (n = 10) – 45,4%		
Citações	<i>“È uma desvantagem dos CAT, a falta da figura masculina. Também pode haver família de acolhimento monoparental, mas acho que é importante os dois géneros, haver um homem e uma mulher. Mas também não é das questões mais fundamentais. É como a idade, acho que pode ser avaliado, mas depende muito mais de outras questões. Vejo, perfeitamente, um homem ficar sozinho com um bebé. Pode ser muito mais afectuoso que uma mulher. Não é uma questão de género, é uma questão dos afectos. È factor importante, mas não determinante.”</i>	F, linhas 134 a 140

Citações	<p><i>“Podem ser poucos homens, eu conheço alguns em creches, não nessas instituições, podem ser só directores e que são pessoas que passam, mas a criança sabe que está ali um homem que fala, se aproxima. È fundamental que esta figura exista, na família ele está pouco presente, porque alguém tem que trabalhar e portanto, a figura masculina existe, mas a realidade é isto.”</i></p>	<p>G, linhas 108 a 112</p>
	<p><i>“È relevante. Em contexto de acolhimento familiar, não, porque à partida o acolhimento familiar pressupõe a existência de casal; ou não, poderá ser família monoparental, sim. Mas eu penso que é importante haver os dois padrões de referência, o masculino e o feminino. Em contexto de CAT, também.</i></p> <p><i>Tudo o que é mais parecido com a vida real é melhor para a criança, na minha perspectiva. Porque, se existem homens e mulheres, porque é que eles estarão num CAT a funcionar só com mulheres e com comportamentos de referência marcadamente femininos? ... Havendo tudo o que existe de padrão de referência ao nível do género, penso que é mais gratificante, mais enriquecedor e menos estigmatizante”</i></p>	<p>H, linhas 208 a 217</p>
	<p><i>“È importante os dois géneros. A família de acolhimento tem que ser homem e mulher e, em CAT, tem que haver homens e mulheres. Para mim, é esta a imagem da família, tem que ser este o modelo. Embora haja p’raí muitas ideias, mas aí eu ainda não consegui lá chegar.</i></p> <p><i>Desde pequenino tem que perceber que o pai brinca de maneira diferente, que o homem está de uma maneira diferente, responde de uma maneira diferente e isso é importante para a educação, para a construção da sua vinculação, acho que é importante.”</i></p>	<p>I, linhas 152 a 159</p>
	<p><i>“Eu acredito na importância, é um assunto hoje muito crítico. Eu acredito que o género é importante. A partilha, a conjuntura, o completamento do género, é importante. Nas famílias monoparentais, proponho, promovo muito, que se utilize, por exemplo, quando a família é garantida pela mãe, que haja um avô ou um irmão, que haja uma figura de outro género que garanta a complementaridade que em educação e organização da estrutura cerebral tem sentido. Todos nós sabemos que um homem brinca com um bebé de maneira diferente da mulher. È melhor ou pior?”</i></p>	<p>J, linhas 140 a 148</p>

Citações	<i>É diferente. A complementaridade desta forma de brincar, tenham paciência, é importante.”</i>	
	<i>“Reconheço que os tempos são outros, mas a família é: pai, mãe e filhos. Não estou nada a ver pessoas do mesmo sexo a dar um ambiente familiar consistente e previsível a uma criança. É a minha opinião pessoal”</i>	L, linhas 227 a 229
	<i>“Eu penso que, em todos os contextos onde estejam crianças, sendo instituições, famílias, escolas, tem que haver, deve haver, figuras masculinas e femininas, até pela questão da identificação e pela diferença de perfil que os homens e mulheres têm. Não sei se é muito fácil arranjar homens para trabalhar nestas instituições”.</i>	O, linhas 187 a 190
	<i>“Nalguns sim, acho que há homens tão competentes ou mais competentes que alguma mulher. Portanto, não acho que tenha que ser uma figura feminina para ter competência relacional e emocional. Agora, penso que pode haver miúdos que, pela sua experiência, podem estar mais vulneráveis a uma presença masculina, ou feminina, porque pode haver alguns com pavor de ter uma figura feminina sozinha com eles.”</i>	P, linhas 227 a 232
	<i>“ Numa família de acolhimento, embora a legislação aponte para a possibilidade de poder ser uma pessoa singular, mas sendo o casal, a criança tem esta diversidade de modelos que melhora o seu desenvolvimento.”</i>	V, linhas 167 a 169
	<i>“É importante. Acho que temos pouca margem de manobra para considerar que o género é factor determinante, porque a maior parte das famílias são mulheres. Temos muito poucas famílias masculinas, também nos CAT. A grande maioria dos titulares do acolhimento familiar são mulheres. Algumas podem ter, a maioria terão, companheiros ou maridos, a figura masculina está presente, mas também não sei se será diariamente o prestador de cuidados. Nesse sentido, pode ser um factor facilitador e é, seguramente, mais normalizador para a criança. Ela está inserida num meio que é mais próximo de uma família normalizada do que num CAT. É importante, não sei se será um factor relevante de decisão.”</i>	X, linhas 187 a 195
Grau de importância: pouco importante (n = 7) – 31,8%		
	<i>“ Não me parece muito importante. Há até estudos que provam, relativamente ao casamento homossexual, que não é significativo. O que importa é a qualidade dos laços que se criam.</i>	A, linhas 89 a 93

Citações	<i>Não me parece muito importante porque a criança integrada na comunidade encontrará, na sua actividade diária, encontrará outras figuras.”</i>	
	<i>“Quanto a essa matéria, sei que a psicologia tem estudado que para a vida da criança a mãe é mais importante. Mas, francamente, penso que, cada vez mais, as próprias, os papéis sociais do homem e mulher estão cada vez mais misturados, fruto da própria evolução da sociedade, que direi que cada vez menos, na minha perspectiva, o género é factor importante. Por exemplo, na alteração da Lei Civil das responsabilidades parentais isso ficou claro e está subjacente a ideia que o género não é o que determina a confiança. Hoje, há pais que fazem o papel de mães, há mães que fazem o papel de pais, no sentido tradicional do termo, sem que daí resultem, penso, problemas do ponto de vista do desenvolvimento da criança.”</i>	C, linhas 112 a 120
	<i>“Pode ser importante, mas não decisivo, senão poria em causa uma série de situações à nossa volta, como a parentalidade homossexual, a viuvez, a monoparentalidade. Acho que isso tudo se reconstrói e se reequilibra com outros parceiros, quer dizer, outros personagens à nossa volta. O que eu acho é que tem que haver um acompanhamento mais individualizado, no sentido de encontrar pessoas, modelos, noutros contextos que suportem depois.”</i>	Q, linhas 185 a 190
	<i>“Devia ser uma preocupação na selecção de pessoal, esse devia ser um critério, no sentido de proporcionar as duas figuras à criança. Isto é particularmente importante, quando há meninos acolhidos que só têm familiares mulheres e, sobretudo quando são «maiorzinhos» , falta a figura contentora e mediadora do homem. É uma questão de equilíbrio, até porque a figura do homem é muito importante. O Doutor Bairrão Ruivo dizia que “os pais são muito importantes para separarem os filhos das mães”, e são. Fazem ali uma folga. No CAT e nas famílias de acolhimento também são muito importantes. Portanto, o facto de haver figuras de ambos os sexos é muito importante. Se para mim seria factor decisivo? Não”.</i>	R, linhas 187 a 195

Citações	<i>“Acho que devia haver, tendencialmente, algum equilíbrio de género. E equilíbrio não quer dizer paridade. Mas devia haver algum equilíbrio, não haver só figuras femininas. Só masculinas, não temos nenhum caso. Portanto, tendencialmente, eu acho que, deveríamos procurar que houvesse aqui algum equilíbrio (...)”</i>	S, linhas 245 a 249
	<i>“Não conheço nenhum estudo que identifique esta situação. Mas, do meu conhecimento empírico, na prática, acho que não há diferença na qualidade do serviço face ao género. Mas, estas actividades, do ponto de vista cultural, foram sempre vistas como actividades muito para o género feminino. Nos CAT, os funcionários são, maioritariamente, mulheres e a maior parte da procura para acolhimento familiar são mulheres. A importância é mesmo a qualidade e não o género.”</i>	T, linhas 202 a 207
	<i>“É uma questão que não me ... desde que cuidem bem. Acho que, num CAT, faz sentido que haja homens, também. Se a criança for para um CAT, faz-me sentido que existam colaboradores homens e mulheres. Se for para uma família, se for só um homem ou só uma mulher, não me faz tanta confusão, desde que seja uma relação de qualidade.”</i>	U, linhas 184 a 187
Não responderam (n = 2) - 9%		B, E

Anexo Y

Dimensão: A idade de início do acolhimento (0 aos 3 anos)		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 7) - 31,8%		
Citações	<i>“A idade, no Reino Unido, uma criança, até aos 10/ 11 anos, não vai para uma instituição, é colocada numa família de acolhimento. Porquê? Porque decorrem os processos de vinculação e é muito importante que a criança possa desenvolver um vínculo seguro com um adulto e, portanto, diria que a idade, ao contrário de muitas opiniões, diria que, quanto mais nova, mais importante é que elas sejam encaminhadas, se possível se os outros factores permitirem, para uma família de acolhimento.”</i>	A, linhas 52 a 58
	<i>“Quanto mais pequenino mais próximo da família de acolhimento.”</i>	D, linha 114
	<i>“Cada caso é um caso, mas penso que o 1º ano de vida, aliás, até ao segundo, tenho que flexibilizar mais, até ao 2º ano de vida, há processos que acontecem que são irreversíveis, já não voltam a acontecer; e a criança ou os ganha ou os perde.”</i>	H, linhas 142 a 144
	<i>“Dependendo da idade da criança, mesmo há momentos entre os 0 e os 3 anos que são mais complicados. Logo a seguir ao nascimento não é tão complicado a criança ficar, pelo menos tendo em conta a investigação. Geralmente é complicado quando a criança começa a reconhecer o outro, a perceber que há ali alguém que é mais significativo. Quanto mais pequeninos, ou depois dos 2 anos. Geralmente, há uma fase crítica, entre os 7 meses e o ano e tal. A criança está muito ligada à pessoa com quem manteve uma relação, portanto, é um aspecto que tem que se ter em conta. E, nessa fase, seria preferível a família de acolhimento. Porque uma família de acolhimento, se funcionar bem, só terá, por principio, aquela criança, ou</i>	O, linhas 135 a 149

	<i>terá mais duas, filhos. Mas, qualquer das maneiras, é diferente a atenção que dirige à criança que lhe chega e claramente superior à de uma criança que vai para instituição, em que há mais crianças e há empregados. Os empregados por muita atenção que lhe dirijam estão lá em 3 turnos, mudam mais, enquanto numa família de acolhimento durante as 24 horas são as mesmas pessoas e isso faz a diferença.”</i>	
	<i>(não justificou)</i>	S
Citações	<i>“Para mim, é muito importante. Temos que entender dois aspectos que estão sempre interligados e em simultâneo: as necessidades da criança e a faixa etária. Portanto, as necessidades de uma criança dos 0 ao 1 ano de vida podem ser diferentes, mas não são menos importantes, ou mais, que as de uma criança dos 2 aos 3 anos. Nesta fase é que temos que promover todo este desenvolvimento, de uma forma mais integral, o desenvolvimento emocional e o desenvolvimento social, quer dizer, não vejo que um seja mais importante que outro.”</i>	T, linhas 153 a 159
	<i>“Em semanas acontecem muitas alterações de desenvolvimento, fundamentais. Quanto mais precoce a idade, mais tendência eu tenho para canalizar para acolhimento familiar. Ainda nem sequer há competências para exprimir, pelo menos de uma forma muito clara, o que se sente, o que se quer, o que se precisa, estando sempre a pensar no acolhimento familiar de qualidade, obviamente. Portanto, neste contexto, é muito mais securizante para uma criança poder ter esta atenção individualizada. Quanto mais tenra é a idade, mais essa necessidade existe.”</i>	X, linhas de 98 a 104
Grau de importância: Importante (n = 8) - 36,3%		
Citações	<i>“É importante, porque é a adequação da colocação dele em função da capacidade de resposta de quem o acolhe, se dá resposta adequada para aquela idade, ou não. A ideia global que eu tenho dos tribunais, não temos essa preocupação, nem esse saber. Até porque ninguém nos ensinou, embora nós deleguemos muito desse saber, onde colocar, ou não, na indicação desse saber na protecção, neste caso na segurança social.”</i>	B, linhas 151 a 155
	<i>“Quanto mais velha, menos acolhimento familiar. Se for bebé, dos 0 aos 6 meses, a coisa vai que não vai, mais que isso, depois começa a olhar para a cara «a minha mãe» e, aí, acho que acolhimento, não. Se tiver que escolher,</i>	I, linhas 111 a 114

Citações	<i>mais novinha, família de acolhimento, mais velha, CAT.</i>	
	<i>“Eu acho que é importante e aí temos que partir de um pressuposto que é o seguinte: a arquitectura cerebral organiza-se, constrói-se, melhor ou pior, nos primeiros meses de vida (...)”</i>	J, linhas 170 a 172
	<i>“È difícil de dizer, porque tanto uma como outra (uma criança mais pequenina, de meses; e uma maiorzinha, de 3 anos), é sempre melhor estar num ambiente protegido e num ambiente securizante, mas talvez a mais velhinha, de 3 anos, seja mais importante a família; dará um suporte melhor que a instituição. Mas olhe que isto é uma coisa completamente empírica, nunca pensei no assunto. Penso que um bebé pequenino, em termos de ligação, partindo do pressuposto que ele não tem ligação com os progenitores, a criança de três anos tem maior urgência em estabelecer essas ligações e, talvez, eu optasse mais pela família. Talvez pusesse o mais pequenino na instituição.”</i>	L, linhas 162 a 170
	<i>“Depende de outros factores como projecto de vida, mas se o único critério fosse a idade, as crianças mais pequeninas deveriam ter prioridade na família de acolhimento, acho eu. Quanto mais precoce for, ou seja, quanto mais precocemente a criança sofrer as carências, pior é. O Dr Coimbra de Matos até diz “ as crianças que sofrem de carências na relação primária são «borderline»”, são crianças em estado limite, porque ficam com desarranjos caracteriais, logo, a nível da sua estrutura emocional. Portanto, se o critério fosse apenas esse, quanto mais nova a criança, mais a balança deveria pesar para o acolhimento familiar.”</i>	M, linhas 99 a 106
	<i>“Quanto mais precoce possível, melhor. Quando falo na idade, não falo só pelas necessidades e fragilidade. Porque, por exemplo, nesse caso, até já há alguma distinção em fragilidade num bebé de 1 mês, ou de 1 dia. São muito frágeis. Não é tanto por isso. É pela questão da vinculação, porque é um período muito complicado, dos 0 aos 3. É quando nós formamos isto tudo, quando eu defendo as separações precoces, é por causa desta necessidade. Se aquela família, de facto, não tem competências, é preferível separar-se e trabalhar-se a família. Não se criem relações desajustadas (...)”</i>	Q, linhas 97 a 103
	<i>“Eu tenderia, em função da idade, a colocar os mais pequeninos em famílias de acolhimento, se elas forem boas.</i>	

	<i>Se não forem capazes, é a lógica que sempre lhe digo: eu sei que uma criança, quanto mais pequenina, mais necessidade tem de relações estruturantes. Portanto, eu olharia para uma criança pequenina e veria qual o contexto, em função daqueles que conheço, que iria responder melhor às necessidades que ela tem. Se for uma criança mais velhinha, mas em qualquer caso, dos 0 aos 3 anos, é uma fase muito precoce.</i>	R, linhas 147 a 154
	<i>“Acho que tem que haver preparação da criança. Uma criança com 0 anos precisa de uma preparação, com um mês não percebe da mesma forma que está a vir de um hospital ou de ... para uma família, enquanto uma criança de 2, ou 2 anos e meio, já se vai aperceber e tem que haver uma preparação da criança, para ingressar em acolhimento familiar ou num CAT. Acho que é importante, mas não condicionante,(...)”</i>	U, linhas 140 a 145
Grau de importância: pouco Importante (n = 6) - 27,2%		
Citações	<i>“Dos 0 aos 3, eu diria, que não é especialmente importante para decidir por um, ou por outro. Já, claramente, se quisermos ir mais longe, embora não seja aí o seu trabalho, numa altura em que a criança compreenda, numa altura em que a criança já possa ter um sentido crítico relativamente à natureza da relação, eu aí, já aceitarei muito mais. Aceitarei sempre, mas integrarei, teoricamente mais facilmente, uma família de acolhimento como transição (...)”</i>	E, linhas 113 a 118
	<i>“É diferente ser um bebé ou uma criança de 3 anos de idade. Nesta fase já tem, também, as suas memórias; a separação vai ser mais dolorosa. São casos sempre muito difíceis, e ser legislador também não é fácil. Há sempre duas soluções.”</i>	F, linhas 95 a 97
	<i>“Pode, do meu ponto de vista, pode ser diferenciado a opção família ou CAT. Estou eu a dizer pode, mas já acho que não, porque os mesmos dilemas, as crianças nos dois contextos, porque vão conhecer pessoas novas, ambientes novos, orientações novas, regras novas, pessoas diferentes. Os constrangimentos provocados pela situação são iguais, o desenrolar do crescimento é que pode ir variando. Nestas situações, as idades, o essencial é ir o mais depressa possível para um ou outro contexto, porque precisa de um vínculo, precisa de uma linha</i>	G, linhas 85 a 93

	<i>orientadora que ajude a construir a sua própria personalidade. Ela já a tem, mas alguém que ajude, seja instituição ou família.”</i>	
	<i>“Penso que, desde que a criança tenha que ser retirada da família de origem, a minha opinião é que em qualquer altura, entre os 0 e os 3, pode entrar para acolhimento familiar. Até preferivelmente no acolhimento familiar, nestas idades. “</i>	N, linhas 87 a 89
	<i>“(…) embora isto seja uma faca de dois gumes, porque apesar de tudo é mais fácil para o profissional lidar melhor com o bebé e, por esse ponto de vista, era melhor pôr o mais velhinho na família, porque são mais adultos para menos crianças, consegue gerir melhor. Mas aquele colinho que os bebés precisam, levar-me-ia ,a optar por colocar o bebé na família e o mais «velhito» no CAT, mas só assim. Tentando reflectir, não há família que chegue; eu, aí, iria para o bebé na família. Não muito importante, iria entrar, primeiro, com outras variáveis, pensando só nesse factor não seria decisivo.”</i>	P, linhas 154 a 162
	<i>Não, é pouco importante. Aí, teria mesmo que ver com a disponibilidade das famílias, porque para um recém-nascido não é fácil encontrar famílias com vontade de acolher, porque não pode ir para a creche (...)”</i>	V, linhas 94 a 96
Não responderam (n = 1) - 4,5%		C

Anexo W

Dimensão: Frequência de creche		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 5) – 22,7%		
Citações	<i>“Sim, faz todo o sentido. É o projecto que todas as crianças devem ter. É importante para o seu desenvolvimento, independentemente de serem criança retiradas às suas famílias, ou outras. É sempre muito importante tudo o que seja proporcionado em contexto de aprendizagem, de experiências. Intercâmbio com adultos e com outras crianças é ótimo. Na minha perspectiva, as crianças em Instituição, é importantíssimo que eles saiam para frequentar outras realidades.”</i>	A, linhas 150 a 155
	<i>“Fundamental, é muito mais saudável.”</i>	F, linha 196
	<i>“Exacto, é muito importante, embora a literatura diga, e a literatura científica diga, que não há muitas interacções nas crianças até aos 3 anos. A realidade de hoje é diferente. As crianças vão muito cedo para as creches, portanto, começam a comunicar e a interagir com os outros, mesmo através do conflito. Porque em casa têm irmãos mais velhos e, portanto, o conflito não existe, porque os mais velhos evitam, porque «coitadinhos, são pequeninos, só têm 2 anos ou 3», evitam. Quando estão entre pares, e faz parte do crescimento, (entre o 1 e 2 anos é a hora dos conflitos, exactamente porque eles aprenderam a andar) e, portanto, vão ao encontro do que não é para eles um outro, com significado como criança, mas é outro que é um boneco, que é um objecto e porque há a descobrir e é um objecto interessantíssimo. Porque, se uma criança de 1 ano tem alguma mordidela, é muito mais divertido porque ele chora, grita, deita-se para o chão; porque um boneco não reage e, portanto, os conflitos aos 1,2 anos são estruturantes ao nível do desenvolvimento da criança. São fundamentais para ela saber que o outro também tem</i>	G, linhas 240 a 257

Citações	<i>sentimentos e é uma construção do eu e do outro. Eu não sou sozinho, portanto, esse crescimento que, até agora, a literatura dizia que até aos 3 anos era a fase do egocentrismo, essas coisas todas, eu acho que estamos a recuar um bocadinho, porque a criança entra no grupo social muito mais cedo. Sai da família e entra no grupo de pares.”</i>	
	<i>“È muito importante que estejam a frequentar outras respostas. É importante o contacto com outras figuras, educador, auxiliar de educação.”</i>	I, linhas 223 a 224
	<i>“Eu não acho importante, acho indispensável. O acesso aos serviços da comunidade deve ser uma condição de partida seja qual for a situação que se encontre. O CAT não é uma creche, ou como uma creche, não é. O acesso àquilo que são os equipamentos da comunidade são, desde logo, uma manifestação de que estamos a trabalhar e a estimular a criança para se relacionar com as respostas que existem, para seu benefício e de qualquer cidadão. Acho isto indispensável.”</i>	S, linhas 426 a 432
Grau de importância: importante (n = 10) – 45,4%		
Citações	<i>“Acho que sim, nas duas realidades. Acho que é muito importante frequentarem e acompanharem o percurso normal das crianças, em termos de socialização delas.”</i>	D, linha 252 a 253
	<i>“Acho que é importante eles fazerem uma vida normalíssima, como qualquer criança. Visitei recentemente um CAT que tem uma creche própria, por falta de estruturas locais, e achei que era muito limitativo, uma experiência de vida muito limitativa para as crianças que saem da sala onde estão, na creche, e sobem para os quartos e estão retidas no mesmo espaço. Acho que é muito importante estas crianças fazerem aquilo que é normalmente feito pelas outras crianças.”</i>	H, linhas 282 a 287
	<i>“Eu acho importante. É claro, se garantidas todas as premissas que pressupõem que a criança não viaja de ambiente para ambiente, à procura. Quer dizer, se estiver numa família de acolhimento a beneficiar de tudo aquilo que uma família pode proporcionar, se essa família porventura trabalha, a criança pode, como qualquer outra, ter a sua creche durante umas hora por dia, garantindo que deva estar, a partilha de descobertas conjuntas, com a</i>	J, linhas 296 a 311

	<p><i>família. Não é a mãe ir lá buscar o bebé e não saber o que aconteceu, é impessoal. É a família de acolhimento utilizar os tempos em que o bebé está nessa creche como potenciador de uma descoberta mais completa, sempre mais dinâmica do « quem é quem», quem é esse bebé. Utilizar a creche como uma mais valia e não como mais um sitio que o bebé vai conhecer no «bruaá» da sua confusão. Nós estamos a partir de pressupostos um bocadinho mágicos, não é bem esta a realidade. Mas não pode deixar de ser posta assim, quando estamos a falar de ideários e a falar de pressupostos para a mudança. Para mudar é preciso que os políticos e responsáveis deste sector fundamental da protecção, nomeadamente ligada às famílias, tenham a visão, mercê desta elucidação (digamos assim), tenham a visão que é preciso gastar, investindo, sendo que a rentabilidade deste investimento é brutal.”</i></p>	
Citações	<p><i>“Sempre. Para qualquer criança é fundamental e é, mais uma vez, a dita reconstrução da dita normalidade, ainda para mais, as crianças do CAT que têm um ambiente familiar artificial (artificial, não no mau sentido) se sentirem identificados com os outros. E repare que neste aspecto, quando eu era pequenina a mãe não trabalhava, era muito frequente irmos da escola e irmos a casa dos outros brincar um bocadinho, ninguém andava preocupado. Raramente os meus pais me iam buscar à escola, vinha sozinha. Agora, nem pensar. Mas era muito frequente irmos para a casa dos outros e havia sempre ali uma partilha.”</i></p>	L, linha 392 a 399
	<p><i>“È importante, acho que sim. Quer dizer, o CAT com bebés, dos 0 aos 3, acaba por funcionar um bocado como creche. É como se estivessem na creche 24h por dia e isto não é bom. São boas as duas dinâmicas, a dinâmica da creche e a dinâmica da família, porque são diferentes. A creche é uma dinâmica mais normativa e a dinâmica familiar menos normativa. Por exemplo, o meu filho começou a comer mais facilmente sozinho na creche, ou a tirar a fralda na creche que em casa, porque aquilo é mais normativo. Na família há um contexto mais individual, Se a criança puder usufruir das duas dinâmicas, é mais saudável.”</i></p>	M, linhas 297 a 304
	<p><i>“Até para começarem a construir a sua integração social. Nas famílias de acolhimento é assim: se a família tiver filhos que não vão à creche, mas vão aos avós, aí devem partilhar os ambientes, as mesmas redes da família, acho</i></p>	P, linhas

Citações	<i>que não devem fazer diferente. Se os filhos da família vão à creche, ao infantário, ou até à escola, os meninos não têm que ficar em casa todo dia, nem levar as crianças aos avós de acolhimento. Nos CAT, aí acho que não há grande alternativa. É mais favorável que vá, porque aí, com as outras crianças, encontrará outros modelos.”</i>	332 a 338
	<i>“Mesmo na instituição, tudo fora. Devem fazer tudo como uma criança normal. Acho que está provado que as creches fazem muito bem às crianças, mesmo tendo irmãos, as creches fazem bem. E fazem bem a partir de um ano. Eu até defendo que a criança, no máximo ao ano, mas a partir dos 5, 6 meses, deve ir para a creche. E porquê? Porque tem um nível de estimulação diferente, tem convívio com outras crianças, habituam-se a espaços diferentes, porque é uma forma de sair e viver na comunidade, porque são orientadas de uma forma técnica e, portanto, se fizermos um acolhimento residencial, tipo familiar, é tudo fora. O pediatra, etc. A casa é para dormir e comer comida feita na cozinha.”</i>	Q, linhas 354 a 362
	<i>“Porque se queremos um contexto, cada vez mais próximo ao contexto de onde a criança foi retirada, acho que deve ir à creche. Há todo um trabalho que é desenvolvido, a creche tem uma finalidade. Temos um conjunto de recursos que também estão a incentivar, a trabalhar e a permitir um melhor desenvolvimento da criança, nomeadamente com os seus pares, independentemente de estar em CAT ou na família todos os recursos. Uma criança em acolhimento institucional tem que ter todos os direitos que as outras crianças que estão nas suas famílias têm, mais aqueles que têm porque estão numa resposta de acolhimento institucional. Há aqui uma questão acrescida, não podem estar privados nem do acesso aos recursos que qualquer criança tem, devemos assegurar o acesso a todos os bens e serviços.”</i>	T, linhas 250 a 259
	<i>“Até aos 3 anos não me faz sentido. Acho que podem estar apenas num sítio ou noutra. Mas, se estiver em CAT faz-me algum sentido que possa estar em creche a meio tempo. Agora depende também da criança e do desenvolvimento da criança. Há crianças com 2 anos que se acha que devem ir para creche, então deve proporcionar-se. Tem que se ter em conta a possibilidade de ir ou não.”</i>	U, linhas 246 a 252

	<i>Mesmo na família de acolhimento, se a equipa técnica entender que a criança deva ir para creche, ela irá. Portanto, a questão deverá ser equacionada.”</i>	
	<i>“Pode ser importante por várias razões: são crianças em perigo, pode haver um outro olhar externo, na creche os técnicos que vão, eventualmente, detectar outros sinais. Mas também não sei é uma questão central, porque se o CAT tiver pessoas mais competentes, ou os técnicos da equipa de enquadramento das famílias de acolhimento, se esses também detectarem esses sinais, na expressão de um bebé... Há pediatras que ainda defendem que até aos 3 anos não há vantagem nenhuma. Eu, por acaso, não penso assim, acho que a partir dos 2 anos, depende de cada criança, da avaliação que se faz do desenvolvimento deles, como interagem como os outros, começam a dar sinais.”</i>	X, linhas 264 a 271
Grau de importância: pouco importante (n = 4) – 18,1%		
Citações	<i>“Penso que até aos 2 anos e meio 3 não é importante. Eu vejo isso para qualquer criança, independentemente da sua situação. Isto para qualquer dos contextos.”</i>	N, linhas 232 a 233
	<i>“Não conheço estudos que nos digam. Será que as crianças até aos 3 anos deverão ir para creche? Essa é a minha questão primordial para qualquer criança. Não penso que seja importante pensar-se nisso. Eu acho que as crianças até aos 3 anos não têm, necessariamente, que ir para um ambiente, mais ou menos, escolarizante de creche. Devem estar em família ou o mais próximo possível do familiar. Penso que as crianças que estão em creche, entre os 4 meses e 3 anos, é sobretudo por razões dos pais. Esta sociedade que não pode cuidar das crianças. Não acho que seja uma vantagem. Os estudos que conheço não indicam que seja uma vantagem a criança ir, muito cedo, para uma instituição/creche, dentro dos parâmetros de desenvolvimento habituais.”</i>	O, linhas 229 a 237
	<i>“Não vejo como obrigatória, se for uma boa família de acolhimento. E uma boa família de acolhimento não tem que ser necessariamente uma família urbana e instruída com licenciatura, etc. Se ela tiver uma boa, imaginemos, se ela estiver no campo, numa quinta com gatos, galinhas e brincar na terra e de contactar com uma família alargada e com várias pessoas.”</i>	R, linhas 306 a 310

Citações	<i>“Estando em CAT, ou família de acolhimento, considero pouco importante. Terá que haver um acompanhamento à família de acolhimento, porque no CAT já o haverá. A equipa técnica e educativa poderá estar mais sensibilizada para o acompanhamento da criança e competências próprias da idade.”</i>	V, linhas 222 a 225
Não responderam (n = 3) – 13,6%		B, C, E

Anexo X

Dimensão: A duração do acolhimento		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 10) - 45,4%		
Citações	<p><i>“1º ponto, quem é que presta melhor educação nesta fase? É feita uma previsão que ajuda a decidir; não só a fase como a previsão do tempo. Tudo tem que estar misturado.</i></p> <p><i>2º Ponto – Quanto ao tempo, eu diria, famílias de acolhimento até aos 6 meses, pelo que me é dado conhecer. Eu não tomaria a atitude que toma por exemplo o, nesta matéria. Ele diz «até aos 3, sempre em CAT’s». Eu percebo porque ele o diz, o perigo da vinculação. Mas, o perigo da vinculação, também tenho medo das famílias que se agarram a estas crianças e é preciso cuidado com isso. Agora, se até aos 6 meses uma família dá mais que uma instituição, e eu penso que pode dar, de acordo com o que sei, até esta idade, ela não se vincula e não fica afectada; conheço um caso em que foi adoptada e a família de acolhimento foi entregá-la à família adoptante, a criança ficou(...)”</i></p>	B, linhas 161 a 171
	<p><i>“No princípio, há muitas situações em que não é previsível, mas se for, acho que é muito importante tomar em conta que tipo de caminho a dar àquela criança. Se for mais prolongada, eu tendo mais para a colocação nas famílias de acolhimento, com todos os riscos que isso também encerra. Porque, pronto, depois começa a haver uma vinculação entre eles e as pessoas perdem um bocado a noção da transitoriedade da situação.</i></p> <p><i>Mas, em todo caso, isso também é uma questão de formação da própria família, não é? Em todo caso, sempre será melhor para a criança ter uma referência de uma família do que estar numa instituição, onde espera constantemente que um pai e uma mãe a venham buscar, a levem de férias, a venham buscar ao fim de semana.”</i></p>	D, linhas 116 a 125

Citações	<i>“A duração do acolhimento evidentemente que é muito importante.”</i>	E, linha 128
	<i>“Sim. Num acolhimento temporário, acho que apostava sempre mais num CAT, porque as famílias, depende... uma criança mal tratada..., mas, de facto, as famílias vinculam-se às crianças e as crianças às famílias e depois, de repente, é mais difícil a separação.”</i>	F, linhas 99 a 102
	<i>“È preferível o contexto institucional do que o familiar, porque é estar e estabelecer laços afectivos próximos, com a criança, para depois estar a cortar. Eu, com isso, não concordo nadinha, nadinha, nadinha. Porque essas trocas é que destabilizam o desenvolvimento. O bebé identifica o cheiro da mãe 4h após o nascimento. Portanto, é uma criança que está equipada para o mundo e, portanto, vai passar a pertencer a esse mundo. Se é para ser retirada da família biológica para uma família de acolhimento, que seja o mais rápido possível e viva o maior número de tempo com ela, não seja nunca mais retirada. Porque se não, a criança nasce, vai para uma instituição de acolhimento, vai para uma família de acolhimento e os laços afectivos, onde estão? Esta é uma necessidade. Num momento de aflição, por quem nós chamamos? É pela família, o pai, a mãe, a irmã. Quanto maior for o período de duração do acolhimento mais preferível é a família de acolhimento. Uma família de acolhimento, com qualidade, faz uma família natural.”</i>	G, linhas 95 a 107
	<i>“Mais que 3 meses, até aos 3 anos, seja onde for, tudo que passe 3 meses para a criança é muito mau, especialmente na família de acolhimento”.</i>	I, linhas 117 a 118
	<i>“O desejável é que nas famílias de acolhimento fosse um tempo muito curto. Eu costumo dizer que as crianças, todas elas, não só as dos 0 aos 3, que nós temos, que foram maltratadas, negligenciadas, todas elas precisam de uma coisa que é terem «chão». Para sentirem que há uma altura que pararam de cair e chegaram a uma altura que é o chão e daí não passam, que é para, a seguir, se começarem a levantar. Porque, quando vamos a cair, não nos conseguimos levantar. E, portanto, qualquer criança precisa, de forma urgente, daquela família, que seja a última, que é o chão. Portanto, se esta é provisória, é para continuar a cair, portanto, quanto menos tempo melhor. Agora,</i>	M, linhas 108 a 121

	<i>se o tempo for muito e se há uma boa vinculação, se calhar, o ideal é que aquela criança vivesse ali para sempre. Sei que isto contraria a lógica da lei. Mas imagina uma criança há 3 anos numa família de acolhimento? E temos apanhado situações destas na comunicação social. Tacitamente, sem ser essa a motivação primária, a criança adoptou aquela família, a família adoptou aquela criança, acho que então deveria acontecer, porque essa é que é a verdadeira adopção. “</i>	
Citações	<i>“ Mesmo nas crianças dos 0 anos pode haver uma situação de retirada que é temporária, que é por um curto tempo. Em Portugal, raramente isso se verifica. A situação da retirada não é por menos de 6 meses. Mas poderia haver situações em que a retirada era por um curto período de tempo e, aí, nesse caso, talvez fosse mais fácil encontrar-se uma solução no acolhimento institucional que familiar. Contudo, mesmo nesses casos, defendo o acolhimento familiar. Acho a ideia do temporário muito boa e importante, mas continua a não se fazer um trabalho com consistência com as famílias de origem e continua a não haver alternativas suficientes. Porém, com o tipo de alternativas que temos, até agora, é muito difícil que os miúdos não estejam muito tempo em acolhimento institucional, continua a não haver alternativas.”</i>	N, linhas 92 a 101
	<i>“Uma das coisas que os investigadores perceberam, logo nos anos 50, foi que o tempo de acolhimento é muito importante.”</i>	O, linhas 153 a 154
	<i>“Para uma criança que vai para adopção, ou para a sua família biológica, é trabalhar quanto mais depressa possível. Tem que se pensar bem se o tempo é cumprido.”</i>	U, linhas 160 a 161
Grau de importância: importante (n = 7) - 31,8%		
	<i>“Penso que é importante. Mas, independentemente disso, o principal é pensar que o processo tem que ser rápido (...)”</i>	H, linhas 146 a 147
Citações	<i>“Quanto mais curto, mais optaria pela instituição. Quanto mais prolongada, pela família de acolhimento. È importante.</i>	L, linhas 172 a 174

Citações	<p><i>“Não sei. Aí, se calhar, cruzando com a idade, talvez o CAT, mas por muito pouco tempo. Lá está, se depois é para mudar de CAT, se o caso é complexo e pode ficar ali, logo 6 meses, se já tem 3 anos..., eu optava pela família, ficava ali e não vai andar a transitar. Os bebés, nem que sejam muito pequeninos, a relação é tão importante. Mesmo que seja por pouco tempo, um bebé está melhor com uma família inteira a tomar conta do que num CAT, mesmo que seja 15 dias.”</i></p>	P,	linhas 164 a 169 e 178 a 179
	<p><i>“Dimensão é importante. Muito importante se for para escolher a família, agora só para colocar, não.”</i></p>		
	<p><i>“Nós temos um problema que é o mais tempo, ou menos tempo. Não deveria ser mais de, eu já digo, um ano, ano e meio. E, nesse sentido, acho que numa família vive-se muito bem. Se tivesse que ser numa instituição seria numa instituição, mas...”</i></p>	R,	linhas 156 a 159
	<p><i>“Diria que são dois aspectos absolutamente essenciais: o porquê e o que é que do lado da superação, dos factores que levaram ao acolhimento, existe como potencial. Podemos chegar à conclusão que não há nenhuma hipótese de superação dos problemas. E, se não houver hipótese de superação, a solução, então a solução tem que ter um carácter mais definitivo ou, pelo menos, mais prolongado. Se por outro lado, a superação é previsível que possa ocorrer a trecho de tempo relativamente breve, aí, já a solução é de outro tipo.”</i></p>	S,	linhas 154 a 160
	<p><i>“ (...) se um diagnóstico está falhado, depois falha a proposta que é feita, o risco para a criança será sempre maior. Agora, pode haver circunstâncias supervenientes que alterem estes aspectos, mas não vou entrar a questão do tempo da criança. Mas a duração do acolhimento devia ser, cada vez mais, adequada a tudo quanto tem a ver com a definição de projecto de vida para aquela criança. É verdade que temos que trabalhar várias coisas ao mesmo tempo.”</i></p>	T,	linhas 166 a 171
<p><i>“Acho uma questão importante e um pau de dois bicos. Aqui vou até um bocadinho contra o nosso enquadramento legal, mas eu explico: obviamente que uma criança, muito pequenina, corremos o risco de, colocando numa família</i></p>			

	<i>de acolhimento, se este acolhimento se prolongar, de se criarem as tais expectativas à família, de que aquela criança irá ficar com aquela família quando a nossa lei não o permite... Mas isto é se nós estivermos muito preocupados com a perspectiva da família, dos adultos. Se pensarmos na verdade do superior interesse da criança, se esta situação acontecer e se este acolhimento se mantiver, porque não foi possível o regresso à família, não foi possível a adopção, por uma serie de razões, do ponto de vista da criança, se este acolhimento se prolongar, não tem nenhum mal, pelo contrário (...)</i>	X, linhas 115 a 125
Grau de importância: pouco importante (n = 3) - 13,6%		
Citações	<i>“Se a perspectiva é de alguma permanência, ou se a perspectiva é de uma estadia curta, porquê? Isso é um critério de precisão, diria que é menos importante que os outros dois, porque depende de outros factores, não me parece que seja um factor de peso.”</i>	A, linhas 60 a 62
	<i>“Eu acho que qualquer um dos encaminhamentos e das respostas deve ser a médio prazo, quer uma quer outra, porque há sempre a possibilidade de mudança. E o que acontece e que a literatura nos diz é que, muitas vezes, o acolhimento familiar leva , depois, na adolescência, ao acolhimento residencial. Eu acho que tudo tem que ser a médio prazo. A médio prazo no valor da continuidade, sempre em avaliação. Manter os contextos sempre em avaliação e manter, sempre que sejam oportunos para as necessidades das crianças(...)</i>	Q, linhas 126 a 132
	<i>“Na tomada da decisão, acho pouco importante e, lá está, porque num âmbito de um serviço de acolhimento especializado haverá uma equipa técnica a apoiar a família, a acompanhar o gestor de caso e fazer também algum trabalho junto da família biológica, no sentido da melhoria das suas condições de vida e mesmo o próprio sistema. Porque, às vezes, as crianças ficam quase que esquecidas no sistema durante um ano, 2, ou quase 3. Estão acolhidas com 15 dias e com 3 anos ainda não saíram da instituição (já tivemos casos destes).</i>	V, linhas 113 a 119
Não responderam (n = 2) - 9%		J e C

Anexo Z

Dimensão: O número de crianças que partilham a casa		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 7) – 31,8%		
Citações	<i>“Quanto menos meninos partilharem a casa, melhor; mesmo no CAT, o máximo de 10. Aí defendo as famílias de acolhimento.”</i>	I, linhas 141 a 142
	<i>“Não acredito em famílias de acolhimento que funcionem como uma instituição familiar. Se uma família de acolhimento tiver acolhidas 5 crianças, não é uma família de acolhimento. Acho que uma família de acolhimento é uma família que assume a disponibilidade para ajudar uma criança ou uma frateria. Agora, mais que isso, não. Se não, funciona como uma creche, é uma lógica mais profissional e menos relacional.”</i>	M, linhas 141 a 146
	<i>“ Tem a ver com os requisitos da família e características das crianças. Porque em crianças dos 0 aos 3, nestes casos, e, por exemplo, fraterias, é importante manter os irmãos na mesma casa. Mas, nestas idades, também não devemos considerar mais de 3. O acolhimento residencial também deveria funcionar em unidades familiares, funcionar com muito poucas crianças. Estou a pensar no bom exemplo de dois LIJs da SCML que são um bom exemplo desta tipologia, funcionam com menos crianças. Mas, nestas idades, nunca deveria ir além dos 8.</i>	N, linhas 141 a 148
	<i>“Daí a minha opção nas famílias de acolhimento, boas e com qualidade.”</i>	O, linha 192
	<i>“Absolutamente. Aliás, esse é um dos critérios que torna a família de acolhimento uma família de acolhimento adequada e competente, como melhor resposta que o CAT (...)”</i>	P, linhas 215 a 217
	<i>“Não me faz sentido que uma criança dos 0 aos 3 anos tenha necessidade de estar com mais 10 ou 11 crianças.”</i>	U, linhas 167 a 168

Citações	<p><i>“Tenderia a dizer, mais uma vez, que as famílias de acolhimento que acolhem obviamente menos crianças, terão a capacidade de dar uma resposta mais individualizada, de acordo com aquilo que a criança dos 0 aos 3 precisa. Eu diria que para as fraterias já pode ser um factor protector... eventualmente. Tendo em conta que estão num CAT, não seria tão danoso para 1 criança tão pequenina quanto para uma criança que ficaria sozinha ou que não se conseguisse estabelecer com ela uma relação de proximidade. Eventualmente, pode ser um factor mais protector, as crianças podem inter-ajudar-se e sentirem-se mais seguras porque têm ali os irmãos. Se bem que não vejo nenhuma desvantagem em que uma frateria, de 3 ou 4, seja acolhida por uma família.”</i></p>	X, linhas 164 a 174
Grau de importância: importante (n = 7) – 31,8%		
Citações	<p><i>“É importante, mas também não é decisivo. É relativo. O importante, é que a criança conviva com outros, é como os nossos filhos. É preciso que se socializem nos tempos certos. Não acho que seja muito importante, não acho não. Nos CAT isso acaba por funcionar, na maior parte das vezes, positivamente, porque há ali um clima que se estabelece entre eles de uma família de muitos irmãos.”</i></p>	D, linhas 175 a 179
	<p><i>“(...) depende das problemáticas, depende do processo de adaptação, da qualidade da equipa, da distribuição de serviço. Há alturas em que 3 são poucos. “</i></p>	H, linhas 224 a 226
	<p><i>“É importante. Uma família de acolhimento, até 4 crianças, desde que os pais sejam capazes. Repare, há famílias alargadíssimas, hoje em dia, famílias ricas, e estou a falar de famílias conscientes, têm 7,8 filhos. Raras, mas há. E aquilo tudo se organiza e tudo funciona. Portanto, depende, mas até 4 crianças. Não quer dizer que sejam todas de acolhimento. O que se pretende é que o casal tenha filhos próprios, depois apoiam 1 ou 2 crianças. Se todos nós apoiássemos uma criança, tínhamos o problema resolvido.”</i></p>	L, linhas 188 a 193
	<p><i>“Faz sentido pensar-se entre 6 e 8 (8, o máximo dos máximos)no acolhimento residencial. 12 acho muito. Nas famílias tenho algumas dúvidas, depende do apoio, dos suportes e do tipo de famílias. Porque é assim: na organização nós podemos, aquela organização vai ter x técnicos, x educadores; nas famílias,</i></p>	Q, linhas 158 a 166

	<i>depende da habitação, do número de filhos, das competências daquela mãe para lidar com...porque há mães mais despachadas, menos despachadas, acho que depende. Mas não se iguala o número num e noutra contexto.”</i>	
Citações	<i>È importante. Por uma questão de individualização de atendimento, é fundamental. Se estamos a falar de um CAT, que tem 20 crianças, mais ou menos das mesmas idades e, ainda por cima, tendo em consideração o número de pessoal que é diferente, de um CAT que tem 8 crianças, onde 2 são bebés, mas outras já têm 2 aninhos, outras mais velhinhas, ou seja, têm necessidades diferentes e isso faz com que as solicitações sobre os adultos sejam diferentes (...).”</i>	R, linhas 172 a 177
	<i>“Aparece associado a outros aspectos, por exemplo, os cuidados individualizados que se prestam aquela criança, mas também não só. Tem a ver com a própria qualificação do prestador de cuidados e depois também a dimensão tem sempre a sua influência. Mas, por exemplo, se uma família de acolhimento tiver 4 bebés, sozinha, em determinadas horas deve ter dificuldade. Mas as colocações em famílias também são feitas com rigor, com apoio técnico permanente e esses aspectos são sempre avaliados. E há um número máximo que é apontado como ideal e que tem a ver com todos os cuidados da actividade diária e atenção individualizada e etc. È um factor que tem que ser considerado.”</i>	T, linhas 187 a 195
	<i>“Sim, também é importante. É preciso que haja disponibilidade para prestar cuidados. Há crianças e numa casa com muitas crianças é preciso um “jogo de cintura” mais difícil. Portanto, é um aspecto importante”</i>	V, linhas 151 a 153
Grau de importância: pouco importante (n = 3) – 13,6%		
Citações	<i>“Há limites estabelecidos que se pensa foram estudados e que constituem limite adequado, digamos assim. Penso que não há legitimidade de não retirar uma criança por estarem lá crianças a menos. Porque penso que o CAT, se tiver um número adequado de técnicos e estiver devidamente dimensionado, não vejo problema. Há CAT com 8 -10 crianças, três técnicos, mais um conjunto de auxiliares. Também podem existir</i>	C, linhas 103 a 107

	<i>instituições grandes, mas isso também depende de como estão organizadas. Podem estar organizadas em pequenos grupos e funcionam bem.”</i>	
	<i>“Tentava perceber qual é o melhor espaço, para dentro da necessidade da resposta, corresponder a essa cultura daquela criança. Às suas necessidades, por um lado, e às suas características afirmativas e de personalidade, por outro. Tomaria isso em conta, mas nunca seria por isso que tomaria uma decisão num sentido ou no outro. Isso poderia ajudar numa decisão, mas nunca seria determinante numa decisão.”</i>	E, linhas 153 a 157
	<i>Acho que não. As crianças no seu meio normal vivem com outras crianças”</i>	F, linha 126
Não responderam (n = 5) 22,7%		A, B, J, S, G,

Anexo AA

Dimensão: Normalização de rotinas		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 8) – 36,3 %		
Citações	<i>“As rotinas são diferentes na família de acolhimento, as rotinas são mais familiares. No CAT tem menos essa componente. Nesse aspecto, se eu tivesse que votar, digamos assim, eu votaria na família de acolhimento. Essas rotinas são mais bem conseguidas em família. O CAT também tem, mas são diferentes as rotinas, o próprio sentar à mesa, o pai a mãe, mesmo que haja irmãos, é diferente. O sentido de família, aí, é muito mais importante.”</i>	I, linhas 215 a 220
	<i>“A criança precisa de rotinas. Acho que as rotinas são importantes, mas têm que ser modeladas. Deitar, contar uma história à noite, pode ser contada numa família de acolhimento, ou num CAT, mas há mil maneiras de contar uma história. A modelação de contar uma história com inclusão de particularidades relacionadas com o comportamento do bebé, que não quer dormir... «o ursinho também não gostava de dormir, mas a mama um dia disse-lhe, João...», adaptando, é uma rotina, é uma história que tem que ser adaptada ao comportamento, ao estado actual de cada bebé. Com a modelação da voz, com a inovação da complementaridade de uma história, a rotina tem que ser feita à medida. È preciso rotinas, mas não pode ser uma standart. Rotina? Toda a criança, seja de que idade for, precisa de rotinas, mas precisa de rotinas modeladas, adaptadas à sua circunstância e esta só (como as outras coisas) é aquilo que é. É a pequena e subtil diferença que faz o todo.”</i>	J, linhas 283 a 294
	<i>“Vamos ver, do ponto de vista exclusivamente funcional, o CAT tenderá a ter mais necessidade de estabelecer rotinas, funcional. Mas as rotinas não têm carácter apenas funcional, têm carácter emocional, relacional e aí, sem dúvida, que as famílias de acolhimento estão a Km de distância”</i>	M, linhas 271 a 274

Citações	<p>...</p> <p><i>Se calhar, no CAT, às 15h, estão todos a dormir e, se alguém quer dormir a sesta comigo, querem mais 3. Mas a questão mais substantiva da importância das rotinas são as emocionais e relacionais que se adquirem na família e não num CAT. Por exemplo , o contar de uma história ao adormecer é diferente numa família ou num CAT, um não quer, outro amua, outro..”</i></p>	e 277 a 282
	<p><i>“(...) na instituição há rotinas muito mais pré-estabelecidas ,daí a necessidade de haver uma maior planificação para haver, digamos assim, uma compensação dessas mesma rotinas que não podem deixar de se fazer. “ (nota: o sujeito remeteu para a resposta à dimensão anteriormente tratada)</i></p>	O, linhas 219 a 221
	<p><i>Normalização de rotinas, é muito importante e é um factor estruturador e organizador e acho que até securizante. Quando temos uma criança até aos 3 anos (se fosse mais velha, diria que, muitas vezes, os CAT são muito importantes para terem um potencial de contenção e de estruturação mais forte), para crianças desta idade, pequeninas, uma família normal que integre normalmente uma criança, os ajustamentos são implícitos e são suficientes, mais saudável.</i></p>	R, linhas 297 a 303
	<p><i>“Acho que as crianças retiradas das suas famílias biológicas, devem ser ajudadas a controlar as suas capacidades, impulsos, todas as questões de ordem pessoal, normalizando algumas actividades.”</i></p>	T, linhas 246 a 248
	<p><i>“Aqui, os contextos não se comparam. É muito importante que existam regras e normas de rotinas para crianças destas idades Mas depois, a família (sem querer deitar a brasa à minha sardinha) tem realmente a vantagem de, durante a semana, em família se deitar às 21h, mas ao fim de semana deita-se a outra hora e num CAT isso não é assim. E se calhar, numa família, é capaz de entrar na creche às 9h, mas sair mais cedo porque há um familiar que vai buscar. No CAT há a necessidade de irem todos à mesma hora. E todos aspectos da vida em família que as crianças, em CAT, não podem experienciar.”</i></p>	V, linhas 213 a 220
	<p><i>“Parece-me que é mais vantajoso para as crianças estas rotinas que acontecem mais naturalmente do que aquelas</i></p>	

	<p><i>que são mais rígidas, mais formais e mais planificadas, porque tem mesmo que ser assim para se conseguir dar atenção a todos os bebés que estão acolhidos. Mas não sei, será... acho muito mais stressante para um bebé esta questão das rotinas muito estruturadas e planificadas do que o acontecer das rotinas normalmente no dia da família, mais ou menos normalizada.</i></p> <p><i>As rotinas devem existir, porque é isso que dá segurança ao bebé e a estrutura. É mais vantajoso que aconteçam normalmente.</i></p>	X, linhas 253 a 260
Grau de importância: importante (n = 6) – 27,2%		
Citações	<p><i>“Penso que, apesar de tudo, será sempre a família de acolhimento, sendo certo que as rotinas básicas também serão asseguradas pelo CAT, com a diferença respectiva.”</i></p>	D, linhas 248 a 250
	<p><i>“Não há um mais normalizador que outro. Supostamente os dois deviam ser iguais. Desde o seio da nossa casa, no seio da nossa família, à família de acolhimento, ao CAT, tudo isso é importante para a nossa formação pessoal, quer sejamos crianças com medidas de promoção e protecção, quer sejamos crianças no seio da família.</i></p> <p><i>Mas os dois contextos não estão ao mesmo nível, porque quando somos mais, sentimos necessidade de nos agrupar de uma forma mais organizada. No contexto familiar somos menos, temos mais tendência a flexibilizar, a não manter uma atitude tão coerente. Aí, acho que ganha o contexto de acolhimento, a creche ou o CAT.</i></p> <p><i>Tem que se pensar para aquela criança. Normalmente, a questão das rotinas é importante para todas, mas tem que se pensar para aquela criança. Também há famílias rígidas”</i></p>	H, linhas 271 a 280
	(não justificou)	L
	<p><i>“ É importante. Normalização é, também, integração das crianças no meio envolvente, é fantástico, ir ao jardim, passear.</i></p> <p><i>No quotidiano, eu acho, a rotina familiar, porque não há rotinas só individuais, no crescimento e no desenvolvimento. O que é o eu e o outro? E o que é da interacção? E o que é do que eu vejo e do que eu sinto? E do</i></p>	Q, linhas 312 a 330

	<p><i>que eu represento mentalmente? É muito, fundamentalmente, do que eu vejo. Por exemplo, as teorias da vinculação não dizem só que formamos uma representação mental da imagem que temos com o pai e com a mãe. Criámos uma representação mental também da relação que a mãe tem com o pai e da relação que a mãe tem com a mãe dela. Portanto, estas representações não existem e é nestes primeiros 3 anos que as fazemos. E estas representações não existem no acolhimento residencial, não há hipóteses para fazermos a tal representação mental do que é uma família, do que são relações específicas, desde conjugais, de parentalidade. Não há isso e, portanto, nesse sentido, o acolhimento familiar promove ritmos que são ritmos associados às relações e às vivências familiares, que não há noutro contexto, que é, por exemplo: a hora de chegar a casa depois do emprego; as pessoas perceberem, é fundamental para mim, que saiam de manhã e vão trabalhar; os miúdos perceberem que as pessoas trabalham e e que voltam; por exemplo, as crianças perceberem que à noite se apaga a luz e que tudo dorme, que é uma coisa que me que me choca imenso no acolhimento residencial, os adultos não dormirem.”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“ Algumas rotinas, entenda. Obviamente, deixando espaço à brincadeira, à criatividade, aos gostos próprios de cada criança, não estou a defender aqui um regime de caserna, mas é indispensável que a criança se habitue a alguns rituais: tem que ver com a sua higiene pessoal, quando se levanta tomar banho, ou fazer a sua higiene pessoal, lavar os dentes; aprender a fazer as suas coisas; aprender as rotinas que têm a ver com o seu funcionamento básico como pessoa, os horários das refeições, os modos quando se está à mesa. Há um conjunto de aprendizagens que é preciso fazer, que não se está à mesa a ver televisão ou vídeos, coisas deste tipo que são aprendizagens que podem marcar tudo aquilo que é o seu futuro subsequente. Porque se a criança, pelo contrário, cresce num ambiente sem regras, onde cada um faz da maneira que lhe apetece, uma criança, com 2 ou 3 anos, pode já ter esses hábitos instalados. Portanto, é importante, na minha perspectiva, os hábitos ou a falta deles, porque a falta de hábitos também acaba por se tornar um hábito. É muito importante que a criança comece a confrontar-se com algumas rotinas e algumas regras que têm a ver com a sua organização pessoal, mais do que com o modo como</i></p>	<p>S, linhas 398 a 414</p>

Citações	<p><i>se relaciona.</i></p> <p><i>Tendencialmente, o CAT é mais promotor destas rotinas. Tendencialmente não quer dizer que não possa haver CAT's que não têm, ou adotam, um modelo de funcionamento que é distante destas rotinas, e não quer dizer que não haja famílias que não sejam elas próprias muito baseadas em rotinas, regras e hábitos muito marcados.”</i></p>	
	<p><i>“Enquanto num CAT as rotinas têm a ver com a organização CAT, numa família as rotinas são normalizadoras, mas têm que ver com as necessidades da criança. Por exemplo, eu não tenho que acordar uma criança para comer porque a educadora sai às 3h. Na família respeita-se mais a criança enquanto que, no CAT, isso é muito difícil.”</i></p>	U, linhas 247 a 250
<p>Grau de importância: pouco importante (n = 3) – 13,6%</p>		
Citações	<p><i>“Uma vida normal é importante para todos os meninos. Isso é que lhe dá uma estrutura, é securizante para que cresçam bem, sem que seja rígida demais: que não deixam passar fome nem sede, que lhe dêem colo quando chora, não no sentido normativo de comer às 7h da noite, irem todos à casa de banho. Isto é o risco dos CAT, estilo tropa.”</i></p>	F, linhas 190 a 193
	<p><i>“Penso que é mais fácil a normalização de rotinas no acolhimento institucional do que no familiar ,porque está tudo muito sistematizado, as rotinas ali nunca falham. Não quer dizer que numa família isso não possa acontecer, e também acontece, mas, mesmo a resposta que dei da sistematização ser mais fácil no institucional, não quer dizer que tenha menos qualidade no familiar.”</i></p>	N, linhas 226 a 230
	<p><i>“È importante, porque é uma coisa que eles não têm, que eu continuo a achar fundamental. Mas é o que eu dizia à bocado, a criança, com 1, 2 ou 3 anos, tem que ter muito colo, mas tem que ter também limites. Por exemplo: «vamos lavar os dentes» «não quero». Eu não lhe posso dar colo. Até posso dar 5m, para explicar. Mas vai lavar. Outra grande falha que leva à retirada das crianças é a falta de estrutura, não há limites ou, quando há, são muito rígidos ou inconsistentes. A criança, agora, fez uma coisa não lhe aconteceu nada. Daqui a bocado faz a mesma</i></p>	P, linhas 314 a 321

<p>Citações</p>	<p><i>coisa e acontece-lhe tudo. Têm que ter tudo muito bem estruturado. E claro, nos bebés, é muito importante. O que é que os pediatras nos dizem? «Não dá mama de 5 em 5 minutos», portanto, isto já é uma regra e uma normalização de rotinas. Ele chora e vai a correr, sempre que ele chora.</i></p> <p><i>Uma coisa é a criança perceber que se está triste vai ter um maminho, outra é a criança perceber que se deitar umas lágrimas tem tudo. Tem que haver uma estrutura. Acho que não há um contexto mais favorável que outro, acho que depende das pessoas que lá trabalham. Agora, também é difícil imaginar pessoas que trabalham no CAT e, assim que o bebé chora, vão a correr. Em casa faria a mesma coisa? Tinha disponibilidade para o fazer? Depende também dos temperamentos de cada um, tanto acontece num lado como no outro.”</i></p>	
<p>Não responderam (n = 5) – 22,7%</p>		<p>A, B, C, G, E</p>

Anexo AB

Dimensão: Intencionalidade educativa e planificação da intervenção com a criança		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 8) – 36,3%		
Citações	<p><i>“Claro que sim. Desde logo, qualquer destas crianças percebe rapidamente que está num jogo, percebe como é que interage neste jogo, percebe como faz e ganha este jogo e, portanto, o que nós não podemos é entregar o jogo. Devemos é orientar o jogo a favor do desenvolvimento correcto da criança e, portanto, ela tem que ser educada desde o início. Tem que ser envolvida no projecto educativo desde o inicio, sobretudo, por exemplo, naquele domínio que é muito difícil nestas situações (há muita, há uma certa benevolência) relativamente à criança muito marcada por um juízo da valorização do sofrimento que a criança já teve. Ora, nós, não podemos acrescentar a esse sofrimento outro sofrimento. E o sofrimento maior, aí, não é o que resulta de um “não” que se diz à criança, é o que resulta do que venha a ser o trajecto dela por causa de não se ter dito “não”, quando se tem que dizer. Portanto, compreender que o «não» é amor, é bem-querer. Agora, não pode ser um “não”, “não” porque é não. Tem que ser “não” com uma grande responsabilidade educativa e também não pode ser “não” exclusivamente por uma manifestação de amor, tem que ser um “não” técnico, é preciso perceber o que é que é «não», em que circunstâncias é que se diz «não» e como é que se diz «sim», em situações que se diz “sim”, como é que se cria contrapartidas, como é que se cria valorizações (...)”</i></p>	E, linhas 245 a 261
	<p><i>“Será mais conseguida num CAT do que numa família de acolhimento, porque as instituições, alguém que tenha o poder legalmente definido, tem que ter formação especializada nestas áreas. Tem que ter formação ao nível da educação e, aqui, que me perdoem todos os outros profissionais, não me parece que seja que... os médicos são</i></p>	G, linhas

Citações	<i>fundamentais, os enfermeiros são fundamentais, os assistentes sociais são fundamentais, mas quem lida com o todo, com a formação, quem vive a vida de construção da personalidade, todo o dia, são os profissionais, os técnicos, os educadores. Esses são os grandes responsáveis e, portanto, com muito trabalho de equipa, com todos os profissionais. Mas a grande responsabilidade é de quem está no trabalho directo com as crianças e, portanto, na formação destes profissionais. É fundamental que tenham formação especializada nesta área, porque os outros educadores, cá fora, não têm.”</i>	211 a 22
	<i>“Só em contexto de CAT. Eles estão integrados na escola/creche, o nosso governo acha que não, porque a intencionalidade educativa é só a partir dos 3 anos, não é? Mas acho que, como técnica de educação, a intencionalidade educativa deve surgir desde que nascemos e há um projecto de acordo com cada idade e necessidade, para se pôr em prática.”</i>	H, linhas 263 a 267
	<i>“É fundamental. É o que supostamente todos os pais devem fazer com os seus filhos. E quando os pais ou família de origem da criança não tem capacidade de o fazer, cabe-nos a nós, serviços, dar essa resposta. E isso cabe tanto ao acolhimento institucional como familiar. A parte do planeamento conseguir-se-á responder com maior qualidade no acolhimento familiar.”</i> ... <i>“Sou completamente defensora de haver um grau de especialização e haver mesmo este tipo de acolhimento especializado, chamem-lhe terapêutico ou profissional, chamem-lhe o que quiserem. “</i>	N, linhas 192 a 202 e 215 a 217
	<i>(não justificou)</i>	Q
	<i>“Aí, é aí que, muitas vezes, as instituições são uma mais valia em detrimento das famílias, tem a ver com os técnicos.”</i> <i>“Teoricamente, as instituições, os CAT , no caso, deveriam ser uma mais valia, quando se pretende intervenções</i>	R, linhas 253 a 254

	<p><i>especializadas e estamos a falar de situações mais especiais, porque a vertente terapêutica, aqui, (o que não quer dizer que não haja intencionalidade, é diferente), mas a vertente terapêutica, aqui, é relacional. É a partir da relação que a criança reorganiza o seu vivido. Então, há que dar indicações às pessoas que trabalham com as crianças e, enfim, organizar as rotinas, tudo, os contextos os espaços, etc, no sentido em que eles sejam, conforme o caso, securizantes, reorganizadores dos modos de relação que podem ser inadequados, estimuladores da linguagem, se for o caso. E isto pode ser feito quer no acolhimento familiar quer no acolhimento institucional.”</i></p>	e 259 a 278
Citações	<p><i>“Naturalmente, é por isso que, mais uma vez, eu lhe digo que as crianças devem entrar todas em CAT. A porta de entrada deverá ser, sempre, o CAT, porque é ali que você tem, concentrada, teoricamente, capacidade técnica suficiente para avaliar as situações todas. Se coloca uma criança numa família de acolhimento, dificilmente consegue ter a capacidade de avaliar tudo, de avaliar e promover. A família não tem essa capacidade, terá muitas capacidades de relacionamento, de estímulo, de se entregar à criança.”</i></p>	S, linhas 384 a 390
	<p><i>“Tem que haver sempre uma intervenção: no CAT com técnicos, na família em contexto familiar. É possível nos dois contextos, deve ser uma intervenção pensada. Se a família for boa, essa estimulação é maior na família, até porque toda a gente da família acaba por estimular a criança, até os miúdos que já lá vivem.</i></p> <p><i>Em relação aos CAT, de acordo com o que conheço, a estimulação é muito mais pobre, excepto a motora. A motora é ... os miúdos em CAT têm que se “desenrascar”, têm que lá chegar. È o único parâmetro de desenvolvimento, penso eu, dos meninos que conheci, será o de autonomia motora. Porque de resto, linguagem, desenvolvimento cognitivo, eu acho que fica muito mais aquém.”</i></p>	U, linhas 237 a 245
<p>Grau de importância: importante (n = 6) – 27,2%</p>		
	<p><i>“Estará sempre mais presente nos CAT, mas também não é por aí que é o problema. O problema é mais em termos das rupturas e das separações afectivas. Porque se a criança frequenta uma creche, se é uma creche boa, há sempre essa possibilidade em aberto, complementa a intencionalidade educativa e a planificação da intervenção.</i></p>	F, linhas

Citações	<p><i>O que me assusta são as mudanças de família em família, se bem que dos 0 aos 3 são muito pequeninos. Mas aos 3 anos já é uma situação muito dolorosa, são situações que nos partem o coração. As crianças aprendem muito com as famílias, independentemente do que aprendem nas creches ou com os seus pares. Nestas situações, é mais uma resposta às necessidades sócio educativas que a intencionalidade educativa.”</i></p>	179 a 189
	<p><i>“A família não tem tanto essa planificação, o CAT planifica mais. Por um lado, acho que isso é importante, mas, às vezes, planificamos demais, organizamos tudo; às vezes, as coisas também têm que se deixar ir e aí a família está mais à vontade, não é preciso planear tanto. Desde que a gente saiba e esteja por dentro das coisas, não é preciso planear muito. Eu já fui mais a favor da planificação, hoje não sou muito. E depois a frequência na creche já dá essa intencionalidade.”</i></p>	I, linhas 207 a 212
Citações	<p><i>“O planeamento? Eu não digo, por exemplo, que uma família de acolhimento (não preparada) esteja de facto preparada para fazer o respectivo planeamento, enquanto o CAT tem. Mas para isso é que é preciso apoiar. Eu não aceito famílias de acolhimento que não sejam apoiadas. Porque é que uma família de acolhimento de repente é uma superfamília, quando nós vemos que as famílias têm as suas limitações próprias da família? As famílias de acolhimento têm as mesmas com uma criança acolhida, essa família tem que ser apoiada. No sentido de poder construir... num CAT vai depender muito do tipo de intervenção desse próprio CAT: objectivos; planos para cada criança em função do seu desenvolvimento, em função da sua história, em função dos vários tipos da sua intervenção necessária para cada criança. Portanto, a intencionalidade que porventura pode ser mais profissional, mais científica, num CAT vai depender muito do tipo de intervenção que esse próprio CAT, ou que as outras equipa de intervenção, possam proporcionar a uma família de acolhimento.”</i></p>	J, linhas 268 a 281
	<p><i>“Esta intencionalidade é mais pensada na instituição. Na família de acolhimento, mesmo com uma equipa técnica de apoio, há mais espontaneidade.</i></p> <p><i>Na instituição terá que haver, é importante para a criança, deixe-me explicar porquê: estando a criança com uma</i></p>	

Citações	<p><i>família, a família, sempre que a criança está com ela, ou próxima, vai falando com ela, vai estimulando as diversas potencialidades que a criança tem, enquanto na instituição há rotinas muito mais pré-estabelecidas. Daí a necessidade de haver uma maior planificação, para haver, digamos assim, uma compensação dessas mesmas rotinas que não podem deixar de se fazer. Não sei se há estudos sobre isto, mas, provavelmente, numa família, o banho de uma criança é mais demorado do que na instituição. Mesmo que só tenhamos 14 crianças, na hora do banho são 14, enquanto numa família são menos. Mesmo que os cuidados, o empenhamento da família de acolhimento seja o mesmo dos profissionais que trabalham num CAT, há limitações por parte dos profissionais que não podem ser superadas.</i></p> <p><i>Nas instituições é muito importante, não deverá é ser apenas dirigida para os aspectos cognitivos, mas para todos os aspectos do desenvolvimento da criança.”</i></p>	O, linhas de 213 a 228
	<p><i>“Acho que é importante pensar-se e, para famílias de acolhimento que têm um suporte ao nível dos educadores de infância, ou outros técnicos, este planeamento de intervenção com as famílias é garantida. A questão dos técnicos é sempre uma mais valia como suporte à intervenção. Até porque só vi um investigador a propósito dos lares profissionais, onde temos que ter famílias de acolhimento muito mais habilitadas do ponto de vista técnico. E ele dizia «tudo isto é importante, mas o mais importante é a relação afectiva». Podemos ter uma família tecnicamente muito boa, mas se falharem os outros aspectos, os resultados não são os desejáveis. Acho que há aspectos que podem ser complementados com suporte técnico que as instituições de enquadramento devem garantir.”</i></p>	T, linhas 235 a 244
	<p><i>“Parece-me que não é tão importante esta planificação para bebés, quanto é a criação de rotinas e estabilidade. Se calhar, para crianças a partir dos 3 anos, é muito mais importante esta questão da planificação com intencionalidade, saber e programar que actividades vamos fazer para estimular que competências. Para os mais pequenos, o mais importante é a questão da relação, da vinculação e das rotinas, que um dia aconteça mais ou menos da maneira que acontece o dia seguinte e com as mesmas pessoas.”</i></p>	X, linhas 245 a 251

Grau de importância: pouco importante (n = 4) – 18,1%		
Citações	<p><i>“È um factor que considero muito importante, mas tanto num lado como noutro. Pronto, acho que o essencial far-se-á num lado e noutro.”</i></p>	D, linhas 245 a 246
	<p><i>“Avaliação criteriosa e perceber onde intervir, aí, acho que não deverá ser feito especificamente com estas crianças, mas devia ser feito com todas.”</i></p>	L, linhas 247 a 247
	<p><i>Como estou a admitir um acolhimento temporário, que é mesmo muito temporário, essa questão só se justifica com crianças com necessidades específicas. Eu acho que também não se pode distinguir muito estas crianças das outras crianças.</i></p> <p>...</p> <p><i>“(…) quem está com ela já deve ter competência (não competência profissional) para dar à criança aquilo que a família não deu. É a tal relação e planificar, isto eu faço quando estou a fazer terapia familiar. Daí a situação dos casos especiais, porque as pessoas não sabem lidar com isto. Se uma criança tem uma paralisia logo de bebé, há movimentos, estimulações que se devem ir fazendo, aí sim, planificar porque é específica. Aquilo que as crianças deveriam ter é o que teriam na família e nós não andamos a planificar com os pais quando as crianças nascem.</i></p>	P, linhas 196 a 199 e 306 a 313
	<p><i>È importante, mas não penso que marcará a diferença, porque as crianças têm capacidades de poder recuperar e aprender, se estiverem em contexto que não propicie tanto a estimulação. Mas não me parece muito importante, nesta idade, pensar nisso. Num contexto e noutro não me parece haver grande diferença.</i></p>	V, linhas 208 a 211
Não responderam (n = 4) – 18,1%		A, B, C, M

Anexo AC

Dimensão: O estabelecimento de relações com pares		Sujeitos
Grau de importância: muito importante (n = 6) – 27,2%		
Citações	<i>“Haver outras crianças é muito importante para se relacionarem.”</i>	F, linha 157
	<i>“Acho que é muito importante e os contextos institucionais favorecem de uma forma diferente, até porque envolvem muito mais crianças e estas possibilidades de interação podem não ser, podemos definir o que é uma interação. A questão é o que é uma interação. Mas, pelo menos, o contactar com o outro, o brincar com o outro. Penso que o facto da criança, em casa, se um irmão mais velho tiver um brinquedo e lho for tirar, o mais velho é capaz de se resignar e não fazer grande confusão. Se for uma criança da mesma idade ,vai reagir como ele. E o que é que a criança vai aprender? É a resolver esses problemas. Não sou eu, adulto. Eu vou ajudar a ele perceber e a moderar estes comportamentos e eles têm que aprender por eles. Tem que passar por eles.”</i>	G linhas 128 a 137
	<i>“É muito importante para estes meninos e para quaisquer outros. Faz parte da vida do ser humano, é um ser social. Não sei se os dois contextos permitem este estabelecimento de relações, mas que devem permitir, devem.”</i>	H, linhas 246 a 248
	<i>“Extremamente importante, porque a criança dos 0 aos 3 anos é uma criança egocêntrica, do ponto de vista do desenvolvimento (...)”</i>	L, linha 286 a 287
	<i>“É essencial. É tanto mais essencial, quanto sabemos que isso é muito promotor do desenvolvimento, não é por acaso. Eu, em famílias numerosas, os miúdos são muito mais (desculpe a expressão) “desenrascados”. Porquê? Porque vão aprendendo com o exemplo dos outros, vão aprendendo a respeitar cedências, vão aprendendo uma série de regras (mais uma vez cá está), mas vão aprendendo.”</i>	S, linhas 305 a 309
	<i>“As relações com pares são essenciais, mas também aqui falamos de relações de qualidade.”</i>	T, linhas 214 a 215

Grau de importância: importante (n = 7) – 31,8%		
Citações	<i>“É importante para todos os meninos, obviamente que sim. Numa instituição, automaticamente, eles têm relações com pares, se tiverem crianças da mesma idade. Resta saber se esse desenvolvimento se desenvolve no contexto mais adequado. Uma família de acolhimento que desenvolva bem o seu papel, há com certeza a preocupação com essa socialização.”</i>	A, linhas 115 a 119
	<i>“Acabará por acontecer nas saídas ao jardim, nos «eventozinhos» que eles têm, no brincar. No CAT, têm mais esse contacto e isso também é muito estimulante(..)”</i>	D, linhas 221 a 222
	<i>“Sim, faz sentido. No CAT, a relação com pares funciona como nas famílias, como com os irmãos. É, no fundo, uma reconstituição da partilha. Sabemos que os bebés são sensíveis aos bebés. Toda a literatura que há sobre gémeos mostra isso bem. Os bebés respondem de uma forma sensível àquilo que os bebés da sua idade querem, crianças ainda pequenas. Entre uma criança e um adulto a preferência vai, muitas vezes, para a criança. Portanto, onde quer que seja que haja oportunidade de uma partilha, de uma inter-relação, com crianças, nomeadamente com bebés, eu acho que faz sentido, quer dizer, é coerente com aquilo que nós pensamos serem as expectativas dos bebés.”</i>	J, linhas 265 a 263
	<i>“É importante o relacionamento com pares, mas isso também é ultrapassado. Só tenho um filho, ele está na creche e relaciona-se com os pares.”</i>	M, linhas 217 a 218
	<i>“Estes miúdos, estas relações, mesmo que tenham irmãos, estas relações já estão muito fragilizadas, porque o contexto familiar já era desorganizador. Por outro lado, estas famílias têm já integrações comunitárias que não são muito favoráveis, portanto, as relações de pares destes pequeninos, ou não existem, muitas vezes porque estão confinados à família, ou quando existem, também não são construtivas. Então aí, quer o CAT, quer a família de acolhimento, deveriam, efectivamente, permitir essa interacção com os pares.”</i>	P, linhas 264 a 270
	<i>(não justificou)</i>	Q
	<i>“É importante, mas eu acho que uma criança dos 0 aos 3... a partir dos 2 anos ,sim, e aos 3 começa a ter essa</i>	

	<i>necessidade de socialização, mas quando são muito pequeninos não consegue ainda, os mais velhos, sim. Os mais pequenos observam, acham graça, mas não interagem. Brincam ao lado, não brincam com, parece-me que não é um factor determinante.”</i>	X, linhas 213 a 217
Grau de importância: pouco importante (n = 5) - 22,7%		
Citações	<i>“Há o aspecto dos outros meninos que estão também em CAT, mas também as crianças são encaminhadas para creche, nos CAT e, provavelmente, em famílias de acolhimento. Também passam por viver os dias com os outros e isso não é muito importante.”</i>	I, linhas 180 a 182
	<i>“Nestas idades, não acho muito importante. A partir dos 2 e meio começa a ser, de alguma forma, importante os miúdos terem contacto com outros, mas até aí não.”</i>	N, linhas 180 a 181
	<i>“Não acho tão relevante quanto será a partir dos 3 anos. É um factor a considerar, mas não decisivo no acolhimento. Para mim, decisivos são os adultos, ou as crianças mais velhas, bastante mais velhas. Mais do que com pares.”</i>	R, linhas 215 a 217
	<i>“Para estas crianças não acho muito importante.”</i>	U, linha 223
	<i>“Nestas idades não é tão importante. As crianças destas idades já interagem e é essencial que o façam, mas para uma decisão não acho importante. Penso que, na família de acolhimento, este contacto é mais diversificado, o primo, amigos, hoje passa férias com um ou outro, amanhã há um pic-nic, os aniversários de amigos. No CAT, são aqueles, os utentes. Muitas vezes também há uma entrada e saída, é variável o número de utentes e, às vezes, as relações não são tão seguras no CAT.”</i>	V, linhas 185 a 190
Não responderam (n = 4) – 18,1%		B, C, E, O

Anexos - 4ª Pergunta

Anexo AD

Anexo AE

Anexo AF

Anexo AD

Categoria: Políticas de acolhimento		Sujeitos
Subcategoria: tradição histórica do acolhimento em Portugal (n = 18) - 82%		
Citações	<i>“(...) não há a cultura do acolhimento familiar. A evolução histórica do sistema de protecção tem apostado, sempre, nas instituições. Falta de vontade política numa aposta, efectiva, na medida de acolhimento familiar. Se olharmos, nos últimos 20 anos, a aposta tem sido na adopção e nas instituições.”</i>	A, linhas 186 a 189
	<i>“Quem está disponível para família de acolhimento? Isso também é importante. Nós criticamos, mas não houve uma cultura, junto da sociedade, para que ela própria se abrisse a uma cultura de acolhimento familiar; não se “vendeu” essa ideia.”</i>	B, linhas 294 a 296
	<i>“Eu só posso falar com a intuição, não posso ter uma resposta do conhecimento. Não posso ter uma resposta - como é que vocês gostam de dizer? - uma resposta do domínio cognitivo. Eu quero ter uma resposta benigna e para ter uma resposta benigna, eu diria que, no fundo, o que nós temos aqui são duas coisas: em 1º lugar a tradição do acolhimento institucional mais que do familiar e uma segurança, maior, na decisão a favor do acolhimento institucional do que do acolhimento familiar, (...)”</i>	E, linhas 419 a 424
	<i>“Falta de disponibilidade para ser família de acolhimento. Há alguns anos atrás, tinha maior conhecimento sobre a matéria e, já na altura, a segurança social dizia que havia dificuldade em angariar famílias de acolhimento. As que havia tinham baixos rendimentos. Acho que está a mudar o perfil das famílias de acolhimento, que não sejam aqueles que vivem do RSI e não precisem de acolher uma criança para sobreviver”</i>	F, linhas 217 a 221
	<i>“A legislação, hierarquização e burocratização leva ao menor número de famílias.”</i>	G, linhas 286
	<i>“Não existem famílias disponíveis para acolhimento, deve ser uma das razões, penso eu.”</i>	H, linha 296

Citações	<p><i>“Resulta de um critério mais facilitador, mais simplista. Acho que há uma cultura institucional, sobretudo nesta matéria.</i></p> <p><i>Há organização? Há planeamento? Há trabalho? Há colaboração? As famílias existem? Estão a ser trabalhadas? Portanto, há uma cultura que, no fundo, responde de uma forma mais rápida, mais directa a uma necessidade.”</i></p>	J, linhas 345 a 349
	<p><i>“Julgo, também, que simultaneamente não se tem investido nesta cultura. Será isso ou será outras razões? O meu querido amigo,, inclui outras razões, e funciona. O confronto entre as famílias de acolhimento e as famílias de adopção, as dificuldades, as limitações, os entraves; o ferro na dobradiça, pode haver... agora, não há dúvida, por último eu diria, o que exige é uma reformulação radical da postura, da atitude (...).”</i></p>	e linhas 258 a 263
	<p><i>“Falta de famílias, sem dúvida. Falta de famílias preparadas e uma grande irresponsabilidade. Falta de apoio.”</i></p> <p><i>“Não há selecção, não há preparação, as famílias sentem que não há condições em termos monetários.”</i></p>	L, linhas 431 a 432 e 443 a 444
	<p><i>“Neste momento, não tenho dúvidas que o CAT é a melhor solução. Embora também não tenha duvidas que a família de acolhimento, conceptualmente, é o melhor. Agora, depende das famílias de acolhimento que se querem e como se vai fazer. Se não tiverem supervisão, se não tiverem formação, não vale a pena. Porque no CAT, pelo menos, há um maior escrutínio.”</i></p>	M, linhas 381 a 385
	<p><i>“Eu penso que tem a ver com o próprio acolhimento familiar não estar estruturado ou sistematizado. Ainda não se fez muito em relação ao passado, negativo, do acolhimento familiar no nosso país. E os próprios técnicos que trabalham no terreno não sabem muito bem o que fazer com esta resposta.”</i></p>	N, linhas 287 a 290
	<p><i>“Não faço ideia, uma pessoa que necessita de decidir, onde se baseia. Não faço mesmo ideia. Mas assim, à partida,</i></p>	O, linhas

Citações	<p><i>as pessoas que decidem pensam «mas onde é que vou pôr esta criança? Onde é mais fácil e mais imediato, uma família de acolhimento?» Não sei se esses números revelam que não há famílias que se disponibilizam e, provavelmente, não haverá muitas em Portugal. Nós não temos uma cultura de solidariedade muito forte. “</i></p>	273 a 278
	<p><i>“Provavelmente, as pessoas também não sabem. Por exemplo eu, se eu quisesse ser família de acolhimento, não sei se saberia onde me dirigir e depois, se calhar, as pessoas também pensam: «é tanta burocracia, depois vão lá ver a minha casa não sei quantas vezes e vão ver se tenho não sei o quê, não sei o quê e às tantas não passo»”</i></p>	e 284 a 288
	<p><i>“Falta de confiança nas famílias, má imagem, não há avaliação, regulamentação, base de dados.”</i></p>	P, linhas 365 a 366
	<p><i>“Eu acho que são razões sócio políticas. E é assim, o acolhimento familiar nasceu em Portugal de uma forma pouco controlada e, portanto, a resposta não funcionou. Porque não foi bem montada, nem bem controlada e, portanto, depois criou-se a fobia ao acolhimento familiar. Há uma imagem má, a comunicação social, na altura, também não tinha mais nada por onde pegar, porque as instituições estavam fechadas.”</i></p>	Q, linhas 431 a 435
	<p><i>“ (...) também um dos temas que me agrada, que eu acho que é uma questão ideológico política. Há-de ter muito a ver com fascismo e com os regimes políticos que tivemos. Um regime paternalista, do antes 25 de Abril, em que o Estado, para todos os efeitos, era paternalista, portanto, há as grandes instituições que acolhem. São, no fundo, os regimes mais extremistas do ponto de vista ideológico.”</i></p>	e 443 a 447
<p><i>“Justifica a história, a política e as políticas que têm vindo a ser seguidas. A história no sentido que o acolhimento institucional, em Portugal, é muito mais expressivo. Sempre foi e isto, enfim, não é só negativo. Culturalmente, o acolhimento institucional foi um recurso muito usado.</i></p>		

Citações	<p><i>Politicamente, eu não sei se teve investimento. Teria alguma dificuldade em dizer que teve um investimento. Recentemente, se estivermos a falar em CAT, sim, teve um investimento. Estou a pensar no IDS, na altura, de facto, teve um investimento.</i></p> <p><i>Da década de 90 para cá, as instituições, os CAT, e não as outras, tiveram um investimento grande. Tradicionalmente, eu acho que o sector da protecção, os recursos da protecção, não tiveram. Foram áreas negligenciadas. Nem sequer... pensando numa história, mais a médio e longo prazo, julgo que não é o investimento, é a cultura mesmo. Os recursos existentes são as representações dominantes, era o paradigma dominante da institucionalização (dos deficientes, dos doentes psiquiátricos, dos órfãos, dos presos). Embora haja um conjunto de medidas conducentes a flexibilizar essa solução, mas digamos que foi a solução que vigorou durante séculos. E, portanto, em Portugal ainda está muito presente e esta é uma das razões .”</i></p>	R, linhas 359 a 375
	<p><i>“Depois a nível político, quando, de facto, começou a haver investimento, não foi nos acolhimentos, não foi, o que se compreende, até certa medida. Primeiro tínhamos um modelo muito monomodal, era a única resposta existente, era o acolhimento, o que procuraram foi qualificar o que existia o que faz algum sentido. Antes de criarmos coisas novas, vamos tentar que as que temos sejam melhores e funcionem melhor. Isso traduziu-se num não investimento no acolhimento familiar e temos muito pouco. Na lógica de um sistema que se baseia na oferta, temos muito poucas famílias de acolhimento. Temos famílias de acolhimento que funcionavam como recurso, mais ou menos informal, do sistema, com pouca regulação e que nem sempre correu bem. Não é que o acolhimento institucional tenha corrido sempre bem, mas isto assustou um pouco as pessoas e preferiram não.”</i></p>	a 380 a 390
	<p><i>“Penso que, aqui, estamos a falar de um universo que não terá sido totalmente abrangido, por exemplo, as crianças com tutelas, não foram. E o acolhimento familiar estava trabalhado de uma forma genérica e com algumas</i></p>	T, linhas 288 a 284

	<p><i>fragilidades e o número reduziu. Depois, também houve um número crescente de aumento de CAT, mas penso que tem a ver com o universo abrangido, as das tutelas e as que estão fora do PII. A questão das famílias com e sem laços familiares, também ainda não se punha nesta fase (2007). Dos 0 aos 3 pode também não se colocar a questão das tutelas. “</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“O acolhimento familiar em Portugal foi sempre o parente pobre.”</i></p> <p><i>“Não se fazem campanhas como deve ser, é irrisório o montante que se paga. Para se acolher bem, uma criança dos 0 aos 3, se calhar, aquele montante é muito baixo. Ou poderiam ter benefícios fiscais, outros para facilitar. É que para acolher, não se acolhe por dinheiro, é um acto de solidariedade. A sociedade civil, quanto a mim, a chegar-se à frente, mas isso não é estarmos a sobrecarregar as pessoas, porque posso ter muito boa vontade, mas tenho que pesar as coisas. Isto não é uma adopção e, aí, acho que também tínhamos que criar incentivos e especialmente em termos de formação e prestígio social desta resposta. Porque se formos para uma boa selecção, uma boa formação, um bom acompanhamento, as pessoas também percebem que está aqui uma seriedade de trabalho.”</i></p>	<p>U, linha 268</p> <p>e 278 a 287</p>
	<p><i>“Em primeiro lugar, é mesmo a ausência de famílias de acolhimento de qualidade. Até aqui, as famílias eram captadas na comunidade, até próximas, e na mesma situação sócio familiar da criança. E, para os técnicos, não se lhe oferecia propor a medida de acolhimento familiar nestas condições. Ou não conheciam bem a família ou era uma família próxima. Acho que tem mesmo a ver com a tradição, da forma de recrutar e seleccionar as famílias de acolhimento.</i></p> <p><i>Depois, isso leva a que não esteja instaurada uma cultura de acolhimento familiar, uma medida que não é muito divulgada e, muitas vezes, acaba por ser aplicada a medida de acolhimento institucional, porque é aquela que se conhece.</i></p>	<p>V, linhas 251 a 259</p>
	<p><i>“ (...) tem a ver com a tradição da criação de respostas de acolhimento que não é no nosso país, não tem sido até</i></p>	<p>X, linhas</p>

	<i>aqui ,no acolhimento familiar. A grande aposta tem sido no acolhimento institucional, portanto, há muito mais vagas para crianças em CAT do que em família de acolhimento.”</i>	299 a 302
	<i>“Infelizmente, não é uma realidade muito abordada entre nós (...)”</i>	e 356
Subcategoria: Facilidade de acesso aos contextos de acolhimento familiar e de CAT (n = 11) - 50%		
Citações	<i>“ (...) não existem famílias de acolhimento. Logo, colocam-se em instituições. Mas, ao colocar-se em instituição, está a reforçar-se o circuito e está-se a impedir que existam famílias de acolhimento. Esta inércia que se cria é um ciclo vicioso que leva ao reforço da situação actual, que só pode ser interrompida com uma vontade de mudança”</i>	A, linhas 191 a 195
	<i>“Mas a questão, o grande problema das famílias de acolhimento, ainda actual, é que há muito poucas crianças em famílias de acolhimento, porque há muito poucas famílias de acolhimento. Lembro-me que, aqui, contávamos pelos dedos das mãos, portanto, como é que este número se justifica? Uma questão, tão simples como esta: pergunta-se à segurança social, qual a disponibilidade de acolhimento para esta criança? Só instituição, não há famílias de acolhimento. E, por isso, esta resposta justifica os números de forma clara. Não sei se esta regulamentação vem alterar a situação, agora a ideia é diferente da que existia.”</i>	C, linhas 173 a 180
	<i>“ (...) quem está a decidir nem se lembra que existem famílias de acolhimento. Não, porque foi algo que desapareceu na prática judiciária. Desapareceu como realidade, é algo que não é um recurso que venha à cabeça quando se está a decidir.”</i>	e 191 a 194
	<i>“ (...) nós não temos, a nível local ,noção do número de famílias que existem, por isso, o nosso pensamento vai todo para CAT.”</i>	D, linhas 271 a 272
	<i>“Enquanto elemento da CPCJ, em 3 anos, nunca decretámos uma medida de acolhimento familiar. Como funcionamos por necessidade e emergência, a maior abertura é sempre dos CAT, porque nos permite tomar a medida no tempo mais curto. Tem a ver com a estrutura que temos, não existe um pacote de famílias disponíveis.”</i>	H, linhas 298 a 301

Citações	<p><i>“O CAT está mais divulgado, até pelos próprios serviços. Eu tenho uma listagem de CAT, a nível nacional, e desconheço... há dias, dizia-me uma pessoa do CDistrital, que na área de Santarém havia agora uma família de acolhimento e uma lista tremenda de crianças para ir para lá. Logo, quando estou a decidir, não decido família de acolhimento. Não tenho e esqueço-me que existe. A ausência de famílias de acolhimento faz com que as crianças vão para CAT, quer nesta ou noutra idade. “</i></p>	I, linhas 237 a 242
	<p><i>“Temos uma necessidade, temos que resolver. «Uma criança está na água em risco de se afogar, é preciso tirá-la. É com o mais fácil, se for um ramo é com um ramo que se retira.» Ao passo que usar outra estratégia exige um leque de realidades e complementaridades que é preciso saber olhar para a direita, para a esquerda, em frente e dizer o que é melhor para esta criança. Ali está à mão. Tem que se tirar do perigo. Não quero dizer que seja a situação mais fácil, mas é a solução menos complexa.”</i></p>	J, linhas 349 a 355
	<p><i>“O CAT está mais próximo. As famílias não há, talvez, em quantidade nem em qualidade, ou as duas, é a minha suspeição. Acho que toda a gente tem consciência que é melhor colocar uma criança pequenina numa família de acolhimento, se o meio for adequado. E do conhecimento que tenho de pessoas da área e que temos feito trabalho conjunto, até do CDist de Lisboa, e uma das coisas que ela dizia era é que, de facto, não há famílias, nem boas nem más, em Lisboa não há. “</i></p>	L, linhas 437 a 432
	<p><i>“ (...) é um sistema que assenta, não na procura, mas na oferta . E a oferta é de acolhimento institucional e é o que é. Quando os técnicos têm que colocar crianças, até agora, e agora ainda na maior parte das vezes, eles não podem pensar o que é que mais satisfaz esta criança, o que dizem é: o que é que nós temos para lhe oferecer, o que existe. Na zona de Lisboa é uma zona com pouca tradição. No norte, como sabe, sempre teve uma tradição de famílias de acolhimento, muito maior, apesar do acolhimento institucional. E que foi funcionando com as suas fragilidades, mas que foi funcionando.”</i></p>	R, linhas 375 a 379 e 390 a 393
	<p><i>“Eu diria provavelmente, nesse caso de 2007, a acessibilidade. Eu não sei. Seria preciso olhar e nós estamos</i></p>	S, linhas

Citações	<i>perante uma situação muito atípica, ou seja, porque as famílias de acolhimento tiveram, nos últimos anos, uma alteração muito grande da sua configuração. Porque, em 2008, fomos fazendo aquele apuramento, retirando família de acolhimento quem era familiar e, portanto, nessa altura, já havia algum trabalho e não temos, portanto, um histórico suficiente que nos permita e depois, para trás, não tínhamos dados suficientemente consolidados para poder avaliar isto como tendência. Portanto, eu admito que possa haver aqui, como há muito tempo não se faz campanha de sensibilização para famílias de acolhimento, possa haver aqui a questão da acessibilidade e isso é uma questão central nesse tipo de opções.”</i>	463 a 472
	<i>“O número de recursos pode ser diferente e, também, o de família de acolhimento não aumentou. Acho que, especialmente, por isso.”</i>	T, linhas 295 a 296
	<i>“A outra razão é que ainda não há famílias seleccionadas, ou não há tantas quantas precisaríamos.”</i>	X, linhas 302 a 303
Subcategoria: Definição de políticas futuras (n = 14) - 64%		
Citações	<i>“ (...) olhamos à nossa volta e vimos vários países onde isso está a acontecer e nós não somos, com certeza, excepção. Só depende da vontade efectiva de mudança, de certeza que podemos caminhar no sentido da desinstitucionalização. Não faz sentido falar em desinstitucionalização sem um acolhimento familiar forte.”</i>	A, linhas 196 a 200
	<i>“É preciso um casamento entre magistrados e Director Distrital da Segurança Social.”</i> <i>“E também é preciso que a segurança social também tenha alguma iniciativa junto dos magistrados, que estão mais abertos, para negociar melhor os assuntos.”</i> <i>“Não pensamos nem na criança nem na equipa, no trabalho da equipa. Enquanto trabalharmos individualmente no nosso ministério e o outro no outro ministério, nunca mais saímos disto. Percebemos, hoje, que não é assim que se trabalha.”</i>	B, linhas 375 a 376, 395 a 396 e 409 a 412

Citações	<p><i>“A nova lei pode ser salto para a qualidade, a definição rigorosa dos papéis da família de acolhimento. Não se misturem as coisas e as pessoas saibam até que ponto deve ir a sua actuação.”</i></p>	<p>D, linhas 289 a 291</p>
	<p><i>“ (...) é muito interessante que um trabalho desses, no sentido de estudar a razão da desconformidade grande dos números de acolhimento em instituição e em família, e aí seria muito interessante alargar o leque e não ficar nos 0 aos 3, mas ver todos os casos. E isso era muito interessante. Para ver, por exemplo, se os números começam a mudar à medida que mudam as faixas etárias e então isso dava-nos outra leitura possível. Assim, para lá da fundamentação de cada decisão é muito difícil podemos intuir isso. É mais tradicional, é mais segura, é mais controlável o modo como a instituição acompanha e como a família acompanha. “</i></p>	<p>E, linhas de 242 a 249</p>
	<p><i>“ Mas ainda estamos, muito, no atribuir culpas. Porque os juristas dizem que os técnicos retêm as informações, muito tempo, fazem relatórios muito extensos e complicados, que vão impossibilitar o juiz de tomar a decisão em tempo útil. O que, provavelmente, poderá ter a sua razão. Por sua vez, os técnicos queixam-se que os juízes demoram muito com os processos e estão sempre a favor dos pais, não ouvem os técnicos. Eu apostaria mais, não na procura de culpas, mas tentar resolver o processo de uma forma mais rápida. Temos a vida de uma criança nas mãos, devíamos conjugar esforços e claro que o técnico não percebe da área jurídica e o juiz percebe. Mas se, cada vez mais, trabalharmos em equipa e centrados na criança e nas suas reais necessidades, não ficamos nas culpas.”</i></p>	<p>H, linhas 113 a 121</p>
	<p><i>“Acho que deviam ser especializadas por idades e para várias ocorrências. Ainda temos muito que andar.”</i></p>	<p>I, linhas 258 a 259</p>
	<p><i>“ (...) exige uma reformulação radical da postura, da atitude.”</i></p> <p><i>“È preciso alguém fazer isto e com propostas tão concretas ... com uma base científica, com uma base pensada, com vários profissionais, de várias formações, tem que se fazer isto e depois concretizar. É uma aventura imensa, para quem era ignorante na matéria. Foi uma aventura imensa. O trabalho demorou 3 anos, demoramos muito, mas é</i></p>	<p>J, linhas 262 a 263 e 366 a 371</p>

	<p><i>preciso fazer isso, é preciso reequacionar e muitas das coisas, eu gostaria, ainda, de um dia, aprender a realizar.”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“ (...) para conseguirmos 5 famílias temos que ter 100 interessadas. Dessas 100 ficam 20. Há 20 que têm condições para, dessas 20 acabamos por ficar com 5, porque outras desistem.</i></p> <p><i>Nestas idades poderá ser mais fácil, mas em Portugal, acho eu, vai ser a parte mais delicada do processo. Especialmente para crianças desta idade, porque temos uma lista muito grande de candidatos a adopção, pode haver pessoas que vejam isto como uma forma para...</i></p> <p><i>E outra coisa, eu penso que, também a legislação, não concordo com o que lá está, acho que vai ser factor de desmobilização de famílias interessadas no acolhimento profissional. Refere-se uma actividade a tempo inteiro. Se nós virmos a nossa realidade, quantas famílias é que conhecemos que consigam estar a tempo inteiro a fazer? E, depois outra coisa, a pessoa está a prestar um serviço à comunidade e ainda tem que se colectar nas finanças por isso? Ainda tem que passar a ter despesas? Acho que devia ser ao contrário, deveria ter benefícios fiscais, pelo facto de estar a prestar um serviço. Acho que deviam ser dadas melhores condições e a questão da autonomia financeira é fundamental. O acolhimento familiar não é mais uma forma de subsídio. Nós sabemos que para se criar uma resposta com condições de qualidade o que se recebe de subsídio não é suficiente. É que aumentam os encargos da família.”</i></p>	<p>N, linhas 399 a 305</p> <p>e 316 a 326</p>
	<p><i>“São de facto, as políticas, ... do neo-liberalismo, em que o estado se demite e diz: é a família que tem responsabilidades. Isto é muito interessante e uma perspectiva muito individualista, a família que tome conta. Em Portugal, este movimento chegou, mais ou menos, com este governo. Acho que começou com o anterior, mas altamente seguido por este. O facto é que eles, ideologicamente, mudaram a vareta, mas não deram condições económicas para... ;hoje em dia, defendemos muito a família, a intervenção na família, as famílias de acolhimento, etc, portanto, a responsabilidade civil, comunitária, familiar, mas não damos condições de intervenção. O nosso</i></p>	<p>Q, linhas 453 a 468</p>

	<p><i>problema é esse, é que estamos a desinstitucionalizar, mas não estamos a investir. O que Inglaterra fez, em determinado período, e depois pôs em causa e que Espanha fez, o Aznar desinstitucionalizou, mas deu condições à comunidade para se manter. Acho que é ideológico, tem a ver com a nossa história, estamos a falar do acolhimento familiar, tem a ver com os regimes. Acho que estamos numa fase de viragem para o acolhimento familiar, de novo, com esta ideia de que a comunidade é responsável. Porque o acolhimento familiar é muito mais comunitário do que se pensa.”</i></p>	
<p>Citações</p>	<p><i>“O Estado tem uma facilidade maior do ponto de vista institucional, o Estado é que promove por natureza, portanto, funciona melhor do ponto de vista institucional. Isso compreende-se, como disse por razões históricas e políticas. Nestes últimos anos, temos vindo a assistir a uma tentativa, ainda que muito ligeira, de diversificar as respostas existentes. Começou, no caso do acolhimento familiar, é mais legislativa que outra coisa, mas a lei geralmente anda sempre à frente e, portanto, espera-se que venha a melhorar. E há casos, experiências já de algum investimento, ao nível do acolhimento familiar. E eu julgo que se mudar alguma vez, se se inflectir, vai levar décadas até nós termos famílias de acolhimento, com as contrapartidas que se dão.”</i></p>	<p>R, linhas 399 a 408</p>
	<p><i>Claro que sim, mesmo nas famílias de acolhimento é preciso que as entendamos de uma outra forma diferente da que entendemos ao longo de décadas. É uma questão nossa, que temos que seleccioná-las e escolhê-las, e das próprias famílias, da forma como entendem o seu papel. Uma família de acolhimento não se pode entender na perspectiva de que vou inscrever-me para família de acolhimento para ver se arranjo alguém para me fazer companhia, ou apenas para ganhar algum dinheiro adicional. A pessoa está em casa e encontra uma forma de ir buscar ali 300€. Não pode ser esta a motivação central para ser família de acolhimento. Temos que ter alguns cuidados, não queremos famílias adoptivas, não estamos a escolher pessoas para adoptar, estamos a escolher pessoas para prestar um serviço e é preciso saber se de facto, para a prestação daquele serviço, aquela família reúne as condições para o fazer. Que tenha um funcionamento de família normal, sobre a qual não haja nenhuma</i></p>	<p>S, linhas 496 a 503</p>

Citações	<i>suspeita de comportamentos domésticos gravosos para as crianças”</i>	
	<i>“Por isso, a selecção destas famílias tem que ser muitíssimo rigorosa, porque muita das famílias que nos aparecem, tomaríamos que não aparecessem. Nem todas vêm numa postura de solidariedade, estamos aqui para fazer o bem.”</i>	U, linhas 294 a 296
	<i>“ (...) tem a ver com esta falta de conhecimento mais aprofundado, é preciso haver estudos e referencias mais concretos, contributos para reflexão, para sabermos o caminho certo, mais investigação para sabermos vantagens e desvantagens. Porque se o técnico estiver esclarecido, se souber que há alguma entidade que o possa esclarecer, ficará mais dotado de conhecimentos para poder tomar uma atitude mais acertada. Porque passa pela mentalidade, ideias feitas. Porque uma pessoa que está na liderança de determinada entidade ou CPCJ, no seu tempo, quando estudou, a realidade era assim e agora continua. Não é só na medicina que as coisas mudam, nas ciências sociais também. Acho que realmente é preciso estudar, utilizar tempo com reflexões para podermos tomar decisões mais esclarecidas e certas para a criança.”</i>	V, linhas 267 a 277
	<i>“A nossa expectativa é que, agora, com o lançamento de uma grande campanha de captação de candidatos que vai ser feita ainda este ano, com selecção muito criteriosa, e com o acompanhamento que vai ser feito, eventualmente com esta tendência e esta questão das (des)vantagens do acolhimento familiar para o bebé, que começa agora a surgir, eventualmente, as tomadas de decisões e propostas, até dos próprios técnicos, poderá vir ,agora, a falar-se do assunto. Por outro lado, começa-se a tomar mais confiança, espero eu, nas famílias de acolhimento, que vamos passar a ter. Porque começam, agora, a ser seleccionadas de uma maneira que até aqui não eram, nem seleccionadas, nem acompanhadas. Portanto, a partir do momento que esta inversão de tendência passe a acontecer, penso que esta disparidade também tenderá a inverter-se.”</i>	X, linhas 311 a320
<i>“É a definição do papel, mas a forma que temos de fazer isso, que as pessoas interiorizem esse papel, provavelmente vai ter que ser pela via da formação com várias estratégias de relacionamento. Vão estar a ser formados em</i>	e 338 a 340	

	<p><i>exercício ou pré-exercício.”</i></p> <p><i>Vamos começar a falar (acolhimento familiar para a faixa etária dos 0 aos 3 anos) e enquanto técnicos o que temos que fazer é demonstrar quais são as (des)vantagens de uma e outra opção. É, neste momento, a nossa grande preocupação. Tem que se demonstrar a quem toma as decisões, o ponto de vista técnico, o que é que é mais vantajoso. É a nossa prioridade.</i></p>	<p>e 376 a 379</p>
--	--	--------------------

Categoria: Qualidade dos contextos		Sujeitos
Subcategoria: Estado da arte (n = 8) - 36%		
Citações	<p><i>“A aversão às famílias numa fase de vinculação mais forte e pelos erros que se têm verificado. Daí, eu não queria concluir logo, como faz por exemplo ..., «Nunca até aos 3 anos.». Eu diria que me responda «nunca», quem sabe das fases de evolução das crianças, e eu não sei. Acredito que este «nunca», nunca é a partir dos erros, também não quero decidir assim. Agora, é um sintoma que até aos 3 anos que famílias de qualidade temos? Vamos ser sérios, cuidar de uma criança até aos 3 anos, como família de acolhimento, é preciso ter capacidade, mesmo, disponibilidade e capacidade. E eu não sei se a temos. Digo-lhe que eu não era capaz. Até aos 3 anos, o pai ou a mãe estar em casa em acompanhamento permanente, este acompanhamento é esgotante. Ora eu pergunto, uma família de acolhimento está preparada para fazer este esgotamento? Se calhar, não têm a cultura dessa importância, é capaz de não saber disso. Nem a família, nem os técnicos, nem eu. É, portanto, importante que, através deste trabalho e de outros, caminhássemos para regras objectivas, porque vai beneficiar quem decide, quem propõe. Vai beneficiar quem acolhe, quem já não quer acolher que acha que «afinal isto é mais difícil do que eu pensava, não é só dar de comer e descanso, é preciso dar muito mais e assim eu já não quero correr o risco». Só depois de sabermos é que podemos fazer opções.</i></p> <p><i>Também são necessários pré-requisitos das famílias, não apenas formação.”</i></p>	B, linhas 309 a 326
	<p><i>“O técnico tem uma capacidade de... é mais fácil dizer que uma família de acolhimento não tem condições para acolher do que o CAT. Até porque, o CAT existe para isso. É mais fácil valorizar as dúvidas que resultam de uma família do que as que resultam duma instituição. E, por último, e esta é a leitura mais benigna de todas, por algum receio de que a família possa vir a ter de facto um papel perverso que é o de vir a intrometer-se realmente na</i></p>	E, linhas 228 a 238

Citações	<i>solução de vinculação e, portanto, de alguma forma, ter-se como alguma coisa que se... Eu, curiosamente, gostava muito de ter uma leitura mais, mais consciente disto. Eu estou a dar-lhe uma mera intuição de leitura possível, há outras leituras possíveis, até pode ser que nenhuma destas leituras faça sentido e, portanto, isso era como se tivéssemos aqui num jogo de palavras.”</i>	
	<i>“Terá que clarificar muito bem o papel, definir as normas do jogo. Não sei se é a formação. Sei que há diferentes papéis, como há diferentes situações, tem que ser clarificado. Formação? Acho que não, porque também se complica muito o processo. É esclarecer bem as normas.”</i>	F, linhas 228 a 231
	<i>“(...) nem sempre são escolhidas as boas famílias. Também, os CAT são obrigados a receber todas as crianças. E quantos são de qualidade?”</i>	G, linhas 283 a 285
	<i>“Portanto, os factores são: a aversão que se tem das famílias de acolhimento para as crianças mais pequenas; é a inexistência de famílias de acolhimento e é mais fácil para as CPCJ trabalharem com CAT do que com famílias (eu também não tenho essa experiencia). Técnico com técnicos, a gente entende-se, com as famílias.... Os técnicos de enquadramento das famílias de acolhimento? Isso não existe na nossa referência, sabemos que existe que está na lei, mas isso não existe. As famílias que temos conhecimento são as antigas. As actuais sei alguma coisinha de ler e ouvir falar algumas experiências no Porto. Pareceu-me interessante, mas nós não temos.”</i>	I, linhas 243 a 250
	<i>“Falta de famílias preparadas e uma grande irresponsabilidade. Falta de apoio. Interessava saber qual o feed back parental destas crianças que estão nas famílias. Não sabendo, a interpretação que posso dar é que haverá aqui problemas associados, de doença, deficiência... inconsciência da parentalidade de pais jovens, com problemas graves de saúde dos pais, HIV, pobreza, inexistência de família alargada, factores de razão sócio ambiental. O CAT está mais próximo, as famílias não há, talvez em quantidade nem em qualidade, ou as duas. É a minha suspeição.”</i>	L, linhas 431 a 438 e 443 a 444

	<i>“Não há selecção, não há preparação, as famílias sentem que não há condições em termos monetários.”</i>	
Citações	<i>“Estas famílias de acolhimento são famílias de acolhimento em que eu não acredito. Famílias pobres que recebiam uma esmola para terem lá uma criança, portanto, a motivação não era (com excepções claro, também as há, óptimas), mas das famílias de acolhimento não havia uma garantia. Quem está a decidir não tem essa garantia. Eu, neste momento, se tivesse que decidir, às escuras, decidia por um CAT. Pelo conhecimento que tenho das famílias de acolhimento que existiram e existem, tenho muito receio. Até da campanha que se quer lançar das famílias de acolhimento.”</i>	M, linhas 371 a 378
	<i>“O que eu sinto é que o que as pessoas pensam é, mais ou menos, isto: mal por mal é preferível o acolhimento em instituição. Porque, quando as crianças estão no acolhimento institucional, estão mais visíveis. Há uma responsabilidade profissional maior sobre elas e, portanto, o que acontece com a família de acolhimento são as tais quatro paredes. Se a família de acolhimento não for formada, seleccionada, acompanhada, supervisionada, aí sim, os riscos são grandes. E mesmo culturalmente, as pessoas não sabem, mesmo as pessoas mais instruídas desconhecem, não sabem o que é uma família de acolhimento, confundem com a adopção, não sabem e há muito pouca informação. Portanto, esses números exprimem essa herança que nós temos e não está a ter um investimento consistente e intensivo para ser mudado, mas mesmo fazendo, acho que vai demorar muito tempo.”</i>	R, linhas 393 a 398 e 408 a 413
Subcategoria: Qualidade no futuro (n = 7) - 32%		
	<i>“Na nova lei um aspecto que foi mal cuidado, na minha perspectiva, acho que a formação faz parte da selecção, está integrada na selecção. Um candidato manifesta o seu interesse, é chamado a participar num curso de formação e só no final é que se sabe se ele é considerado idóneo para acolher. O objectivo, no fundo, é que o candidato faça uma auto-avaliação da sua vontade, dos seus interesses, das suas competências e das suas capacidades, na</i>	A, linhas 240 a 265

<p>Citações</p>	<p><i>conjuntura que vive na sua família, para naquele momento se tornar acolhedor. Ou seja, o objectivo é que um candidato, no fim do processo, ou durante o processo, se afaste, se entender que não estão reunidas condições para, naquele momento, ser acolhedor. A formação é um espaço importantíssimo, porque é um espaço de partilha de experiências, de dificuldades, de alguma sensibilização, que acolher não é a mesma coisa que educar os seus próprios filhos. E é na formação que isso se pode aprender e discutir, desde logo, nessa fase inicial do processo. O que a nova lei diz é que primeiro se selecciona e depois se faz a formação. Se olharmos à volta, nos outros países não é assim que acontece, em Espanha, Reino Unido, não é assim.</i></p> <p><i>Tem que se começar de novo. Como é que se começa? Com uma boa campanha de divulgação: por uma estratégia de sensibilização para as vantagens da medida, para os aspectos difíceis, mas também os aspectos muito positivos que os acolhedores podem ter no desempenho da sua actividade. Passa, também, por oferecer melhores condições para o desenvolvimento da actividade, passa por uma política efectiva de acolhimento, da oferta de formação, ou seja, há um conjunto de variáveis das quais depende a possibilidade de construirmos uma carteira, um leque de acolhedores dispostos a acolher.</i></p> <p><i>O acompanhamento bem feito, efectivo e sistemático, pode ser realizado por técnicos de enquadramento da segurança social ou instituições de enquadramento, por exemplo, como O que importa é que exista.”</i></p>	
	<p><i>“ (...) a ignorância é atrevida, e mais para uma família de acolhimento. Não sei, eu até aos 3 anos, eu não era capaz. Era capaz de acolher um jovem de 14, agora até aos 3 anos? A capacidade de doação do que ele me exige, e não se pode delegar noutros, portanto, saber isso é importantíssimo. Fazerem passar, objectivamente, essas informações é importantíssimo: o que são as futuras famílias, futura afectação, tomar decisões e saber qual o seu papel. Eu diria que se crescermos nesses conhecimentos, do grau de exigência até aos 3 anos, do que é que tem que se lhe dar e tem que se estar disponível, tem que ter pré-requisitos para receber formação, para dar, ou, se conseguir convencer o sistema judiciário, para racionalizar aquilo que é certo e não é tão sério. Eu diria que</i></p>	<p>B, linhas 329 a 339</p>

	<p><i>ganhamos, mesmo, a questão do acolhimento dos que estão fora da família. Isso é que me preocupa, imenso, porque podiam ter estado muito menos tempo e temos criado problemas sérios.”</i></p>	
	<p><i>“A nova lei pode ser salto para a qualidade, a definição rigorosa dos papéis da família de acolhimento. Não se misturem as coisas e as pessoas saibam até que ponto deve ir a sua actuação, até que ponto se devem vincular à criança e até que ponto devem permitir que a criança se vincule. Formação é essencial”</i></p>	<p>D, linhas 289 a 292</p>
<p>Citações</p>	<p><i>“È necessário sensibilizar, é necessário formar famílias. Mas formar famílias longe das crianças, ou seja, porque as famílias quando vão, por exemplo, a um CAT, afeiçoam-se muito a determinado bebé. Ora, aquele bebé, 6 meses depois, não é a mesma pessoa e o processo ainda está a decorrer. E, quando o processo está mais ou menos concluído, o bebé já não é o mesmo. Acho que sensibilizar, desburocratizar e só depois é que se deve mostrar que há crianças para irem para uma família de acolhimento, senão há expectativas que se criam.</i></p>	<p>G, linhas 287 a 293</p>
	<p><i>“ (...) também acho que não pode ser para todas as crianças, mas acho que dos 0 aos 3 ,por regra, é família de acolhimento, sendo boas e como famílias de acolhimento de urgência. Mas, a partir dessa idade, pode haver crianças para quem será preferível a instituição. Cada caso é um caso. Não podemos pensar que é igual para todos. Dos 0 aos 3 anos é uma violência, uma factura que se vai pagar no futuro. Há um argumento, do ... que eu não poso concordar, que é o problema, é a vinculação destas crianças nas famílias de acolhimento e depois sofrem com a separação, isso é verdade. Mas é um bom sintoma. Eu, se morrer o meu pai fico triste, mas tive essa experiência. O Dr. Coimbra de Matos costuma dizer assim «a diferença entre um deprimido e um esquizoide é que um deprimido foi uma pessoa que foi rica e perdeu, o esquizoide nunca teve, não sabe o que é que é». Uma criança que até aos 3 anos não estabeleceu relações de vinculação segura, dificilmente as vai criar ao longo da vida. É preferível ter. Mas se vai sofrer muito, e é verdade que vai, se calhar, no momento da saída, vai sofrer muito mais na família de acolhimento do que na instituição. Mas, internamente, tem um conjunto de recursos que uma criança que não vinculou não tem ... Mas é que nós, hoje em dia, temos uma sociedade que ficar triste é fora de moda. Ficar triste,</i></p>	<p>M, linhas 394 a 410</p>

	<i>chorar é fundamental, faz parte da organização emocional.”</i>	
	<i>“A informação que as pessoas têm não está correcta. As pessoas têm que ser informadas, tem que haver uma clarificação e, depois, a própria forma como o acolhimento é feito tem que ser diferente. Tem que haver uma selecção, um acompanhamento. Sem formação e sem acompanhamento dificilmente conseguimos desviarmo-nos do que temos tido até agora.”</i>	N, linhas 312 a 316
Citações	<i>“Porque começam, agora, a ser seleccionadas de uma maneira que até aqui não eram. Nem seleccionadas nem acompanhadas, portanto, a partir do momento que esta inversão de tendência passe a acontecer, penso que esta disparidade também tenderá a inverter-se. Porque a confiança, até aqui ,nas famílias de acolhimento era pouca. E, também, quando a gestão for centralizada, nós segurança social, teremos a capacidade de abordar a situação de outra maneira, porque as famílias de acolhimento que temos, mesmo as que não têm laços biológicos, a maioria não vai preencher os requisitos que agora o novo decreto-lei diz. Portanto, vamos ter que começar quase do zero. A lógica de funcionamento vai ter que ser muito, muito diferente daquela que existia até aqui. Basta dizer que o acompanhamento tem que ser radicalmente diferente, a selecção radicalmente diferente, a motivação das pessoas. Neste quadro da selecção, vai ter que ser tida em conta, vamos ter que trabalhar esta questão de uma maneira muito sensata. Até estamos a pensar neste procedimento de selecção inclui a própria formação. Inicialmente, pensamos que seleccionaríamos, faríamos formação e depois as pessoas começavam a exercer. Provavelmente, esta questão da formação vai ter que ser antes de se decidir se a pessoa é capaz, ou não, de desenvolver este trabalho, porque a família vai, ela própria, ter que tomar consciência de que as suas motivações eram as certas, provavelmente não. Provavelmente, o que a pessoa queria era vir a adoptar e depois vai perceber que não vai poder.”</i>	X, linhas 318 a 336

Categoria: Imagem e representações sociais dos contextos de acolhimento (n = 17) - 77%		Sujeitos
Citações	<i>“A imagem do Acolhimento familiar é má, naturalmente má. Porquê? Porque os casos mediáticos que aparecem periodicamente, nos meios de comunicação social, são situações em que o acolhimento familiar não funcionou. Não funcionou, nem podia funcionar, porque há um conjunto de erros que se vão cometendo que geram verdadeiras bolas de neve, que chegam a um ponto em que ali não há nada a fazer. E qualquer situação é má, se olharmos para a má aplicação da medida. Podemos dizer que o que falhou foi um conjunto de pressupostos, de variáveis que não foram respeitados. E o que é que as pessoas fazem e dizem: «o que falha é a medida, o que falha é o acolhimento familiar, enquanto medida» o que é um erro. Evidentemente que qualquer medida mal aplicada, e se olharmos para as instituições temos muitos exemplos de instituições que funcionam mal e dão maus resultados, podemos dizer o mesmo. Agora, não podemos é confundir a árvore com a floresta. Não podemos olhar para o caso de uma instituição que funciona mal e dizer que todas as instituições são más, mas é o que se faz com o acolhimento familiar.”</i>	A, linhas 209 a 222
	<i>“Os técnicos têm uma imagem pouco favorável às famílias de acolhimento que pode advir da qualidade delas. Eu vou dizer-lhe que, aqui pelo norte, conheço esta realidade. Confesso que algumas me deixam muito a desejar, acho horríveis, das que tínhamos ou já tivemos.”</i>	B, linhas 291 a 294
	<i>“Não sei se a imagem está um pouco em baixa, mas acho que talvez se tenha passado de um extremo ao outro. Passou-se de uma situação em que a família de acolhimento era um pouco a família onde a criança ficava eternamente, para uma profissionalização demasiada. É uma relação propositadamente e ostensivamente profissional, a nova imagem pode criar um estereótipo que, igualmente, não exerça, claramente, a ideia da família de acolhimento. De qualquer forma, penso que será uma nova experiência.</i>	C, linhas 181 a 186
	<i>“Pois, terá certamente a ver com a legislação e com a divulgação junto das pessoas, o esclarecimento do papel da</i>	D, linhas

Citações	<i>família de acolhimento. O âmbito não me parece que seja muito divulgado, até por aquilo que me apercebo. Até pelas problemáticas últimas. Não há muito bem, qual a noção, de qual o enquadramento de uma família de acolhimento, que é também o papel transitório, apesar de tudo (...)</i>	182 a 186
	<i>“(...) se for por causa da imagem, aí, talvez as soluções sejam diferentes, porque apesar de tudo, como há um discurso anti-institucional... embora o CAT não seja verdadeiramente uma instituição. Porque nós falamos de uma instituição «total», mas, apesar de tudo, a entrada no CAT é, apesar de tudo, uma solução institucional e, portanto, isso podia levar a uma solução diferente. Isso seria privilegiar as famílias e não as instituições e não é isso que acontece. Portanto, o que pode haver, aí, é alguma reserva quanto à família de acolhimento. Há outra coisa (mas eu não queria estar nada a dizer isto porque isto é muito conversa de café), nós temos também a ideia de que a família de acolhimento está muito condicionada das vantagens económicas que tira do acolhimento. E depois, apesar de tudo, fico mais seguro se for ali, provavelmente ali, há uma cobertura técnica que ali não há, mas há apoio, isto é: «se isto correr mal, eu responsabilizo-me menos pela decisão se entregar a um CAT». E, portanto, o que eu acho é que estamos aqui numa área muito difusa, muito complexa, mais uma vez, em que as leituras apressadas... de facto, há uma coisa que é importante, eu nunca vi inquéritos concluírem que não se sabe nada e eu acho que é muito importante que os inquéritos também comecem a dizer que disto não se sabe (...)</i>	E, linhas 451 a 456
Citações	<i>“Acho que muitas das questões que nós temos ouvido nos meios de comunicação social, tem havido alguma confusão e isso, se calhar, alguma falta de clarificação da lei ou dos serviços, de como essas famílias funcionam. Se é acolhimento pontual, se é durante longo tempo, e isso tem que ser bem definido e, de facto, criam-se situações que acho que mais vale um CAT (...)</i>	F, linhas 50 a 54
	<i>“Não é uma boa imagem. A imagem que temos é a da «menina russa». “</i>	I, linha 252
	<i>“A imagem, pessoalmente, é que é muito difícil, eu tenho assinalado na minha experiência clínica, muitas</i>	J, linhas

	<i>dificuldades em famílias de acolhimento. Portanto, não é fácil.”</i>	356 a 357
Citações	<i>“Não há imagem na comunidade do que é ser família de acolhimento. Eu própria, que contacto com estas situações, me confundi e tive dificuldade em perceber o que era “uma família solidária” e tive que pedir que me explicassem, os acolhedores. Não há uma difusão destas experiências, destas práticas, devia haver. Porque estou, pessoalmente, convencida que há pessoas para o fazerem. Há profissões e pessoas que não têm perfil para, têm medo de se ferir. A maternidade e parentalidade tem muito a ver com o afecto, mas também tem muito a ver com feridas. Não é fácil. E, portanto, há famílias que, a maior parte das famílias, que não têm filhos (não é por opção), mas aquelas que têm, mas depois também há um grande impedimento que é ter que se ser casado, menos de 50 anos, mais isto.... e não pode ser família de acolhimento para adoptar (segundo a nova lei)”</i>	L, linhas 445 a 455
	<i>“(...) sempre, na formação, quando falo de famílias de acolhimento as pessoas dizem: «isso é terrível». Porquê? Porque as experiencias são terríveis.”</i>	M, linhas 379 a 380
Citações	<i>“Acho que há aqui várias coisas para se começar a trabalhar esta resposta. Primeiro tem que haver uma campanha de sensibilização da própria população, porque nós não estamos sensibilizados para as famílias de acolhimento. Da parte dos técnicos está a ser uma campanha ao contrário. Há uma imagem negativa das pessoas, com os casos mediáticos, a comunicação social não tem trabalhado a favor. E é possível. A Mundos de Vida mostra a quantidade de contactos telefónicos que tiveram com a campanha que fizeram e quando não havia campanha.”</i>	N, linhas 290 a 297
	<i>“(...) a pessoa ter consciência de que vai estar com uma criança 6 meses ou 1 ano e depois vai embora, a pessoa tem que estar preparada para isso. Nessa altura é mais difícil a pessoa aceitar isso, os casos que têm sido mediatizados, foi o que aconteceu. Sendo, ou não, de acolhimento, estiveram com as crianças desde muito tempo e, a certa altura, assumiram a criança como sua. Esta é outra coisa, continuamos a olhar para as crianças como propriedade, não com valor próprio, como um ser, com os seus direitos e tanto vemos isso nas de origem como nas</i>	e 305 a 312

	<p><i>de acolhimento.”</i></p> <p><i>“A informação que as pessoas têm não está correcta, as pessoas têm que ser informadas(...)”</i></p>	
	<p><i>“(...) mentalidade também dos técnicos? Provavelmente, ainda muito “higienista”, não é? Muito asséptica. Tenho uma amiga que há pouco tempo adoptou um miúdo, a senhora é professora universitária, e ela dizia: «tenho que ir para casa fazer a limpeza e arrumar, arrumar, tenho que arrumar». Porque ela sabia se alguma coisa não estivesse bem, podia impedir que ela se ligasse aquele miúdo que já gostava.”</i></p>	<p>O, linhas 292 a 297</p>
	<p><i>“No grande público? Acho que não, não têm imagem nenhuma, nem sabem o que é. Nem imagem há, eu tenho colegas que não sabem o que é, estamos a falar do ensino universitário da área da infância. É uma imagem muito desqualificada a das famílias de acolhimento. Porquê? Porque eram as famílias pobres, em que o acolhimento familiar era uma medida alternativa, alternativa não, complementar, para reforçar financeiramente a família. Foi assim utilizado pelos técnicos e, portanto, são famílias muito desclassificadas e o olhar sobre elas é muito desconfiado. As pessoas olham, sempre, com grande desconfiança. É engraçado que não temos, propriamente, as melhores instituições do mundo, mas ainda assim, merecem mais alguma confiança institucional e formal, dá outra confiança e segurança, é outro peso, não obstante as condições e mais valias não sejam assim muito boas.”</i></p>	<p>R, linhas 415 a 427</p>
	<p><i>“(...) se nós não clarificamos as respostas, não as entendemos, naquilo que é a sua verdadeira função. Estamos a subverter o modo como organizamos o sistema que, às tantas, há interpenetração de respostas que não é nada benéfica, quer para quem gere o sistema, nem para quem beneficia dele. Portanto, é indispensável, insisto muito neste aspecto, que tenhamos aqui uma clarificação perfeita de cada uma das respostas. Para que toda a gente saiba, quando eu falo de CAT, para que tenha o mesmo entendimento, para todos os agentes que se relacionam com o CAT e, nessa medida, de alguma maneira, o CAT tem hoje uma leitura mais clarificada, entre os técnicos, entre as instituições e entre a própria comunidade, do que tem a família de acolhimento.”</i></p> <p><i>“A imagem das famílias de acolhimento está a impedir que seja mais utilizada? Claro que sim e ainda bem. Ainda</i></p>	<p>S, linhas 83 a 92</p>

	<p><i>bem neste sentido, isto é, nós temos que ter aqui uma grande... queríamos ver se ainda fazíamos isso, este ano. Vamos ver como tudo se desenvolve, uma campanha de captação de novas famílias de acolhimento. Para quê? Para vermos se alterávamos um bocadinho a face disto, se fazíamos uma selecção com critérios mais rigorosos.”</i></p> <p><i>“O importante nestas coisas é como noutra coisa, sabermos para onde queremos ir. Acho que nós, no fim destes anos, conseguimos agora ter, podemos não estar de acordo com o objectivo que temos, pode haver divergência de opiniões, umas pessoas acharem que não é para ali que se deve caminhar, mas, para outro lado, mas para que um sistema funcione, ou se sabe a direcção que se quer tomar, ou então andamos aos arrepelos e aos encontrões, não se pode. Temos que saber para onde queremos ir, depois podemos escolher caminhos diferentes e perspectivas diferentes do caminho, mas se tivermos a noção clara de onde queremos chegar, tudo se torna mais fácil, tudo.”</i></p>	<p>e 476 a 481</p> <p>e 486 a 493</p>
	<p><i>“(…) há uma conotação muito negativa. Veja, há muitos casos mediáticos que saltam para as notícias, pela forma como foram mal equacionados. Famílias que são tratadas como famílias de acolhimento, quando não o são.”</i></p>	<p>U, linhas 264 a 297</p>
	<p><i>“Também o acolhimento familiar não é muito falado e a imagem é negativa. Estivemos a fazer umas actividades de divulgação e umas actividades foram nos shoppings, com a entrega de folhetos e as pessoas era as situações actuais, dos média que retratavam e identificavam, quando nem elas próprias retratam muito bem o sistema, porque mesmo que o sistema em si seja de CAT, seja de acolhimento familiar, ou outro, também não são a regra, mas é a imagem que fica.”</i></p>	<p>V, linhas 289 a 294</p>
	<p><i>“As pessoas têm uma imagem idealizada daquilo que vão vendo e ouvindo nas notícias e pensam «vamos ter um bebé em casa». Algumas pessoas têm dificuldade em perceber que, se calhar, não vão ser bebés(…)”</i></p>	<p>X, linhas 248 a 250</p>

ERRATA

Título do Trabalho: **Contextos de Colocação para Crianças em Perigo dos 0 aos 3 Anos de Idade: Elementos para uma análise.**

Luísa Rosa Pereira Marques Barbeiro Cardoso

Lisboa, 19 de Novembro de 2010

Página	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
2	24	Convenção dos Direitos d Criança	Convenção dos Direitos da Criança
6	27	de uma uma população	de uma população
13	18	Instituto da da Segurança Social	Instituto da Segurança Social
13	25	20010	2010
21	33	adequabilidade	adequação
22	26	agradar ao adulto e o percebe	agradar ao adulto e percebe
34	16	na área da Infância e Juventude (anexo A).	na área da Infância e Juventude.
69	7	Anexo AC	Anexo K
112	2	Anexo K	Anexo AC
113	1	Anexo K	Anexo AC
151	17	Anexo AC	Anexo K
238	1	Anexo AC	Anexo K